Lisboa Antiga

por

JULIO DE CASTILHO

2.ª EDIÇÃO

LISBOA
Antiga Casa BERTRAND — JOSÉ BASTOS
Rua Garrett

Lisboa Antiga

POR

JULIO DE CASTILHO

2.ª EDIÇÃO

Consideravelmente accrescentada

LISBOA
Antiga Casa BERTRAND — JOSÉ BASTOS
73 — Rua Garrett — 75
1904

A Ex.ma Senhora
D. Josephina C. d'Ordaz,
lembrança respeitosa
do autor

Lumiar
4 de Outubro
de 1904

LISBOA ANTIGA

Lisboa Antiga

POR

JULIO DE CASTILHO

2.ª EDIÇÃO

Consideravelmente accrescentada

LISBOA

Antiga Casa BERTRAND — JOSÉ BASTOS

73 — Rua Garrett — 75

1904

Typographia da Companhia "A Editora", — Largo do Conde Barão, 50

O BAIRRO ALTO

DE

LISBOA

VOLUME V

CAPITULO I

Sahindo da egreja das antigas Carmelitas descalças, e subindo a rua *Formosa,* eis-nos a desembocar na linda praça do *Principe Real*. Esse Principe mencionado no lettreiro foi el-Rei D. Pedro V, de saudosissima memoria.

*

Onde hoje sorri, com os seus arvoredos elegantissimos, as suas flores, as suas alamedas serpeantes e areadas, o jardim municipal, ha tambem muito que ver... no invisivel; isto é: muito que espreitar... no passado.

Não temos pressa; sentemo-nos pois n'um d'esses bonitos bancos verdes, e conversemos, ouvindo o chilrear das creanças que ahi correm e brincam na companhia das amas.

*

Aquelle grande tanque redondo, tão limpo e agradavel, retrahido no centro do seu redondél de rel-

va, inaccessivel aos transeuntes (reparem), parece um ocioso, um regalão, um frivolo, e não o é; é um dedicado servidor da Cidade. Corresponde cá no alto, a uma enorme *mãe-de-agua* escondida debaixo do chão. Quem tal suspeita?

Nos jardins de recreio, no Rocio, em S. Pedro de Alcantara, na Avenida, na Estrella, os outros tanques apenas enfeitam: este adorna, e trabalha. Este sabe que é a corôa de um vasto deposito que vai abastecer as sêdes de Lisboa. O seu repuxo requebrando-se nos ares, e recahindo em diamantes iriados, não brinca só por brincar.

Quando elle arroja, metros ao alto, as suas perolas fluidas, decompondo a luz, sussurrando frescura, e espadanando-se todo vaidoso no azul da atmosphéra, está, muito de industria, repassando as aguas nos gazes aéreos que as vivificam e às tornam potaveis; pensa em nós; prepára para nós a melhor das bebidas; collabora na hygiene da Cidade.

Aquelle tanque é um sabio: reconhece as leis da physica; sabe que os liquidos, vindo de longe, impregnando-se do calcareo dos canos, e morando lá em baixo ás escuras, se tornam pesados; quer aligeiral-os, banhal-os de sol e de oxigenio.

Aquelle tanque é um poeta utilitario: mistura habilmente e Bello e o Bom.

Olhemos pois com gratidão para esse pequenino Oceano de purissimas lymphas, que abastecem as cozinhas, e amanhan brilharão aos poucos nas nossas taças de crystal.

Em volta d'elle sorriem, murmurando, como a

animal-o, os profundos massiços de verdura, os cedros, as iucas, as palmeiras, os roseiraes em caramanchões; tudo isso é a côrte d'elle; tudo isso o alegra; tudo isso elle alimenta de succos vitaes, que transformaram n'uma paragem risonha e poetica as aridezes da antiga *Cotovia.*

*

A *Cotovia* não era, como hoje, apenas uma viella insignificante, ou antes um pequeno largo (largo *da Cotovia)* no fim de travessa *da Conceição de cima,* indo da rua *de S. Sebastião;* era uma paragem, um sitio, um bairro (chamemos-lhe assim); era uma denominação larga, que se estendia a variados e extensos tratos de terreno, e se alastrava por diversas freguezias; isto é: pelo que veio a ser a de Santa Isabel (onde havia a rua *da Cotovia),* segundo João Baptista de Castro; pela de Santa Catherina (onde havia a quinta *da Cotovia),* segundo Antonio Carvalho da Costa; e pela de S. José (onde havia a travessa *da Cotovia),* segundo o citado auctor do *Mappa de Portugal.*

Se até ao que hoje é *o Rato* se chamava para esta banda *Campolide* (1), d'ahi para baixo, em direcção aos Moinhos de vento, principiava a *Cotovia!* já a casa do Noviciado da Companhia de Jesus, fundada por Fernão Telles (hoje a Escola Polytechnica), era

---

(1) *O sitio de Campolide chamado hoje o Rato,* diz logo depois do terremoto de 1755 J. B. de Castro, no *Mappa,* freguezia de Santa Isabel.

no sitio *da Cotovia* (1). Rua *da Cotovia* se chamava por 1755 a arteria que hoje se denomina *rua da Escola Polytechnica,* desde o palacio de D. Rodrigo de Mello (hoje Imprensa Nacional), até ás *Obras do Conde de Tarouca* (depois egreja Patriarchal), e hoje o jardim e praça *do Principe Real* (2). Se tomassemos ao sul, veriamos que a rua *da Conceição* (hoje á praça *das Flores)* era não menos *na Cotovia* (3). O sitio dos *Cardaes* era tambem na *Cotovia* (4).

Para o lado da vertente, que hoje propriamente tem esse titulo, havia bellissima vista dos terrenos quasi ermos da freguezia de S. José, *com algumas hortas, olivaes, e quintas.* Pelas *terras da Cotovia* se alastrou muita população, cujas casas tinham vindo a baixo com o terremoto; (5) e era ainda isso tudo tão maninho, que escolheu o Marquez de Pombal o sitio *da Cotovia* (lá para baixo na nossa praça *da Alegria)* para um dos poisos onde se assentaram as fôrcas dos ladrões (6).

O cume da montanha, isto é, o longo espinhaço da lomba, dividia para uma banda e outra a *Cotovia* do norte, e a do sul. «O alto *das duas Cotovias*» diz

---

(1) *Id. — Ibid.*

(2) *Id. — Ibid.*

(3) *Id. — Ibid.*

(4) No capitulo em que o Padre Castro trata da parochia das Chagas é que vem de passagem essa denominação: o sitio dos Cardaes na Cotovia.

(5) Id. — freg. de S. José.

(6) Coll. de provid. etc. e o viajante Twiss, etc.

Ratton, quando fala do sitio onde assentava o Collegio dos Nobres. (1)

Que extensa não era a envergadura das azas da ave que assim cobriu tão espalhados terrenos! O que ella foi, d'onde veio, por que deu nome ao sitio, não sei eu, e tenho pena. Terrivel humilhação é a ignorancia!

Pois procurei saber, fiquem os leitores certos d'isso; procurei, e não achei.

Frei João de Sousa nos *Vestigios da Lingua arabiga* nada traz de *Cotovia;* diz-nos apenas, na palavra *Cotonia,* provir de *Cotnia,* que em Arabe significa *marmelo.* Seria o sitio abundante d'elles? seria *Cotovia* adulteração de *Cotonia?* Repito; fico em branco, e os leitores tambem.

(1) *Record.* pag. 213.

CAPITULO II

Espalhados sitios, e formosos. D'estes altos era lindissima para norte e sul a paizagem; ao norte da Baixa dominava campinas e arvoredos. Em 1755 diz Castro, a quem se pode citar quasi exclusivamente n'estas materias, tanta é a copia de noticias que nos deixou:

«Ha pouco mais de cem annos, que a maior parte d'esta freguezia — (S. José) — era mattos cerrados, com algumas hortas, olivaes, e quintas. Observado da Cotovia, faz um prospecto agradavel todo o seu terreno.» (1)

Ratton amplia essas asserções com estas:

Em 1755 eram tudo «terras de pão, desde o alto da rua de S. Bento até á travessa do Pombal e Cardaes de Jesus, havendo apenas algumas casas na rua que vai desde o pateo do Tijolo, ou obras do Conde de Soure, até á Fabrica da seda, que já existia, assim como tambem a casa de D. Rodrigo,

---

(1) *Mappa* — freg. de S. José.

actualmente (1813) Impressão Regia, e o convento dos Jesuitas, hoje Collegio dos Nobres.»

Já n'outro livro (1) tratei do estabelecimento, n'estes altos, da egreja patriarchal, incendiada em 1755, aproveitando-se uma edificação de palacio principiada pelo Conde de Tarouca. Narrei o incendio da Patriarchal em 1769, e a sua passagem para S. Roque primeiro, depois para S. Bento.

Aqui falarei do Real Erario.

*

El-Rei D. José, ou antes o seu sagacissimo Ministro, cuja intelligencia abrangia todos os escaninhos da administração, declarou n'uma carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761 os graves inconvenientes de serem os bens e rendas da Corôa arrecadados por muitas e diversas repartições. Notava-se a falta de um centro, d'onde irradiassem claramente as ordens, e para onde convergissem as receitas; cada almoxarifado, ou outra repartição, prestava contas á antiga Casa dos Contos; thesoireiros de receita eram varios, assim como o eram os de pagamento; a confusão entre tantas escripturações de Almoxarifes, Administradores, e Thesoireiros, salta aos olhos. A citada carta de Lei reduziu a um só cofre todos os recebimentos e pagamentos.

Tenho-a á vista, podia apresental-a aqui em extracto, mas não vejo n'isso vantagem, apesar de que, no dizer de um competente, «a creação do Real

(1) *A Ribeira de Lisboa* — pag. 422 e seg.

Erario é um monumento, que por si só bastaria para eternisar a memoria d'este grande Monarcha.»

Inspector do Real Erario ficou sendo o omnipotente Marquez de Pombal, Secretario de Estado; Thesoireiro, José Francisco da Cruz Alagôa; Escrivão, João Henrique de Sousa, Lente da Aula do Commercio, estabelecida em 12 de Dezembro de 1756. Esse deu o plano da escripturação publica por partidas dobradas, como n'uma agigantada casa commercial.

«Crearam-se — diz Ratton, cujo depoimento e parecer merece credito, por ser de pessoa entendida em cifras, assumpto mais vedado á minha fraca intelligencia, do que eram no seculo XV ás nossas debeis caravellas as solidões do mar Tenebroso — «Crearam-se unicamente quatro Contadorias, separadas e distinctas, como se cada uma por si tivesse cofres separados. Em cada Contadoria, composta de um chefe, chamado Contador, e de um certo numero de officiaes, se fazia todos os sabbados um resumo da entrada e sahida semanal, que o respectivo Contador apresentava ao Thesoireiro mór; e mandando este fazer pelo Escrivão um resumo das quatro, o entregava no mesmo sabbado á noite ao Inspector, que o apresentava ao Soberano.

«Era prohibido, debaixo de juramento, aos Contadores, e aos seus officiaes, revelarem uns aos outros estes resumos, assim como os outros balanços geraes; ficando d'este modo cada Contadoria na ignorancia do que se passava nas outras.

«Havia balanços geraes todos os seis mezes, que se faziam no dia 5 ou 6 do seguinte semestre, com as-

sistencia do Inspector, o qual, verificada a existencia do dinheiro nos cofres, com os livros da caixa, approvava o balanço, e o assignava com o Thesoireiro mór e Escrivão, para ser presente a Sua Majestade, unicas quatro pessoas que sabiam do estado total do Erario.

«Todas as sextas-feiras de manhan se faziam conferencias, em casa do Marquez Inspector, sobre os negocios relativos á Real Fazenda, e não sei se tambem o Procurador da Corôa, para n'estas se propôr, ventilar, e resolver os casos e negocios do expediente, assim como tambem aquelles que necessitavam de novas providencias do Soberano.

«A falta de pessoas instruidas na escripturação em partidas dobradas fez com que se nomeassem para Contadores quatro negociantes; a saber: Antonio Caetano Ferreira, Luiz José de Brito, Manuel Pereira de Faria, e Balthazar Pinto de Miranda, os quaes ficaram continuando o commercio que tinham com as Colonias, por caixeiros; por quanto o ordenado de 4:000 cruzados lhes não podia bastar para viver com a decencia que pedia o logar; e ainda assim, deixaram poucos bens por seu fallecimento; mas deixaram um exemplo bem digno de ser imitado por todos os seus successores.»

Mais a diante pondera o mesmo narrador:

«Quanto este estabelecimento tem sido util na arrecadação e distribuição das rendas Reaes, todo o mundo o sabe; mas, succedendo que, com o lapso do tempo, se tenham introduzido abusos, pelos quaes se tem negligenciado a cobrança das dividas activas da Real Fazenda, são comtudo abusos facillimos de

remediar, e o devem ser quanto antes; mormente em tempos de tanta penuria, em que o Estado precisa lançar mão de todos os recursos, para supprir as despezas, que foi e é obrigado a fazer. Tambem me persuado que no Real Erario, se examinarem as folhas de todas as repartições, se acharia um grande excesso na somma total dos ordenados, pela multiplicidade dos assalariados, não só inuteis, mas talvez nocivos, pela simples razão de que quanto maior é o numero dos empregados, tanto menos se trabalha. A separação de todos os negocios ultramarinos para os tribunaes estabelecidos na Côrte, e Capitanias do Brasil, deve precisamente diminuir o trabalho dos empregados nos tribunaes do Reino; e por consequencia, a necessidade de tão grande numero, em quanto durar esta separação, que Deus permitta não seja muito longa.

«Egualmente me parece que a arrecadação dos direitos e tributos, por todas ou quasi todas as repartições, é complicada, e sujeita a fraudes, que não só expõem a Fazenda Real a prejuizos irreparaveis, mas concorrem para a perdição de vassallos, que, por pouco abastados, e tendo em seu poder os dinheiros Reaes, não resistem á tentação de os gastar, sem terem d'onde lhes venha com que os supprir. Teem sido assaz notorias as grandes perdas por que tem passado a Real Fazenda por falta de exacção; sobre o que, bastará notar-se o descaminho que algumas vezes teem tido os dinheiros da Bulla e das decimas.» (1)

---

(1) *Recordações* — pag. 284 e seg.

*

Ahi fica isso, que pesquei em livros alheios. Dizer o que foi util, e como o foi n'essas reformas, comparal-as com a machina actual das *finanças*... oh! isso não é para mim.

Se eu me dirigisse, por exemplo, ao meu velho amigo Augusto Gomez de Araujo, ou a algum outro, que entenda da poda, como elle entende, arranjava tudo, e fingia de erudito. Mas para quê? prefiro ouvir Araujo quando me conta episodios de viagem, quando me descreve a Italia, quando me pinta as deliciosas sombras da sua quinta do Barreiro, quando me fala de sua saudosa mãe, quando me narra as travessuras dos seus adorados netos, ou quando me serve de cicerone entre as curiosidades artisticas da sua casa de Lisboa. Finanças? não as entendo. E depois... parecer erudito é tão facil, que me não seduz.

O que se me figura (salvo melhor juizo), é que o Estado deve ser considerado uma grande casa commercial. A centralisação da fazenda publica é vantagem. A singeleza n'essa centralisação é axioma. Mil repartições, com as suas contabilidades diversas, só trazem confusão nas contas. Calcular as receitas, e equilibral-as pelas despezas, seria o ideal. Esse ideal procurou-o (se o não achou) o grande Sebastião José de Carvalho e Mello.

*

Para a nova e importantissima Repartição en-

trou-se a construir nos incendiados escombros da Patriarchal, isto é no terreno das príncipiadas obras do Conde de Tarouca, certamente vendidas por elle, uma accommodação tão vasta, que... ficou por acabar. O dinheiro do miolo destinado não chegou para a casca. São coisas nossas. Mostrarão grandeza? Mostram talvez antes imprevidencia e fanfarronada, filha d'este sol da Peninsula.

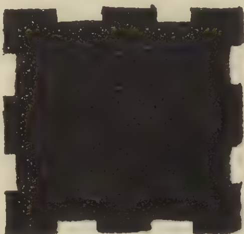
Em 1796 diz o autor do livro *Voyage en Portugal et particulièrement à Lisbonne*, o seguinte, que traduzo:

«Começou-se desde alguns annos a construir, no sitio mais elevado de Lisboa, um edificio de immensa extensão, destinado a conter o Thesoiro Real; é de cantaria; as paredes são de consideravel grossura, e não se levantam por ora a mais de dois ou tres pés acima do alicerce. Acham-se interrompidas as obras. Este casarão deve custar carissimo, se a caso o concluirem. Não se concebe facilmente o por que o fizeram tão vasto; sel-o-hia ainda, se o destinassem a encerrar os thesoiros de todos os Soberanos da Europa.» (1)

---

(1) On a commencé, depuis quelques années, à construire sur la partie la plus élevée de Lisbonne un édifice d'une étendue immense, destiné à renfermer le trésor Royal. Il est en pierre de taille; les murs en sont d'une épaisseur énorme; il n'est encore élevé que de deux ou trois pieds au dessus des fondements; ou en a abandonné les travaux. Cet édifice coutera des sommes immenses, si on le termine jamais. Il est difficile de concevoir pourquoi on lui donne une étendue aussi considérable; il serait trop vaste pour contenir les trésors de tous les souverains de l'Europe. — Pag. 36.

Pois ficou, sim, por concluir o casarão do Erario, cuja planta geral, segundo se vê no plano de Lisboa em 1807, era um vasto quadrado; ao meio de cada lado uma saliencia, correspondendo a outras duas eguaes a cada canto. Ignoro o nome do architecto, nem sei a feição do alçado; vejo que as vicissitudes politicas, a queda e morte do grande Ministro, etc., obstaram á conclusão. É costume muito nosso.



Plano do Real Erario em 1807

«As nossas grandes obras, principiadas e não acabadas — diz com as suas mansas ironias Francisco Coelho de Figueiredo — mostrâmol-as com o maior desvanecimento e satisfação, dizendo: *Ora se isto se acabasse!* e ficâmos satisfeitos e contentes. Achámo-nos com a riqueza das Aguas-livres em 1755, que foram livres, com que temos enriquecido esta Cidade e suburbios, porque felizmente se tinham concluido aquelles elegantes arcos e manilhas, e não tiveram ruina com o terremoto; mas ainda está por acabar aquella grande peça da casa d'agua ao Rato.» (1)

*

Não sei explicar o motivo por que tantos annos ficou um perfeito monturo (se ha monturos perfei-

---

(1) *Theatro de Manuel de Figueiredo* — Annotações do irmão — T. XIV, pag. 651.

tos) aquella praça enorme. Toda a geração coeva da minha conheceu ali um cahos de pedras, pedregulhos, seixos, cantos, terriça, cascalho, hombreiras lavradas, columnas partidas, uma noite de Valpurgis dos mineraes. Uns ainda chamavam ao sitio, a este famoso e antigo alto da Cotovia, o *largo das pedras*, ou as *pedras*, ou a *Patriarchal queimada;* mas já ninguem lhe chamava, como em 1813, o *Erario Regio,* nem, como por 1755, *obras do Conde de Tarouca*, denominações que Ratton nos conservou. (1)

Tanta diversidade de nomes cessou, desde que o edital municipal do 1.º de Setembro de 1859 chamou a esta paragem praça *do Principe Real*, em honra da menoridade d'el-Rei.

Fosse como fosse, era aquillo um terreno desaproveitado, que estava a pedir attenção. A opinião publica principiava a dar-lh'a.

Durante a escassez de agua em Lisboa, no verão de 1834, mandou a Camara collocar carros com grandes pipas no largo *de Santa Martha*, n'este *da Patriarchal*, e no *do Soccorro*, assim como em grandes barcaças junto ao caes de Belem, e outros pontos da beira Tejo; e ahi ia o sequioso Publico abastecer-se. (2)

No seu volume II, numero 31, de 13 de Outubro de 1849, lembrava um periodico lisbonense *Revista*

---

(1) «O alto da Cotovia, então (1755) obras do Conde de Tarouca, depois Patriarchal, e hoje (1813) Erario Regio,» palavras das Recordações, pag. 25.

(2) *Synopse dos princ. act. adm. da C. M. de L.*, em 1834, pag. 20.

popular, que no largo ainda então chamado *da Patriarchal queimada* se estabelecesse um passeio publico, «ou antes um mercado, que serviria de muito para os moradores de alguns bairros, que ficam longe da Praça da Figueira.»

Depois a Companhia das aguas excavou ahi um vasto reservatorio, com um bello tanque, e plantou-lhe em volta, a 75 metros de altitude sobre o nivel do Tejo, o mais agradavel jardim que é dado conceber.

*

Entra n'este logar uma lindissima utopia de Castilho.

Em carta ao seu amigo o Duque de Saldanha, de 30 de Novembro de 1853, apresentava-lhe o poeta a ideia de um monumento util e pratico á Rainha, quinze dias antes fallecida. Era isto:

Queria que se commemorassem as virtudes da Soberana, consagrando á sua memoria aquella praça, que já tinha o nome do *Principe Real*, levantando aos dois lados, sobre a rua *da Procissão* e sobre a rua *Formosa* dois edificios; um para cursos livres, tanto de instrucção primaria como de ensino superior, conferencias scientificas, etc. n'um vasto amphitheatro presidido pelo retrato da senhora D. Maria II; o outro para saraus poeticos e musicaes, concertos, etc., presidido pelo retrato do Rei Artista.

Essas duas casas civilisadoras, acerca das quaes o poeta desce a pormenores architectonicos descriptivos, e que elle, com a sua intuição de sonhador,

via erguerem-se muito breve, graças a uma subscripção nacional promovida em todos os dominios portuguezes, estavam então sendo delineadas em anteprojecto pelo seu amigo Pedro José Pezerat, «francez de nascimento, mas portuguez (ou antes concidadão de todo o mundo) pela philosophia.»

Tudo ficou em devaneio, estava visto; e os dois palacios não passaram da mente do vate humanitario, e do papel do architecto. (1)

*

Quem da praça *do Principe Real* se encaminha para as bandas do *Rato* via, ainda na praça, mas a começar a rua *da Escola Polytechnica*, um palacete de um só andar, com sete ou oito sacadas de verga bem lavrada, e pertencente, se não me engano, á Casa de Cavalleiros. Ali morou em 1849, 50, e 51, e talvez depois, o sympathico Marquez de Penalva, Fernando Telles da Silva.

Aquelle Marquez foi um dos *typos* mais caracteristicos da boa e genuina aristocracia lisbonense. Muito amavel, de uma polidez exagerada e facil, que dizia com a sua indole bondosa, era um conversador de primeira agua, e um archivo interessante de anecdotas velhas engraçadissimas. Tinha a resposta prompta, e muita vez aguçada como uma setta; o que o não impedia de ser um bom e caridoso homem. Foi tambem dado a Lettras, mas só como curioso, e

---

(1) A carta a que me refiro vem a pag. 91 e seg. do opusculo *Felicidade pela instrucção*.

a titulo de passatempo. Eram sabidas as quadrasinhas e decimas, que a proposito de qualquer coisa, um parabem de annos, uma offerta de flores, um nada de sociedade, compunha e deixava correr.

O Marquez deixou um vacuo impreenchivel no seu tempo.

O palacete onde elle habitou annos, e onde deu reuniões muito agradaveis, nem já fala de tal inquelino, porque tambem dasappareceu. Foi substituido pelo palacio do snr. Polycarpo José Lopes dos Anjos, riscado e construido não sei por quem, e que é (me parece) uma das casas mais harmonicas, mais nobremente correctas, mais agradavelmente proporcionadas e elegantes, de que se ufana Lisboa nas ultimas dezenas de annos.

*

A diante, defronte da rua *de S. Marçal*, levanta-se um bonito palacete, que, por compra ao Conde da Louzan, pertenceu ao Visconde do Arneiro, Veiga.

O meu respeitavel e illustre amigo Visconde de Sanches de Baêna tem algumas noticias d'esse predio; mas é bem que as reserve para certo livro de genealogia que traz na forja. Só direi que habitaram ahi os Condes da Louzan, em 1813 por exemplo. (1)

---

(1) *Gazeta de Lisboa* n.º 89, de 17 de Abril de 1813.

CAPITULO III

Logo é a Escola Polytechnica, no sitio onde foi o Collegio dos Nobres, e tinha sido a casa do Noviciado da Companhia de Jesus. Sigâmos chronologicamente o fio.

*

A poderosa e benemerita Companhia tinha em Lisboa tres grandes solares: 1.º o Collegio de Santo Antão, hoje hospital de S. José; deixou nome á actual calçada *do Collegio*, que é a primeira á esquerda no largo *do Soccorro*, indo da rua *do Soccorro de cima*, e finda na rua *do Arco da Graça;* e mais á calçada *do monturo do Collegio* e á travessa do mesmo nome; 2.º o Noviciado, na *Cotovia;* 3.º a Casa professa, em *S. Roque.*

O *Collegio* era a universidade, onde os Jesuitas espalhavam a doutrina theologica e os mais variados conhecimentos litterarios e scientificos, não só aos futuros Padres, mas ao Publico, ao Povo, aos

desejosos de instrucção. Sempre assim foram aquelles tão calumniados Jesuitas: sempre desejaram luz; sempre a espalharam quanto cabia na sua alçada. Do seu *Collegio* de Santo Antão falarei detidamente n'outro volume.

A *Casa do Noviciado* era, como o seu nome indica, o primeiro gymnasio d'esta milicia combatente, o primeiro ensaio das vocações sinceras e seguras.

A *Casa professa* era emfim o ultimo estádio da carreira, a residencia dos Jesuitas feitos.

Tres grandes focos de calor; tres almenáras de luz intellectual.

O Marquez de Pombal apagou essa luz e esse calor. Não commento; historío.

*

Quarenta e tantos annos havia desde a entrada dos Padres Jesuitas em Portugal, e ainda não possuiam casa adaptada ao exercicio dos seus noviços. Compraram e habitaram uma quinta em Campolide; mas Fernão Telles de Meneses, grande homem d'essas eras, doou-lhes por escriptura de 26 de Novembro de 1597 a sua quinta do Monte Olivete da Cotovia, com uma antiga capellinha de Nossa Senhora da Assumpção, que ficou sendo o orago.

Em 23 de Abril de 1603 lançou-se a primeira pedra para a nova casa, com um templo, edificado com mais largueza que o antigo.

«A pedra, — escreveu um douto Jesuita, o Padre Antonio Franco — tinha seis faces; era quadrada

por todas as partes. No quadrado supremo tinha em lettras gothicas aberto este lettreiro:

DEO TRINO UNO ET B. VIRG. JACTUS 23 APRILIS ANNO 1603 HORA NONA

«Em outro quadrado dizia o lettreiro:

FERNANDO TELLES DE MENESES ET D. MARIA DE NORONHA EJUS

«E no seguinte lado:

UXORE FUNDATORIBUS

«N'outro quadrado dizia:

PAPA CLEMENTE VIII, REGE PHILIPPO II

«Em outro tinha:

PRÆPOSITO GENERALI SOCIETATIS CLAUDIO AQUAVIVA PROVINCIALE JOANNE CORREA

«No quadro sexto inferior não tinha lettreiro, mas só uma pequena concavidade, que se tapava e enchia com çapa da mesma pedra feito ao justo.»

A pedra foi lançada no dito dia de S. Jorge, ao som de charamellas.

Como a obra caminhasse de vagar, auxiliou-a por sua devoção um negociante abastado de Antuerpia, por nome Lourenço Lombardo, concluindo-se a egreja em 1616, e entrando logo em 1619 uns vinte noviços, com o 1.º Director o Padre João Delgado, mathematico insigne.

Architecto foi o celebrado Balthazar Alvares.

Casára Fernão Telles com D. Maria de Noronha, filha de D. Francisco de Faro, Senhor do Vimieiro, e de D. Mecia de Albuquerque, 1.ª mulher. Não teve filhos do matrimonio, mas teve uma filha natural, Soror Clara do Lado, Freira no mosteiro do Castello, em Moura.

Rico e bem intencionado, beneficiou largamente este casal illustre o novo convento, que então se fundava, de Carmelitas descalças em Lisboa, já descripto no meu volume III, e, tendo deixado toda a sua fasenda ao Noviciado da Companhia de Jesus, jaziam ambos os conjuges em bello mausoléo na egreja do mesmo Noviciado.

*

Em Maio de 1893 o snr. Dr. Sousa Viterbo teve occasião de ver o mausoléo de marmore que encerra (ou encerrou) os ossos dos dois generosos fundadores, e escreveu a respeito d'esse moimento, então ao desamparo n'um barracão da Escola Polytechnica:

«A sua forma é a de uma grande urna pyramidal, talvez de seis metros de altura, de finos marmores, no mesmo gosto dos tumulos Reaes que existem na capella-mór dos Jeronymos em Belem. Assenta sobre dois leões de marmore cinzento escuro quasi negro. Na base lê-se uma grande inscripção perfeitamente gravada em sete linhas.» (1)

Tencionava a Escola Polytechnica mandar collo-

---

(1) *Diario de Noticias* de 20 de Maio de 1893.

car este tumulo no Jardim botanico, ou offerecel-o ao Museu. Não sei o que se fez. O retrato de Fernão Telles na sala do conselho da mesma Escola é o unico signal de respeito consagrado ainda hoje pelo espirito demolidor á memoria do influente politico de outr'ora.

*

Ainda a meio do seculo XVIII a cerca da casa do Noviciado chegava ao Salitre; querem ver? depois do edificio principiava o muro d'este vasto logradoiro, continuava onde são hoje as casas até á travessa *de S. Mamede* (que não existia), seguia por onde é hoje o largo *de S. Mamede,* o palacete do snr. Anjos, o palacio dos snrs. Duques de Palmella (nada d'isso existia tambem), incluia o que é hoje a quinta Palmella até ao chafariz, e tornejava pelo Salitre até lá a baixo, tornando a subir as ladeiras da Cotovia, Alegria, etc.

Ha uma phrase de certo auctor, confirmando o que digo. Escreve Manuel da Conceição, livreiro illustrado, na sua descripção do aqueducto das Aguas livres, annexa ao *Summario* de Christovam Rodrigues de Oliveira, que em 8 de Setembro de 1754 começou a correr agua no chafariz (que lá está) que se fez «defronte da fabrica da seda, no canto da cerca dos Padres da Companhia.» Qu erem marcação mais exacta?

*

O prospecto mais antigo que sei da casa do Noviciado existe no Museu das Bellas-Artes, nas Ja-

nellas Verdes: é no magnifico panorama de Lisboa em azulejo. Ahi nos apparece o edificio tal como seria no seculo XVII, com a feição aproximada que lhe dera o primitivo architecto. Aqui vai uma copia do frontispicio.



Vista da Casa do Noviciado (seculo XVII)

Descripção minuciosa do interior e seus adornos, essa não a conheço; cito apenas uns cincoenta quadros do templo, representando diversos passos da vida da Virgem, de Santo Ignacio de Loyola, e de S. Francisco Xavier; eram obra do Padre Domingos da Cunha, fallecido com 46 annos a 11 de Maio de 1644.

Este artista sacro tinha a alcunha do *Cabrinha,* pelas suas feições exquisitas, e pelo moreno da sua tez. Em rapaz tinha sido um dissoluto; mas um dia, allumiado da Graça interior, arrependeu-se, ordenou-se, e entrou para a Companhia. (1)

---

(1) Barbosa—*Bibl. Lusit.* T. I, pag. 710.

Não posso dizer se as obras do nosso Cabrinha se conservam; sei apenas que em 21 de Março de 1694 um incendio devastou grande parte da casa do Noviciado, pois m'o diz Barbosa na *Bibliotheca Lusitana*. (1)

Certamente se repararam os estragos, e bem, collaborando nos adornos as proprias Pessoas Reaes.

A Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya fundou n'este templo uma capella dedicada á Conceição da Virgem, e adornada de *excellentes marmores*. (2)

*

Da Rainha D. Maria Anna de Austria encontro rasto aqui no 1.º de Janeiro de 1717. Ia acompanhada das Infantas D. Maria e D. Francisca. Fizeram oração no templo, depois dirigiram-se á capella interior do Noviciado, a ver o presepio dos Noviços, e um d'estes proferiu uma pratica. D'ahi passou S. M. com as Infantas ao quarto do Padre Antonio Stieff, seu confessor, onde lhes estava preparando um *copo de agua*. (3)

*

Extincta a Companhia, passou a estabelecer-se na casa do Noviciado o Collegio dos Nobres, instituido por Decreto de 7 de Março de 1761. Larga-

---

(1) T. IV, pag. 193.
(2) *Hist. Gen. da C. R.* T. VII, pag. 738.
(3) *Gazeta* n.º 1, de 7 de Janeiro de 1717.

mente conta isso tudo Frei Claudio da Conceição no seu *Gabinete historico.* (1)

Entendia a philosophia politica de outr'ora, que os meninos das phalanges vinculares, os destinados a virem a ser a Còrte, a exercerem cargos na Politica e na Diplomacia, deviam ser educados de modo diverso do que se usava nas classes medias; e que a sua posição especial os entregava como pupillos natos aos cuidados do Monarcha. Vejo n'isso um resto da creação escolar e quasi familiar dos antigos Moços-fidalgos no paço.

Tudo tinha sua razão de ser, desde que as provas de Nobreza herdada se exigiam em muitas carreiras; a attenção do legislador, ainda apesar dos preconceitos, tendia a dar aos Nobres a illustração, que havia de realçar os serviços, que o sangue os obrigasse a prestar ao Rei e ao Paiz.

Foi o Collegio dos Nobres da Cotovia destinado a crear meninos cujos paes tivessem o fôro de Moço-fidalgo, pelo menos. A Junta administrativa compunha-se de um Reitor, um Vice-Reitor, um Juiz Conservador, um Secretario, um Thesoireiro, e um Fiscal. Vieram de Inglaterra e França instrumentos mathematicos, physicos, e astronomicos. Vieram professores estrangeiros de consummado saber: para Mathematica, o Doutor Miguel Franzini; para Physica, o Abbade Tallier; para Historia Natural, o Doutor Vandelli. Foram tambem professores o astronomo Ciera, o engenheiro Velasco, e o Doutor Brunelli. Eram nacionaes apenas os professores de

(1) T. XV, pag. 151 e seg.

linguas portugueza e latina, e o de desenho, o conhecido Joaquim Carneiro da Silva. (1)

A abertura solemne do estabelecimento, a sua inauguração em grande pompa, ainda tardou cinco annos depois da fundação.

No dia 19 de Março de 1766, assistindo el-Rei D. José, a Rainha D. Marianna, toda a Familia Real, o Cardeal Patriarcha D. Francisco de Saldanha, os Ministros, o Conselho de Estado, os Enviados estrangeiros, e muitas outras pessoas notaveis, Miguel Antonio Ciera, sabio Mathematico piemontez ao serviço de Portugal, e Prefeito dos Estudos no novo Real Collegio, leu um demorado discurso em latim, onde os logares communs e as hyperboles, á maneira do tempo, entretiveram os ouvintes, a maior parte dos quaes bocejaria á socapa, desejosa de vêr sentar-se o orador.

Possuo um magnifico exemplar d'esta peça de eloquencia artificial, na minha collecção olisiponiana.

Acabado o discurso, o Vice-Reitor, o Prefeito dos Professores, e os vinte e quatro meninos nobres com que se estreou a casa, prestaram a um e um juramento de defenderem a Conceição de Maria Santissima.

As disciplinas cursadas no Collegio eram Latim, Grego, Francez, Italiano, Inglez, Rhetorica, Poetica, Logica, Historia, Mathematica, Architectura militar e civil, Desenho, Physica, Equitação, Esgrima, e Dança.

Quasi todos os professores eram Italianos, menos

(1) Vide Ratton — *Recordações* — pag. 213.

o de Rhetorica; esse era Portuguez; e os de Grego e Latim, eram Irlandezes. O de Latim regia tambem Francez e Inglez; o de Rhetorica, lia Logica. (1)

Confesso que essa escolha de sabios estrangeiros, certamente feita com criterio e acerto, abona pouco a confiança do Governo nas luzes dos professores nacionaes.

Quanto aos alumnos, muitos se distinguiram por seu talento e estudo, e vieram depois a ter nome na politica do Estado. Especialiso o Marquez de Aguiar, o Conde de Linhares, o Conde da Anadia, D. Miguel Pereira Forjaz, D. Alexandre de Sousa Holstein, etc.

N'isto, fundava-se a Academia Real da Marinha por alvará de 5 de Agosto de 1779, e foi installada em parte do edificio do Collegio dos Nobres.

Que houve obras consideraveis no casarão, para a sua adaptação aos novos destinos que lhe davam, é bem provavel; seria talvez de então uma parte dos adornos magnificos, cujas ruinas ainda conheci em 1855 e 1858; e talvez datassem d'aquelle periodo reformador os admiraveis estuques da vasta sala dos actos.

Era a sala dos actos do Collegio dos Nobres a melhor de Lisboa até certo tempo: muito ampla, muito elegante, com grandes saccadas para o nascente, uma tribuna para a Familia Real, um estrado para as exhibições e discursos. Assim, pouco mais ou menos, m'a apresentam as minhas recordações

(1) Frei Claudio da Conceição — *Gabin. hist.* — T. XVI, pag. 141.

de estudante (pessimo e deploravel estudante que fui) na Escola Polytechnica.

Os estuques do tecto, que ainda em partes se viam e admiravam, eram do colherim de João Grossi, que tanto lidou em Lisboa; ajudaram-n-o o desenhador Falcão, e dois Brazileiros, Felix da Rocha, miniaturista, e seu primo José Tenorio, que ambos tinham aprendido em Roma. (1)

Se não existe, que eu saiba, vista da sala dos actos, onde tantas solemnidades litterarias se deram, nomeadamente duas brilhantissimas em 1835, descriptas n'outra parte, existe por felicidade o prospecto geral da frontaria, segundo o laborioso Luiz Gonzaga Pereira, já varias vezes citado no presente livro. Eil-o na estampa annexa; d'onde se vê que em relação ao desenho seiscentista conservou o edificio as linhas geraes, modificadas segundo as modas do seculo XVIII.

*

Tudo isso desappareceu, segundo logo direi; assim como foi abolido o Collegio dos Nobres pelo decreto de 10 de Janeiro de 1837, depois de ter estado muito tremido, pelos empurrões que lhe deram em 1823 alguns exaltados liberaes nas Côrtes.

Em 1837, ficou, por decreto de 21 do dito mez de Janeiro, o edificio todo á disposição do Ministerio da Guerra, a fim de ahi se estabelecer a Escola Polytechnica, fundada a 11 do mesmo mez e anno.

---

(1) Raczinsky — *Dictionn.* — citando o admiravel Cyrillo.



Vista do edificio do Collegio dos Nobres em 1833

Segundo Luiz Gonzaga Pereira

CAPITULO IV

Um dia, a 22 de Abril de 1843, ardeu este importante edificio.

Se m'o não tomam á conta de vaidade, permittam-me os leitores, que transcreva textualmente o que sobre este mesmo assumpto se lê nas *Memorias de Castilho*, capitulo XVIII do Livro IV, já ha muitos annos impresso no *Instituto* de Coimbra.

. . . .

«Pelas 3 horas da tarde de 22 de Abril — disse eu lá — começavam os sinos a dar signal de incendio; e mais, e mais, e desataram todos á uma a tocar a rebate! O que é? o que pode ser? Onde é? que edificio arde? Soube-se logo: ardia o Collegio dos Nobres.

«Assim chamava ainda o Povo á casa onde desde poucos annos se achavam as Escolas Polytechnica e do Exercito, e onde, antes do Collegio, tinha sido

a Casa do Noviciado da Companhia de Jesus. Foi um alarma em toda a população; correram para a Cotovia ondas de gente. Pereira Marecos, Administrador geral da visinha Imprensa Nacional, sahiu logo á frente de um cento dos seus operarios, com a bomba, e trabalhou valorosamente no mais renhido da peleja. Como o serviço dos incendios não tinha a constituição regular que tem hoje, lidaram como bombeiros, não só os gallegos capitaneados pelos seus capatazes (milicia paizanesca e rumorosa que todos ainda conhecemos), mas cidadãos de diversas classes, Empregados, Artistas, Deputados, Pares, todos á uma. Avaliaram-se em mais de seis mil os combatentes. Dos Ministros não faltou um, inclusivamente o dos Estrangeiros, doente havia dias. O Ministro da Marinha ali permaneceu, dando ordens, toda a tarde e toda a noite, até á manhan seguinte, sem tomar alimento. Os navios portuguezes, inglezes, e francezes, surtos no Tejo mandaram logo ao sitio do sinistro as suas guarnições, que realisaram prodigios de valor. Os professores e alumnos da Escola Polytechnica salvaram os mais importantes manuscriptos, livros e instrumentos.

«José Feliciano de Castilho, então Deputado, — diz um periodico francez — «querendo salvar quatro «ou cinco valentes marinheiros francezes e ingle«zes, que rivalisavam em heroicidade no alto de «uma parede que ameaçava ruina, de tal maneira «se expôz, que foi precipitado lá de cima, e pela «forma mais assustadora, recebendo dolorosas con«tusões e queimaduras graves;» são palavras de um

publicista do tempo; transcrevo-as para não ser suspeito de parcialidade. (1)

«El-Rei D. Fernando, emfim, que a todo o galope ali tinha apparecido com os seus ajudantes, auxiliou por suas proprias mãos a salvação dos livros e instrumentos, e mostrou o maior carinho para com os numerosos feridos d'esta renhidissima batalha, ordenando que fossem transportados sem demora para a Imprensa Nacional, constituida em hospital de sangue.

«Tenho aqui, diante de mim, alem de outras narrações, a que nos deixou do caso a *Revista Universal.* Como é da penna de Castilho, transcreverei alguns fragmentos.

. . . «Aos 22 do corrente Abril — diz o Poeta, depois de mencionar eruditamente a antiga Casa novicial da Companhia, e a moderna Escola Polytechnica — «um incendio começado não se sabe como, se levanta dos forros, no angulo direito, ao fundo do edificio, na parte pertencente á Escola Polytechnica.

«Antes que as torres dêem rebate, já os compositores, impressores, e mais empregados da visinha

---

(1) O texto original em francez é este: *Pour sauver l'existence de quatre ou cinq braves des deux nations* (Francezes e Inglezes dos navios surtos no Tejo) *qui rivalisaient d'héroisme au faîte d'une muraille prête à s'écrouler, le digne Député José Feliciano de Castilho s'exposa tellement, qu'il fut précipité de la maniére la plus alarmante, et reçut de douloureuses contusions et des brulures fort graves.*

L'Abeille — de 1 de Abril de 1843 — Tomo V, n.º 63.

Imprensa Nacional, em numero de mais de cem, acudiram.

«Ao toque dos sinos, rapidamente communicado de campanario em campanario até os extremos da Cidade, á vista da assombrosa columna de fumo que d'ali se levanta aos ceos, e á voz, de bocca em bocca repetida, de que anda o fogo a braços com um dos mais preciosos estabelecimentos d'esta pobre terra, confluem de toda a parte, alem das bombas, artifices e tropa obrigados pelo seu dever, um grande numero de voluntarios, cidadãos decentes e de representação, membros do Corpo legislativo e do Governo, magistrados, militares, lentes e estudantes, assim das escolas ameaçadas das chammas, como de outras, finalmente a tripulação de quantos navios nacionaes e estrangeiros surtos n'esse Tejo haviam de lá contemplado, no alto da Cidade, aquelles rolos de fumo negro, que torcidos, espedaçados, e abertos em grandes florestas de nuvens, denunciavam que, ajudado do vento impetuoso do Nordeste, o fogo, não só poderia em breve engulir o edificio que o borbotava, mas algum largo trato da povoação contigua e subjacente.

. . . .

«Vendo com que indómita violencia o elemento infernal ia recrescendo para o Oeste e para o Sul, todos os empenhos instinctivamente convergiram para arrancar debaixo d'aquelles tectos, parte ameaçados, parte invadidos já das labaredas, quantos objectos preciosos ahi jaziam enthesoirados, e cujo valor, diz-se, excedia muito a cem contos de réis. Bibliotheca, estampas, quasi todos os manuscriptos,

instrumentos de mathematica e de physica, utensis de chimica, museu zoologico e mineralogico, quadros, esculturas, alfaias, e mil outras preciosidades artisticas, algumas de prata e de oiro, e por derradeiro a propria mobilia, tudo foi disputado, arrancado ao inimigo invencivel, não sem asperrimo trabalho, não sem perigos multiplicados e horrorosos, não sem lesão e sangue de muitos dos generosos combatentes.

. . . .

«Mas, em quanto assim se desbaratava para se salvar, e se salvava quasi inteiro, o thesoiro das sciencias... o edificio (ou porque os da arte não soubessem, ou porque não podessem acudir-lhe) ia a lanço e lanço desabando, e abysmando-se. Ao cabo de cinco horas, a fundação antiga dos Jesuitas, o Collegio dos Nobres, a Escola Polytechnica e do Exercito, tinham completamente cessado de existir.

«O templo, rico de suas esculturas em marmore, de suas pinturas a fresco, de suas esculturas e memorias antigas, foi o ultimo que veio ruidosamente a terra.

«O Sacramento, e a Imagem da Mãe de Deus, ainda a tempo haviam sido levadas para seguro. Eram 8 horas da noite, já não havia que salvar, nem a que se acudisse! As bombas limitavam-se em refrescar as moradas visinhas; a tropa, em guardar o espolio amontoado pelas ruas. Os cidadãos, que tão bem haviam merecido da Patria, contemplavam tristemente, por entre os redemoinhos de cinzas, fumo, e faiscas, revolvidos pelo vento, a longa frontaria d'aquelles paços, pouco ha tão ufanos com o

seu triplice diadema, religioso, aristocratico, e scientifico, medonhamente illuminado por todas as suas janellas e portões de par em par abertos.

«Um sussurro soturno ia lá por dentro, por aquelles salões e corredores deshabitados, por onde uma turba vacillante e erradia de caprichosas labaredas, toucadas de fumo e de scentelhas, pareciam andar tripudiando no phantastico festim do demonio da destruição.

«O relogio, que tantas horas para a creação de grandes homens tinha já contado, e esperava contar ainda, devia deixar correr estas, sem as denunciar; o relogio já não bateu ás 4 horas! era morto, como tudo mais! morto, como os bellos dias que elle se comprouvera de ir repartindo entre o trabalho e a recreação.

«Mas como pereceu em cinco horas o edificio venerando de duzentos annos? Como foi impossivel o livrar-se alguma parte d'elle? Eis ahi o que todos perguntam, e a que não sabemos responder.

«Desde a sua origem até o seu complemento, pareceu esta catastrophe providencialmente mysteriosa.» (1)

---

(1) *Revista Universal* — T. II, pag. 399 art. 1619 intitulado *O incendio.*

CAPITULO V

Copiei no Museu do Carmo, pela amavel concessão do meu saudoso amigo Possidonio da Silva, uns apontamentos de José Valentim (o grande José Valentim!), que assistiu ao mesmo incendio, e nos descreve o que viu. Leiam, e pasmem.

«A primeira capella da esquerda tinha um grande quadro na frente, e um de cada lado.

«A 2.ª era de S. Francisco Xavier, e toda de mosaico; o Santo era de pedra, e tinha mais dois tambem de pedra sobre as portas dos lados, em nichos.

«A 3.ª era de reliquias atraz de um retabulo.

«Nas do outro lado não reparei.

«A capella mór tinha um retabulo á maneira do da egreja de S. Roque; por cima do quadro do centro da 1.ª ordem tinha um remate á maneira de docel, de talha doirada. O quadro redondo que tinha em cima era da Coroação da Senhora, e não pôde salvar-se por falta de escadas.

«O tecto era de estuque á maneira do da Conceição velha, e tinha no meio, em baixo relevo, Nossa Senhora da Conceição.

«Tinha quadros entre as janellas das tribunas, que por serem escuros não posso dizer com certeza o que representavam; pareceram-me os 1.os os Doutores ou Evangelistas, ou uns e outros; e os 2.os quadros da vida de Christo. Queimaram-se todos, talvez por falta de escadas.

«Quando eu cheguei andavam a salvar os objectos pequenos da egreja, como resplendores, castiçaes, etc., e não me deixaram entrar. Depois uma pessoa conhecida conduziu-me para dentro, e ajudei a salvar as imagens e o quadro grande da 1.a capella do poente. Ao trazel-o para fora espalhou-se uma voz de que cahia o tecto, e todos fugiram, ficando só eu e a sentinella da Guarda municipal, que estava ao topo do guarda vento, talvez por me ver ficar tambem, porque olhando para o tecto não lhe vi signal de ruina. Depois foram tornando a entrar algumas pessoas, e levámos para fora o painel. Trazendo alguem uma escada velha, com outra que havia, ambas pequenas, foram tirar os paineis da capella mór, com grande temeridade; mas depois, quebrando-se uma das escadas, nada mais se pôde salvar, á excepção das teias, ou parte d'ellas. A tempo que já ia anoitecendo, tinham chegado os francezes. (1) Das escadas da repartição dos incendios nenhuma foi mandada para a

---

(1) Officiaes e marinheiros de um navio de guerra francez surto no Tejo.

egreja; do contrario salvava-se quasi tudo, porque ouvi dizer que o fogo não principiou na egreja senão quando seriam 9 horas da noite.

«Como me não tinham deixado entrar na egreja, fui dentro ao Collegio, e ajudei a salvar a mesa com o vidro de esterzir, a tempo que o snr. Casassa, da Bibliotheca, e outros (1), tratavam de salvar os armarios da livraria; e não tendo conhecimento do edificio, não me atrevi a ir para dentro, e sahi para fora, onde encontrei quem me conduziu para dentro da egreja.

«Andavam todos tão influidos em salvar tudo, que até me proposeram o tentar salvarem-se as imagens de pedra da capella de S. Francisco Xavier; ao que respondi que sendo grandes, e sem madeiras, nem um apparelho, não era possivel.

---

(1) Francisco Casassa, que falleceu Conservador addido da Bibliotheca Nacional de Lisboa, era então Official da Real Bibliotheca publica; foi um dos empregados antigos da casa atirados com desdem e rancor para o cesto dos papeis velhos e inuteis chamado por euphemismo *a classe dos addidos,* afim de arranjar logar para a entrada de varios afilhados pela janella, e não pela porta, por onde legalmente tinham entrado os que lá se achavam, em virtude de concursos documentaes, oraes, e escriptos. Os *addidos* foram, além de Casassa: Conselheiro Antonio de Oliveira Marreca, escriptor e historiador, e Guarda Mór do Real Archivo da Torre do Tombo; o venerando Conselheiro Antonio José Viale, Conservador da Bibliotheca, Socio da Academia Real das Sciencias, mestre dos nossos Soberanos, el-Rei D. Pedro V, el-Rei D. Luiz, e el-Rei D. Carlos; Eugenio Eduardo de Mascarenhas e Meneses, Secretario da Bibliotheca; Eugenio de Castilho, Amanuense da Secretaria, e outro.

«Perguntaram-me no fim que mais se havia de tirar; disse-lhes que só se tratasse de tirar a teia que estava no cruzeiro. Iam para lá, quando chegaram os francezes, que, deitando-se a ella com os portuguezes, tão desattentadamente o fiseram os francezes, que ao tempo que a arrancaram maltrataram os portuguezes, dos quaes eu vi um vir a coxear, e outro com uma mão ferida vir lavar-se á pia da agua benta; e eu escapei, porque vendo ir tambem os estrangeiros, deixei-me ficar ao pé do guarda-vento, e ao ver o que se passava (e era quasi noite) sahi.»

Leio ter sido architecto das obras indispensaveis á installação da nova Escola Polytechnica Angelino da Silva e Castro, sob a inspecção do Director José Feliciano da Silva e Costa, auxiliados pelo castelhano D. Luiz Muriel, professor de desenho. Elaboraram o projecto, que depois foi, com muitas modificações, levado á realisação por Pedro José Pezerat.

Então e em successivos annos ahi se fizeram obras consideraveis, que depois do incendio de 1843 deram feição completamente diversa ao edificio. Lembro-me de ver Pezerat, no seu cavallo branco, chegando a toda a pressa, vigiando os trabalhos, subindo aos andaimes, animando e ensinando, n'aquelle seu portuguez afrancezado, e com os seus enthusiasmos de grande artista.

As duas columnas da frontaria eram da capella mór de S. Francisco da cidade; e para dar a illusão de um peristillo, o architecto respondeu-lhes com pilastras sob o mesmo entablamento, coisa que (diga-se a verdade) não acho agradavel.

Em 1857 pensava-se em abrir uma rua entre o edificio da Escola Polytechnica e a calçada do Salitre; em sessão de 6 de Julho mandou a Camara Municipal informar com urgencia a sua repartição technica, porque o Ministerio da Guerra pedia informações no assumpto, que a final ficou em nada; e não creio se perdesse muito. (1) Em 26 de Abril de 1858 torna a mesma repartição a ser interpellada; ignoro com que resultado. (2)

Em 24 de Outubro de 1863 inaugurou-se a nova installação do Observatorio meteorologico do Infante D. Luiz. (3)

Que mudanças! que vicissitudes no correr de dois seculos e meio! Uma quinta, uma capellinha campestre, um edificio para Noviciado da Companhia, um incendio, um Collegio de Nobres, a sua suppressão, outro incendio, uma Escola Polytechnica, um Observatorio, e um Jardim botanico! Depois d'isto, que mais virá?

E' que tudo é ephémero n'este mundo, e muito mais as edificações, e muitissimo mais ainda as instituições humanas. A longevidade raras vezes a disfrutam.

*

Uma rapida digressão a respeito de longevidade:

Em Lisboa, *defronte do Collegio dos Nobres*, vivia em 1791 uma centenaria, por nome Marianna

---

(1) *Annaes do Mun. de Lisb.* — 1857 n.º 40, pag. 324.

(2) *Annaes* — 1858 n.º 9 pag. 81.

(3) João José de Sousa Telles — *Annuario*, pag. 41.

de Sousa, nascida em 1676! contava pois mais de 115 annos. Esteve casada 56 annos; teve 10 filhos, e era viuva desde 37 annos. Em casa tinha uma joven filhinha... de 75 primaveras. (1)

Estes exemplos de teima em viver não são muitissimo raros; nos conventos femininos eram frequentes.

Vejamos mais:

Dentro no castello de S. Jorge morreu, a 4 de Novembro de 1731, Francisco Marques, com 116 annos (2).

Meado Abril do mesmo anno falleceu no seu mosteiro de Santa Monica, em Lisboa, com mais de 120 Janeiros, D. Theresa de Castro, irman de Ruy de Figueiredo de Alarcão, Senhor de Otta, e de Manuel de Sousa de Figueiredo (3). Dedico esta noticia á Casa de Belmonte.

Em Palmella morreu, a 5 de Abril de 1732, com 123 annos, Brites Rodrigues, viuva de Domingos Dias. Em Outubro do mesmo anno com 109 annos Francisco Cordeiro, no logar dos Montes, termo de Palmella; e com 115 Antonio Corrêa. (4)

Finalmente, na villa do Barreiro, margem esquerda do Tejo, acabou a 17 de Outubro de 1731, com a bagatella de 125 invernos, João Rodrigues Escarinhado, natural de Collares. Interessante macrobio! tinha 34 annos quando em 1640 servia nas

(1) Almanack de 1791 — pag. 467.
(2) *Gazeta* — n.º 45, de 8 de Novembro de 1731.
(3) *Gazeta* — n.º 17 de 26 de Abril de 1731.
(4) *Gazeta* — n.º 50, de 11 de Dezembro de 1732.

Flandres como soldado d'el-Rei D. Filippe III; mas como era patriota, passou-se a Portugal depois da acclamação d'el-Rei D. João IV, e achou-se na restauração de Evora. Era casado, havia 87 para 88 annos, com Antonia Rodrigues, que em 1731 tinha 104 primaveras; e o curioso é que ambos se apagaram no mesmo dia, sendo conduzidos na mesma tumba, e sepultados na mesma cova, na mesma matriz do Barreiro. (1)

Basta, que, não estou a escrever os fastos de Mathusalem.

Voltemos ao Collegio dos Nobres.

---

(1) *Gazeta* — n.º 51, de 13 de Dezembro de 1731.

CAPITULO VI

Temos defronte da Escola Polytechnica a travessa *do Pombal*. Deixem-me na minha; continuo a chamar-lhe assim, apesar do edital de 28 de Dezembro de 1880, que a denominou rua *da Imprensa Nacional*. Não andou bem quem approvou essa mudança.

Antes de mais: ha quem cuide que o antigo nome d'esta travessa se liga com uma visita do celebre Ministro d'el-Rei D. José á Impressão Regia. Puro engano. Ainda elle era Sebastião José, e já o sitio era desde muito *o Pombal*.

Sim *o Pombal* era uma denominação extensiva. Dizia-se a travessa *da Penha de França, ao Pombal*, para a distinguir do antigo cabeço do Alperche; a praça *das Flores, ao Pombal;* a rua *do Arco, ao Pombal;* a rua *dos Prazeres*, a *da Madre de Deus*, a *da Conceição*, a *de Santo Antonio, ao Pombal;* de tudo isso tenho achado vestigios. Castro escreve: «Jorge Rodrigues, mestre das Reaes

Obras, que *no sitio do Pombal* havia feito uma barraca de madeira (1)»; e n'outra parte: «a rua para baixo *do Pombal*» (2); e n'outra parte ainda: «o bairro *do Pombal*». (3)

Em 1767 já encontrei mencionada a *travessa do Pombal* na habilitação de Alexandre Luiz Nunes para Familiar do Santo Officio; e o *Almanack de Lisboa* para 1791 (4) diz muito claro a rua *da Penha de França, ao Pombal,* quando de outro sitio proximo, situado a poucos passos para o nordeste, diz a rua *de S. Marçal, á Cotovia.*

Na celebre vista grande de Lisboa, a oleo, que pertenceu á Casa do Noviciado, e hoje se guarda na Academia Real das Bellas-Artes, vejo n'estes sitios um enorme pombal, que parece ter pertencido, como annexo, á quinta da Cotovia, de que em breve vou falar. Foi certamente elle que deu nome ao sitio. Reproduzil-o-hia aqui, se me tivesse sido possivel copial-o; mas, por infelicidade, acha-se tão altamente pendurado no Museu das Janellas-verdes, que a minha vista não pôde alcançar certos pormenores.

Vamos de vagar. Entra agora uma noticia historica do maior interesse.

*

Vou revelar aos estudiosos um facto, que me

---

(1) Castro — Mappa — T. III, pag. 157 — *Almanack* de 1791, pag. 174 e 381 — *Gazeta,* n.º 13 de 30 de Março de 1802.

(2) *Mappa* — T. III, pag. 176.

(3) *Mappa* — T. III, pag. 173.

(4) Pag. 302.

levou annos a authenticar, e me alvoroçou, como ha-de alvoroçar a quem se interésse n'este genero de estudos.

O palacio da Imprensa Nacional, meio demolido e transformado já (1904), por causa das longas, custosas, mas indispensaveis, obras da nova installação, é antigo, é interessante, e é historico. Ali habitou um dos Principes mais respeitaveis da Casa de Bragança.

Passemos á demonstração.

*

O snr. José Ramos-Coelho, meu amigo, e doutissimo Academico effectivo da Academia Real das Sciencias, levantou, como todos sabem, um monumento á gloria do mallogrado e infeliz Senhor D. Duarte, irmão d'el-Rei D. João IV. Em dois grossos volumes, que são bem mais que a biographia de um homem, pois são a historia politica do tempo, deixou obra immorredoira, que attesta as altas faculdades litterarias do autor, a sua perseverança, o seu desinteresse, a sua dedicação.

O Senhor D. Duarte de Bragança é um exemplar, de todo o ponto attractivo e sympathico, do homem bom, do Fidalgo sério e cumpridor, do Principe dedicado á sua terra, e desejoso de accrescentar, pelos meritos proprios, a illustração do sangue.

Para sujeitos assim, é que o Poeta escreveu:

E' nullo herdado lustre onde outros faltam.
Honra de meus avós não suppre á minha.



O Senhor Dom Duarte, irmão do Senhor D. João IV

Condemnado á ociosidade, quiz trabalhar. Como Portugal jazia acorrentado em mãos de estrangeiros, offereceu a sua espada á Austria, e (sem remuneração de especie alguma) lá se foi combater pela Fé nos exercitos do Imperador. O modo vil como lhe pagaram a dedicação, todos o sabem.

Depois de alguns annos de ausencia, negocios de sua casa o chamaram a Portugal.

Quando Ramos-Coelho trata d'essa vinda á Patria em 1638, conta-nos a viagem do Senhor D. Duarte pela posta até á Hollanda.

Era o momento, em que as prepotencias do Governo de Castella, adrede exacerbadas, queriam dissimuladamente forçar o Reino portuguez a levantamentos populares, que motivassem novas repressões, novas crueldades, novas humilhações. Villa-Viçosa, ou temendo, ou dissimulando, abstinha-se de qualquer passo suspeito; mas o instincto nacional appellava para a Casa de Bragança, como para a unica salvação possivel em tão apertada conjunctura. N'um porto de Hollanda fretou um navio, e navegou para Portugal, o irmão do Duque.

Chegado a Lisboa a 20 de Outubro de 1638, passou-se a Aldeia Gallega, tomou uma liteira, e correu para os paços ducaes de Villa-Viçosa acompanhado da creadagem numerosa do seu sequito. Chegou, eram 10 horas da noite. O alvoroço do Principe ao avistar outra vez, depois de mais de quatro annos de ausencia e saudades, a sua villa natal, a alegria do Duque, da Duqueza, e dos familiares, nada d'isso pode descrever-se, mas entendemol-o todos.

Poucos dias andados, ainda em Outubro, encontrâmol-o em Thomar; voltou a Villa-Viçosa, e a 23 de Novembro arrancou-se para Lisboa.

Queria abalar logo para a Allemanha, mas não achou navio; e, apesar dos agudissimos melindres da sua posição na Capital, viu-se constrangido a uma permanencia incommoda em Lisboa.

«Os temores de D. Duarte — pondera Ramos-Coelho — não careciam de fundamento. A sua vinda...... pôz álerta o valido de Filippe IV; a seita dos sebastianistas, expressão eloquente da saudade de melhores tempos, e anceio de recuperar a independencia, o qual engrossava cada vez mais com os descontentes,...... aproveitou o ensejo, e declarou á bocca cheia que D. Duarte fôra enviado expressamente pelo Encoberto......

«A mais subiram porém as manifestações de amor e enthusiasmo a favor do irmão do Duque de Bragança; houve até quem, em nome da salvação publica, lhe offerecesse a Corôa, se D. João a não quizesse.» (1)

O intempestivo, mas naturalissimo, enthusiasmo publico pôz de sobre-aviso o prudente Principe; e em vez de escolher sitio onde fôsse facilmente visto, quiz que o aposentassse (como diz o Padre Nicolau da Maia de Azevedo, citado pelo instruido Academico) D. Francisco de Faro, muito seu parente, na quinta de Francisco Soares, sogro d'elle.

Era D. Francisco um Portuguez ás direitas; sob o sceptro estrangeiro, animava-o a esperança de me-

---

(1) *Historia do Infante D. Duarte* — T. I. pag. 255 e 257.

lhores dias, e conservava latente no coração o amor á legitimidade. Filho segundo de D. Estevam de Faro, 1.º Conde de Faro, e da Condessa D. Guiomar de Castro, da Casa de Alvito, veiu, por fallecimento de sua sobrinha, a 3.ª Condessa de Faro, D. Joanna Julianna Maria Maxima de Faro, a herdar a casa paterna, que aliás não era grande.

Talvez para compensar essa mingua, deparou-lhe a Providencia uma opulenta noiva, com quem casou ainda no seu tempo de filho-segundo, e em quanto vivia seu irmão primogenito, o 2.º Conde, isto é, antes de 1633. Era essa noiva D. Marianna da Silveira, filha herdeira do muito abastado proprietario e argentario Francisco Soares, a quem, diz D. Antonio Caetano de Sousa, chamavam «o da Cotovia», por viver na sua quinta d'esse nome, cabeça de opulento morgado.

Teve D. Francisco muitas honras e importantes cargos; veiu a ser do Conselho de Estado d'el-Rei D. João IV e D. Affonso VI, aio d'este ultimo senhor, Presidente do Conselho Ultramarino, Védor da Fazenda, serviu altos postos na milicia, e a final, vagando a Casa de Odemira, por fallecimento do 6.º Conde, nomeou el-Rei D. João IV para succeder n'ella a este D. Francisco de Faro, com o tratamento de sobrinho, em 1646.

Com o seu animo dedicado prestou o mais alto serviço ao irmão do Duque de Bragança, approximando-se-lhe, acompanhando-o, dando-lhe os seus prudentes avisos, pintando-lhe, como conhecedor, o melindroso estado do Reino, confidenciando máguas que eram de todos, e hospedando-o bizarra mas en-

capotadamente na quinta da Cotovia, que era do sogro, o dito Francisco Soares.

A curta residencia do triste D. Duarte em Lisboa, foi mais um homisio de foragido, do que uma installação condigna de tão grande senhor.

*

Quando Ramos-Coelho compunha a sua obra, consultou-me; e, sabendo que manuseio com gosto as antiguidades lisbonenses, perguntou-me onde tinha sido a tal *quinta da Cotovia*. Não soube responder, mas assestei logo o meu telescopio, e puz-me a observar os astros. A observação foi demorada.

O livro *Historia do Infante D. Duarte* sahiu sem a nota que o illustradissimo auctor desejava da minha penna a esclarecer a duvida.

Agora posso responder á inquirição do meu amigo. No ennevoado céo da Historia, através das nuvens genealogicas, lá está, lá está brilhante a certeza. A quinta da Cotovia ficou achada.

E sabe o estudioso onde a ha-de procurar? eu lh'o digo. Nenhuma tão propria para esconder o Principe, a quem uma demora ostentosa em Lisboa podia acarretar a elle, e ao irmão, e a Portugal, gravissimos compromettimentos.

Vejamos:

Ficava longe dos centros politicos; era n'um arrabalde então de todo ermo, n'estes altos da Cotovia, e no proprio sitio onde vemos hoje a Imprensa.

Ahi residiu D. Duarte desde os ultimos dias de Novembro até 13 de Dezembro. (1)

A casa d'esta quinta, já agora historica, era por certo bem diversa do palacio que hoje vemos. Já o leitor se recorda de eu ter falado n'ella e no seu *pombal;* aqui vai uma vista, que deve ser authentica, e é tirada do magnifico e extensissimo painel de azulejo no Museu das Bellas-Artes. Esse es-



Vista da casa da quinta da Cotovia, com o seu pateo ao meio, e o seu *pombal* á esquerda

boço representa, com as imperfeições das antigas reproducções graphicas, a casa onde poisou o mallogrado D. Duarte.

*

Permitta-se-me agora dizer como cheguei a este resultado, e como posso affirmar isso que digo. Peço attenção.

Temos uma quinta suburbana pertencente a Francisco Soares em 1638. Vimos nas demarcações da freguesia das Mercês, citada como baliza em 1625 (2)

---

(1) Livro citado, pag. 265.

(2) Cap. XXXIV, pag. 301 do Tomo II d'esta obra.

para a parochia de Santa Catherina, as terras que iam do mosteiro de S. Bento para o norte «até á quinta de Francisco Soares»; o que nos empurra para os cabeços da Cotovia. Sabemos que ao tempo da fundação da Imprensa Nacional (1768) o palacio em que a estabeleceram pertencia a D. Fernando Soares de Noronha (1). Diz-nos Carvalho da Costa que no seu tempo (1712) existia no limite da freguezia de Santa Catherina a *quinta da Cotovia*. João Baptista de Castro, no *Mappa*, diz que o estrago do terremoto de 1755 pela freguesia de Santa Isabel não foi grande. «Só na rua *da Cotovia*, — explica o Padre — desde as *casas de D. Rodrigo* até ás obras do Conde de Tarouca, e bairro do Pombal, houve alguma derrota nos edificios.» Finalmente Ratton escreve, em 1813, que a Imprensa Régia se achava no solar de *D. Rodrigo de Mello*.

Todas estas contas dispersas, enfia-as muito bem a genealogia. Eis o fio; e peço a quem me fizer a honra de me estar lendo, me conceda um favor: por muito avêsso que seja ao estudo d'estas séccas genealogicas, abra excepção agora, e vá vendo attentamente os varios estádios do caminho percorrido, que são os varios argumentos da minha demonstração.

Entro em materia:

*

1 — *João Alvares Soares*, chamado o da Amieira, natural do Tojal, casou com Maria Calado. Tive-

(1) Consulte-se o *Relatorio* da mesma Imprensa, de 1869.

ram dois filhos: André, e Christovam. Vejâmos a descendencia de André, e logo veremos a de Christovam.

§ 1.º

2 — *André Soares,* Commendador das Sarzedas e Bemposta na Ordem de Christo, Fidalgo da Casa Real, do Conselho d'el-Rei D. João III, etc. Serviu em Africa. Em 1543 foi Escrivão da Fazenda, e, pela muita valia que teve com o mesmo Rei, subiu a Secretario de Estado. Foi tambem Feitor em Flandres, e Secretario da Rainha D. Catherina. Acompanhou a Castella a Princeza D. Maria, mulher do Principe D. Filippe, como encarregado das valiosas joias do dote da mesma senhora. Foi proprietario do officio das petições das Commendas. Casou com D. Maria Botelha, filha de Diogo Salema e de Catherina Botelha. Instituiu um grande morgado da renda de mais de 8 mil cruzados d'então. Tiveram filho:

3 — *Manuel Soares,* senhor do morgado de seu pae, pelejou em Alcacer, onde ficou captivo (1578). Sahiu no resgate dos oitenta fidalgos, e foi um dos eleitos para virem ao Reino com D. Miguel de Noronha e D. Duarte de Castel-branco para tratarem do dinheiro que se havia de dar ao Xarife. De sua 2.ª mulher D. Maria de Sequeira, viuva de Pero Vaz de Sequeira, e filha de Gonçalo de Sequeira e de D. Genebra, teve:

4 — *Francisco Soares,* chamado «o da Cotovia», da quinta onde era o seu solar; herdou o morgado, e casou com D. Maria da Silveira, filha de D. Antonio de Almeida, de alcunha *o cão morto,* e de

D. Catherina Salema, 2.ª mulher. Foi esse o hospedeiro do senhor D. Duarte, como dono da quinta *da Cotovia,* onde o genro d'este, D. Francisco de Faro, albergou o Principe. Reparem: De sua mulher teve o Soares por filha:

5 — *D. Marianna da Silveira*, fallecida em 11 de Outubro de 1648, e casada com D. Francisco de Faro, que foi 7.º Conde de Odemira, fallecido em 1661. Este é que foi o fiel brigantino, o amigo dedicado e prudente, que, segundo acabo de indicar, e repito para maior clareza, hospedou o Senhor D. Duarte na quinta do sogro. D. Francisco e D. Marianna tiveram filha unica:

6 — *D. Maria de Faro,* 8.ª Condessa de Odemira por sua cabeça, Duqueza do Cadaval pelo casamento; fallecida em 1664. Casou duas vezes; a 1.ª com D. João Forjaz Pereira Pimentel, 8.º Conde da Feira; sem geração; a 2.ª com D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello, 1.º Duque do Cadaval. Teve d'este ultimo:

7 — *D. Joanna de Faro*, 9.ª Condessa de Odemira, nascida em 1661, fallecida com oito annos em 1669; pelo que, o morgado da Cotovia transitou para Diogo Soares seu parente, como se vai ver. (1)

(1) «Ficou-lhe ao Duque do Cadaval uma filha de sua mulher, filha de D. Francisco de Faro, Conde de Odemira, e com ella os morgados de Francisco Soares da Cotovia, seu tio. Esta menina podia ter oito annos; esta levou Deus para si, e com sua morte perdeu a casa do Duque um bom golpe de fazenda, buscando os morgados os parentes que chama a instituição d'elles.»

Monstruosidades do tempo e da fortuna, pag. 70.

§ 2.º

Passemos ao 2.º filho do velho João Alvares Soares, que foi

2 — *Christovam Soares*, Moço da Camara d'el-Rei D. João III. Serviu na India, e foi Feitor de Achem. Serviu Commenda em Mazagão, sendo Capitão Francisco Botelho. Foi Commendador de Loures na Ordem de Christo. Lavrou testamento em 5 de Novembro de 1565, e d'elle consta quem foram a mulher e os filhos. Casou com Mecia de Lemos; e além de outros tiveram:

3 — *Jeronymo Soares*, que herdou um morgado instituido por seu pae. Foi Capitão no terço de Gaspar de Sousa. De sua 1.ª mulher D. Filippa (ou Luisa) de Sousa, filha de D. João Taveira do Avellar, teve:

4 — *João Alvares Soares* (nome do bisavô), Cavalleiro na Ordem de Christo, Provedor da Alfandega de Lisboa, e muito abastado. Herdou o morgado de um seu tio Braz Soares, e teve muitas demandas com o Duque do Cadaval. Casou com D. Maria Soares, filha do Secretario Diogo Soares (dos *Soares Lagartos*) e de D. Francisca de Mello; tiveram:

5 — *Diogo Soares da Veiga do Avellar e Taveira*, Provedor da Alfandega de Lisboa, irmão de D. Jeronymo Soares, Bispo de Viseu. Foi este quem succedeu no morgado da Cotovia á 9.ª Condessa de Odemira. Casou a 1.ª vez com D. Antonia de Noronha, filha de D. Pedro Coutinho e de D. Marianna de Castro. Tiveram:

6 — *João Pedro Soares da Veiga Avellar Taveira e Noronha*, Provedor da Alfandega, senhor

do morgado da Cotovia, fallecido em 1732. De sua 3.ª mulher (1713) D. Anna Joaquina de Portugal, fallecida em 1732, filha de Bernardo de Vasconcellos e de D. Maria Magdalena de Portugal (dos Commendadores de Fronteira) teve:

7 — *D. Maria Antonia Soares,* a qual casou com D. Rodrigo Antonio de Noronha e Meneses, irmão do 4.º Marquez de Marialva, General, e Governador do Algarve em 1754. Tiveram entre outros filhos:

8 — *D. Fernando Antonio Soares de Noronha,* Governador do Maranhão, fallecido em 1798. E' este o que aforou o palacio á Impressão Regia; elle, com toda a probabilidade cortou a quinta em ruas, das quaes uma ainda conserva por memoria o nome de *Noronha.* E' uma recordação historica, ainda em pé, até que algum Vereador se lembre de a substituir pelo seu nome. Não tendo D. Fernando geração, passou o vinculo para sua irman

8 — *D. Joaquina de Noronha,* mulher de D. João Domingos de Mello Abreu Soares de Vasconcellos, senhor de Casa, fallecido em 1805. Tiveram:

9 — *D. Rodrigo Antonio de Mello,* irmão do 1.º Conde de Murça. E' este o *D. Rodrigo de Mello* a quem se refere Ratton em 1813. Casou com D. Maria José de Saldanha e Castro, filha de Antonio de Saldanha de Mesquita Lobo de Albuquerque e Castro Ribafria, Morgado de Penha-verde, e de D. Marianna José Vaz Pereira Zignoni. Tiveram entre outros:

10 — *D. Antonio José de Mello e Saldanha,* General de Divisão, fallecido ha poucos annos.

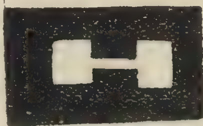
Querem prova mais clara de que no edificio da Imprensa Nacional se aposentou o sympathico D. Duarte? não ha. (1)

*

A casa era excellente, vasta, e situada o melhor possivel, com extensas vistas para toda a parte, jardim ao sul, de que ainda conheci vestigios, allegretes azulejados, etc., e quinta, que decerto se alastrava, com as suas latadas e arvoredos, até á rua de S. Bento e ao Rato.

Hoje, e ha já muitos annos, é difficillimo perceber ali as grandezas de uma vivenda senhoril, a não ser por fora. Por dentro desappareceram os salões, rasgados em longas galerias para a composição typographica; e os annexos, que as exigencias industriaes ali foram implantando, acabaram de mascarar esta nobilissima residencia dos morgados da Cotovia.

Formava, e forma ainda, o edificio um vasto parallelogrammo, cortado de dois pateos no eixo maior, communicados por uma passagem. O segundo, o interior, o do norte, acha-se obstruido de officinas. O primeiro, o do sul, era o nobre, onde as carruagens entravam e davam volta. A' direita subia a escadaria em dois lanços successivos; ella, e os bellos azulejos ainda conservados em muita parte da



Planta geral do palacio da Imprensa Nacional

(1) Estes apontamentos começei a traçal-os á vista de

casa, são os derradeiros padrões da sumida grandeza de outr'ora.

Depois, trabalha a imaginação, e vê a grande quinta, vasta pagina rural attinente ao palacio, e estendendo-se com as suas sombras verdes pela nossa travessa *do Pombal* a baixo até á grande arteria da rua *de S. Bento,* chegando ao Rato, e fechando a volta ao longo da nossa rua *das Fabricas das sedas.* Todas as ruas contidas n'esse ambito de terra são novas, e nasceram depois de 1755. A rua *do Noronha,* e a travessa *do Noronha,* são, como acima indiquei, intencional lembrança do dono do palacio por esse tempo; o já mencionado D. Fernando Antonio Soares de Noronha; e de alguns predios da proxima rua *do Arco* sei eu, que pagavam foro a D. Rodrigo Antonio de Mello e e seus successores; o que mostra a extensão da parte rustica aforada para edificações urbanas.

*

Um leve additamento ao capitulo.

Os Condes de Odemira possuiam em Lisboa uma habitação deliciosa; mas era tão central (ou, pelo menos, tão proxima dos centros concorridos), que o Conde D. Francisco, segundo vimos, hospedou o

---

notas que me deu o meu bom Conde de Bertiandos, excellente sabedor de linhagens; e para os completar forrageei no cartorio genealogico de Anselmo Braamcamp Freire. Em me vendo embrenhado n'estes assumptos, de que pouco alcanço, grito *Aqui d'el-Rei,* e sempre me acode algum amigo.

Senhor D. Duarte na quinta suburbana do sogro. Mas onde era a casa dos Faros? Justamente onde fica hoje, por um maligno e traiçoeiro disparate da sorte, aquelle monstro pseudo-manuelino, chamado a estação do Rocio.

Em 1628 assim se refere a essa nobre residencia o viajante francez Monsieur de Monconnys:

«A casa do Conde de Faro é na cidade, e agradabilissima; tem uma quantidade de jardins, bosques, alamedas, estendaes de flores, e grande somma de fontes. O que lá existe mais notavel, é uma grande mesa, feita de pedras raras postas em mosaico a formarem figuras muito á propria.» (1)

Essa casa entrou em poder dos Mellos (Cadavaes) pelo casamento da senhora Condessa de Odemira com D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello, 1.º Duque.

---

(1) *La maison du Comte de Faro, qui est dans la ville, est très agréable; elle a quantité de jardins, forêts, allées, parterres, et une infinité de fontaines; et ce qu'il y a de plus remarquable est une grande table faite de pierres précieuses rapportées, qui forment des personnages au naturel.*

Voyages de M. de Monconnys — (1628) — T. IV, pag. 35.

CAPITULO VII

N'essas nobres casas da quinta da Cotovia foi pois que em 1768 o Alvará de 24 de Dezembro collocou a Impressão Régia, destinada a trazer grande impulso ás artes graphicas, e dispensar o auxilio, sempre caro, dos antigos *impressores da Casa Real*. Por iniciativa do admiravel Ministro, cujo genio administrativo quasi faz esquecer o seu coração duro, teve em Portugal a arte de Guttenberg um solar condigno da sua missão civilisadora.

Foi primeiro Administrador Miguel Manescal, impressor celebre, «o honrado Miguel Manescal», como lhe chama Ratton (1), e continuou no exercicio do seu cargo até morrer; e ao entrar desistiu da officina que possuia, mediante a indemnisação de 600$000 réis annuaes.

«Quanto foi util este Administrador — observa o mesmo Ratton — se pode ver do rendimento da mesma Régia Officina, que não só chegava para

(1) *Record.* — pag. 167.



Fachada principal do palacio da Imprensa Nacional de Lisboa

Demolida no verão de 1904

todas as despesas, mas entrava, de quando em quando, com avultadas sommas no Real Erario.»

Trinta e tres annos andados, o Decreto de 7 de Dezembro de 1801, para animar a Impressão Régia, determina a exacta observancia do alvará de instauração, e estatue:

I — A superintendencia economica e administrativa era commettida a um primeiro Director, o Desembargador Domingos Monteiro de Albuquerque e Amaral, então de 57 annos, antigo Juiz Conservador da Fabrica de papel em Alemquer, poeta tal qual, influente, e trabalhador; de dois segundos Directores, o celebre Allemão João Guilherme Christiano Muller, lutherano convertido ao Catholicismo, Academico, escriptor erudito, então de 49 annos, e Alexandre Antonio das Neves Portugal, Bacharel formado em Leis e Philosophia, de 38 annos, Socio da Academia Real das Sciencias, escriptor scientifico abalisado; de um primeiro Guarda-Livros, o conhecido impressor Simão Thaddeu Ferreira, e do Thesoireiro Marcos Aurelio Rodrigues.

Esses funccionarios, reunidos semanalmente em junta, presidida, quando o pudesse ser, pelo Presidente do Real Erario, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (depois Conde de Linhares), diplomata, ministro, e homem applicadissimo, tratariam todos os negocios economicos e administrativos da Imprensa; e unidos com os Directores litterarios, decidiriam da escolha das obras que deveriam imprimir-se, e da forma propriamente typographica.

Os Directores merecem mencionados; eram então:

o Padre Custodio José de Oliveira, velho Professor Regio de Grego, auctor erudito de versos gregos e portuguezes, de traducções de auctores gregos, e de livros didacticos da sua especialidade;

Joaquim José da Costa e Sá, Socio da Academia, Professor Regio de Latim, Official da Secretaria da Marinha, homem conspicuo nas Lettras, e auctor de muitas e valiosas obras sérias, impressas e manuscriptas;

o Bacharel Hippolyto José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, de 27 annos apenas, Encarregado de negocios nos Estados Unidos, e cuja vida aventurosa daria um romance; auctor de muitas obras scientificas e politicas.

II — A todos esses funccionarios, que parecem escolhidos pelo interesse publico, e não pelo favoritismo, se incumbia o zelo e a diligencia indispensaveis nas suas tarefas, abonando-se-lhes razoaveis ordenados, accumulaveis certamente com outros.

III — Supprimia-se a Casa Litteraria do Arco do Cego, incorporando-se na Impressão Régia. (1)

Ratton, espirito pratico e observador, pondera isto com certa ironia:

«Por pequenos que fossem os ordenados dos empregados d'esta Junta, deviam precisamente absorver grande somma; e tanto foi assim, e tão boa a

(1) *Gazeta de Lisboa* — n.º 4 — 2.º Supplem., de 30 de Janeiro de 1802.

Sobre esses nomes consulte-se o *Diccionario* de Innocencio, a quem a minha ignorancia pediu as informações que ahi deixo.

administração, que em pouco tempo correu que já não chegava o rendimento para as despesas, sem comtudo haver melhoramento conhecido na typographia, excepto a respeito das cartas de jogar, cuja fabrica se achava incorporada na mesma Officina.»

Da vida subsequente d'este estabelecimento notavel, haveria muito que dizer, se não fosse isso engrossar com accessorios a linha principal do meu livro. São geralmente conhecidas e apreciadas as magnificas edições sahidas dos prelos da Imprensa Nacional, qualificadas lá fora, nas exposições internacionaes, como artefactos de primeira agua.

Despeço-me do assumpto, remettendo os especialistas aos bem elaborados Relatorios da Administração, e saudando o actual Administrador, o meu velho amigo Venancio Deslandes, que pelo seu gosto apurado, pelo seu zelo, e pela sua intelligencia, compendia e personifica o seu habilissimo pessoal, como um General personifica um Exercito. Deslandes, neto de impressores celebres, os Deslandes e os de la Coste, é hoje um symbolo da Arte typographica portugueza.

CAPITULO VIII

N'esta mesma travessa *do Pombal* havia nos fins do seculo XVIII um arco, mas nem sei onde, nem de que servia. O *Almanach* de 1791 menciona certo Coronel residente «na travessa do Pombal, ao pé do arco». (1) Havia tambem um hospicio dos Frades do Varatojo (2), collocado por J. B. de Castro na proxima rua da Conceição (3).

Subindo a travessa do Pombal, á esquerda, quasi defronte da rua da Conceição, ha um palacio grande, que ainda conheci com a sua antiga feição nobre, hoje perdida pelas reconstrucções; tinha um brazão em pedra das Armas dos Padilhas. Ainda em 1803, segundo o *Almanach* d'esse anno, (4) ahi morava Pedro Norberto de Aucourt e Padilha, Fi-

---

(1) Pag. 110.

(2) Ibid. pag. 92.

(3) Quando trata da freguezia de Santa Isabel. Poderá ser lapso com o hospicio dos Frades de Brancanes ?

(4) Pag. 180.

dalgo da Casa Real, Official da Secretaria da Mesa do Desembargo do Paço.

N'essa mesma casa residia em 1844, e annos depois, o mathematico José Cordeiro Feyo, que morreu nonagenario, e Visconde de Fontainhas.

Em 1858 e 60, pouco mais ou menos, Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Em 1868, no andar nobre, José Maria Latino Coelho.

*

Continuando para as bandas do Rato, temos que notar, contiguo á habitação do Administrador actual da Imprensa Nacional, o grande e bello palacio que foi do Conde de Ceia, hoje do sr. Visconde de Santiago de Caiolla; a diante da rua *das Fabricas das Sedas* a casa que foi dos Morgados da Alagôa, com ermida; e depois, até á esquina, o edificio onde foram as fabricas de sericicultura instituidas pelo Marquez de Pombal.

*

Não sei quando principiasse em Portugal a sericicultura.

Provavelmente pela carestia da seda, entendeu a austeridade d'el-Rei D. João III prohibil-a nos trajos, com certas restricções. Exemplos:

Em 1535 ha umas ordenações sumptuarias prohibitivas, determinando que nenhuma pessoa usaria brocados, telas de oiro ou prata, seda, caireis de oiro, prata, seda, ou retroz, etc., a não serem aquellas, a quem, por suas dignidades, competissem ban-

deira quadrada, dorseis, e telizes, e outras que a ordenança especifica. Toda a mulher porém podia trazer véos, beatilhas, enxaravias, e outros toucados, de seda.

Esse mesmo Soberano permitte, por seu alvará de 19 de Novembro de 1537, a quaesquer estrangeiros chegados a Lisboa o uso da seda no prazo de seis mezes.

No reinado d'el-Rei D. Sebastião, e sob o nome d'esse Principe, accrescentou e limitou a Rainha Regente a lei anterior, com pormenores que descabem n'este livro, mas que dão muita luz sobre a indumentaria antiga.

Ora essas restricções sumptuarias, com o seu acepipe de penalidades concomitantes, nunca podem ter duração. Nascidas muita vez do espirito estreitamente austero de um governante, vão, mais ou menos, ferir o livre alvedrio de cada cidadão, e ingerir-se no que pertence ao seu gosto e á sua fazenda. São sempre mal acceitas estas pequenezes administrativas, que não revelam mais que uma de duas coisas: ou comprehensão erronea de principios economicos, ou veleidade de tirannete. Custou certamente a proscrever a seda, sobretudo nos trajos femininos das classes elevadas, ou das familias ricas; e o *bombyx* conspirou.

Que já el-Rei D. Filippe I pensára nas sedas, é certo, á vista do Foral de 15 de Outubro de 1587, capitulo 65, onde se permitte aos estrangeiros introduzil-as por terra, sem avença (1).

(1) Manuel Fernandes Thomaz — *Repertorio.*

Na Regencia do Principe D. Pedro (depois Rei) pensou-se no assumpto a serio, estabelecendo esse Regente providencias maduramente meditadas. Da conservação e augmento das manufacturas da seda foi encarregado o Védor da Fazenda, Conde da Ericeira, D. Luiz de Meneses, muito dado a toda a sorte de progressos industriaes, e sujeito de alta intelligencia, como todos os do seu sangue, inclusivamente as senhoras.

Tenho á vista a *Instrucção sobre a cultura das amoreiras e creação dos bichos de seda,* pelo incançavel trabalhador, pelo encyclopedico Padre Bluteau, estrangeiro que veiu dar-nos (e continúa ainda) lições de amor zeloso a Portugal.

Da carta dedicatoria ao Principe Regente deduz-se, que, havia já muitos annos, prosperava a sericicultura na provincia de Tras-os-Montes, sem embargo de ser a mais septentrional do Reino; portanto o bicho prosperaria ainda melhor n'outras regiões mais temperadas; e havia dois annos se tinham estabelecido em Lisboa manufacturas de seda com resultado optimo. Calculo seriam manufacturas por conta do Estado, mas não tive occasião de averiguar o ponto.

O que é bem certo é que uma provisão do Conselho da Fazenda, de 6 de Outubro de 1676, ordenava o preço de 500 réis pela folhagem de cada amoreira, tendo-se desde pouco introduzido a fabricação da seda.

O alvará d'el-Rei D. Pedro II, de 24 de Março de 1695, mandando que as sedas importadas pagassem direito de 3 réis, joga perfeitamente com

as outras disposições do mesmo Principe acabadas de mencionar.

Foi por iniciativa d'el-Rei D. João V, que se tratou de dar incremento maior á cultura da seda; e foi encarregado da organisação de tudo o Cardeal da Motta, «devendo á sua direcção — diz D. Antonio Caetano de Sousa — em pouco augmentar-se tanto;» e accrescenta: «O vigilante cuidado, com que este Ministro se emprega no serviço d'el-Rei, o faz, além das proprias virtudes, justamente benemerito da especial mercê com que el-Rei o honra, servindo-se muito do seu prestimo» (1).

---

(1) *Hist. gen. da C. R.* — T. VII, pag. 259.

A respeito do Cardeal D. João da Motta e Silva, eis aqui alguns apontamentos que possuo e que a alguem poderão interessar:

«Lisboa 18 de Dezembro.

«Recebeu-se a noticia de haver S. Santidade feito promoção de Cardeaes, e promovido para esta dignidade por nomeação de S. Mag. ao Ill.mo e Rev. Dr. D. João da Motta e Sylva, Conego 1.º Presbytero da S. Igreja Patriarchal; e toda a Nobreza e Ministros Estrangeiros concorreram a comprimentar a S. Eminencia, que logo que recebeu a noticia da sua promoção foi beijar a mão a S. S. M. M. e A. A.»

Gazeta de Lisboa — n.º 51 de 18 de Dezembro de 1727.

Em 27 de Fevereiro de 1728 chegou a Lisboa o Monsenhor Lercari, primo do Cardeal d'esse appelido, Secretario do Papa, com o barrete para o Cardeal da Motta. Ficou alojado no Palacio do mesmo Cardeal, que não sei onde era.

Gazeta de Lisboa — n.º 10 de 4 de Março de 1728.

Quinta feira 22 de Abril de 1728, depois de receber o barrete cardinalicio, foi o Cardeal da Motta comprimentar S. S. M. M. Na noite d'esse dia houve no palacio do dito Cardeal uma serenata italiana intitulada *O triumpho da virtude*, que lhe

Segundo nos conta Ratton, começou-se isto por uma sociedade de particulares, que mandaram vir operarios de Lyon, construiram no sitio do Rato o edificio que lá vemos com o nome de Fabrica das sedas, e começaram a trabalhar; mas os resultados foram tão mesquinhos, que o Governo d'El-Rei D. José entendeu, para proteger essa industria, tomar a Fabrica á sua conta. Ao fabrico das sedas juntou o dos galões de oiro e prata, e applicando á empresa quantias avultadas, deu-lhe por Directores negociantes experientes.

Nas terras lavradias junto á mãe d'agua levantaram-se habitações para os mestres, com accommodações para os teares, e as obras manufacturadas comprava-as a Direcção, que os fornecia da seda necessaria. Ahi tambem se fizeram accommodações para outros officios, o que deveu dar ao sitio ermo um aspecto activo e operoso. Ainda essas casas formam a praça chamada *das Amoreiras*.

Para a cutelaria veiu um mestre francez, Dutoit, que deu bons discipulos e successores; para a relojoaria, Berthoud, francez; para pentes de marfim, caixas de papelão envernizadas, verniz de gomma copal, e lacre, outro francez, Gabriel de la Croix. Vieram mestres fundidores de metaes; um italiano para estuques; outro, Joseph May, de Lyon, para desenhador das sedas; outro, Luiz La Chapelle,

---

foi dedicada pelo Collegio dos Cantores italianos da Santa Basilica Patriarchal, assistindo toda a Nobreza. Houve collação magnifica, e copioso refresco.

Gazeta de Lisboa n.º 18 de 29 Abril 1728.

para tinturaria das mesmas. Estabeleceu-se ahi uma Fabrica de loiça, que, por estar mal collocada, e não poder luctar com a concorrencia, principalmente da industria ingleza, pouco durou, mas cujos bonitos productos, de cunho muito italiano, tão apreciados são hoje dos collecionadores.

A casa da Fabrica das sedas foi mandada edificar por Decreto de 14 de Março de 1759. (1)

A Direcção da Real Fabrica das sedas, e a das Aguas livres, foram submettidas á Inspecção da Real Junta do Commercio pelo alvará da creação d'este Tribunal em 1788. (2)

---

(1) — M. Fern. Thomaz — *Repertorio*
(2) — Ratton — *Record.* — pag. 112

CAPITULO IX

Chegámos, n'este nosso accidentado passeio, os leitores e eu, diante da egreja de S. Mamede. Quando me dispunha á fadigosa tarefa de a estudar com a possivel minucia, já desanimado de concluir o encargo, tanto era então o descalabro das minhas forças physicas, acudiu-me a Providencia, e vou dizer como.

O snr. Gustavo de Sequeira, filho do snr. Conselheiro Desembargador da Relação de Lisboa Joaquim Germano de Sequeira, e mancebo estudiosissimo, para quem são verdadeiro encanto as pesquisas historicas e genealogicas, quiz encarregar-se espontaneamente de me auxiliar, fazendo as necessarias buscas.

Em 16 de Agosto d'este anno 1903 teve a bondade de me entregar um precioso masso de apontamentos sobre S. Mamede, sua parochia, pedindome lhes desse forma nova e os utilisasse no meu livro. O trabalho do snr. Gustavo de Sequeira, hoje meu amigo, era tão conscienciosamente feito, tão

methodico, e tão exacto, que entendi reproduzil-o textualmente. Aqui vai pois, como preito ao meu amavel collaborador, e como ornamento á minha obra. Devo mencionar que o digno Prior actual, o Rev. snr. Padre Dr. José Maria da Silva Livramento, pôz bizarramente á disposição do snr. Sequeira o seu cartorio, contribuindo assim para a perfeição dos estudos. A ambos agradeço esta achêga efficacissima.

O snr. Gustavo de Sequeira, distincto photographo amador, é tambem o auctor da vista que apresento da egreja de S. Mamede.

S. MAMEDE

1220 Segundo Gaspar Cardoso, que diz ter examinado no cartorio da egreja, que foi destruido pelo terremoto de 1755, e incendio que se lhe seguiu, uma escriptura, em que Maria Pires, mulher de *Paulo de Carvalho*, (1) irmão do nosso glorioso Santo Antonio, instituia uma Missa de esmola de 4 soldos, a egreja remonta ao anno de 1220.

1312 Segundo D. Rodrigo da Cunha, esta parochia foi estabelecida no tempo do Bispo D. Frei Estevam 2.º, o qual estando em Avinhão, em

(1) Aliás Pedro Martins de Bulhões. — *Nota do snr. Sequeira.*



Egreja moderna de S. Mamede

16 de Maio de 1312, commettera a Martim Matheus e a Pedro de Formão a sua instituição.

Diz o Padre João Baptista de Castro, que esta egreja era do Padroado Real, cujo priorado era da dotação de 250$000 réis, e cada beneficio dos 4 que havia, eram de 30$000 réis e apresentados pelo Prior. Nella estava sepultado, debaixo do arco da egreja e junto aos degraus, o pae do nosso Thaumaturgo, e segundo reza a tradição era o sepulcro quasi tão antigo como o proprio templo.

Tinha a egreja 7 capellanias, segundo o Mappa de Portugal do já citado Clerigo, que eram as seguintes:

A do Santissimo, de 70$000 réis.

Duas das Almas de 50$000 réis cada uma.

Uma que instituiu a Condessa de Valladares de 48$000 réis.

Outra do Correio-mor Antonio Gomes da Matta de 50$000 réis.

Outra de João Ribeiro, instituida na capella do Senhor Jesus, com a congrua de 30$000 réis.

Tinha mais, nos seus limites parochiaes, a Ermida de S. Crispim, junto á porta da Alfofa, administrada por uma irmandade do officio de sapateiro, e a Egreja do Collegio de São Patricio, fundada por Antonio Fernandes Ximenes, que nella instituiu uma cadeira de Theologia Moral, legando rendas sufficientes para o seu ministerio aos Carmelitas descalços, que

então estavam de posse da egreja. — Mais tarde em 1605 os Jesuitas lhe compraram todo o direito, e nesse mesmo anno ficaram de posse do Collegio.

1665 Fazem-se obras no templo. O sepulcro do pae de Santo Antonio, que estava na egreja, ficou da parte de dentro da sacristia.

1755 Diz o auctor do Mappa de Portugal, que o terremoto e o incendio que lhe succedeu destruiram quasi totalmente o templo, e a freguesia, perecendo n'elle 40 parochianos, que se tinham acolhido á protecção da egreja. Para se calcular quanto padeceu a parochia, basta dizer, que em 1756, dos 300 fogos que ella tinha, possuia apenas 12, que os mais ou foram arrasados ou se passaram para a freguezia de S. Christovam e outras confinantes. Mais explicita e minuciosa é a narrativa do Prior Antonio Ferreira de Mattos, que ao tempo era beneficiado e que morreu muito velho em 1791, estando sepultado na actual egreja de S. Mamede, no altar-mor. Diz elle em uma exposição que fez em 1762, (1) que o templo seria relativamente dos que menos podiam padecêr, se o incendio, que veiu acabar a obra de destruição d'aquelle dia, não tomasse conta d'elle, arrasando-o e reduzindo-o

---

(1) Dois annos depois de tomar posse, que foi no anno de 1760. — *Nota do snr. Sequeira.*

a cinzas. Mais tarde entre os escombros achou-se intacta a imagem de S. Sebastião da Saude, que ali se venerava, e que era de grande devoção dos fieis. Estava no altar de Santo Antonio, onde foi encontrada, sendo o unico objecto de culto que se salvou na catastrophe d'aquelle dia, e que em 1762 se via no altar-mor de S. Patricio, onde esteve depois a parochia de S. Mamede.

Em contradicção com o prior, que affirma terem-se queimado todos os livros e documentos do cartorio, encontrei no archivo da actual egreja um livro de eleições de mesarios da Irmandade, que principia em 1743, anno em que era juiz da Irmandade José Antonio da Matta de Sousa Coutinho, descendente do Correio-mor Antonio Gomes da Matta, que instituiu uma capella, que era em .... administrada pelo Marquez de Penafiel, seu descendente. A capella era a do Senhor Jesus, S. Miguel e Almas, á qual o dito Correio-mor deixou o legado de 5$000 réis por anno para azeite da lampada.

1756 N'esta data foi a parochia de S. Mamede acolher-se á protecção de S. Christovam, onde esteve até 1761, ambicionando o prior e os parochianos casa propria, — que isto de hospedagens, como algures diz o auctor da *Lisboa Antiga,* nunca provaram muito bem.

Havia na egreja uma confraria de Santo

Antonio de Padua; já antes do terremoto se não tratava da sua administração, nem se festejava, como tambem uma irmandade do Senhor Jesus, S. Miguel e Almas desamparada totalmente; e attendendo a este abandono,
1760 em 1760 o prior representou ao Patriarcha, para que se applicasse o rendimento das exctintas irmandades á fabrica da egreja, e aproveitando lamentar-se do pouco rendimento da parochia e sua pobreza, allegava tambem a pobreza delle, dizendo não chegarem a 100$000 réis os bens do priorado. Mandou o patriarchado consultar a Relação, que em seu accordam de Junho do mesmo anno deferiu a petição.

Neste mesmo anno de 1760, pedia instantemente o prior a applicação de um padrão de juro de 10$000 réis, pertencente á irmandade do Santissimo Sacramento, para a edificação de uma egreja propria, pedido que foi deferido por accordam da Relação, tendo os 10$000 réis aquella applicação, e sendo pagos pelo Erario régio.

1761 Nesta data foi a parochia para a egreja do Collegio de S. Patricio, emquanto se não fazia a divisão das novas parochias. A despeito de repetidas e instantes supplicas, só 8 annos depois é que teve casa sua.

1762 Neste anno (não ficaram por aqui as supplicas) requereram o prior e beneficiados de S. Mamede que fôsse nomeado um administrador do legado deixado á capella de S. Sebas-

tião, por Pedro Annes Lobato e sua mulher Catherina Annes, (1) legado que constava de uma arroba de cera, que era vencida pelo Natal; e por despacho do mesmo anno foi deferido o requerimento, e nomeados administradores o prior e os beneficiados.

1769 N'esta data levantou novamente arraiaes a parochia, mas desta vez foi para casa sua, para a Ermida de N. S. Mãe de Deus e dos Homens na rua do Abarracamento de Valle do Pereiro, que tinha sido fundada em 1755 por Joseph Ribeiro, em uma quinta que ali possuia. Este Joseph Ribeiro era Escrivão dos armazens, segundo diz João Baptista de Castro, e a ermida pertencia á freguezia de Santa Isabel, da qual foi desaggregada para nella se estabelecer a parochia de S. Mamede.

1770 No anno de 1770, a irmandade do Santissimo Sacramento que se achava desorganisada, por causa das vicissitudes por que a freguezia tinha passado, foi novamente instituida, por determinação do Cardeal Patriarcha D. Francisco I, e os seus membros, ainda não satisfeitos com a ermida, achando-a acanhada para o desenvolvimento que a freguezia ia tomando, começaram pensando em erigir uma nova egreja, o que por difficuldades só 13 annos depois conseguiram. De 1770 a 1780 nada consta do que se passou, por faltarem os livros refe-

(1) Pedro Annes — Carta da egreja de S. Mamede de Lisboa — Chancellaria d'el Rei D. Pedro I — Liv. I, fl. 81 v.

rentes a esse tempo; e só pude apurar que
1780 em 1780, o prior convocou a Collegiada, propondo fazer-se o inventario de todos os bens, alfaias, imagens, etc., pertencentes á egreja. Procurei com afinco semelhante inventario, mas só achei um datado de 1789, que não parece ser o mesmo, visto achar-se, na primeira pagina do livro que o contém, nova reunião da Collegiada e nova proposta da factura de inventario. Desse livro constam varios bens em S. Bartholomeu da Charneca, que pagavam dizimo á egreja, não falando nos dominios directos, que só em 1837 se inventariaram, e que constam dos documentos e livros desse anno. (1)

1783 No livro das eleições dos mesarios da irmandade a pag. .. começa o auto da eleição, dizendo «nesta cidade de Lisboa e novas officinas da egreja de S. Mamede, novamente erecta», o que me leva a crer que foi neste anno que veiu a parochia para a nova egreja, que tinha sido edificada em um terreno cedido por mercê régia, pelo Collegio dos Nobres, em 1781 (2).

(1) 1782 — Em 16-10-1782 — O juiz das collectas mandara entregar no cofre d'aquelle juizo a importancia dos fóros que se tinham cobrado no almoxarifado de Vizeu, para a edificação de uma egreja. Supplicou o prior só entrar com os que se cobrassem dahi em diante, allegando a sua pobreza, e a necessidade em que estavam, o que foi acceito, attendendo ás difficuldades com que luctava a irmandade.—*Nota do snr. Sequeira.*

(2) Por aviso de 22 de fevereiro do mesmo anno. — *Nota do snr. Sequeira.*

A construcção da egreja nova estava a cargo da irmandade do Santissimo Sacramento. Essa edificação ficava onde é hoje a capella-mor da actual egreja, sobre um pequeno monticulo, e mais tarde foi augmentada com uma especie de barracão, que só em 1860 se transformou no corpo da egreja.

Ha aqui no archivo uma manifesta e grande lacuna, que eu attribuo, segundo um documento que consultei, ao seguinte acontecimento:

Tendo sido suspenso do exercicio das suas funcções, em ... o parocho Antonio Teixeira Salgueiro, não sei por que falta, pelo Patriarcha de Lisboa, despeitado com semelhante procedimento, que, segundo li, era bem merecido, vingou-se trazendo a trouxe-mouxe para sua casa todos os documentos que apanhou á mão no archivo. Por esse motivo, dando o prior encommendado que lhe succedeu por falta daquelles papeis, e sabendo terem sido subtrahidos pelo ex-prior, moveu-lhe demanda, que só chegou a termo pela morte d'aquelle. O novo prior veiu ás boas com os herdeiros, e estes entregaram-lhe os documentos que acharam e quizeram dar-lhe. Já em 1855 se queixava o parocho da falta de livros e outros papeis da parochia; imagine-se o que será hoje, e o que seria d'aqui a algum tempo, se não fôsse o zelo do actual prior, que se propõe salvar o archivo, o qual foi encontrar deterioradissimo, como tive occasião de ver.

De como era a primitiva ermida, não achei

memoria, nem desenho, nem planta, e apenas encontrei um plano e traça da egreja que se projectava edificar, bem melhor do que assim ficou; e naturalmente não foi levada a effeito, por ficar muito cara. — Essa mesma planta não tem data, mas parece dever attribuir-se á commissão das obras nomeada em 1846.

Devem talvez, no archivo do Collegio dos Nobres, existir alguns documentos referentes á egreja; mas não pude até hoje proceder a quaesquer investigações sobre este assumpto.

1829 Começam pois os livros só a falar de 1829 por diante.

Os terrenos, sobre que assentava a capella primitiva, comprehendiam parte da quinta e casa do sr. Anjos e o largo de S. Mamede, e ainda uns terrenos isolados na fabrica das Sedas. Todos elles foram vendidos ou trocados, não restando hoje á egreja mais do que o adro.

Pela parte de traz era o cemiterio, e á esquerda havia terrenos com arvores de fructo e parreiras. Tudo isso acabou, e o actual largo de S. Mamede já não tem a apparencia campezina do 1.º quartel do seculo passado.

Começa agora uma historia em miniatura das obras de Santa Engracia.

1829 Em 1829, ainda não se achavam concluidas as obras da primitiva egreja edificada sobre os terrenos cedidos pelo Collegio dos Nobres; e abrasados no zelo de construil-a, representa-

ram a el-Rei, sobre a urgencia e necessidade d'isso, offerecendo-se para administrarem as obras, o Conselheiro Antonio José Guião, o Desembargador do Paço José Joaquim Rodrigues de Bastos, o Major de Engenheiros Feliciano José Pereira da Silva, e o Escrivão do Erario Régio Lucas de Seabra Valverde, todos da Irmandade do Santissimo Sacramento, sendo prior della José Mauricio de Carvalho. S. M. el-Rei attendendo ao zelo e favor da petição, e ao fim com que se impetrou a graça pontificia para a reedificação das egrejas de Lisboa, que foi para que promptamente se reedificassem, houve por bem nomear para Inspectores das obras os referidos Senhores,
1830 por mercê régia de 23 de novembro de 1830, mandando participar ao Juiz das collectas José Manuel Gonçalves Anjo, para que lhes faça entregar todo o dinheiro que se achar em cofre, e o mais que for entrando, pertencente á referida irmandade, obrigando-se os ditos administradores a apresentar naquelle juizo, no fim de cada anno, a conta da sua receita e despêsa. Mas como fôsse pouco o dinheiro que havia no juizo da collecta, e muitas as obras a fazer, desistiram os citados individuos da reedificação, alvitrando então a Junta
1835 de parochia, em 1835, fazer outra representação ao Governo de sua Majestade, pedindo que lhe fôsse cedida a egreja do Collegio dos Nobres, representação esta que se levou a effeito, confirmada mais tarde por outra, em

1837 1837 assignada por 150 parochianos. A este tempo, voltava á Irmandade do Santissimo a esperança de reedificar a egreja, com a ajuda de 2:000$000 réis, que o Conde da Povoa legou para esse fim; mas logo viu destruidas as suas esperanças, porque não foi entregue do dinheiro, que o Governo usurpador deu a uma commissão, por elle nomeada, e só uma parte, ficando a outra depositada no Juizo da collecta. Entretanto o templo, necessitadissimo de obras, ia-se aluindo e espedaçando aos poucos; e os mesarios da Irmandade e membros da Junta ainda não tinham conseguido nem fazer obras, nem obtido egreja para onde a parochia se transferisse. Um temporal, que na noite de 13 de Fevereiro de
1838 1838, se desencadeou sobre Lisboa, veiu dar um motivo justificado a nova petição da Junta para lhe ser cedida a egreja do Collegio dos Nobres; de tal modo o edificio soffreu, que a torre sineira ficou em parte destruida. Foi em abril a egreja vistorisada por peritos que declararam, ser necessario espécar a torre do sino, que ameaçava desabar, e nesse mesmo mez propoz a Junta que se lhe fôsse concedido o templo solicitado, se demolisse a torre, e com o producto da venda da pedra se pagasse a vistoria e a demolição. Tal egreja nunca lhe foi concedida, embora repetisse a mesma petição em 1840, tendo afinal que desistir, e de concordar com a Irmandade que era melhor tentar a reedificação. Foi por esse

tempo entregue então á Irmandade o resto do dinheiro que tinha ficado depositado no cofre do Juizo da collecta, do legado deixado pelo Conde da Povoa, na importancia de 1:700$000. O que foi entregue á commissão, não mais se soube em que fôra empregado. Desappareceu juntamente com ella. Com esse dinheiro co-
1839 meçaram-se então algumas obras em 1839, como, por exemplo, a reconstrucção da torre; mas o templo estava de tal modo arruinado, que se concertava por um lado e desabava por outro. Nesse mesmo anno (Abril) foi demolida a casa do despacho, que ameaçava desabar, ao mesmo tempo que se concertava o telhado da egreja.

Mas tudo era insufficiente; chovia dentro da egreja como na rua, e se a Irmandade quiz fazer a Semana Santa, teve que pedir emprestada a egreja das trinas do Rato, e foi lá que
1840 se fez em 1840.

Necessitava-se pois de energicas providencias, que nunca appareceram, suffocadas entre intrigas e desavenças que manifestamente sempre lavraram, com pequenos intervallos pacificos, entre a Irmandade e a Junta.

1846 Em 1846, é que se deu o primeiro passo a serio para as obras. A Junta de parochia, reunida em Janeiro desse anno, nomeou uma commissão de 4 dos seus membros, que foram o Conselheiro Felix Pereira de Magalhães, João José Vaz Preto Geraldes, Matheus Valente do Couto Diniz, e Domingos Antonio de

Sequeira, para deliberar com respeito á reedificação, ou á mudança para outro templo; commissão que pouco depois pediu a reunião da Junta geral da Irmandade, afim de lhe expôr alguns meios que tinham entre si combinado para tal effeito. O secretario da Commissão Couto Diniz, disse então que lhe tinham promettido a pedra necessaria para a reedificação, e que a Commissão, optava por esta; pedindo ao mesmo tempo que se nomeasse nova Commissão, pois que aquella tinha acabado a sua incumbencia. Foi confirmada a nomeação d'aquella, addicionando-se-lhe mais dois membros, que foram Domingos Correia Arouca e Manuel Antonio Garcia Murinello, dando a todos a Junta plenos poderes, por intermedio da Irmandade, á Commissão, para solicitar a respectiva licença do Governador civil; pediu a maior urgencia, visto a egreja em tal estado não poder estar aberta ao culto.

Estavam então os rendimentos da egreja tão resumidos, que não foi possivel sequer dar uma pequena esmola, solicitada pela Ordem Terceira, para a reconstrucção da egreja do Menino Deus, destruida por um incendio em
1848 2 de Dezembro do anno de 1848, allegando ter apenas de rendimento certo, annual, a quantia de 5$220 réis.

1850 No anno de 1850, a Irmandade, por intermedio do Marquez de Vianna, conseguiu obter um subsidio mensal do Governo para as obras e concertos na egreja, decidindo tambem a Ir-

mandade concorrer para esses concertos com 5$000 réis mensaes, que se entregariam a Commissão.

1851 Em 1851 (Outubro) a Junta de Parochia entregou para o mesmo effeito á Commissão a quantia de 24$000 réis. Apesar das promessas, dos donativos, e parece que da boa vontade de todos, 6 annos depois, em 1856, chovia dentro da egreja, sendo necessario proceder ao concerto do telhado, e para isso mesmo, a

1852 Irmandade já então fabriqueira, desde 1852, teve que propor a admissão de mais 150 irmãos, para com as joias destes se pagar aquelle concerto, que um anno depois estava ainda em divida.

1854 Em 27 de Abril, em beneficio das obras da nova egreja de S. Mamede, representou-se em S. Carlos a opera *D. Pascoal*, e a dança *Gitanilla;* n'um intervallo tocou um solo de clarinete o insigne professor Raphael Croner (Francisco Benevides — O *Real Theatro de S. Carlos* — pag. 248.)

1857 O anno de 1857 foi ainda mais prospero, relativamente, para a abandonada parochia, devido ao zelo e á iniciativa do 1.º Secretario da Irmandade Joaquim Pinheiro, que alcançou do Governo a cedencia á parochia, das alfaias e imagens e outros objectos de culto, de que a egreja estava muito necessitada, em poder da veneravel Ordem Terceira de S. Francisco, que tinham pertencido á extincta egreja de S. João Nepomuceno, fundada em 1737,

por D. Maria Anna de Austria, que lá jazia sepultada. Nesse mesmo anno, a instancias do dito Joaquim Pinheiro, offereceu o Governo á Irmandade 4 caixas com vidros de côres, roxos e amarellos, para as janellas lateraes do templo e para as do côro, offerta então avaliada em 250$000 réis.

Em julho deste mesmo anno a Irmandade como fabriqueira, requereu á Camara o desaterro do largo que ficava em frente do adro; mas esta exigiu a posse dos terrenos occupados pelo entulho. A Irmandade, attendendo á urgencia e necessidade da obra, comquanto a sua despesa pudesse ser attenuada em parte pela venda do barro que quasi constituia todo o entulho e por ser ainda preciso mais dinheiro que não possuia, decidiu ceder á Camara a posse solicitada de todo o terreno, que parte do adro pela travessa de S. Mamede até á rua Direita da Fabrica das Sedas, e do que vae topar com o palacete de Antonio Lopes Ferreira dos Anjos, com as condições, de que a Camara não pejasse com obras o terreno, o qual deveria ser somente para logradoiro da egreja e via publica e de que elle fôsse convenientemente arborisado.

Fizeram-se as obras na maior parte, embora ficasse ainda por completar o corpo adjacente á egreja do lado da travessa de S. Mamede, destinado para residencia dos parochos, os quaes por signal nunca se serviram d'ella.

1861 Em 18 de Agosto de 1861, abriu-se a egreja ao culto dos fieis, para não demorar mais esta solemnidade, e não porque tudo estivesse
1863 concluido; tanto, que em 1863, o novo parocho Luiz Augusto Teixeira Netto de Mello e Vasconcellos, desejando ver acabados de todo os eternos restauros, deu á Irmandade fabriqueira, averbando-as em seu nome, 4 inscripções no valor de 2.600$000 réis, que lhe pertenciam por subrogação do seu passal a An-
1865 tonio Lopes Ferreira dos Anjos. Em 1865 o corpo sul ainda estava na mesma ou peor, porque ameaçava ruina, e servia n'esse tempo de capoeira.

Era sina da egreja. Depois de andar durante 27 annos por casas de emprestimo, nunca conseguiu ter a sua arranjada, porque em 1866, a Irmandade viu-se forçada a nomear uma commissão para solicitar de algum parochiano abastado o emprestimo de 1:000$000 réis sobre as inscripções, que tiveram de ser depositadas por se levantarem duvidas com respeito á legitimidade da sua posse pelo parocho; allegando a Camara que os terrenos por ellas permutados não constituiam propriedade do parocho. Dirigiu se pois a Irmandade ao Duque de Palmella, que se recusou a fazer o emprestimo.

1866 Por esse anno de 1866 e no seguinte houve grandes desintelligencias na Irmandade. O 1.º secretario, demittiu-se, dizendo não querer pertencer a irmandades que tinham «mo-

nita secreta.» Isto foi o rastilho provocador das
1867 discordias que duraram todo o anno de 1867. Quem nada lucrava com isso era a egreja, que continuava na mesma. Em Abril d'esse anno a commissão das obras declarou á mesa que tinha abandonado a idéa de alliciar as inscripções, embora para isso houvesse já régio alvará, e mais declarou que havia outro régio alvará para serem entregues á commissão, quando as solicitasse, madeiras dos pinhaes nacionaes, que ella havia pedido, e que tambem se tinha requerido á Bulla da Santa Cruzada que esta abonasse á commissão a quantia de 380$000 réis para as referidas obras. A commissão declarou ainda que não achava occasião opportuna de rogar esmolas aos parochianos, em vista da crise financeira que atravessava a nação.

A junta de parochia, dissolveu-se em Feve-
1873 reiro de 1873, por a camara ter indeferido uma representação sua, em que pedia que se accendessem os tres candieiros existentes no adro, que illuminavam o largo, os quaes por estarem ha tempos apagados, davam logar a scenas immoralissimas. A junta julgou-se despeitada, e veiu concorrer mais para isso um officio do Administrador do Bairro, em que verberava o seu procedimento, pela repugnancia que tinha em collectar as irmandades, — collectas destinadas a pagar a homens que conduzissem as macas dos doentes para os hospitaes. A junta não tinha repugnancia em

collectar as irmandades, estas é que não tinham dinheiro para pagar.

1874 Em Março de 1874 Jeronymo Maschatt fez um donativo á junta de parochia, de 250$000 réis, por não ter esta rendimento algum,—quantia destinada ás eternas obras; mas apesar d'isso, em Setembro d'esse anno, o corpo sul ainda estava na mesma, tendo-se apenas feito alguns reparos para evitar o desabamento. Pouco tempo depois o vogal da mesa da Irmandade, José Lino Alves Chaves, alcançou do Governo, por portaria de 4 de Junho, a quantia de 700$000 réis, e, ao que elle julgava, a continuação de eguaes prestações todos os annos, ao mesmo tempo que propunha á mesa requerer-se ao Ministerio das Obras Publicas as madeiras concedidas já por alvará régio.

Dos 700$000 réis que o Governo concedeu, 150 foram entregues ao Thesoureiro da Commissão das obras, Alves Chaves, e mais não lhe deram para principiar a reedificação das officinas, e casa do parocho; por isso, nada se fez, porque com similhante quantia era impossivel dar começo a obras avaliadas em 4.000$000 réis.

Tudo pois continuava como d'antes. Em
1875 Outubro de 1875, tomando posse da parochia o prior Antonio Dias Ferreira de Vasconcellos, e vendo o estado de ruina a que chegara o corpo adjacente á egreja, e, o que era mais, a existencia de uma fenda na parede lateral, que descia da cimalha ao pavimen-

to, e punha em risco imminente toda aquella parte do templo, resolveu representar ao Governo; mas como a representação não tivesse a resposta desejada, requereu ao Cardeal Patriarcha afim de ser contemplada a junta pela bulla da Santa Cruzada, com algum donativo.

1876 Em Novembro de 1876 o Governo inquiria á junta, por que razão não começavam as obras, e o que fôra feito dos 150$000 réis entregues ao Thesoureiro da Commissão. Este respondeu que os 150$000 réis não chegavam para nada, e que existiam ainda, esperando que com mais algum auxilio as obras se pudessem principiar.

1878 Por portaria de 26 de Agosto de 1878 foi o Ministerio das Obras Publicas auctorisado a proceder ás obras, tendo a junta de entrar no cofre da pagadoria d'aquelle Ministerio com os celebres 150$000 réis. O engenheiro nomeado para as obras foi Bento Antonio Leça.

Fizeram-se então os reparos nas officinas, mas para que não espantasse ser já chegado o fim da obra, ficou por concertar a fenda que havia no corpo lateral da egreja.

Por esse tempo foi dissolvida a junta, e a outra nomeada pediu immediatamente a conclusão das obras. Triste fadario!

1880 Finalmente em Abril de 1880 foram considerados justos os requerimentos feitos pela junta ácêrca do pessimo estado do templo, e principiaram as obras; mas já ha tanto tempo se tinha restaurado a Capella-mor (em 1832), que

tres annos depois não houve remedio senão pedir concertos n'esta, os quaes se effectuaram
1883 em 1883, sendo solicitados ao Governo em Agosto desse anno. Dos parochos que lá estavam enterrados, foram as ossadas todas juntas e removidas para a parte de trás do altar, onde jazem todas em uma unica sepultura rasa. E dos parochianos que estavam sepultados nas sacristias foram as ossadas todas reunidas em uma só cova, aberta na sacristia dos parochos, do lado direito do altar.
1903 Actualmente a instancias do novo parocho, o Rev.^dmo Snr. Dr. José Maria da Silva Livramento, foram pelo Ministerio das Obras Publicas começadas ha poucos dias as obras de reconstrucção do corpo norte adjacente á egreja, que ameaçava ruina por ter sido assaltado pela formiga branca. (1)

DESCRIPÇÃO DO TEMPLO

Sobre um adro, para o qual se sobe por uma escadaria semi-circular de 10 degráus, com quatro frades de pedra de cada lado, assenta a egreja, cuja fachada de um só corpo ladeado por duas pilastras jonicas, sobre as quaes corre uma architrave

---

(1) Além d'estas obras, procede-se actualmente (1904) á renovação do soalho, pintura do tecto e altares, e outros restauros indispensaveis, que se têm demorado em virtude do diminuto numero de operarios. Entretanto a parochia funcciona desde Agosto de 1903 na egreja das Trinas do Rato.

é de simples e modesta apparencia. A frontaria termina em bico, tendo ao centro um mezannino circular, sobrepujada de cruz,e entre dois fogaréos altos, que se erguem nos angulos da base do triangulo. Tem uma só porta de entrada, sobre a qual corre um friso em que assentam tres janellas altas, de côro, ornadas de vidros de cores. Retrahidos um pouco ha dois corpos supplementares adjacentes á egreja, com duas janellas de 1.º andar, e uma porta e janella gradeadas, rés do chão para a frente do adro. No da esquerda é a sacristia do Santissimo, casas da junta de parochia e outras dependencias; no da direita a sacristia, chamada dos parochos, o cartorio e o archivo. Pela parte de trás junto ao corpo lateral da esquerda, fica a torre sineira, que não se vê, por ser muito baixa.

A egreja é de uma só nave, com o tecto abaulado ornado de pinturas singellas. Ao fundo fica o altar-mor, de chão ladrilhado, e no corpo da egreja quatro capellas lateraes, duas de cada lado. No altar-mor ha, de cada lado da parede, duas tribunas com janellas envidraçadas, de caixilhos doirados, sobre as portas fronteiras que dão para as duas sacristias, e entre as duas capellas lateraes um pulpito sobre a porta, que dá para os corredores de entrada dos dois corpos adjacentes ao templo. Tem um pequeno orgão no côro (1).

O altar-mor é de invocação de S. Mamede, orago

(1) A egreja é illuminada pelas tres janellas do coro, e por mais quatro no corpo da egreja, e duas no altar-mor. — *Nota do snr. Sequeira.*

da freguesia, tendo lateralmente dois nichos: no da direita está S. Joaquim, no da esquerda Nossa Senhora. Do lado da epistola a contar de cima, temos primeiro a capella do Santissimo onde está a imagem do Senhor Jesus, depois a de Nossa Senhora das Dores, que foi transferida para ali da rua de S. Bento, onde tinha sua residencia. Nos nichos lateraes estão as imagens de S. João Evangelista e Santa Maria Magdalena.

Do lado do evangelho, a 1.ª capella é a de N. S. da Conceição da Escola, onde avulta a imagem da Senhora, que, sendo salva do incendio que houve no Collegio dos Nobres, foi para esta egreja. Tem cinco capellães, pagos pela Escola, com obrigação de cinco missas diarias. Aos pés da Senhora ha uma imagem de S. Miguel.

A 2.ª capella é a de N. S. Mãe de Deus e dos Homens, tendo aos pés a imagem do Senhor Jesus dos Afflictos entre Santo Antonio e S. Francisco d'Assis. Nos nichos lateraes vêem-se as imagens de S. Sebastião da Saude, unica salva da antiga parochia, e S. José; a primeira do lado direito e a segunda do esquerdo.

*

Na sacristia do Santissimo ha entre outros um painel grande, representando o encontro de Nossa Senhora com Santa Isabel, que me disseram ter tido em tempos a avaliação de 400$000 reis. Desconheço o auctor.

Existe ali tambem uma urna contendo a ossada, envolta n'uma rede metallica, que lhe dá forma cor-

porea, de Santa Donina, virgem martyr, segundo um distico que se lê n'uma palma de martyr que sustenta na mão. A ossada, que assim revestida dá idéa de um corpo, está em posição natural: a cabeça encostada á mão direita com o cotovello apoiado em duas almofadas sobrepostas, e as pernas encolhidas. Os fatos de lhama d'oiro estão regularmente conservados. Quem será esta Santa Donina ou Bonina? Veiu esta ossada da extincta egreja de S. João Nepomuceno.

Nessa sacristia ha tambem a imagem da Senhora da Soledade, em tamanho natural, dentro d'uma maquineta. Esta Senhora foi motivo de grandes desavenças entre a Irmandade do Santissimo e os parochianos, pois tendo aquella permittido que a imagem residisse temporariamente em casa de differentes parochianos, que tinham com ella grande devoção, chegou a tal ponto o desejo de a possuirem nas suas residencias, que em Janeiro de 1865 a junta de parochia viu-se obrigada a não mais permittir que a Senhora sahisse da egreja, o que, se evitou desavenças entre os que a desejavam, não obstou á sahida de muitos irmãos, alguns dos quaes exerciam cargos de eleição na mesa da Irmandade, e que os abandonaram despeitados por aquella resolução.

Na sacristia, chamada dos parochos, do lado direito ha um altar, onde está Nossa Senhora dos Anjos, esculptura de pedra, ainda em branco. E' de cinzel allemão, conforme diz o inventario das imagens e alfaias que vieram da egreja de S. João Nepomuceno, onde esta Senhora estava. A seus pés

vê-se Nossa Senhora das Dores, e aos lados nos ultimos degráus Nossa Senhora de Sant'Anna e Nossa Senhora do Monte do Carmo. Ha tambem no mesmo altar um Christo crucificado, de marfim, mas muito grosseiramente esculpido.

*

Eram pomposas na freguezia as festas da Semana Santa, que ha alguns annos já se não fazem. A snr.ª Duqueza de Palmella enviava os seus jardineiros que transformavam n'um jardim o chão da capella-mór, embora muita gente não achasse similhante ornamentação propria para uma egreja. O throno em quinta feira santa era o mais povoado de luzes, e melhor enfeitado das egrejas de Lisboa.

Espera agora o novo parocho conseguir que tornem a repetir-se aquellas festas com a mesma pompa e brilhantismo, o que decerto conseguirá, attento o seu zelo, actividade e piedosa iniciativa.

ASSENTO DE BAPTISMO

O primeiro assento de baptismo é datado de 20 de Julho de 1743, o que deita por terra mais uma vez a asserção de João Baptista de Castro, que diz terem-se queimado todos os livros do cartorio. Pode ser que este e outro a que já alludi estivessem ao tempo da catastrophe em casa do prior, que era então Francisco de Campos Botelho.

Esse primeiro baptismo refere-se a um individuo do sexo masculino, a quem se poz o nome de Joa-

quim, filho legitimo de Pedro Antonio de Caldas e de Anna Theodora.

CASAMENTO

O primeiro matrimonio refere-se a 21 de Agosto de 1747, entre Bartholomeu da Costa, filho de Manuel da Costa e de D. Francisca Maria de Vasconcellos, e Maria Thereza Peregrina de Faria, filha de Manuel da Costa de Faria e de Antonia Innocencia da Conceição.

Todos os matrimonios anteriores a 1 de Novembro de 1755 foram lançados, como este, por testemunho dos conjuges e das testemunhas, e por permissão do Arcebispo de Lacedemonia, visto terem-se queimado os livros.

OBITO

O primeiro assento refere-se (em 4 de Novembro de 1755) ao obito de Bernardino d'Almeida Fragoso, morador na Costa do Castello, fallecido sem testamento, sendo sepultado no cemiterio da Graça por não haver sepultura na egreja.

CAPELLAS E IRMANDADES

No novo territorio parochial havia em 1837 tres capellas, que eram as seguintes:

Capella de Nossa Senhora de Monserrate, ás Amoreiras. Tinha junto uma Irmandade composta de fabricantes de seda. Actualmente existe ainda essa

Irmandade, mas o menos que lá ha são aquelles industriaes.

Capella de Nossa Senhora das Dores, que existia na rua de S. Bento, em umas casas (n.os 185 a 187) que pertenceram á fazenda nacional. Ali esteve o Seminario dos Meninos orphãos fundado em 1788 pelo padre Antonio Luis de Carvalho; depois passou para lá uma escola de ensino gratuito que permaneceu até 1855, desde 1826, anno em que tinha para lá ido. Era dirigida pelo professor Manuel Joaquim de Sá Braga, e tendo este morrido sem parentes nem herdeiros, a junta de parochia tomou conta da capella, que estava arruinadissima e ha muito tempo sem culto, fazendo depois entrega della á Irmandade do Santissimo, a quem ficaram pertencendo todas as alfaias e imagens. Está actualmente na egreja de S. Mamede. E' a primeira capella do lado do Evangelho.

Ermida de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos homens e Senhor Jesus dos Afflictos.—Fundada em 1755 por Joseph Ribeiro, Escrivão dos armazens, em uma quinta que possuia na rua de Valle do Pereiro, junto á quinta de S. Antonio, que ainda hoje existe. Esteve lá a parochia de S. Mamede desde 1769 a 1783. Em 1830 estava extincta a Irmandade. Em 1853 era tal a ruina da ermida, que tiveram de transportar para a parochia as alfaias e as imagens, parte das quaes estavam em poder de Anselmo Lodi desde 1843, em que tomara conta da capella.

Em 1865 constituiu-se novamente a Irmandade.

Hoje ha apenas uma commissão encarregada da capella, que é a primeira do lado da Epistola.

As ruinas da ermida foram vendidas em 1856, com auctorisação do Governo, por 400$000 réis, que foram applicados ás obras de reedificação da egreja parochial. Hoje já não existe vestigio della.

Antes de 1769 pertencia (desde 1741), á freguezia de Santa Isabel, da qual foi desaggregada, para lá ir residir a de S. Mamede.

*

João Baptista de Castro aponta sete capellas na antiga egreja, ao Caldas; mas eu no archivo da actual encontrei documentos que attestam a existencia de mais, naturalmente abandonadas, ao tempo em que o padre Carvalho escreveu, como, por exemplo, acontecia á de S. Sebastião da Saude.

São ellas as seguintes:

Capella do Espirito Santo.— Fundada em 1442 por Pedro Lobato e sua mulher Catherina Annes, á qual legou em testamento, que existia no cartorio do Hospital Real de Todos os Santos, o legado de dois cantaros de azeite e duas arrobas de cera, vencido pelo Natal.

Em 1743 era seu administrador Paulo da Rocha e Sousa, casado com uma senhora de appellido Castilho, irmã de um José de Castilho que foi mordomo da Irmandade nos annos de 1748 a 1749. Succedeu-lhe na administração seu filho e herdeiro Marcos da Rocha de Castilho e Sousa, mas sendo depois de-

nunciado como illegitimo possuidor, passou a ser administrador José Joaquim Curvo Semmedo, que mais tarde subrogou esses bens em D. Alexandre de Sousa Holstein.

A capella está hoje na ermida de N. S. de Monserrate.

Capella do Senhor Jesus, S. Miguel e Almas. — Nenhuma vejo com este titulo na citada relação do padre Carvalho, apparecendo entretanto uma do Senhor Jesus, que era do Correio-mor; e esta, cujos livros encontrei, tinha um legado do mesmo, de 5$000 réis por anno para azeite da lampada, administrado em 1837 pelo Marquez de Penafiel.

A capella tinha mais dois cantaros de azeite por anno, a que era obrigado Francisco d'Ornellas Cabral, impostos em um olival que possuia no Fundão. Tinha junto uma Irmandade, hoje extincta. O culto da imagem do Senhor Jesus está hoje a cargo da Irmandade do Santissimo Sacramento. A festa do orago é em 19 de Julho (1).

Capella de S. Sebastião da Saude. — Esta capella era muito antiga, embora o padre Carvalho não faça menção d'ella. Estava abandonada antes do terremoto, e até 1762, em que foram nomeados o prior e os beneficiados da parochia administradores do legado de uma arroba de cera que lhe deixara Pe-

---

(1) Em 1836 a Irmandade d'esta capella entregou as alfaias á junta da egreja, por falta de meios para a sua administração. Em 1845 passou para a Irmandade do Santissimo. — *Nota do snr. Sequeira.*

dro Annes Lobato e sua mulher Catherina Annes. A imagem está hoje n'um nicho lateral da primeira capella do lado da Epistola.

Capella que instituiu Helena de Faria — á qual esta dona legou 80$000 réis de juro, e seu marido Paulo de Carvalho 60$000, com obrigação de Missa quotidiana. Existia ainda em 1837. Hoje não ha vestigios d'ella.

Capella do Santissimo Sacramento, á qual Pedro Annes Lobato deixou o legado de tres cantaros de azeite para a lampada. Em 1770 era seu administrador Paulo da Rocha e Sousa. A Irmandade do Santissimo, que já existia antes do terremoto, foi novamente constituida em 1770, sendo-lhe approvado o compromisso por alvará régio de 23 de Novembro de 1803, e auctorisada por alvará de 21 de Julho de 1892 a tomar conta da fabrica da egreja, que até ahi estivera nas mãos da Collegiada. Em 1869 foi impresso o novo compromisso, o qual foi causa de grandes desavenças na Irmandade, que por seis vezes convocou a sua reunião, não havendo o numero legal de irmãos para ser discutido. Com estas successivas demoras soffreu a egreja, que teve as suas obras paradas por falta de iniciativa da Irmandade, pois esta passava o tempo em intrigas, que redundaram na sahida de muitos irmãos, e na demissão dos que exerciam cargos na respectiva mesa. Actualmente existe a Irmandade. E' a segunda capella do lado do Evangelho.

Capella de Santo Antonio. — Era do vinculo instituido por Vasco Lourenço, que foi administrado pelo Conde de Valladares, depois (em 1837) Marquez de Torres Novas. A' confraria desta capella deixou o Correio-mor Antonio Gomes da Matta um padrão de juro de 20$000 réis, para a festa de quinta-feira santa. Tinha uma Irmandade, que se desorganisou em 1833, passando em 1856 todas as alfaias para a do Santissimo Sacramento. (1)

INVENTARIO DOS BENS

(1837)

A egreja parochial de S. Mamede, segundo um inventario feito em 1837, a instancias dos priores Antonio Teixeira Salgueiro e Vicente de S. Ritta Lisboa, possuia antes do terremoto differentes foros, de que havia n'aquella epocha memoria por um livro de foros de 1756 a 1757, onde constam por lembrança, e eram elles, na importancia de 14$440 réis, impostos em differentes moradas de casas, na Rua da Lista, no palacio do Correio mor, em umas casas na Cutelaria (freguezia de Santa Justa),

(1) Existe ainda a capella da casa do conde da Anadia na rua de S. João dos Bemcasados, que hoje pertence á freguesia de Santa Isabel — a ermida do Giraldes, no pateo do mesmo nome, a Entre-Muros, — a capella da Cruz das Almas, no sitio d'este nome, — a capella do morgado da Alagôa, na rua da Escola, hoje da viuva Vaz Monteiro, e mais a do Marquez de Vianna na calçada da Fabrica da Louça, hoje rua, pertencente agora ao Marquez da Praia, — *Nota do snr. Sequeira.*

noutras de Luiz Pimentel, Cosmographo-mór; e ainda noutras da rua da Piedade, das Pedras Negras e das Manilhas, na rua da Costa, no beco do Seguro, no das Esmeraldas, no das Cabras, e na rua dos Sete Cotovellos, ao todo quinze moradas de casas.

Sendo conferida á junta de parochia a administração dos prazos e casas que pagavam foro e laudemios, assim como a dos juros, padrões e pensões em 11 de Junho de 1836, que estavam até ahi a cargo da Collegiada, em Abril de 1837 a junta decidiu fazerem-se as diligencias necessarias para cobrar todos os foros e laudemios em divida, cobrança que ficou a cargo do regedor, e diligenciar tambem para que taes bens se não vendessem sem licença da egreja, sua directa senhora, obrigando outrosim os foreiros a pôrem nas casas uma pedra ou azulejo onde se indicasse que deviam o foro a S. Mamede.

Existe hoje ainda uma casa na rua da Alegria, onde ha um azulejo por cima da porta, com o distico — «Foreiro a S. Mamede — da casa do Marquez de Penalva —». Do inventario que se fez depois, constam os seguintes bens:

PRAZOS

O Prazo da Cotovia, chamado antigamente cerrado de São Roque, e que era antes do terremoto uma terra de lavoura, que ao depois se povoou de casas que ficaram pagando foros. Foi doado á egreja por Martim Lourenço e sua mulher Sancha Martins, com o encargo de cinco anniversarios por anno. Em

1759 o foro foi renovado em tres vidas á Marqueza de Penalva e em 1822 ao Marquez de Alegrete, Luis Telles da Silva e Menezes. Este prazo confinava ao norte com a Patriarchal Queimada, ao nascente com o beco da Evarista (que foi azinhaga do Caminho Publico) e terrenos da basilica de Santa Maria, ao poente com os ditos terrenos e muro dos Padres da Companhia do Collegio dos Nobres, e ao sul com as casas dos ditos padres.

O Prazo de Valle de Cavallinhos, na rua do Valle de Santo Antonio, antigamente chamado «Alvalade o grande», doado á egreja por João Botelho, com o encargo de dois anniversarios por anno. Foro 560 réis

O Prazo do Casal de Cabrella, termo de Cintra, doado á egreja com encargo de suffragios. Foro 50 alqueires de pão.

O Prazo do Casal da Torre da Guilha, termo de Cascaes, doado á egreja com encargo de suffragios. Foro 60 alqueires de pão.

O Prazo do Casal de Sacottes, termo de Cintra, doado á Collegiada por D. Sancha, com o encargo de trinta Missas cantadas por alma de Clara Affonço, em Julho de cada anno, e um responso cantado de cruz e agua benta. Foro (não consta).

O Prazo de Garrafanil, freguezia da Ameixoeira, doado á egreja por Gonçalo Domingues, com o en-

cargo de duas Missas cantadas e uma rezada. Foro de 1$200 réis.

O Prazo do sitio da Reboleira, freguezia de Bemfica, doado com encargo de suffragios. Foro 6 alqueires de trigo.

O Prazo de uma vinha no sitio do Rego, freguezia de S. Sebastião da Pedreira. Foro 800 réis.

O Prazo de casas na freguezia de Bucellas. Foro 800 réis.

O Prazo de casas e vinha na Penha de França. Foro 800 réis.

O Prazo da vinha da Portella. Foro 1$200 réis.

O Prazo de terras, em Bucellas. Foro 3 alqueires de pão.

O Prazo de um olival, em Arroyos, doado por Casilia Pereira, com o encargo de duas Missas cantadas por alma da doadora. Foro 2$400 réis.

Total 13 prazos.

Foros em dinheiro 7$360.

» » especie 119 alqueires de pão.

JUROS, PADRÕES E PENSOES

1.º Juro annual de um padrão, pago pela mesa do real d'agua do vinho, doado por Antonio Gomes

da Matta, com o encargo de um officio de nove licções e Missa cantada, em cada mez do anno, e mais 120 Missas. Juro 38$240 réis.

2.º Juro annual pago da mesma forma, doado á egreja por Manuel Machado Vaz com o encargo de um officio de nove licções e Missa cantada e mais 38 Missas rezadas. Juro 9$410 réis.

3.º Padrão de juro real de 10$000 réis, pago pelo almoxarifado de Vizeu, doado pelo Correio-mor. Padrão. 10$000 réis.

4.º Padrão de 20$000, pago pelo mesmo, e pelo mesmo Correio-mor doado á egreja. 20$000 réis.

5.º Padrão de 10$000 idem, idem, idem. 10$000 réis.

6.º Pensão de 12$000 réis, pagos pelas freiras d'Odivellas, para 125 Missas de esmola de 120 réis, por alma da bemfeitora Brites Collaça, 12$000 réis.

7.º Pensão de uma Missa quotidiana na capella de St.º Antonio, pela alma de seu instituidor.

Somma de Padrões, Pensões e Juros 99$650 réis.

CASAS

FOROS

Tinha mais de rendimento a junta de parochia os foros e laudemios (de decima e quarentena) de 50 moradas de casas:

2 na rua do Moinho de Vento.
6 na » direita da Patriarchal Queimada.
6 na calçada nova da Patriarchal Queimada.
18 na rua nova da Alegria.

4 na travessa do Rosario.
4 na rua da Mãe d'Agua.
8 na » do Valle de St.º Antonio.
2 na » das Farinhas.

Todos rendiam de foros e laudemios 211$386 réis.

*

Recebia ainda a Collegiada os dizimos de differentes prazos e casas em S. Bartholomeu da Charneca.

Quando a administração dos bens passou para a junta de parochia, e se fez o inventario em 1837, já não vejo inventariados similhantes dizimos.

Naturalmente a Collegiada alienara-os.

*

Além destes rendimentos tinha a egreja o producto do aluguer dos seus terrenos circunvisinhos, alugados com a condição de serem cedidos logo que a Irmandade os requisitasse como necessarios, e estavam-n-o da seguinte forma:

Um terreno com parreiras e arvores, a Manuel... fabricante de oleados, por 15$600 por anno.

— Outro que servia de cemiterio, pela parte de trás da egreja, ao pedreiro Domingos João, por 3$000 por anno.

— Um chão de casas abarracadas, ao mesmo, que ficavam em frente da egreja, e outro chão arrendado aos herdeiros de Maria dos Anjos, por 12$000.

A cobrança estava a cargo da junta da parochia.

*

Os terrenos que estavam alugados aos herdeiros de Maria dos Anjos, e os outros com parreiras ao fabricante de oleados constituiam o passal do parocho, já de longa data, embora isso fôsse contestado em tempos pela Camara Municipal, que moveu grandes difficuldades para a sua troca, allegando não pertencerem ao parocho. Foram em 1863 subrogados a Antonio Lopes Ferreira dos Anjos por 2:600$000 réis em inscripções, applicados á reconstrucção da egreja, que por essa data ainda não estava concluida, afim de aquelle senhor edificar ali um palacete. E' o que se encontra á esquerda da egreja, e hoje é propriedade do sr. conde de Fontalva, successor do primitivo possuidor.

As barracas alugadas ao pedreiro Domingos João e que eram foreiras á egreja, foram demolidas em 1840 e tantos. No seu local edificaram-se depois varias moradas de casas.

*

Como se vê pela simples enumeração dos seus bens a parochia de S. Mamede foi uma das mais opulentas da capital. Houve tempo em que o rendimento do parocho chegou a ser superior a quatro contos annuaes. Hoje, de tanta opulencia apenas lhe resta a fama, porque os prazos e laudemios, que constituiam o seu grande rendimento, passaram em 1864 a ser administrados pelo Seminario de Santa-

rem, que os alienou convertendo-os em inscripções (1).

Estes bens foram primitivamente administrados pela Collegiada. Em 1836 passaram a sêl-o pela junta de parochia e mais tarde voltaram outra vez á antiga adminstradora até que, por decreto patriarchal de 4 de Novembro de 1859, sendo esta extincta, foram-lhe supprimidos e applicados á sustentação do Seminario por carta de 16 de Junho de 1848, decreto regulamentar de 24 de Novembro de 1849 e carta régia de 29 de Agosto de 1854.

A Collegiada, porém, só foi extincta de facto quando, abolidos os dizimos, os beneficiados ficaram sem meios para a sua congrua e deixaram de frequentar o côro.

ULTIMAS NOTAS

Nos dias 6 e 7 de Junho de 1796 houve em Lisboa uma grande trovoada. Nesta egreja caiu um raio que, arrombando o telhado, queimou o pavilhão do altar-mór e entrando no sacrario damnificou o corporal. Ficaram tambem deteriorados o pé da cruz e parte da franja e toalha do altar.

*

Na noite de 11 para 12 de abril de 1834 foram arrombadas as portas da sacristia, aberto o sacra-

---

(1) O rendimento dessas inscripções foi dividido em partes eguaes pelo Seminario e pelo parocho.

rio e roubado o calix de prata doirada. Provou-se depois que o roubo fôra perpetrado com o auxilio do sacristão, que facilitara a entrada aos gatunos.

Tres annos mais tarde, houve novo assalto á egreja. Os ladrões subindo por uma arvore que havia então junto a uma das janellas da sacristia roubaram todas as vestes das imagens, resplendores, lampadas e outras alfaias, ficando a egreja desprovida dos mais necessarios objectos do culto.

O roubo foi feito em 15 de Fevereiro de 1837.

*

Em secção da Camara Municipal de 8 de Agosto de 1861 o vereador Severo de Carvalho propoz que se concedesse um beneficio a favor das obras de S. Mamede no passeio publico do Rocio, louvando a iniciativa daquella commissão. Entrou em discussão a proposta e foi adiada.

Creio que o beneficio não chegou a dar-se.

Um anno antes em Julho de 1860, fôra cedida pela camara áquella commissão a silharia do adro do Loreto.

*

Luis Gonzaga Pereira diz, que em 1840 as obras de S. Mamede estavam a cargo do mestre de obras José Moreira, a quem tece os mais rasgados elogios.

*

O padre Carvalho, na sua corographia, cita ainda

mais duas capellas de que não achei memoria no archivo da actual egreja.

São ellas:

Capella de Santa Margarida, na qual D. Maria Bulhôa instituiu duas Missas quotidianas, e mais outra todas as sextas feiras, á cruz de Christo. Nesta capella, que era annexa ao morgado e quinta de Bulhões, no termo de Lisboa, estava sepultado o irmão mais velho de St.º Antonio e seus ascendentes;

Capella do Bom Jesus, instituida por Vital de Sousa de Miranda. Tinha no altar uma imagem muito antiga e milagrosa.

*

Nesta parochia de S. Mamede venerava-se antigamente um espinho da corôa de Christo. (Corographia manuscripta do padre Luis Cardoso, existente na Torre do Tombo).

Ultimando estes apontamentos devo declarar, que a maior parte d'elles foram devidos á amabilidade com que o reverendo parocho de S. Mamede dr. José Maria da Silva Livramento me franqueou o archivo e cartorio da egreja, onde pude consultar demoradamente todos os livros e mais documentos que ali existem.

Aqui fica consignada a expressão do meu indelevel reconhecimento.

Junho de 1903.

Gustavo de Sequeira.

CAPITULO X

Logo depois da egreja de S. Mamede segue o palacete moderno do snr. Anjos, Conde de Fontalva. Depois o palacio dos snrs. Duques de Palmella com o seu jardim alto, que finda na esquina onde está o chafariz publico, defronte da antiga Fabrica das sedas.

Ahi desembocamos no largo.

*

Quanto ao palacio Palmella, duas palavras ao menos.

Fala Cyryllo no architecto Manuel Caetano de Sousa; foi homem importante no seu tempo, e activo. Não posso, bem ao certo, apreciar a sua personalidade social, nem o seu talento artistico. Vejo-o designado como Coronel de Artilharia, Cavalleiro de S. Bento de Aviz, e os *Almanachs* dão-n-o como Sargento-mór de Infanteria com exercicio de Engenheiro, Architecto da Casa do Infantado, da Con-

gregação camararia da Santa Egreja Patriarchal, da Mesa da Consciencia e Ordens, e Escrivão da Junta da Serenissima Casa do Infantado. Como artista, encontro-o successor de Matheus Vicente na dita Casa, successor de Reynaldo Manuel na direcção das Obras publicas, reconstructor da egreja da Encarnação, e da capella Real da Bemposta, auctor de um predio seu (a que Ratton chama exquisitorio) no sitio do *Erario novo*, predio expropriado pelo Governo, ficando o dono com os materiaes, e recebendo em troca um chão defronte da Fabrica das sedas.

Ahi edificou, pelos ultimos vinte ou vinte e cinco annos do seculo XVIII uma grande casa, que é hoje o palacio Palmella, á qual foram concedidos, por alvará de 25 de Agosto de 1794, os sobejos do chafariz do Rato (1).

Manuel Caetano falleceu aos sessenta e quatro annos, em 1802, herdando a propriedade seu filho, o architecto Francisco Antonio de Sousa, implicado na conspiração de Gomes Freire em 1817, e por isso deportado para Angola.

No palacio, avaliado em 30 contos de réis, estabeleceu-se a Intendencia geral da Policia; a mudança das repartições para ahi, as obras da installação, constam de documentos do Ministerio do Reino, agora na Torre do Tombo (2).

Logo em 1818, posto em praça, depois de con-

(1) Velloso de Andrade *Mem. sobre chafarizes* — pag. 3.

(2) Masso n.º 318, fl. 247. Communicação do meu amigo e collega o snr. José Ramos Coelho.

fiscado ao dono, foi o palacio arrematado pelo 1.º Barão da Teixeira, Henrique Teixeira de Sampaio, depois 1.º Conde da Povoa, e por elle, que é avô da actual senhora Duqueza de Palmella, entrou na massa dos haveres dos Sousas Calharizes (1).

Tinha o edificio, e tem ainda, por concessão da senhora D. Maria I, um vasto logradoiro annexo, hoje arborisado e ajardinado, que chega até ao largo *do Rato*, e torneja para o *Salitre*. Era, como acima disse, parte da antiga cêrca da Casa do Noviciado dos Jesuitas.

Nos principios do anno de 1902 os snrs. Duques de Palmella, no intuito de darem apparencia mais cuidada e ornamental ao seu palacio, depois de o terem ha cêrca de dois annos revestido de silhares de marmore, assim como a muralha do jardim, enfeitaram o portão principal com dois hermes monumentaes.

Eis ahi o pouco que sei. Sei tambem (e isso toda a gente o sabe) que o interior d'este palacio é verdadeiro museu de preciosidades artisticas em todo o genero, accumuladas ali pelos successivos donos, desde o Duque D. Pedro de Sousa-Holstein até á senhora Duqueza actual, espirito muito alto, muito cultivado, e coração a trasbordar de sentimentos caridosos. O Duque seu marido, o snr. Antonio de Sampayo e Pina de Brederode, da Casa dos Viscondes da Lançada, segue na esteira dos seus adoptivos antecessores.

Eis-nos agora no largo *do Rato*.

---

(1) Tinop — *Lisboa de outros tempos.*

*

Diz-se que este nome proveiu de um antigo fidalgo, Meneses, que tinha essa alcunha. Proviria; não posso affirmar.

Mas a proposito de tal denominação, lembra-me isto:

Uma vez estava o meu fallecido e engraçadissimo amigo Francisco Paes de Faria (ultimo varão d'aquella sympathica irmandade, Simão Paes, Alvaro Paes, e as senhoras, todos como irmãos meus) esperando no largo do Conde Barão que chegasse um americano que o levasse ao Rocio. No meio da confusão dos transeuntes, e por entre os americanos, uns parados, outros deslizando devagarinho, andava uma pobre velha popular, muito lisboeta, muito atrapalhada, e quasi cega, procurando conducção para o alto da rua de S. Bento. Era uma d'aquellas que nunca acham o que procuram, e a quem o movimento moderno parece um bicho de sete cabeças.

— Credo! — dizia ella a meia voz — Credo! que balburdia!

E buscava sempre, sem achar.

De repente, chega-se a Francisco Paes, e pergunta-lhe:

— O' meu senhor, faz favor?

— O que é, minha senhora?

— Sabe-me dizer uma coisa?

— Talvez; o que é?

— Sabe-me dizer o que vai para o Rato?

— Sei, sei; não tem nada que saber: é o gato.

Ora o leitor, que já está no Rato, excusa de perguntar; eu lhe explico o que vê.

Vê em frente, no alto, o palacio do snr. Marquez da Praia e de Monforte, comprado aos fallecidos Marquezes de Vianna, que o edificaram junto do sitio onde funccionou a antiga fabrica de loiça, a que me referi ainda agora, e cujos productos tão apreciados são hoje dos entendedores de ceramica nacional.

Ali, em 14 de Dezembro de 1846, foi sagrada a capella da casa, com entrada pela actual rua da *Fabrica da loiça;* o Orago é Nossa Senhora da Bonança. Celebrou Garrett essa solemnidade religiosa com um artigo (1).

Ahi, n'essas salas magnificas, se deram bailes de rara opulencia, dos quaes ainda estará lembrada uma parte da alta sociedade de Lisboa.

*

Um periodico lisbonense intitulado *A Revista,* de 19 de Setembro de 1835, n.º 264 (2), annuncia isto:

«Vai á praça no dia 21 pela quantia de 5:600$000 réis. O edificio em que se acha estabelecida confronta pelo norte com a muralha da casa da agua; sul, com a casa do Conde de Vianna; nascente com a calçada da Fabrica da Loiça; poente com a rua

---

(1) *Obras* — T. XXIV, pag. 293.

(2) Não se confunda com a celebre *Revista Universal Lisbonense,* que teve a honra de ser quatro annos redigida por Antonio Feliciano de Castilho.

direita dos Arcos das Aguas livres; compõe-se de um grande pateo de entrada, tendo no fim um tanque, que recebe uma penna de agua do aqueducto geral das Aguas livres (1), Armasem de venda, casas de deposito da loiça, casas das rodas com estufa, casa de pintura, outra de moer vidro, tanque de apurar o barro, cavalhariça, palheiro, tojeira, quatro fornos de cozer a loiça, e um de fazer o vidro; mais seis casas para deposito e guarda loiça manufacturada, barro, e residencia do administrador.» (2)

D'aqui se conclue que já em 1835 existia completo o palacio dos Condes e Marquezes de Vianna. Quando fôsse construido, ou reconstruido, não sei eu, nem tenho já paciencia para indagar. Os mais teimosos pesquisadores chegam a fatigar-se de andar importunando proprietarios, para resultados mesquinhos. Ver os titulos de um predio é para muita gente uma indiscreção imperdoavel.

Sei apenas, que hoje o palacio pertence por compra ao snr. Marquez da Praia e de Monforte, que ahi vive.

Quem sobe o largo vê, por traz d'esse edificio rico e banal, erguer-se um vulto colossal ennegrecido de muito inverno. E' a *mãe d'agua,* ou o *cas-*

---

(1) Com effeito a Fabrica recebia uma penna de agua segundo o Aviso de 5 de Junho de 1772, a qual depois passou á posse dos Marquezes de Vianna — Andrade — *Memoria sobre os chafarizes* — pag. 79.

(2) Communicação do meu compadre e amigo o snr. Antonio Cesar Mena Junior.

tello d'agua, empório central do admiravel aqueducto das *Aguas livres,* um dos brasões d'el-Rei D. João V. A sua historia, que já esbocei n'outra parte, não vem para aqui. Essa fortaleza, tão nobre e ampla, enfeita e esmaga o palacio moderno; parece um annexo antigo; e insensivelmente murmuramos com o grande Poeta francez:

> *Jules, votre château tour vieille et maison neuve*
> *Se mire dans la Loire......................*

CAPITULO XI

Sobre o poente d'este grande largo levanta-se o mosteiro de Freiras Trinitarias de Campolide, do qual dará boas explicações o *Gabinete historico* (1).

Direi apenas o seguinte (comquanto saia um pouco do meu plano):

Vivia em Lisboa no seculo XVI uma familia nobre, ou nobilitada, os Elvas, abastados por longo trato commercial. Em carta datada de Valhadolid a 18 de Fevereiro de 1600, concede el-Rei D. Filippe a Luiz Gomes d'Elvas a mercê nova de Brasão de Armas para elle e seus descendentes, com o appellido de Matta, e solar na grandiosa quinta da Matta, em Loires, termo de Lisboa (2).

Em 1646 declara el-Rei D. João IV haver Antonio Gomes de Elvas (filho do antecedente ?) emprestado á Real fazenda a quantia de 3:000 cruzados (3).

---

(1) T. VII, pag. 118.

(2) Visconde de Sanches de Baêna — *Archivo heraldico* T. I, pag. 450.

(3) Snr. Eduardo Freire de Oliveira — *Elementos* — T. V, pag. 11.

Luiz Mendes d'Elvas (filho do antecedente?) morou e falleceu solteiro em 1674 nas suas nobres casas da rua *das Portas de Santo Antão* (1), as quaes em 1672 vendeu pela quantia de 8:400$000 réis a D. Ignez Antonia de Tavora (ou *de Lima* ou *da Silva*, pois com esses varios appellidos apparece), tutora de seu filho menor Antonio de Saldanha. Para essa compra teve a mesma senhora que vender casas que tinham sido do instituidor do morgado de Diogo Luiz de Oliveira (1639), annexas ao morgado «de Oliveira» fundado em 1305 pelo Arcebispo de Braga D. Martinho de Oliveira.

Cincoenta annos depois d'essa compra, em 1722, morava na casa João Pedro de Saldanha, que residia habitualmente em Santarem. As obras de que houve necessidade depois do terremoto grande principiaram em 1761.

Mas basta, que não estou por ora escrevendo (como tenciono) a minuciosa historia do palacio dos Marquezes de Rio-Maior.

O mencionado Luiz Mendes d'Elvas, negociante dos mais ricos e conceituados da Praça de Lisboa, relacionado certamente com a melhor sociedade da Capital, celebrou o dia 21 de Agosto de 1664, anniversario natalicio d'el-Rei D. Affonso VI, reunindo á noite em sua casa companhia brilhante, que assistiu á representação de uma comedia.

Pensam que foi n'alguma sala? não; foi no jar-

---

(1) Genealogia da familia *Coronel* por Duarte Rangel de Macedo na *Bibl. Nac. de Lisboa.*—Fundo *Pombal.* Informação de Anselmo Braamcamp Freire.

dim; as nossas deliciosas calmas de Agosto, temperadas das suaves brizas nocturnas, convidaram a lustrosa assemblêa para o jardim, todo em redondo revestido e adornado de sedas e assentos em frente do palco. A illuminação era de vinte tochas de cera branca em grandes tocheiras de prata, e tambem lampiões envidraçados. Ao cahir da noite, a aragem que esvoaçava ameaçou perturbar diabolicamente o brilho da festa; mas ao ver começar o espectaculo teve o bom juizo de encolher as azas, e tudo correu ás maravilhas.

O que foi a comedia? ninguem sabe. Quem estava? A maior parte da Nobreza de Lisboa — responde um antigo noticiarista. Como fez Luiz Mendes as honras das suas salas e do seu jardim? Que senhoras o ajudaram n'esses deveres de hospitalidade? Que refrescos se serviram? Tudo perguntas, a que o silencio dos tumulos já não sabe responder (1).

*

Dadas essas rapidas noticias dos Elvas (os Cruzes e os Quintellas do seu tempo) continuarei:

---

(1) «Aos 21 fez el-Rei N. S. annos, que Deus ha-de querer conservar-lhe, e continuar-lhe muitos... Foi aquelle dia de gala para a Côrte, como é estylo; e na noite d'elle Luiz Mendes d'Elvas, do Conselho da Fazenda de S. M, fez representar em sua casa uma comedia, com circumstancias muito dignas de serem referidas. Para haver maior capacidade e frescura, se representou no seu jardim, que estava todo em redondo bem ornado de sedas, e com assentos bem ordenados, além de algumas janellas com rótas e commodidade para damas. O

Manuel Gomes d'Elvas, Fidalgo da Casa Real, filho illegitimo do 1.º Correio mór Luiz Gomes d'Elvas, por ter nascido em 1550 de Isabel Vaz, moirisca, escrava de Gonçalo de Pina, era meio-irmão de Antonio Gomes d'Elvas, e de Carlos Nunes Coronel. Adquiriu avultadissimos bens, e lavrou testamento a 29 de Junho de 1620; testamento importante, de que passo a dar succinto conhecimento.

Instituiu dois morgados, cada um de 2:500 cruzados de renda (ou 4:335$500 réis) (1); nomeou um morgado em seu sobrinho Carlos Nunes, e outro no meio irmão d'este, Luiz Nunes, filhos de Luiz Gomes Nunes. No caso de faltarem herdeiros de ambos, chama os descendentes de Guiomar Nunes e de Manuel Soares Villas-Boas, excluindo os de Manuel da Veiga, filho de Ruy Lopes, marido de Isabel Gomes. Ordena na dita instituição se faça um mosteiro de Trinitarias, com quarenta freiras, sem dote, escolhidas pelos administradores vinculares; e deixa a esse seu mosteiro 3:500 cruzados

---

theatro se allumiava com vinte tochas brancas em grandes tocheiras de prata; e havia tambem lampiões; prevenção contra o vento, que, ainda que antes da comedia ameaçou apagar as luzes, tanto que ella começou se moderou reverente a uma branda viração, que expirava regalo na calma, que podéra ser molesta. Achou-se ahi a maior parte da Nobreza da Côrte, e o mais luzido do Povo.»

Mercurio portuguez, com as novas do mez de Agosto do anno de 1664.

Communicação de Anselmo Braamcamp Freire.

(1) Segundo as minhas contas, e visto que o cruzado valia 1$735 réis.

de renda, ordenando houvesse lá dois capellães para Missa quotidiana, com o ordenado de 60$000 réis cada um, casa, medico, e botica, e se casassem vinte orphans pelo oitavario da Santissima Trindade, com 30$000 réis de dote a cada noiva.

Além d'isto, deixa outros muitos legados a seus parentes: a Jeronymo de Oliveira 2:000 cruzados; a Luiz Angel outros 2:000; a Luiz Gomes, filho de Duarte Mendes, 3:000, etc.

Segundo se vê, regorgitava de oiro o cofre do nosso Manuel Gomes d'Elvas. Além do mais que possuia, gosava de renda, nos Almoxarifados do Reino, a quantia de 6:995$042 réis.

Pois não casou, e não deixou geração (1).

Esse mosteiro de Trinas, em que pensava o opulento testador, veiu a edificar-se, e é este o de que tratamos, no sitio então chamado *Campolide* (e já no anno do terremoto denominado o *Rato*) (2).

A' sombra das suas phantasiadas abobadas, desejava elle jazigo para si e seus successores, na capella mór que viesse a edificar-se; e determinava que no entretanto, em quanto se não levantassem essas paredes, muito de sua devoção, depositassem provisoriamente o seu cadaver no templo do Carmo.

Começou-se a obra, mas, não sei porquê, interrompeu-se (3), apesar de lhe faltar pouco.

Com effeito, as Religiosas tomaram posse da casa,

---

(1) *Collecção Pombalina* na Bibliotheca Nac. de Lisboa — codice 275, titulo *Elvas*.

(2) J. B. de Castro — *Mappa* — T. III pag. 175.

(3) Castro — Ibidem.

em 1633, sem comtudo começar ainda a clausura, segundo se deprehende de uma inscripção, no demais quasi illegivel já, sobre uma porta que abre para o pateo.

As obras pararam em 1654, e só recomeçaram em 1672, por diligencia de Manuel Correia de Lacerda, administrador do vinculo. Sobre outra porta do pateo se lê (ou lia) o seguinte:

ESSA OBRA MANDOU-A CONTINUAR MANUEL CORREA DE LACERDA, PADROEIRO QUE FOI D'ESTE MOSTEIRO, E ADMINISTRADOR D'ELLE, NO QUAL NÃO HAVIA TRABALHO DESDE O ANNO DE 1654 ATÉ 1672, ANNO EM QUE O SOBREDITO CONTRIBUIU PARA QUE SE FIZESSE A DITA OBRA, E ESTE PORTAL, QUE FOI NO ANNO DE 1675 (1).

Em Junho de 1721 (2) começou a clausura, graças ás diligencias do activo Patriarcha D. Thomaz de Almeida, o fundador e amigo d'esta parochia de Santa Isabel; mas como se reconheceu que as rendas deixadas não eram sufficientes para o numero de quarenta Religiosas, pela differença da moeda no lapso de um seculo, reduziram-se a trinta as apresentadas pelo senhor do morgado, e mais seis irmans conversas para o serviço domestico.

O que é triste, é que os ossos do instituidor, tão desejoso de repoisar ali na capella-mór da sua piedosa fundação claustral, não se tinham trasladado

---

(1) Informações tiradas de um artigo no *Jornal do Commercio* de 10 de Setembro de 1884.

(2) Em 25 de Julho de 1721 diz D. Antonio Caetano de Sousa na *Hist. Gen.* — T. X, pag. 847.

do Carmo, por um motivo simples: o desleixo portuguez deixou de assignalar o sitio onde foram depositados! (1)

Por 1880, morta a ultima Freira, com intimo gaudio dos nossos governantes constitucionaes, para quem a suppressão de mais um mosteiro é causa de grande festança, começaram no edificio obras consideraveis, a fim de ser adaptado a um asylo de rapariguinhas, e a officinas e arrecadações da Imprensa Nacional. Delineou e dirigiu as obras o talentoso architecto, meu amigo, o snr. Luiz Caetano Pedro d'Avila, cuja pericia é de todos apreciada e admirada. A luxuosa frontaria como que tem pena de se não ver desafrontada dos casebres que a occultam á vista.

Jeronymo de Barros Ferreira, pintou a abobada do altar-mór (2).

---

(1) Quasi tudo isto diz o *Mappa de Portugal*, na freg. de Santa Isabel.

(2) Cyrillo—Mem. pag. 127, citado pelo Conde Raczynski.

CAPITULO XII

Agora, que percorremos as principaes casas religiosas e particulares, paremos aqui; mas, sem sahirmos ainda do Bairro alto, consideremos que rapido e importante não foi o seu desenvolvimento! é que teve uma razão de ser, e respondeu a exigencias imperiosas da população. Eram já estreitas as muralhas torrejadas d'el-Rei D. Fernando; Lisboa forçou essa prisão incommoda, e extravasou-se pelo campo. O extravasamento deu o Bairro de S. Roque.

*

Que foi consideravel n'aquella area o movimento policial, tudo o faria crer *a priori;* mas comprova-o *a posteriori* a disposição do alvará de 25 de Março de 1742, dando á Corregedoria do Bairro alto as freguezias da Encarnação e Sacramento, que já possuia, e de mais o suburbio de Campo-lide e freguezia nova de Santa Isabel, com os julgados de Bemfica, Friellas, e Appellação. O mesmo alvará creava

um Corregedor especial para o Bairro de Santa Catherina, com alçada sobre as freguezias de Santa Catherina e Mercês, e abrangendo no termo os julgados do Milharado, Povoa de Santo Adrião, Odivellas, e Lumiar.

*

O Corregedor do Bairro alto foi, como se vê, personagem de influencia; e a sua vara um sceptro que regia leguas em contorno. Pois era tal, ainda no fim do seculo XVII, o predominio altivo da Nobreza, e em summa a attracção que tiveram para estas paragens as rixas e arruaças, que houve dois dos mais qualificados senhores da Côrte d'el-Rei D. Pedro II, que attentaram contra os dias do Corregedor, o Licenciado Ignacio Sanches de Goes. Foi assim o caso (releve-se-me esta digressão:)

*

Em 8 de Março de 1694, sahia grande turba da egreja de S. Roque, pelas 5 horas da tarde. O Corregedor, que assistira á festa, seguia pela rua *Larga de S. Roque* a baixo conversando com um amigo; parou com elle á esquina da travessa que ia para a Trindade (hoje o largosinho defronte do theatro).

N'isto subia um coche com dois mancebos elegantes pertencentes á melhor sociedade de Lisboa, o 5.º Conde do Prado e o Conde da Atalaya. Comprimentou-os civilmente o amigo do Corregedor; mas este, que se achava de costas para o lado da rua *Larga*, e que por isso não deu pelos Condes,

não pôde cortejal-os a tempo, falta que elles tomaram imprudentemente como insulto intencional.

O coche vira para a travessa; pára; apeiam-se o dois enfatuados peralvilhos; aproximam-se do Magistrado, mantenedor da auctoridade, e representante, a final de contas, da Realeza, que elles, mais que ninguem, deviam respeitar; insultam-n-o de palavras, chamam-lhe malcreado, arrancam-lhe a vara, insignia do cargo, dão-lhe com ella no rosto; possesso de ira, desembainha o Conde do Prado o espadim, e atravessa do peito ás costas o inerme Corregedor. Que valentia para dois descendentes de heroes!

Nada mais alto e mais bello, que a Nobreza cumpridora dos preceitos do sangue; nada mais abejcto, que os desmandos d'aquelles que tudo teem, menos a noção do dever.

Desorientados os dois pintalegretes, ao verem cambalear e baquear o morto, entre o tropel de gente que se ia juntando, fugiram e acolheram-se á hospitalidade do Embaixador de França, o Vidama de Esneval, morador na rua *Larga de S. Roque* junto á sacristia do Loreto (1).

D'ahi lograram evadir-se n'um navio para Brest.

Teve um sentença de morte, e o outro de degredo (2).

---

(1) Já n'um dos capitulos relativos a S. Roque mostrei ter este Vidama habitado no palacio dos Nisas em 1689.

(2) Vejam-se sobre tudo isto as *Sentenças* de Moreira Innocencio — *Diccion.* — T. VII, pag. 233, n.º 35.

O valente corsario Du-Guay-Trouin, então surto no Tejo com o commando da fragata Real de 40 peças «La Diligente» dá-nos curiosos pormenores do triste caso. Os dois Condes tiveram a honra de ser levados a seu bordo para França. Oiçam:

«O snr. Vidama d'Esneval — diz o proprio Du-Guay Trouin — que era ao tempo Embaixador d'el-Rei em Portugal, encarregou-me de transportar a França o snr. Conde de Prado e o snr. Marquez d'Atalaya seu primo com irmão, que ambos tinham descahido do agrado d'el-Rei de Portugal, e estavam sendo vivamente perseguidos á sua ordem, por terem morto o Corregedor de Lisboa. Recebi-os a meu bordo, com o maior gosto, porque o snr. Conde do Prado era casado com uma filha do nosso Marechal de Villeroy, um dos nossos mais respeitaveis senhores. Na viagem descobri quatro navios Flessinguezes de 20 a 30 peças cada um; acheguei-me, ataquei-os, e consegui tomar um dos melhores. Por causa da sua habil manobra e da sua resistencia, os tres outros abalaram protegidos pela nevoa e pelo cahir da noite. Vinham de Curaçáu carregados de cacáu e dinheiro. Os dois fidalgos portuguezes quizeram por força presencear o combate, e não annuiram ás instancias que lhes fiz para descerem á coberta, dizendo-lhes que, não havendo guerra entre Portugal e a Hollanda, elles se expunham, sem necessidade, a ficarem estropiados ou mortos. Apesar dos meus argumentos e rogos, demoraram-se em cima até ao fim da peleja. Depois conduzi esta presa Saint-Malo, onde desembarquei os dois grandes de

Portugal, que me pareceram mui pagos dos meus obsequios.» (1)

Camillo Castello Branco, o eminente prosador, fazendo-me a honra de se occupar com a primeira edição d'este livro, observou que a minha narração differia da que traz o Cavalheiro de Oliveira (2). Que prova isso contra mim? nada. As Sentenças são a fonte mais authentica, e sobrelevam em criterio a qualquer outro narrador; e o n.º 4 das *Noites de insomnia* (3) do notabilissimo Camillo, transcrevendo o que diz Oliveira, não invalida o que eu escrevi e repito aqui.

Tambem trata do assumpto o grande D. Antonio Caetano de Sousa na sua monumental *Historia genealogica da Casa Real;* (4) o Barão hollandez de Lahontan, nos seus *Dialogues de M. le Baron de Lahontan et d'un sauvage d'Amérique*, no T. I do interessantissimo *Boletim de bibliographia portugueza* do meu amigo o snr. Annibal Fernandes-Thomaz; e muitos outros o terão tratado.

O que diz Oliveira, na traducção camilliana, é isto:

«Um Corregedor guardava uma porta da egreja da casa professa dos Jesuitas, quando ali se celebrava grande festividade. Somente o Rei havia de entrar por aquella porta. Chegaram aqui o Marquez

---

(1) *Memoires de M. Du Guay-Trouin* pag. 13, 14, 15.

(2) *Œuvres mêlées, ou Discours historiques... sous le titre d'amusement périodique* — Londres-1751.

(3) Pag. 47.

(4) T. XII, pag. 1071 e seg. e 1074 e 1075.

das Minas e o Conde da Atalaya; mas o Corregedor com razão lhes vedou o passo. Insistiram elles, dizendo ao Ministro que as ordens recebidas não podiam entender-se com pessoas da sua esphera. Redarguiu o Corregedor, que as ordens ninguem exceptuavam; e portanto, sem que o Rei entrasse, não podia elle permittir que entrasse quem quer que fôsse. Aquelles senhores podiam entrar por outras portas, francas a toda a gente. Não obstante, pertinazmente exigiram do Corregedor uma distincção, que elle não podia dar-lhes sem transgredir os deveres. Os dois fidalgos, depois de o terem insultado, passaram ás ultimas. O Conde da Atalaya deu com o chapêo na cara do Corregedor, e o Marquez das Minas, traspassando-o com a espada, matou-o. Em seguida cavalgaram, e sahiram do Reino.»

Nada d'isto (salvo melhor juizo) contradiz o que eu disse.

Houve pendencia entre os Condes e o Corregedor; é certo, e ambos os depoimentos o asseveram. Oliveira dá como causa o facto de quererem os dois penetrar na egreja por certa porta que lhes era vedada; seja assim. Essa recusa motivou (está-se a ver) os desmandos do encontro, quando tomaram por pretexto a falta de cortesia do Magistrado, depois, junto á Trindade.

Certo é que, passados annos, vencido el-Rei das supplicas de sua Mulher, e das de sua Irman a Rainha da Gran-Bretanha, indultou-os por sentença de 6 de Fevereiro de 1699; mas não sem ter dado um rigoroso exemplo em duas pessoas tão eminentes por sangue; o que prova, que tambem no antigo

regimen existia a noção da justiça, maniatada ainda muita vez pelo predominio do favoritismo.

Lá diz um coevo anonymo.

«Sua Majestade deu perdão ao Atalaya moço, da morte do Corregedor; e já o tinha dado, por intercessão de França, ao Conde do Prado, porém com clausula de que não entraria na Côrte assim um como o outro......; e a Relação embargou o perdão, a respeito da condemnação das despezas; e não sei se diga que os Desembargadores querem entrar de meias no Governo d'esta Monarchia.» (1)

*

Conta-se que ao acabar de escrever a sua *Roman History from the foundation of Rome,* o sabio Oliveiro Goldsmith exclamára:

— Sim senhor, escrevi a Historia de Roma. Será exacto quanto ahi disse?

— De certo que o é — atalhou um amigo. — Instruido e consciencioso como sois, não porieis senão verdades.

— E que é a verdade n'este mundo? — tornou o historiador. — Esta noite, na taberna aqui ao lado, houve uma desordem grande. Pela manhan interroguei o meu creado; contou-me o caso de certo modo. Veiu o padeiro; contou-o de outro; veiu o

---

(1) Fl. 216 v. do volume mss. de miscellaneas antigas, lettra do seculo XVIII, que possuo na minha *Olisiponiana,* sob o n.º 220. *Carta de um amigo a outro dando-lhe novidades de Lisboa dos annos 1697 a 1699.*

leiteiro; contou-o diversissimo; abro um jornal, e apanho outra versão. E quero eu saber o que se passou em Roma ha dois mil annos, quando não posso averiguar o que houve na minha mais proxima visinhança ha poucas horas!!!

O mesmo digo eu, e assim respondo a Camillo.

*

O que de tudo é mais notavel (chamem-lhe coincidencia fortuita, ou o que quizerem) é que veiu o inconsiderado matador a morrer assassinado pelo espadim de um D. João de La-Cueva y Mendoça, á sahida da portaria dos Padres do Espirito Santo, em 17 de Setembro de 1722; o seu antigo complice de insolencia morreu dois dias depois, a 19, em Vienna de Austria.

A *Gazeta de Lisboa* commemora o primeiro facto por estas palavras:

«D. João de Sousa, 3.º Marquez das Minas, 5.º Conde do Prado, 8.º senhor da villa de Beringel e de outras varias terras, do Conselho de Guerra de S. M., Gentilhomem da sua Camara, Mestre de Campo General das suas Armas, e General da Cavallaria, foi morto na noite de quinta-feira 17 do corrente, das 8 para as 9 horas, sahindo do convento dos Padres do Oratorio, onde costumava ir muitas vezes, por D. João de la Cueva e Mendonça. Este lastimoso successo foi muito sentido n'esta Côrte; mandaram-se logo fazer todas as diligencias possiveis para prender ao matador, mas sem effeito, e se teem posto editaes, pelos quaes se promettem

10 mil cruzados a qualquer pessoa que o entregar á Justiça, ou descobrir a parte certa onde está retirado. O Marquez defunto não viveu mais que uma hora depois das feridas, e o seu corpo ficou no mesmo Convento, em cuja egreja foi exposto no dia seguinte, e se lhe fez um officio cantado pelos Padres da mesma Congregação, com assistencia de toda a primeira Nobreza da Côrte, e de noite foi conduzido ao convento de S. Domingos de Azeitão, para ser sepultado no jazigo da sua casa (1).

Duas indicações ácêrca de D. João de La-Cueva, o vingador:

Era Fidalgo Cavalleiro, Commendador de Santa Maria do Pinheiro-grande, na Ordem de Christo, administrador da opulenta casa de seu pae, D. Fernando de La-Cueva y Mendoza (2), a qual rendia annualmente perto de 40:000 cruzados; o que não impediu que D. João deixasse, ao fallecer, em 1771, dividas superiores a 120 contos de réis. Foi enterrado por caridade. Tinha-se ausentado para Castella por ter morto o Marquez das Minas, Conde do Prado, que, não lhe dando D. João o tratamento de Excellencia, levantou para elle o bastão.

Este D. João era já portuguez, como seu pae e seu avô; mas seu bisavô, D. Fernando Lobo de La-Cueva era castelhano, Governador da fortaleza de S. Gião, e entregou-a sem resistencia aos suble-

(1) *Gazeta* n.º 39 de 24 de Setembro de 1722.

(2) Achei esse nome n'um requerimento de D. Leonor Mayor Lobo da Gama no processo inedito de Alvaro de Brito e Vasconcellos para Familiar, na Torre do Tombo.

vados de 1640; pelo que, houve grandes mercês d'el-Rei D. João IV. (1)

*

Aproximarei aqui outro disturbio promovido por um Portuguez na populosa Londres, com resultado bem triste, que mostra (mais uma vez, além de outras) a prepotencia da orgulhosa Inglaterra, e o quanto se fia na sua força physica.

Vivia em Londres o Addido á nossa Embaixada Pantaleão de Sá, irmão do proprio Embaixador Conde de Penaguião; era no tempo em que *reinava* a audacia, a dissimulação, a perfidia, denominadas Cromwell. Estava-se em Julho de 1654. Um dia, passando n'uma rua, suppôz-se afrontado por um Inglez, que lhe dirigiu não sei que palavras insultantes; correu Pantaleão de Sá no encalço do seu provocador, e acompanhado de creados penetrou na casa da Bolsa, onde, depois de lucta, feriu um Inglez nobre, e, á vista da celeuma levantada no publico, teve que refugiar-se com os seus companheiros no palacio do Conde. A exterritorialidade de nada lhes serviu, porque a plebe cercou a Embaixada portugueza, ameaçando incendial-a.

Cresceu o motim; o Cromwell mandou pelas suas guardas prender o Addido, que, apesar dos protestos do Embaixador, o qual invocou officialmente os seus privilegios, foi levado para a Torre de Londres.

---

(1) Consulte-se João Carlos Feo, *Os Duques. pag. 274.*

Percebe-se bem quanto este successo inesperado deu que falar, e quanto interessou o corpo diplomatico; ha vestigios d'isso. O Embaixador de França offereceu os seus serviços ao de Portugal, e chegou a interpôr a sua influencia junto de Cromwell.

Este mesmo impostor, que não corára das torpezas maiores, e do atropelo de todas as legalidades, para alcançar os seus fins, e que, durante o processo instaurado, promettêra verbalmente ao Conde de Penaguião, sob sua palavra, a libertação do criminoso, mandou executar os quatro creados complices, e decapitar Pantaleão de Sá em 20 de Julho de 1654 (1).

Abstenho-me de commentarios, além d'este: se o crime do Sá merecia castigo (e merecia-o certamente), o que se lhe infligiu foi desproporcionado. Ferir um homem que o insultára não devia acarretar a pena de morte. Maior pena mereciam os crimes do *Protector*, e o grave insulto cuspido pelo intruso nas faces de uma Nação sua alliada, nobre, e enfraquecida. O que o attenua é isto só: Cromwell não era um leão; era um lobo cerval traiçoeiro atravessado de raposa. A Posteridade já o julgou.

---

(1) Consulte-se o *Quadro elementar* T. XVII, pag. 84, 85, 99, etc.

CAPITULO XIII

Depois das sangrentas filistrias dos dois Condes, não me soffre o animo deixar de agglutinar aqui um caso ainda parente, e que mostra o alto grau de prepotencia e altivez a que tinham chegado certos sujeitos.

Parece que entre as Corregedorias e a Nobreza havia insuperaveis antagonismos! O orgulho da casta não podia acceitar de boa-mente a supremacia de funccionarios, muita vez plebeus, guindados pelo talento e pelo trabalho a judicaturas elevadas.

Vamos ao caso.

Um Corregedor do Bairro do Rocio prendeu n'essa celebre praça um creado de Luiz Cesar de Meneses, filho do Vice-Rei do Brasil; por que? porque o achou jogando de azar, coisa prohibida pelas Leis. Mandou o preso para a cadeia.

No caminho cruza-se com o rancho uma carroagem, onde ia Luiz Cesar; olhou, viu o seu escudeiro, mandou parar a carroagem, informou-se, e atirou-se

aos quadrilheiros. Lucta, reboliço, balburdia que chamou muita gente, entre ella varios nobres, que, por espirito de classe, tomaram a defensa do collega, quando sahiam do pateo das Comedias, proximo ao logar do pugilato. Chegou a empresa bellica a tal ponto, que foi solto o preso nas barbas do boquiaberto e intimidado Corregedor.

Ayuda Dios a los malos
quando son mas que los buenos

disse Quevedo com o seu chiste impagavel.

Correu a noticia, o Corregedor queixou-se, e instaurou-se devassa.

Coisa singular! aquelles fidalgos, tão monarchicos, tão ciosos das suas prerogativas, davam assim o pessimo exemplo de menoscabo á auctoridade Real, ali representada por um seu Ministro. Mas tambem... que haviam de fazer? abster-se depois de verem os seus eguaes em perigo? não; terrivel dilemma! um sò que se furtasse ás responsabilidades, era um homem morto.

Uma vez, haverá trinta annos, n'uma Escola superior, os alumnos de certa cadeira fizeram parede (*grève* diriam agora os galliciparlas); resolveram, zangados com o Lente, não entrar na aula. Um rapaz, porém, atraiçoou os seus condiscipulos, e sentou-se no seu banco, alegre por dar ao professor tal prova de adhesão. Este abre a aula, sobe ao estrado, vê as filas desertas, observa, espera uns minutos, e diz:

— Olhe, meu caro senhor, o que fizeram os seus

companheiros é mau; o que o snr. estudante está fazendo é mil vezes peor.

E sahiu.

Portanto, digo como attenuante dos taes fidalgotes: unir-se ao discolo Luiz Cesar de Meneses foi mau; desamparal-o seria pessimo.

O processo teve como desfecho o seguinte: o Corregedor foi suspenso, por se ter mostrado debil no exercicio das suas funcções; e os meninos tiveram estes castigos:

Luiz Cesar, desterro para Mazagão;

o Conde da Atouguia, desterro para Penamacor;

o Conde de Pombeiro, para Ourique;

o Conde de Povolide, para Pombal;

o Conde da Ilha, para Arrayolos;

o Conde Barão de Alvito, para Thomar;

o Conde da Ericeira, pae, para Castello-Rodrigo;

o Conde de Soure, para Castro-Marim;

o Conde de Valladares, para Vianna do Alemtejo;

o Conde de Assumar, filho, para a Messejana;

o Conde de S. Vicente, filho, para Santiago do Cacem;

o Conde de Villa-verde, para Torres-Novas;

o Conde de Povolide, filho, para Santarem;

o Visconde da Asseca, para o Torrão;

D. Luiz de Portugal, para Alcobaça;

D. Antonio da Silveira, para Ourem;

D. João Manuel da Costa, para Valença do Minho;

D. Francisco de Sousa, para Miranda;

D. Francisco de Almada, para Portalegre;

D. José Henriques, para Mertola;

D. Luiz de Almeida, para Montemór o novo;

Ayres de Saldanha e seu filho, para Porto de Mós;

Pedro Alvares Cabral, senhor de Belmonte, para Peniche;

José Bernardo de Tavora, para Beja;

D. Luiz de Castello Branco, Conego da Patriarchal, para 40 leguas longe;

Luiz de Saldanha, para Obidos;

Joaquim Manuel, para Soure.

O Conde da Calheta, filho,

o Conde de Coculim,

e D. Luiz da Silveira, tiveram apenas reprehensões. (1)

---

(1) Deixo a responsabilidade da historia, e dos nomes, ao meu informador, que foi o auctor da *Description de la ville de Lisbonne* — 1730 — pag. 154 e seg.

CAPITULO XIV

Visto que nos proposémos correr o Bairro em todos os sentidos, precisâmos notar que uma das suas feições mais accentuadas são uns certos fogos, que a Policia vigia, arróla, e superintende, n'aquellas desventuradas ruas, decahidas, como as de Persépolis ou Palmyra, do seu antigo esplendor.

«No Bairro-alto — dizia em 1730 um viajante observador — ha algumas ruas montuosas, mas as de mais são suaves, largas, e limpas. Erguem-se ahi bellos palacios.» (1)

O mesmo digo eu applicando essa observação physica á ordem moral: ha casas muito sérias, e outras... muito escabrosas, montuosas, e inconfessaveis. Junto de palacios onde visitâmos senhoras da primeira sociedade, aninha-se alguma baiuca pobre, onde a miseria vive de gorra com os desmandos.

N'outras éras, a Cotovia é que arrematava o

---

(1) *Description de la ville de Lisbonne.*

exclusivo da mercancia avariada. Quem poderia esclarecer o ponto era Ulysses, de quem trata, o mais á séria possivel, o bom de Luiz Marinho de Azevedo na sua obra, e alguns outros, como Frei Apollinario na sua.

No tempo d'el-Rei D. João III foliou em Lisboa uma rapariga franceza de grande elegancia e formosura, conhecida dos peralvilhos da moda, por nome Michèle; d'onde veiu o titulo generico de *Michelas*, em portuguez, ás suas collegas, «damas de má vida e baixa sorte», como diz o serio Bluteau. (1)

Não sei quando começou no abastado Bairro dos Jesuitas a intrusão de fogos suspeitos; mas sei que ha já seculos, como passo a mostrar breve, se destina em Lisboa arruamento ao genero; arruamento de discutivel utilidade.

Nas Côrtes d'Elvas, reunidas por el-Rei D. Pedro I na éra de 1399 (anno 1361) ha um *item* que me não atrevo a transcrever na integra, por mais *cru* que o proprio Soberano, onde leio o seguinte:

El-Rei D. Affonso IV ordenou que todas as levianas de quem estamos tratando trouxessem trajos que as estremassem das outras, e bem assim morassem juntas em logares apartados. Parece que havia desobediencia, e por isso as Côrtes reclamaram. El-Rei D. Pedro condoído das taes, decidiu que andassem vestidos á sua vontade, «que traguam sseus vestires como os poderem aveer, per que

(1) *Vocab.* — verb. *Michela*.

perderiam muito em nos panos que teem feitos, e em nos adubos que em elles tragem.» (1)

El-Rei D. João I mandou que vivessem em bairro apartado, e que ahi se não admittissem mulheres casadas; (2) mandou mais que as casas onde morassem fôssem avaliadas por dois *homens bons*, para que os senhorios não levantassem as rendas. (3)

As portas das casas que estavam abertas para a *mancebia* (era o nome do tal logar apartado), ordenou el-Rei D. Manuel se fechassem. (4)

El-Rei D. Sebastião, estando em Montemór, desterrou tambem as michelas para fora dos muros da Cidade. (5)

N'uma das preciosas notas de Francisco Coelho de Figueiredo aos volumes do *Theatro* de seu illustre irmão Manuel, vemos mencionados os sitios onde por 1740 e tantos ellas habitavam, e que eram a Betesga, os Sete-Cotovellos, a rua dos Cavalleiros, as esquinas do Poço do Borratem, os Remolares, a Boa-Vista, a rua dos Mastros, a Madragôa, e os labyrinthos de Alfama. (6)

Parece tambem, segundo uma versalhada do *Anatomico jocoso,* que de dia andavam a divagar pelas

---

(1) *Côrtes do Reino* — codice da Bibl. Nac. de Lisb. — J — 5 — 36 — T. I, fl. 27 v.

(2) Cartorio da C. M. de Lisb. — Livro dos pregos — fl. 174 — Livro 2.º d'el-Rei D. João I, fl. 76.

(3) Ibid. — Livro 2.º d'el-Rei D. João I, fl. 83.

(4) Ibid. — Livro 2.º d'el-Rei D. Manuel, fl. 49.

(5) Diogo Barbosa Machado — *Mem. d'el-Rei D. Sebastião* — T. III, pag. 150.

(6) *Theatro de Manuel de Figueiredo* — T. XIV, pag. 537.

concorridas arcadas dos *Cobertos* (ao Corpo Santo), e estanciavam á noite na deserta rua *Fresca* (á rua *de S. Bento)*. Moquenca, sujeita dubia, exclama no *Amor sem pés nem cabeça:*

Que nós, estas taes, vivemos
de noite na rua Fresca,
e de dia nos Cobertos. (1)

Se eu quizesse pesquizar origens no cerco de Lisboa pelos Castelhanos (seculo XIV) citava, a modo de gracejo, palavras de Fernão Lopes. Encarecendo os commodos e abastanças do acampamento do Real Pretensor, diz que até uma rua das taes habitações havia no arraial, «tamanha como se acostumava nas grandes cidades.» Ahi está pois *nobilitado* com uma genealogia, não mais falsa que muitas outras, o povoléo *mundanario,* do Bairro que forma o meu assumpto agora, e por onde foi ha cinco seculos o abarracamento dos nossos invasores.

Isso porém era extra-muros de Lisboa. Lá dentro, em tempo de guerra tão aspera, não tratavam benignamente aquellas galantes raparigas. Como não serviam para amasonas, eram lançadas fora; boccas inuteis, iam mendigar ao Castelhano (2).

Um alvará policial do principio do seculo XVII allude claramente a sitios, que não nomeia, destinados a habitações de contrabando (3).

---

(1) *Anatomico* — T. IV, pag. 515.

(2) Fernão Lopes — *Chron. d'el-Rei D. João I* — cap. 148.

(3) Ver o artigo XXII do curioso alvará de 25 de Dezembro de 1608.

Na Hespanha antiga vigiava-as um Magistrado chamado *Alcaide da honra*, cargo que o Elucidario de Santa Rosa de Viterbo melhor explicará ao leitor, do que eu o poderia aqui (1). Em Portugal era, por meio dos seus quadrilheiros, o Meirinho das cadeias quem tinha para si tão melindrosa judicatura. As inquelinas viam-se obrigadas a varrer, por turnos, a casa das audiencias do Corregedor do crime; resgatavam-se porém do encargo, pagando ao seu Meirinho dois reaes brancos cada sabbado (2).

Finalmente, a Universidade de Coimbra prohibia, em 1591, que do Arco de Almedina para cima vivessem os grupos, onde o nosso pudibundo Antonio Ferreira encontraria talvez as Faustinas do seu *Cioso*. (3)

*

Restringindo-me ao meu assumpto, e pedindo venia para a digressão, o que para mim está litteraria, se não documentalmente, provado, é que, já desde antes do meio do seculo XVIII, o Bairro-alto era couto de michelas pouco edificante. Quem m'o diz é nada menos que Frei Lucas de Santa Catherina, ou quem quer que pode chamar-se auctor, ou compillador, da silva do *Anatomico jocoso*. Se o leitor tem o livro á mão, abra o Tomo I, e na pagina 301 lerá isto, que aliás é em pontos inintelligivel:

---

(1) Além da palavra *Alcaide*, pode consultar-se para este assumpto delicado o mesmo *Elucidario*, T. II, pag. 110, col. 2.ª

(2) Viterbo — loc. cit.

(3) Estatutos da Universidade de 1591 — Liv. III, tit. III, § 8.º.

«Adeus, Bairro, throno das deidades, onde o filis (1) se maneia com o usual alinho da bandarrice, sendo o Parnaso amoroso, onde as Venus e Dianas mettem Pallas (2) ás mais estrondosas bellezas. Ah! Bairro! quem te conhecer que te compre (3). Mas tu já estás vendido, porque a todos trazes vendados; e para estas compras e aquellas vendas, lá tens a rua *das Partilhas* para melhor te ajustar a conta; tens a rua *da Trombeta,* por onde a Fama as tuas proezas publíca; tens a rua *das Flores,* onde as fragrancias de tuas bizarrias respiram aromas amorosos; tens a rua *do Sol,* que, como Monarcha das luzes, reparte comtigo resplendores; tens a *do Norte,* onde se vê se elle corre direito; tens a *das Gavias,* onde o gageiro do apetite ferra o velame do desejo; tens tambem a rua *Formosa,* onde os teus alinhos são enfeites do melhor adorno; e finalmente tens a *Bica,* (4) por onde a Caballina des-

---

(1) Não topo esta palavra nos diccionarios que tenho. Deve significar o elegante, o peralvilho, o moço de vida airada, e d'ahi deve provir *filistria,* extravagancia, comportamento desmandado com vizos de gaiatice. A palavra *filis* talvez provirá de *filice,* que o Vocabulario da Crusca me dá como synonymo antiquado e obsoleto de *felice,* como quem dissesse *os felize da vida;* e quem sabe se os nossos maiores no tempo do *Anatomico* pronunciariam *filis* ou *filís?*

(2) Trocadilho, por *mettem pallas,* petas, lograções, embelêcos.

(3) Antithese ao proloquio, que é *quem te não conhecer, que te compre.*

(4) Allusão á bica, fonte, ou chafariz, que lá está perto da Moeda, quasi defronte da Companhia do Gaz, e que se chamou *bica de Duarte Bello,* ou (por corrupção) *do Artibello,*

tilla os crystaes da alma, para que sejam allivio de tristes, e consolação de queixosos.»

Se sei interpretar algumas d'essas allusões, a intenção é clara; ora como a data do *Anatomico* é 1755, eis ahi, segundo creio, authenticada a existencia de fogos michellaicos. Não sei se falei claro de mais; é o caso, em que a *perspicuitas summa virtus* (a clareza, primeiro dos predicados) de Quintiliano seria gravissimo senão. Deus me livre de ter escrito coisa que se entenda; e digo com D. Francisco Manuel:

«Quizera agora falar mais baixo, se a escritura tivera tons como tem a pratica.»

Basta. Tenho muito mais no assumpto, mas receio ter abusado já. Nada de forçar a nota.



Junto d'este elemento caracteristico, move-se na mesma área estreita e escura, outro elemento cidadão não menos pittoresco; é o *fadista,* retratado a primor por Luiz Augusto Palmeirim no seu livro de Typos.

Não tentarei aqui nova edição do *fadista*. Deixal-o lá, sentado na borda do mocho da taberna, arranhar na banza truanesca os amores do Conde do Vimioso, mais os seus; deixal-o ir saracotear-se na espera dos toiros, todo chibante com a sua calça de bocca de sino, e a sua jaleca de alama-

---

e hoje é *bica dos olhos,* porque a essa agua se attribue virtude medicinal em doenças dos orgãos visuaes.

res; deixal-o ir para as hortas ao domingo, deleitar, com os chistes ambiguos do ultimo fadinho corrido, os bulhentos freguezes da Perna de Pau e do Alto do Pina.

Estou-o a ver, encostado a uma hombreira, de chapéo para traz e mãos cruzadas nas costas, com os olhos piscos do fumo azul de um cigarrito engelhado, que de quando em quando lhe pende ao canto da bocca, exprimir no rosto encorreado, na fronte baixa e estreita, na nuca de cão de agua, e na melena recurva, que elle enchota com as costas da mão, todos os segredos ignobeis dos antros que lhe são theatro. A sua voz avinhada e rouquenha come umas palavras, e estropia outras, ao prantear a morte da Severa, n'um tom silvestre de acre melancholia indescriptivel:

Ponde no braço da banza
um laço de negro fumo;
e este signal diga a todos
que o fado perdeu o rumo.

Assim como as flores vivem,
minha Severa viveu;
assim como as flores morrem,
minha Severa morreu!

Levantae-lhe um mausoleu,
co'um negro cypreste ao lado;
e o epitaphio que diga:
Aqui jaz quem soube o fado.

Estou a ver o fadista; estou-o a ouvir; e por isso é que proponho que voltemos a folha. O

snr. Ramalho Ortigão com as suas poderosas faculdades observadoras, ao contrapôl-o aos homens dos ares lavados da montanha, aos ingenuos camponezes do Minho, aos cantadeiros sympathicos e francos da nossa Beira, exprimiu, sem o saber, em duas pennadas, toda a *physiologia* da faca, da faca má das viellas, da faca traiçoeira das tabernas, da faca doentia e ignorante, borboleta sinistra das noites sem aurora, e das flores do mal (1).

O fadista do Bairro alto (que já foi muito peor do que é hoje) é o *marialva* do rez do chão da sociedade, escoria das tendencias desregradas de uma cidade grande, producto bastardo da ociosidade e do vicio. É o triste frequentador da galeria das causas crimes, e muita vez o pobre Othello obscuro da parte de policia. O fadista é um aleijão nos costumes; tarde lhe chegará a sua vez de regeneração, lôbrego vadio inconsciente, a quem o Limoeiro fascina, com o magnetismo escancarado de um sapo colossal!

E ponhamos ponto no assumpto.

Acharia alguem por ventura intempestivas, importunas, ou inopportunas, as duas menções que ahi deixo? inopportunas é que não. Se são justamente uma parte das mais caracteristicas da comedia d'aquellas ruas!

---

(1) É digno de reler-se o que vem a pag. 69 do numero das *Farpas* de Abril de 1872.

CAPITULO XV

Em dois seculos, até ao terremoto grande, a população agglomerou-se de modo pasmoso na nova região que estudamos da vasta Lisboa. Já nos principios do seculo XVII a freguezia de Santa Catherina só á sua parte contava 2020 pessoas; a do Loreto 1960; isto muito pelo baixo. (1) Foram-se os jardins dos palacios; reduziram-se as cercas das casas monasticas; acabaram os muros das quintarolas e cerrados, que davam no principio áquellas ruas uma feição aldean e desafogada, de que os poderosos se deixaram seduzir. Supprimiram-se os quintaes, e os pateos. Os moradores, conglobados na area já estreita, a que os ligavam interesses e commodos, altearam-se por terceiros, quartos, e quintos andares; os casitéos pobres multiplicaram-se, e a colmeia começou a tornar-se menos elegante, e menos

---

(1) Dil-o Frei Nicolao de Oliveira *Grandezas de Lisboa* — Trat. IV, Cap. II.

salubre certamente. Ha villas e cidades não tão populosas como estas poucas ruas hoje são.

Já no meio do seculo XVII as casas tinham encarecido desmedidamente em Lisboa; a ponto de motivarem providencias repressivas d'el-Rei D. João IV (1); se as podesse haver hoje para o desatino dos senhorios, não veriamos as iniquidades que em nome da liberdade se commettem.

Da successiva accumulação de gente nasceu no Bairro alto o desenvolvimento dos commercios. Multiplicaram-se as lojas de comestiveis, e de tudo mais. A visinhança dos conventos attrahiu concorrencia; não menos a attrahiram os Paços Reaes, e as representações scenicas, tão populares, da rua da Opera; tudo motivos de condensação crescente.

Com ella começaram os contras, perdendo, de todo, o bairro dos Jesuitas, não a sua feição campestre de Buenos-Ayres quinhentista e seiscentista, que essa já tinha abalado, mas até as vantagens de nobreza e luxo das ruas, elegancia e formosura, claridade e salubridade, tão preconisadas dos escriptores coevos da fundação, assim como perdeu o asseio e alinho das suas serventias.

*

Nos primeiros seculos da Monarchia é impossivel que houvesse cuidado no tratamento das cidades, nem sequer em Coimbra, onde residia a Côrte, nem no Porto, onde varias vezes appareceu,

---

(1) Falo do alvará de 11 de Junho de 1644.

nem em Lisboa, que as suas especialissimas condições tinham fadado capital do Reino.

«Lisboa — diz o citado Barão de Lahontan — seria uma das mais bellas cidades da Europa, pela sua situação e diversidade de aspectos, se fôsse menos immunda.» (1)

Não admira que assim fôsse ainda esta cidade moirisca no seculo em que o Barão escrevia, quando só el-Rei Filippe Augusto é que mandou calçar as ruas de París, primeiro passo para a limpeza d'ellas. (2)

Deixarei aqui o pouco que sei da limpeza de Lisboa. Esta ideia de que nossos avós descuravam o asseio pessoal e urbano, parece-me erronea, e offensiva. Em todo o tempo houve gente limpa; as classes cultas foram sempre o mesmo.

*

No seculo xv encontro el-Rei D. Affonso V reprehendendo a Camara pelo seu mau governo no assumpto.

*

Vejo que el-Rei D. João II manda, que por causa da peste se proceda activamente á limpeza dos canos de esgoto; encommenda á Camara o asseio

---

(1) *Dialogues* etc.— a pag. 179 do *Boletim de bibliogr. port.* do snr. Annibal Fernandes-Thomaz.

(2) Viollet Le Duc — *Dictionn. raisonné d'Architecture*— verb. *Alignement*.

da cidade, e manda lavar os canos e despejar as esterqueiras; e ordena aos cidadãos deitem as immundicies em determinados sitios, mas as não lancem desde a porta do Oiro até as taracenas Reaes; dá á Camara o regimento da limpeza; prohibe que pelos canos que desembocarem em serventia publica se arrojem aguas sujas; recommenda sejam bem desembargadas as boccas dos canos á beira da praia, para os lavarem as marés; agradece muito á Camara uma obra que se fez no cano da Ribeira; e quer que o almotacé da limpeza lhe preste contas a elle.

*

El-Rei D. Manuel, que tanto gostava de fausto, encarregou o alinho da cidade a Pero de Lisboa; conferiu á Camara a jurisdicção sobre a limpeza; sendo seu almotacé o Licenciado Estevam Dias, el-Rei creou outro a fim de repartirem entre si o trabalho; tambem serviu esse cargo Gonçalo Gil, Escudeiro d'el-Rei; el-Rei recommendou que a gente da Côrte tivesse tanto cuidado na limpeza das frontarias das suas casas como os outros cidadãos, pois n'esse assumpto não admittia privilegios. Depois entendeu supprimir os logares de almotacés, e que as freguezias pagassem por finta a metade do custo da limpeza dos monturos; mandou que houvesse uma esterqueira, ou vazadoiro da banda das portas de Santo Antão, e se limpasse á custa dos bairristas o monturo das portas de Santa Catherina.

El-Rei D. João III, sendo informado de que alguns nobres por commodidade tinham ás suas por-

tas esterqueiras, mandou que as limpassem logo. Parece que um almotacé da limpeza, chamado Jorge Teixeira, creado do Capellão mór Bispo de Lamego, descurava o seu serviço; pelo que, el-Rei ordena á Camara o suspenda; suspensão que depois foi levantada. O cano que ia por junto do Collegio de Santo Antão, pediu el-Rei á Camara o deixasse tapar aos Padres. Recommendou que nas casas da Sapataria se fizessem canos communicando com o grande. Sobre os canos da cidade ha curioso documento no Corpo chronologico da Torre do Tombo relativo ao anno 1540; e no Livro dos pregos, da Camara Municipal, ha uma larga e minuciosa enumeração dos canos, transcrita nos *Annaes do Municipio de Lisboa.* (1)

Frei Nicolau de Oliveira, noticioso como era, deu-nos parte de que no seu tempo as ruas da *inclyta Ulyssêa,* que n'um dos meus precedentes capitulos mostrei ladrilhadas (2) (seguindo uma indicação que não encontrei senão na citada fonte), eram limpas, duas vezes por semana, por uns chamados *carretões das immundicias;* e diz n'outra parte que havia no seu tempo quarenta calçadores de ruas, e entre elles uns seis, a quem a Vereação arrendava o refazimento das calçadas de seis em seis annos, dando-lhes 15 mil cruzados (6 contos de reis), isto é, 1 conto cada anno, fora o interesse que elles tinham nos carros com pedras e ou-

---

(1) N.º 29 — 1859.

(2) Pag. 144, do vol. I d'esta obra.

tras cargas, que era 1 tostão cada carrada de pedra de alvenaria (1)

Antonio Prestes, o poeta dos *Autos,* alludiu algures aos monturos das ruas, e aos *almotacés da limpeza*, que presidiam ao asseio da Capital. (2)

Balthazar Telles extasiava-se ante o limpo e saluberrimo dos cumes do Bairro-alto, isentos, segundo elle, dos incommodos que se padeciam nas mais paragens da cidade velha. (3)

As chuvas, no dizer do Padre, encarregavam-se da limpeza das calçadas, que eram concavas, em vez de convexas como hoje são. Aos declivios da nossa montuosa Lisboa, e a essa tal torrente chamada o enxurro, attribuia tambem Luiz Mendes incalculaveis vantagens hygienicas. (4)

O uso preventivo do *agua-vai*, que chegou quasi aos nossos dias, é quinhentista pelo menos. Vejo na comedia *Cêrco de Diu,* de Simão Machado (fl. 21)

O peloiro quando sai
não vai dizendo «Agua vai».

*

El-Rei D. Sebastião determinou, que para limpar as ruas houvesse homens que trabalhassem á custa dos moradores. Creou, além de quatro que já ha-

---

(1) *Grand de Lisb.* — Trat. IV, cap. VIII.
(2) *Auto da ciosa* — ed. do Porto, 1871, pag. 339.
(3) *Chron. da Comp.* — P. II, pag. 101
(4) *Do sitio de Lisb.* — Dial. II

via, mais dois almotacés, confirmados depois por el-Rei D. Filippe I; e publicou um alvará dando-lhes as instrucções necessarias, e o regulamento do emprego, accrescentando-lhes o ordenado. Determinou se fizessem umas pontes de madeira de encontro ao Tejo, para do extremo d'ellas se lançarem á agua os detritos. Os mendigos foram mandados trabalhar no despejo dos monturos, e el-Rei accrescentou o vencimento ao escrivão da limpeza. Mandou tambem concertar os canos.

*

El-Rei D. Filippe I desejou extinguir os almotacés, mas não sei o que fez. Sei que ordenou houvesse carretões das immundicies, e onde não podessem trabalhassem bestas, por forma que a cidade andasse sempre limpa.

*

Do tempo d'el-Rei D. Filippe II de Portugal apparece um assento da Vereação lisbonense, de 13 de Setembro de 1619, que, apesar de extenso, peço venia para transcrever, pois é interessantissimo:

«Aos treze dias do mez de Setembro de 619 anos se assentou, pelos abaixo assignados, que, vista a necessidade que ha de que a cidade se alimpe, e quanto convem á conservação da saude haver n'ella limpeza, maiormente n'este tempo em que Sua Majestade assiste n'ella com sua côrte, que se faça limpeza geral por conta da fazenda da cidade, por quanto a não ha das penas da mesma limpeza, e

que ao diante se tenha a ordem seguinte, para a cidade poder sempre estar com a limpeza que convem á saude: que nos baixos d'ella se ponham carretões bastantes que levarão ao mar tudo com cedo, antes de amanhecer, e lançarão dentro da agua; e as boccas dos canos que vão ao mar se terá muito cuidado que estejam desentupidas e correntes pelos homens do rodo que para isso ha; e nos altos da cidade se mettam ribeirinhos com suas bestas para despejarem tudo sem deixarem crear monturos. Os logares em que se podem fazer monturos para deitar as immundicies são os seguintes: item — para o baixo de Alfama, Campo de Santa Clara, e S. Vicente, quando vão para Nossa Senhora da Graça; detraz da cerca de S. Vicente, onde logo se ha-de marcar com estacas; item — Mouraria; o seu districto: S. Lazaro, e Anjos, e Almocavar; item — S. Jozé, Nunciada, Bairro de S. Roque, nos Cardaes, defronte do muro de S. Roque; item — a baixo de Nossa Senhora de Jesus, calçada do Congro, e todo o bairro das Chagas, sobre as casas cahidas. E todos os baixos da Cidade se lançarão no mar dentro na agua, e em todas as partes se porão estacas para levarem a pena a quem fóra d'ellas botar as ditas imundicies.» (1)

*

Sobre a limpeza do Terreiro do Paço em espe-

---

(1) Cartorio da C. M. de L. — Livro II de assentos — fl. 145. *Elementos* — T. II — pag. 509.

cial, séde do Governo, escreveu el-Rei D. Filippe III á Camara.

*

Na *Ordenação* d'el-Rei D. João IV (1) leio as seguintes interessantes e minuciosas determinações relativas aos almotacés da limpeza:

«18 — E andarão pela cidade, ou villa, em modo que se não façam n'ella esterqueiras, nem lancem ao redor do muro esterco nem outro lixo, nem se entupam os canos da villa, nem a servidão das aguas.

«19 — Cada mez farão limpar a cidade, ou villa, a cada um ante suas portas das ruas, dos estercos e maus cheiros. E farão tirar cada mez as esterqueiras do logar, e lançal-as fora. nas partes onde fôr ordenado pelos Vereadores, em que serão postas estacas, e tirar-se-hão á custa dos visinhos e moradores, que, summariamente por palavra, perguntarão, lhes constar que as fizeram ou mandaram fazer, sem privilegiado algum ser excuzo da dita paga. E o almotacé que não fizer tirar as esterqueiras no seu mez pagará 500 reis por cada uma, e os Juizes os executarão, incorrendo na dita pena.

«20 — E não consentirão que se lancem bestas, cães, gatos, nem outras coisas sujas e de mau cheiro, na villa. E os donos d'ellas as sotterrarão fora de povoado, em modo que sejam bem cobertas e não cheirem. E quem assim as não sotterrar pagará

(1) Liv. I, Tit. 68, § 18 e seg.

para o Concelho, ou para quem o accusar, 200 reis pela besta, 100 pelo cão, 50 pelo gato.

«21 — Outrosim mandarão pregoar em cada mez que cada um alimpe as testadas... etc.»

*

O Principe Regente D. Pedro determina que na limpeza de Lisboa se dispendam as rendas do Alqueidão, e as arremate a Camara a dinheiro.

Em 11 de Outubro de 1668 lavrou o Senado de Lisboa uma bellissima consulta, que não transcrevo por extensa, mas onde se descreve o estado de immundicie da Capital, se propõem sensatas providencias, e se consignam muitas outras interessantes circumstancias (1).

Os proprios Ecclesiasticos eram, por disposição d'el-Rei D. Pedro II, obrigados a contribuir para os gastos da limpeza urbana, e o poder judicial tinha alçada para os executar.

O Terreiro do Paço, que, segundo acima disse, el-Rei D. Filippe III recommendava á Camara, viu mudado o seu destino por el-Rei D. Pedro II, que ahi manda atirar as immundicies da cidade, menos unto ao chafariz.

A despeza com a limpeza de uma cidade já tão vasta, era grande. O Senado, considerando que era util addicionar para isso aos impostos mais 1 real no vinho, e outro na carne, representou em 30 de Março de 1702 ao Soberano, que approvou o alvi-

---

(1) *Archivo Mun. de Lisb.* de 1863 — N.º 179, pag. 1431.

tre; esse tributo ficou-se chamando *realete da limpeza,* ou só *o realete.* O aviso de 12 de Fevereiro de 1704 permittiu ao Senado dar de arrematação o realete, applicando as sobras ao calceamento (1).

---

(1) Sr. Freire de Oliveira — *Elementos,* T. I, pag. 186 e 187.

CAPITULO XVI

Como notará quem vir com attenção esta serie de providencias em tão pouco perfumados assumptos, as determinações repetiam-se. A *Ordenação* d'el-Rei D. João IV parece compendiar as antecedentes; o que mostra em geral uma desobediencia constante ás leis. E tão pouco limpa era a cidade do elegantissimo senhor D. João V, que os estrangeiros a notavam por esses insultos á pituitaria.

«As ruas proximas ao rio — diz um Francez — são lizas, bem calçadas, de razoavel largura, sim, mas muito sujas, por não serem varridas senão cada tres ou quatro dias, quando tiram as lamas.»

E n'outro passo do livro:

«Esta grande cidade não tem illuminação ás noites, o que traz graves embaraços aos transeuntes, expondo-os a ficarem em misero estado, por causa dos dejectos arrojados das janellas, pois não ha sumidoiros nas casas. E' certo que toda a gente é obrigada a mandar levar essas coisas ao rio, e ha até, para isso, e por baixo preço, pretas especiaes; mas não se obedece, principalmente entre as classes po-

pulares. Por isso não são muito seguras as serventias publicas, a não ser que se ande *embuçado* (palavra da terra), isto é, a não ser que se ande com um capote que nos cobre da cabeça até ao joelho.

«O motivo é que este trajo singular, do qual todas as pessoas, os Principes até, se servem, é muito respeitado. Esse respeito a uma tal mascarada (chamar-lhe-hei assim) provém de que torna desconhecivel o *embuçado;* e então presume-se que vai ali pessoa a quem convém o incognito, e talvez armada.» (1)

*

O impagavel *Anatomico jocoso,* de que tanto gósto, porque na observação de costumes e na forma faceta me parece, até certo ponto, um precursor de Tolentino, escreve uma vez:

«Rebentou o Cano Real por oito partes........ Houve um caso notavel: que indo á noite Roque Monteiro de palacio (2) se atolou o coche em uma abertura do cano, e na repreza das privadas ia o maior privado sabendo das coisas secretas.» (3)

*

Infelizmente, quando chegou o terremoto de 1755,

---

(1) *Description de la ville de Lisbonne* — Paris — 1730, pag. 13.

(2) Roque Monteiro Paim, Secretario de Estado d'el-Rei D. Pedro II, e ascendente da Casa d'Alva.

(3) *Anat. joc.*— T. II, pag. 231.

as providencias tinham diminuido muito, a crermos (como devemos) o sincero Ratton nas suas *Recordações*. Lisboa carecia já então, segundo elle, de melhoramentos radicaes; sem o que, seria sempre (textuaes palavras) «um manancial de molestias, a vergonha da nação, e um objecto ascoroso, pelos montões de immundicies accumuladas nas ruas, por effeito do descuido inveterado de se não varrerem, e se não tirarem com a devida regularidade, não obstante as rendas que ha destinadas para isso.» (1)

Diz elle tambem, que antes do terremoto o despejo se fazia por serviço de pretas, que iam deitar á praia os detritos, em apparelhos apropriados. Uma especie das *fosses mobiles* de Paris.

Creio que era feito isso quasi tudo por conta particular, e que a Vereação pouco dispendia; houve até, não sei em que tempo, a ideia de tributar as *negras calhandreiras* (como o povo no seu calão picaresco chamava ás serviçaes do guano cidadão); não me consta se se chegou a levar a effeito o iniquo tributo; o que sei é que o alvitre motivou uma saraivada de decimas satiricas, algumas muitissimo engraçadas, que possuo n'um livro manuscripto do fim do seculo XVII; infelizmente não são publicaveis, por demasiado nuas e cruas.

*

Este mesmo systema, que Ratton, o elegante

(1) *Record.* pag. 297.

francez-lusitano, chama abjecto, como homem de gosto que sempre foi, esqueceu ainda mais, depois que el-Rei D. José libertou por alvarás de 9 de Setembro de 1761, e 16 de Janeiro de 1773, os escravos entrados no Reino. Escassearam os tristes industriaes do enxurro; e os moradores de Lisboa, a quem a lei benefica e humanitaria arrancava os instrumentos do *toilette* da cidade, mas a quem os architectos não canalisavam as habitações, como fizera em Roma Tarquinio o Prisco, acharam-se na urgencia, ou de conservarem comsigo focos de infecção, ou de os despejarem da janella abaixo, com pasmo e vergonha da Europa civilisada. Optaram pela vergonha da Europa, e fizeram bem.

No entretanto continuaram, em parte, algumas poucas negras no seu immundo mistér. Não ha sessenta annos, talvez, que ellas ainda iam despejar no canto da praia do Corpo Santo, no sítio occupado hoje pelas edificações novas do Arsenal, uns boiões especiaes, da fórma pouco mais ou menos do chapéo de Sganarello, e a que o povo no seu calão grotesco ainda usava chamar *calhandros*.

*

Desde a libertação dos escravos, e mesmo desde alguns annos antes, tornaram-se em Lisboa as ruas perfeitos tremedaes; falta-me o termo proprio, e ainda bem! Lisboa, a cidade das sete collinas, a formosa rainha do Tejo, a senhora do mar Oceano (e outros titulos), ficou recoberta de um tapete infamissimo, que não rescendia certamente a essen-

cia *bouquet*, nem a *jockey-club*. Nós mesmos ainda na nossa mocidade assistimos a esse escandalo do bom gosto e do olfacto, a esse alardo miserando da incuria nacional.

Então suspirou-se pelos passados tempos, pelas pretas, e pelos carretões!

As posturas das Camaras (isto é que tem graça) pactuaram com o uso, e obrigaram a população a apurar a voz n'um falsete adoravel, dizendo «*Agua vai!*» cada vez que havia diluvio parcial de alguma janella. O *agua vai* entrou na linguagem, e nos costumes; tornou-se necessario; de mais, era o conselho paternal em nome do asseio, e á falta de chapéos de chuva adequados á situação.

Ha, por exemplo, uma antiga postura de Coimbra, que prohibia muito explicadamente deitar agua á rua sem dizer *duas* vezes «*Agua vai!*»

Agua! como os vocabulos mudam de sentido! ó Pimenteira! ó chafariz d'el-Rei! ó Castália!

E acrescenta n'uma nota, com toda a gravidade, o articulista do velho jornal de 1819 onde apanhei isto: *É esta a pratica das cidades bem policiadas.*

*

Apesar de haver pouquissima agua para os gastos municipaes, se os compararmos com as exigencias de hoje, não faltava superintendencia official na limpeza das ruas publicas. O Decreto de 19 de Maio de 1780 tirou esse encargo ao Senado, e passou-o para o Intendente Geral da Policia. Os residuos adjudicavam-se a emprezarios, por quem

eram removidos. Lá diz um aviso da Intendencia em 1811:

«Pela Intendencia Geral da Policia da Côrte e Reino se ha-de arrematar a limpeza da cidade de Lisboa, ou toda, ou por bairros separados.» (1)

Notava-se porém n'esses trabalhos tão uteis e tão indispensaveis a maior irregularidade e o mais culpavel desleixo.

*

Ora, mas nada de pessimismos. Lá fora andava o caso pela mesma bitola pouco mais ou menos.

Em 1785, conta Mercier no seu livro *Tableau de Paris:* (2)

«Um enxurro largo, ou regato, corta algumas vezes em duas partes a rua, de modo que interrompe a communicação entre as duas renques de casas. Ao minimo chuveiro, torna-se necessario armar pontes, que estremecem ao passar dos transeuntes. Divertidissimo deve ser para os estrangeiros ver os Parisienses, com as suas cabelleiras de tres guinguetas, *(trois marteaux)*, as suas meias brancas, e as suas agaloadas casacas, atravessarem ou saltarem os enxurros de lama, percorrerem as ruas immundas no bico do pé, e apanharem as gotteiras dos telhados nos seus guarda-chuvas de tafetá.»

N'outra parte do mesmo livro accrescenta:

«As lamas de Paris, carregadas de particulas de

---

(1) *Gazeta* n.º 58, de 8 de Março de 1811. Ha outro analogo aviso na Gazeta n.º 96, de 26 de Abril de 1813, e *passim*.

(2) Amsterdam — 1785 — 8.º — 4 vols.— Vol. I, pag. 71.

ferro, que o eterno rodar de tantas carroagens larga sempre, tornam-se negras; as aguas que escorrem das cozinhas augmentam-lhes o mau cheiro. Uns carroções andam a tirar lamas e immundicies, que vão fecundar as hortas do termo.» (1)

A brilhante Capital de Luiz XVI era assim; que admira o fosse a Lisboa da senhora D. Maria I!

Esses descommodos andavam nos usos, e ligavam-se ás recordações de cada um.

Certa Marqueza parisiense muito engraçada, e muito edosa, presenceava o asseio geral da sua formosa cidade moderna; e uma vez, passando por uma viella escusa, e ainda immunda, exclamou:

— Meu Deus! como estes maus cheiros cheiram bem!

Por que? porque lhe lembravam a sua mocidade, o tempo do Duque de Choiseul e de Maria Antonieta. Nem mais nem menos.

Tem immensa graça esta retrospectiva saudade nasal.

Com a invasão franceza e a estada dos estrangeiros entre nós (a guerra napoleonica foi civilisadora universal) melhoraram temporariamente, diga-se a verdade, as condições de limpeza de Lisboa. Observa a *Gazeta* em 1808:

«Pelas ordens, cuja execução confiou o Illmo e Exmo Snr. Duque de Abrantes ao Intendente Geral da Policia do Reino, é já de notar muito maior asseio nas ruas de Lisboa, de um grande numero das quaes se vão tambem tirando os entulhos que

---

(1) Pag. 126.

as obstruiam; e está quasi destruida a multidão de cães, que de dia e de noite andavam pela cidade e interrompiam a quietação.» (1)

Eu, que amo os cães, os tenho, os admiro, e convivo e aprendo muito com elles, mas a tudo prefiro a verdade, confesso que a extincção dos desgraçados cães vadios tem sido bom serviço prestado pelas Camaras a elles e a nós. Aquella mendicancia irracional era uma nodoa nos costumes, e revoltava o senso-commum e os corações.

---

(1) N.º 18, de 7 de Maio de 808.

CAPITULO XVII

Depois de 1833, extincta a Intendencia, e dada nova forma a toda a administração (seria a melhor? pergunto eu), passaram de novo as attribuições do alinho da cidade para a Camara Municipal.

Deparam-se-me algumas notas interessantes, que não quero omittir:

Na *Chronica constitucional de Lisboa* (1) leio um edital camarario, que mereceria extractado, pois explica o modo como se fazia então por cá a limpeza.

Em 12 de Dezembro d'esse mesmo anno outro edital prohibe aos *ribeirinhos* sujarem as ruas com os seus ceirões rôtos, e marca-lhes os sitios aonde teem de ir vasar os entulhos. (2) Estes *ribeirinhos*, que todos ainda conhecemos (os velhos como eu), andavam pela ruas capitaneando uma caravana de sete ou oito machos com ceirões levando areia, terra, immundicies, etc.

---

(1) De 29 de Abril de 1834.

(2) *Collecção de provid. da C. M. de L.* em 1834, pag. 33.

Em Abril de 1835 a Camara formou um novo plano para o serviço da limpeza, e para isso dividiu Lisboa em tres districtos, fiscalisados por Inspectores (os antiquissimos *almotacés);* e, por meio de carroças numeradas e puxadas a muares, conseguiu remover diariamente para os vasadoiros publicos o lixo e as lamas, annunciando os carretões aos moradores a passagem da carroça ao tlim tlim da campainha, já esperada pelas 3 horas para levar os barris do lixo. (1)

Foi um progresso.

Começou-se a canalisação methodica da cidade; e em 17 de Fevereiro de 1848 uma postura municipal, mandada vigorar por edital, e approvada pelo Conselho de Districto em 17 de Março, prohibe terminantemente se lancem á rua aguas ou outro qualquer inconveniente detrito, exceptuados os moradores das ruas que ainda não tivessem cano. Esses podiam fazer os despejos desde as 11 da noite até ás 4 da madrugada, de verão, e desde as 10 da noite ás 6 da madrugada, de inverno. (2)

*

A proposito de agua: chegou o logar de fazer menção das tentativas que houve para abastecer o Bairro-alto.

Occorrem-me as seguintes: um Antonio de Mi-

---

(1) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L.* em 1835, pag. 13.

(2) *Collecção de providencias* em 1848, pag. 278.

randa, que não sei quem fosse, requereu a el-Rei D. Pedro II licença para trazer agua áquella região toda, por meio de um engenho novo, e sob certas condições pecuniarias e honorificas para si, seus filhos, e sua mulher. El-Rei mandou consultar o Senado; este em 13 de Fevereiro de 1688 respondeu, insistindo muito em que se exigissem as maiores fianças, e precedessem grandes experiencias, attendendo a certa má fama que pesava sobre o nome do pretendido concessionario. Parece não se ter realisado contrato algum.

Em 1700 houve outra tentativa, por parte de um Francez, Théophile Dupinaut, mas tambem não surtiu effeito.

Hoje a Companhia das Aguas suppre com vantagem todos os Dupinaut do mundo. (1)

*

Ora (voltando atraz) uma curiosidade verdadeira é isto: sabe o leitor que as praias ao longo da cidade se pareciam tanto, nos seculos XVI e XVII, com o nosso caes do Sodré, o nosso Terreiro do paço, e a nossa Ribeira velha, como com as modernas edições luxuosas se parecem as *imprimissões* de Germão Galharde ou Herman de Campos; foram uns monturos desamparados, medonhos (como disse no capitulo I), infamados de detritos de todo o genero; exceptuando o pedaço da Ribeira das naus, por ser

(1) Podem ver-se maiores esclarecimentos no livro de Velloso de Andrade, *Memoria sobre chafarizes*, pag. 273 e seg.

povoado, e a orla do Terreiro ante os paços da Ribeira (o nosso Terreiro do paço), que alem de ser embarque e desembarque usual, tinha tantos navios postos com as prôas em terra, e outros em frente ancorados a algumas braças, que, segundo observa um antigo escriptor, tantos mastros e entenas parecem um grande bosque de espessas arvores. (1)

O mais antigo signal de providencias policiaes no sentido de resguardar as nossas praias, achei-o em 1632; é uma carta régia, em que o Rei Filippe III manda se conservem limpas para decencia da cidade, e se não entulhem, as praias *do Terreiro do paço e Ribeira das naus*, e ordena que a vigia d'ellas toque ao Corregedor do bairro, devendo este encarregar ás semanas o Meirinho dos contos, o da Casa da India, e o da Alfandega, de tão importante serviço. (2)

Pois bem: por essas praias desertas do Tejo (tirei esta novidade velha do citado livreco manuscripto de estatisticas lisbonenses quinhentistas), quando os despejos eram arrojados ao mar nos taes receptaculos proprios de que falei pouco acima, andavam ao longo da orla extensa da nossa bahia, cabisbaixos, parando de onde em onde, aos torcicollos indecisos, como o *héron* de Lafontaine,

......sur ses longs pieds allant je ne sais où,

uns pobres homens... a fazer o quê?

---

(1) Luiz Mendes de Vasconcellos — Do sitio de Lisboa — edição de 1803, pag. 227.

(2) Carta régia de 15 de Dezembro de 1632.

a scismar?
não;
a fazer versos?
não;
a fazer philosophias?
não, não;
a examinar as areias como mineralogistas?
tambem não; ninguem pode adivinhar:
a lavar as lamas immundas nas suas gamellas apropriadas. Para quê? querem saber para quê? para viver. Como? achando n'esses detritos de uma cidade populosa coisas preciosas perdidas; ora uma colhér de prata, ora uma corrente de oiro, ora aneis, ora dinheiro!... É pasmoso isto. Industrias vivas de industrias mortas. A attenção alimentando-se da negligencia. O parasitismo do superfluo. A ociosidade tornada officio. A vida tirada do nada. A vida? sim a vida, porque essas buscas minuciosas da sua pedra philosophal lá d'elles, faziam viver, com suas familias, nada menos que *vinte* dos taes scismadores da praia.

Parece incrivel, mas é verdade; dil-o muito á séria o anonymo auctor a el-Rei D. João III; e Frei Nicolau de Oliveira fala nos *trapeiros*, «que vivem de buscar trapos e solas velhas pela praia, e se sustentam com suas mulheres e filhas, e alguns d'elles compram com isto casas e fazenda»; e no tempo d'elle (seculo XVI) eram *quarenta*. (1)

A' vista do exposto, digam lá que o Tejo não é aurifero, como o denominam os poetas!!

---

(1) Grand. de Lisb. — ed. de 1804, pag. 185.

Esses taes sujeitos tinham entre o povo o nome de *gandaieiros;* d'onde se originou a phrase «andar á gandaia».

> Qual saca o gandaieiro um prego torto
> d'entre os chichellos velhos da enxurrada

diz Garção na sua farça *Theatro novo.*

*

Voltando á limpeza das ruas:

Veio o Marquez de Pombal, com a sua iniciativa sempre vigorosa, e com o seu olhar de lince, que abrangia tudo, o grande e o minimo; e que fez, por mão do intelligente architecto da Cidade Eugenio dos Santos de Carvalho? dotou as casas novas com os competentes canos de despejo, segundo era tão facil, mas creio que não pensou em utilisar systematicamente os detritos na Agricultura. Não podia tudo. Começou-se a innovação, e não se continuou. O *statu quo* tem muita força; e então na descuidosissima Lisboa! em Lisboa, onde, por desleixo, andavam soltos ao pasto pelas ruas mais publicas animaes de varios generos, a ponto de ser necessario um edital do Senado da Camara impondo penas severas a quem os deixasse vaguear, como até ali, pela cidade, por Belem e pela Ajuda. (1)

---

(1) Edital de 14 de Dezembro de 1773; ha outra disposição providenciando ácerca da limpeza das praças de Lisboa, é o decreto de 6 de Julho de 1775.

Com taes usos menos que aldeãos, e que nos attrahiam os apódos dos estrangeiros, o que mais valeu para nos não attrahir doze epidemias por anno, foram estes optimos ares tão lavados do *aguião*, como chamavam os nossos velhos ao vento norte.

Ficou feito desde a reedificação de Lisboa um principio da rede da canalisação, continuada em nossos dias, com damno da saude publica, e perda considerabilissima de forças economicas. Essa tal Lisboa subterranea custa diariamente sommas avultadas de adubo, que empregado no amanho das terras duplicaria ou triplicaria a producção da provincia. Tudo isso vem largamente explicado, á luz da sciencia, n'uma memoria especial de um respeitavel sabio portuguez, o fallecido Visconde de Villa Maior. Ahi demonstra o illustre chimico a insensatez, com que a nossa populosa Capital arroja ao mar tantos superfluos, que facilmente se lhe converteriam em bom oiro, se quizessemos, como o auctor propunha, adoptar o alvitre usado lá fóra.

*

Seja como fôr, e remettendo o leitor curioso áquelle importante estudo, mencionarei apenas um ermitão das trevas, unico habitante da catacumba lisbonense em 1879 e antes. Com elle conversou o Visconde de Villa Maior, e d'elle tirou noticias interessantes da geographia da necrópole. Como os antigos exploradores das praias da Ribeira e do Cataquefaraz, este nosso industrioso conterraneo sacava

a sua subsistencia do farejar continuo pelos emmaranhados labyrintos do sub-solo. «Ha muitos annos os explora, — diz o Visconde de Villa Maior, — para recolher alguns objectos preciosos, que por descuido dos habitantes das casas mais proximas ali vão cahir. Este homem singular é dotado de incrivel atrevimento para aquella sorte de explorações, e por vezes tem estado a ponto de ser victima das suas audazes e sordidas pesquizas. Não sendo a abertura dos canos accessivel durante a prêamar, tem-se elle visto muitas vezes bloqueado n'aquellas immundas paragens, vivendo ali noites e dias inteiros. Em muitas das suas excursões tem-se visto repentinamente cercado de chammas: estas são produzidas pelo gaz dos pantanos, que se inflamma em presença da luz artificial, de que elle se serve para se allumiar.» (1)

O homem, ou um filho d'elle, ou outro nada parente, andava no annos de 1899 e 1900 continuando a mesma faina. Os jornaes mencionavam-n-o, a Camara gratificava-o, e elle matava ratazanas na canalisação. Por fim... até d'elle se serviram os calumniadores como arma perfida contra uma respeitavel casa religiosa feminina!!! e prohibiram-lhe a exploração. Silencio sobre essas miserias jornalisticas... de lama.

O *Luciano das ratas* é hoje celebridade municipal.

---

(1) *Memoria sobre a hygiene publica,* inserta no 1.º anno dos *Annaes das sciencias e lettras* da Academia de Lisboa.



Ás vezes, no Gremio, n'algum baile, ou n'um theatro, vendo-me cercado de vida, de expansão, de flores, de luzes, penso sem o querer no ermitão. A essa mesma hora, talvez, lá por baixo, sosinho, calado, meio sentado a um canto da sua Babylonia tenebrosa, calcula cheio de anciedade a occasião em que a vasante da maré lhe deixe passagem por algum boqueirão do Aterro ou da Ribeira velha. Em quanto junto a mim se joga, se conversa, se commenta a politica, penso eu n'aquelle laborioso industrial das trevas, e vejo-o cosido com a parede humida do seu carcere, curvado pela volta da abobada, já escabeceando de somno, já assobiando por desfastio, no meio do silencio opaco, alguma trova que lhe lembra o sol, as ruas, a mocidade, apertando, com a avareza soffrega de quem sabe o que lhe custam aquellas labutações, o fardel pequenino de tres ou quatro dias de buscas. Dias? pois ha dias sem ar? sem ceo azul? sem sol? tem-n-os elle.

E scismo comigo: a quantas desgraças obscuras, a quantos repudios da sociedade não corresponde aquelle homem?! Como será feito o coração d'elle? de que côr serão as suas ambições? Haverá cá fora, n'alguma agua-furtada de Alfama, um grupo de pobres famintos, a quem elle chame a sua familia? Como serão as expansivas alegrias d'essa gente ao verem anciosos surdir da sua excursão o desenterrado pae, o esposo, o chefe do casal? Em que poderão entreter-se, por tantas longas horas, aquellas faculdades intellectuaes lá por baixo, na rede lô-

brega e mephitica onde elle não teme os transeuntes nem a Policia, onde elle é cidadão unico, legislador, commerciante, cão vadio, guarda nocturno, onde elle se alimenta, mas não paga decima, onde elle é o furavidas sepulcral, como os ratos impunes, seus collegas de monturo? Que lhe dirá nas horas mortas o lugubre rodar dos carros cá por cima, que elle sabe que são a vida, as festas, a opulencia d'esta grande cidade que despresou, e em cujos forros vive? Como avaliará pelo avesso o movimento da nossa engrenagem politica, elle que só fareja nas sobejidões de uma Capital?

*

Basta por hoje. Faço votos para que os pobres e perseverantes operarios d'esse genero encontrem meio mais propicio de ganhar o seu pão, e espero que um dia (não tarde) os nossos Municipios, seguindo os conselhos da sciencia, aproveitem na agricultura portugueza o que hoje se arroja ao fundo do Tejo, com grave incommodo do olfato, do bom gosto, e do senso commum. (1)

*

Lisboa, hoje incomparavelmente mais limpa do que o era na nossa mocidade, tem adoptado mil

---

(1) Felizmente pensa-se n'isso. O *Diario de Noticias* de 27 de Agosto de 1879, na secção *Assumptos do dia,* insiste para que se tomem providencias para o saneamento da Capital, e refere-se a disposições officiaes. No mesmo jornal de 29 um

meios para se escasquear. A propria iniciativa dos particulares zelosos a tem ajudado.

A 4 de Março de 1903 recebi na minha habitação do Lumiar uma circular impressa, da Sociedade de *Serviços de limpeza de Lisboa, rua da Boa Vista n.º 7, telephone n.º 1042,* onde se lia:

«Esta Empreza, tendo recebido diversos pedidos, para que a remoção do lixo seja feita directamente das habitações, a fim de evitar que as escadas apresentem o pessimo aspecto notado por nacionaes e estrangeiros, resolveu abrir uma assignatura para tal fim ....

«Julgamos ter prestado um bom serviço ao Publico...»

E basta; e até superabunda.

*

....

Confesso que, para contar tudo isto que contei, deixei muito no tinteiro. O meu estylo teve de ir saltando de poldra em poldra, com susto de se enlamear. Estimarei muito, se, chegando ao fim do

---

distincto Engenheiro, o snr. José Emilio de Sant'Anna da Cunha Castel-Branco, que fôra encarregado de ir estudar lá fóra os systemas de canalisação usados, declara que em 28 de Janeiro ultimo entregou no Ministerio das obras publicas o seu relatorio, o qual se acha em via de publicação. Poucas vezes se tem visto nos pelouros da Vereação lisbonense tanto zelo, tanta intelligencia, e tanto enthusiasmo. Espera-se por tanto muito da illustrada Camara, e com direito. *Nota escrita em 1879.*

capitulo, não precisar offerecer ao leitor um frasco de agua de Labarraque, e outro de *miel d'Angleterre.*

Vamos assim mesmo respirar o ar puro.

N'este voltar da catacumba para a vida social, ha o que quer que seja das alegrias expansivas de quem se arranca ao *Inferno* do Dante, e desemboca do boqueirão em plena Italia viva.

Nós desembocamos em Lisboa. Estudemos de relance a comedia das suas ruas.

CAPITULO XVIII

A comedia das ruas de uma cidade é por si só estudo serio, e dos mais interessantes. N'esta comedia, como nas do velho Aristóphanes, reflecte-se todo o viver de um povo. Concentram-se ali, como n'um fóco, os raios dispersos. Basta observar esse kaleidóscopo multicôr, para deduzir n'um relance a indole, as usanças, as posses, a civilidade, a graça, a historia, de uma cidade populosa.

Tenho feito varias vezes essa observação.

Chego a uma povoação extranha; desembarco de um paquete, ou apeio-me n'uma estação ferro-viaria; não conheço viva alma; observo.

A povoação apresenta-se-me por si mesma. Tudo ahi me fala, me diz alguma coisa. A sua chronica antiga e moderna palpita no minimo dos seus movimentos.

Quem pois não tiver estudado nunca o nosso Bairro-Alto, percebe-o á legua, se observar a sua população.

No vendilhão ambulante (figura cujo pregão me

parece exclusivamente lisboeta), no vendedor fixo de balcão, no passante das horas certas, no transeunte adventicio, no tunante aperaltado, no despertar matinal e curioso da jelozia, na catadura do soldado da Policia, no operario, na mulher de ca-



Mulher lisboeta de capote e lenço

pote e lenço, na costureira, nos vehiculos diversos, em cada um, finalmente, dos varios actores da farça, nunca ensaiada e sempre sabida, sempre a mesma e sempre nova, ha confidencias, que o espreitador minucioso não pode nem deve deixar passar despercebidas.

*

Falei dos pregoeiros; pois voltemos a elles.

E' notavel, quanto a mim, na nossa linda e variadissima Lisboa, esta usança popular dos pregões em musica. Não riam; ha não só melodia, mas harmonia, na maior parte d'elles; não lhes é extranho um certo contraponto, singelo e pobre, mas claro; obteem ás vezes effeitos graciosos, que não deixam de ter sentimento.

Com a lettra de

Merca o par de melancias!

ou

Quem quer azeitonas novas?

com a de

Rica amora da horta!
Amora fria!...

exprimem-se frequentemente motivos amorosos, que desferem vôo por sobre o rugido surdo da população, como as arietas de azas iriadas de um Bellini ou de um Donizzetti.

E é isto antigo. A propria Roma dos Cesares e dos Scipiões, ouviu, por entre o restrugir dos clarins que voltavam das campanhas, a melodia dos vendilhões que distribuiam hortaliças ou leite.

.... Lac venale per Urbem
Non tacitus porta.........

disse Calpurnio (1). Note-se: *non tacitus*.

(1) IV 25.

Quem investigar dos nossos usos, já na Lisboa quinhentista encontra os pregões; e se houvesse deposições mais antigas, encontral-os-hia certamente. Não me lembro de ter achado vestigio d'elles em Gil Vicente, que tanto pintou a vida popular, nem nos seus congéneres; no buliçoso e animado *Auto da feira*, as falas em que os diversos vendedores recommendam as suas mercancias, são perfeitos annuncios, mas não pregões. Achei-os porém n'outros escritores do tempo d'el-Rei D. João III. Os heroes da India e da Africa, ao desembarcarem de bordo dos galeões, e ao pôrem pé em terra, por qualquer caes da ribeira de Alfama, ouviram portanto os nossos pregões cantarolados.

*

Logo ao amanhecer, principiava a reviver a Cidade, ao passo que se ia despedindo das sombras da noite.

Rompia o sol de traz dos paços da Alcáçova; e logo sahia á rua uma chusma de vendeiras, brancas, pretas, forras, e captivas, trazendo á cabeça grandes panellas cheias de arroz, cuzcuz, ou chícharos, e apregoando esses pitéos de almoço. E diz um coevo: «Como os meninos as ouvem da cama, se levantam chorando por dinheiro a seus paes e mães» (1).

Outras sahiam a vender ameixas passadas cosi-

---

(1) O anonymo autor da *Estatistica*, mss. da B. N. de L. — citada — fl. 27, 27 v. e 28.

das, em vazos bem aceados, cobertos de panos muito alvos, como ainda hoje as raras pretas da fava-rica. Era o conduto do almoço dos pobres, para quem, além d'isso, vinham a ser alimento habi-



Preta vendeira de fava rica em Lisboa

tual, no dizer de outra testemunha contemporanea, as sardinhas cosidas e salpicadas (1), porque não se podia obter carne por preço accessivel, atten-

---

(1) *Relação da viagem dos Embaixadores Venezianos Tron e Lippomani — O Panorama* — vol. VII, pag. 98.

dendo a um costume egoistico, a que logo alludirei.

Vinha tambem a venda matinal do leite, falsificado como hoje.

> Para que era a agua no leite,
> que deitavas?

pergunta o diabo á regateira no *Auto da barca do Purgatorio*, de Gil Vicente; e ainda Coelho de Figueiredo n'uma nota ao *Theatro* de seu irmão, verbéra as adulterações da mesma bebida, e até a fraqueza das pobres vaquinhas leiteiras ambulantes (1).

Giravam tambem os *grumetes das Berlengas*, vendendo perrexil de conserva, segundo uma phrase da *Aulegraphia* (2).

Animava-se a permuta no correr do dia; o commercio popular ia promiscuamente distribuindo ao povo letria, pastilhas de perfumar (pivetes), agua-ardente, açafates (3), mechas (4), e obreias (5). Estas obreias não eram as que ha bem poucos annos (pouco mais de trinta) se usavam no fecho das cartas; deviam ser pasteis de massa folhada de diversas qualidades. Em francez a palavra *oublie*, pro-

---

(1) *Theatro de Manuel de Figueiredo* — Tomo XIV, pag. 390.

(2) Act. I, sc. VI.

(3) *Estatistica* citada.

(4) *Ulysippo* — Act. V, sc. VII.

(5) *Estatistica*.

xima parenta da nossa *obreia*, significava na edade média um dos productos mais apreciados da pastellaria; e *pâtissiers oublieux*, ou *oblayeurs* era a designação dos pastelleiros.

Assim, vemos quanto a velha obreia mudou de destino ao passar se, com armas e bagagens, da região gastronomica para a epistolographia. No tempo de Tolentino a obreia era beijada com *respeito;* hoje, que os *enveloppes*, ou sobrescritos mecanicos, lhe deram quasi cabo da casta, só n'algum officio de repartição publica sertaneja e atrazada poderá o curioso encontrar esse adminículo das antigas mandadeiras, companheiro safado do *Guarde Deus muitos annos*.

*

Ha nas Ordenações d'el-Rei D. João IV (1) uma disposição, que não entendo; é a que prohibe que «homem ou moço, de qualquer qualidade que seja, venda alfeloas nem obreias», em parte alguma dos dominios portuguezes, publica ou particularmente, sob pena de prisão e açoites com baraço e pregão. Consente-se, no entretanto, a dita venda ás mulheres «assim nas ruas e praças, como em suas casas.»

Que significava isto? de todo não sei; mas vejo providencias analogas em tempo anterior, e no subsequente.

1.º — Leio nos *Vestigios da lingua arabiga,* na palavra *Alfeloeiro,* que houve Lei d'el-Rei D. Manuel, em 1496, em que se prohibe que os haja.

---

(1) Livro V, tit. CI.

2.º — O edital de 8 de Novembro de 1785 concede só ás mulheres, e nunca aos homens, a venda de doces, bolos, alfeloa, fructos, melaço, hortaliças, queijo, leite, marisco, alhos, pomadas, polvilhos, hostias, obreias, mechas, agulhas, alfinetes, e fatos velhos e usados. (1)

Em tempo d'el-Rei D. João IV permittiu-se a venda de doce pelas ruas. (2)

D. Francisco Manuel (desculpe-me elle, se o ponho tanto na desagradavel visinhança do Rei, seu rival e perseguidor), menciona de passagem na *Carta de guia* (3) ciganas, ermitôas, adelas, e outras mulheres, que no tempo d'elle vendiam garavinas, e bolotas para lenços; (4) outras, que vendiam doces, outras dixes, e aguas de rosto, para tirar o pano da face; homens de linhas, e bufarinheiros.

Luiz Marinho de Azevedo (5) via vender manteiga, queijo, e nata pelas ruas.

---

(1) Man. Fernandes-Thomaz — *Repertorio*.

(2) Cartorio da C. M. de L. — Liv. 1.º d'el-Rei D. João IV, fl. 264.

(3) Mihi, pag. 135.

(4) Phrase pouco intelligivel para mim. *Garavina* não encontro, mas sim *Garavim*, que Moraes define: Toucado antigo, coifa de retroz com lavores de fio de oiro, e com renda na dianteira.

Bolotas são obra de sirgueiro, bolinhas de retroz para pingentes de trajo.

Lenços seriam as fazendas leves em que as mulheres envolviam a cabeça, e que talvez tivessem como enfeites as taes bolotas como pequeninas borlas ao redor.

(5) *Livro da fundação, etc. de Lisboa* — cap. XXIX, 1.ª ed., pag. 83.

Coelho de Figueiredo conta que até ao terremoto de 1755 era um ramo de commercio dos Hespanhoes trazerem viveiros de canarios brancos, e andarem por Lisboa vendendo e apregoando. (1)

Este bom Figueiredo, irmão menor do eminente dramaturgo, era, apesar de Tenente-Coronel de Cavallaria, e portanto muito occupado em pesadas fainas, um observador apurado, um registo de minucias preciosas do seu tempo, um archivo, hoje interessante, de ninharias de muito sabor para quem lida n'este genero de estudos.

Que me importa que escreva n'um estylo *diffuso e indigesto* (como diz Innocencio)? está-se a perceber n'este escrevedor, intruso no campo das Lettras cultas, um d'aquelles conversadores sempre bemvindos, sempre consultaveis, e que nas suas ironicas bonhomias, e nos seus inoffensivos maus-humores, diz mais e mais pittoresco do que outros a rebuscar e a amontoar erudições.

E' mister — observa o meu grande e saudoso Innocencio — *uma boa dóse de paciencia* para levar ao cabo a leitura das suas prosas. Talvez, para quem não as saiba collocar no verdadeiro ponto de vista; mas quem lh'o acha, sente prazer verdadeiro n'essas prosas.

Tornemos ao nosso ponto:

As castanhas assadas, tão loirinhas e macias, preparam-n-as e vendem-n-as as assadeiras á porta de

---

(1) *Theatro de Manuel de Figueiredo* — T. XIV, pag. 535

tabernas e tendas; a lithographia de 1835 reproduzida n'este livro, poderia (salvas leves modificações no trajo do freguez) parecer contemporanea nossa.

O nosso tão sabido pregão das castanhas assadas, finalmente, é já antigo. Não o esqueceu o *Anatomico jocoso,* (1) fazendo apregoar a sua regateira Maranhôa o *Quem quer quentes?*



Assadeira de castanhas em Lisboa

(1) T. III, pag. 161 e passim, na *Entrada 5.ª* para as festas da Senhora do Cabo.

MARANHÔA

«Quem quer quentes?»

CARAPOTA *(outra regateira)*

«Quem se ha-de estrear, que estão fervendo?» (1)

E não só cosmetiveis; as outras industriasinhas da rua tambem apregoavam; e não só cá; em Hespanha tambem. Lembra-me que no entremez de D. Francisco de Quevedo, *El niño y el peralvillo,* apparecem, apenas indicados, pregões varios. O amolador, por exemplo, *con su carreton,* grita:

— *Amolar tixeras y cuchillos!*

*

Voltando ao que é nosso:

Corriam os bairros quatro diversos vendilhões pregoando panos da India, solías, hollanda, e outra roupa; é a *Estatistica* manuscripta quinhentista

---

(1) Digo que são castanhas, mas talvez me engane, e sejam sardinhas, pois que as vendeiras são regateiras da Ribeira, e dizem estar junto á Misericordia (hoje Conceição velha), immediações do Malcosinhado, que estudei no meu livro *A Ribeira de Lisboa.* Verdade seja que ainda hoje as regateiras ás vezes vendem castanha cosida; e verdade seja tambem que esses pregões se repetem a diante, e dizem ellas: «Ha colherinhas fervendo! ha colherinhas de herva doce!» A herva doce deita-se na castanha, e não na sardinha.

quem nol-o diz (1). E na *Visita das fontes* deixou o engraçado auctor cahir esta phrase: «pregoando como o moço que vende cassa e canequim.» (2)

Outros (e eram em Lisboa não menos de vinte no seculo XVI) (3) vendiam caldeiras de latão, bacias de arame, castiçaes, e todo o genero de latoarias; e umas cincoenta vendeiras pregoavam e distribuiam pelas casas o azeite para adubo e para illuminação (4).

Além de umas duzentas mulheres que frigiam peixe, e o andavam vendendo frito ás postas, (5) encontro signal de peixes frescos na Ribeira, onde não menos se achava toda a hortaliça; no Rocio; e pela rua tambem, conforme o verso do quinhentista Ferreira:

> Pelas ruas mil cambos, mil recambos.

Os *cambos*, ou *cambadas*, eram enfiadas de peixe n'um vime comprido, á maneira de pinhões. A palavra tomou hoje uma accepção insultuosa, e o peixe já se não empala pelas guelras.

Li n'uma Miscellanea de manuscriptos antigos que possuo, uma esparsa, que dá tambem testemunho da venda ambulante de peixe fresco; eil a:

---

(1) Fl. 95 v.
(2) *Apologos dialogaes*, pag 1[illegible]9.
(3) *Estatistica*, fl. 93 v.
(4) Ibid., fl. 99 v.
(5) Ibid.

A UMA MOÇA VENDENDO SEM SAL

Ó moça, fazes bem mal
em mentir nos teus pregões:
tu, que salgas corações,
por que apregoas sem sal?

Nem já posso entender tal;
quem m'o fizera entender!
ter sal, e ensôsso vender!!
ser tão linda, e não ter sal!!!

Devo uma declaração a quem, depois da minha morte, folhear os papeis do meu espolio: alterei um pouco a redacção d'esse madrigal, o que em nada prejudica a probidade litteraria



O Rocio, grande centro commercial que já descrevi n'esta mesma obra, era, antes do decreto que gisou em terrenos do Hospital de Todos os Santos a nossa Praça da Figueira, (1) todo atravancado com cabanas portateis e enormes chapeos de sol de mulheres de venda, com gigas de collarejas, celhas de regateiras, rebolos de barbeiros, caixões de legumes (2) (como ainda hoje nas pittorescas praças do Porto), e até com barracas de pelle para os sapateiros nómadas que havia em Lisboa, e ainda ha nos nossos campos, figuras que nem debaixo dos seus alpendres escaparam ao muito observador An-

(1) Decreto de 23 de Novembro de 1775.
(.) Relação estupenda, citada.

tonio Prestes, o qual as soube retratar em dois traços, quando disse:

.... muito sapateiro,
que co'uma pel de carneiro
põe tenda. (1)

No largo terreiro do Rocio, rodeado de mercearias, tabernas, e outras lojas, havia ás terças feiras, no tempo do auctor das *Grandezas de Lisboa,* (2) uma feira semanal, avó da nossa feira da ladra (3) (que é antiga, e se celebrava primeiro ali mesmo, e a que a *Eufrosina* chama algures *a feira de Santa Ladra*).

Por baixo do edificio sumptuoso do Hospital corria uma arcada gothica; n'essa arcada muitos mercadores possuiam armarios e balcões fechados, de que pagavam renda ao Hospital, e onde vendiam ao povo toda a sorte de panno de linho, canequim, cassa e hollanda, linhas, rendas, tranças, franjas, e outras coisas semelhantes, além de artigos de calçado e estopa; (4) e na escadaria da egreja central do mesmo edificio tinham poiso certo os cegos distribuidores e pregoeiros ambulantes de papeis e novidades, assim como o tinham, não ha muitos annos, na arcada do norte do Terreiro do Paço. (5)

---

(1) Isto vem algures no *Auto da Ciosa*, se me não engano.

(2) Fr. Nicolau de Oliveira, pag. 211.

(3) *Relaç. estup.*, citada.

(4) Frei Nicolau de Oliveira, pag. 222, e Ratton, *Record.*, pag. 304.

(5) Ribeiro Guimarães. *Summ. de var. hist.*, tom. IV, pag. 59.

A praça do Rocio ás terças feiras devia ser um verdadeiro pandemonium, pela variedade dos trajos dos saloios, ribatejanos, e alemtejanos, dos lisboetas, dos negros, assim como dos forasteiros (que os houve então por cá em grande numero, e já de tempo antigo), e finalmente dos escravos turcos, chinas, chingalas, abexins, cafres e maracatas.

*

Além de tudo que apontei, encontrava-se ali tambem feira de gado n'esses dias; e, segundo um escriptor já citado, (1) era uso das pessoas particulares o comprarem as rezes vivas para matarem em suas casas, o que, sendo facil aos ricos, tolhia ás classes pouco abastadas o uso de carne. Entre o tempo a que se refere frei Nicolau, e o anno de 1618, estabeleceram-se açougues ordinarios da Camara; não sei quando começassem; mas vi n'uma carta regia d'esse mesmo anno, (2) que era então prohibido cortar-se carne fora dos taes açougues. Já se reconhece ahi um pequeno progresso. A acertada disposição foi porém illudida por muitos particulares, *e até fidalgos,* que vendiam em suas casas a carne das rezes que iam comprar ao mercado. Ora como tal abuso defraudava o tributo do real d'agua, que se cobrava da venda nos açougues publicos, foi prohibido por uma severa provisão de 23 de Setembro de 1641.

---

(1) Frei Nicolau de Oliveira. *Grand. de Lisb.,* pag. 22.
(2) Carta regia de 11 de Setembro de 1618.

Passado tempo (não acho rasto de quando fosse) o Senado de Lisboa fez contrato com uma Companhia, obrigada a abastecer de carnes verdes a Cidade. O açougue geral era no Terreiro do paço, ao nascente. Parece não ter a Companhia correspondido ao que d'ella se esperava, pois que em 1773 (1) o Senado se via obrigado a extinguil-a, restituindo aos marchantes e outros fornecedores de carnes a sua liberdade sob certas clausulas, e estabelecendo trinta talhos em Lisboa. Omitto por superflua a relação d'elles; limito-me a dizer, que ao nosso Bairro alto couberam quatro, o que prova quão populosa era já então aquella paragem: um no *Cunhal das bolas*, outro na travessa *da Agua de flor*, outro *defronte do Loureto na rua que vai para a calçada do Combro*, outro na rua *da Cruz de pau*.

Mas cá nos afastámos nós do Rocio. Voltemos a elle. Não tenho pena, assim mesmo, de me ter entretido com estes pormenores, que tanto se distanceiam dos nossos usos, e por isso não deixam de ser saborosos.

Hoje o esplendido matadoiro da Cruz do Taboado, os muitos talhos fixos, livres, liberrimos, e os talhos ambulantes nos carros municipaes, poupam á população lisbonense os descommodos a que se calcula esteve sujeita em antigas eras.

*

Complete-se o quadrinho de costumes populares

(1) Edital de 20 de Março.

da feira de esbocei, juntando-lhe os grupos de vendedores e alquiladores de cavalgaduras, que tambem tinham ali, no sitio onde é hoje o largo de S. Domingos, o seu poiso habitual. O nosso Borratem ainda conservava, ha bem pouco, restos moribundos d'essa industria, prejudicada pelos modernos meios de locomoção. O José Caetano, alquilador de jumenticos, e de alcunha o *Bairro alto,* era uma celebridade no genero; e ainda conheci vestigios de tal commercio nos extremos septentrionaes da travessa *da Palha,* e da rua *dos Doiradores,* onde eram as arriarias de aluguel; assim como na rua *do Amparo,* onde se fabrica ainda toda a sorte de arreios para os muares e cavallinhos de carga dos saloios do termo.

Se se attender a que no seculo XVI (segundo Frei Nicolau) eram mais de quatro centos em Lisboa os animaes de aluguel, afóra os particulares, e rarissimos os coches (segundo outro narrador), não deixará de augmentar consideravelmente o movimento do mercado do antigo Rocio de Lisboa.

*

Outra industria peculiar do sitio, e que chegou ao nosso tempo, mas desappareceu, era a dos caiadores, que ali se encontravam, e cuja memoria vive ainda n'um esquecido proloquio popular: «Vá caiar o tecto do Rocio.»

*

Agora, agora que vimos em todo o trafego das

suas funcções commerciaes a celebre praça, melhor se entenderá a cançoneta de um certo poeta seiscentista ressuscitado pela vara magica do nosso immortal Camillo Castello Branco. Chamava-se o poeta Antonio Simões de Castro.

Do carcere da Inquisição, onde curtiu alguns annos de judiaria, como bom judeu que era, não avistava talvez (como bem me ponderou o meu velho amigo o snr. Dr. Xavier da Cunha, no seu erudito e precioso livro *Impressões Deslandesianas),* mas ouviria de certo, por ali, algures, por aquellas ruas, ou no mercado do proximo Rocio, uma saloia esbelta e formosa, a Luisinha das camoezas, parecida com algumas que ainda vagueiam pela Lisboa moderna; e que lhe fez? emmoldurou-lhe de longe (provavelmente de memoria) o gracioso vulto no quadro breve de nove redondilhas em toantes.

Ellas aqui vão, extrahidas das *Noites de insomnia* de Camillo:

Para a feira vai Luïza
co'o seu balaio (1) á cabeça,
todo enramado de loiro,
e cheio de camoezas.

Leva saia de jilézia,
tambem jubão branco leva,
que serve o jubão de branco (2)
d'onde Amor atira as flechas.

---

(1) É a cesta de palha entrançada que usam as vendeiras. Já hoje perdeu o nome.

(2) Ou *alvo* como diriamos hoje.

Sobre os dedos, pendurado;
leva seus punhos de renda.
Tão valentona caminha,
que treme o bairro de vel-a.

Lá no meio do Rocio
levanta a voz mui serena
como se aprendêra solfa:
«Eu já tenho camoezas.»

A voz tão divina e grave,
á voz tão de prata e bella,
os galantes se alvorotam,
e ferve a bulha na feira.

Deixam todos as boninas
só por ver esta assucena;
em um momento cercada
se viu esta fortaleza.

Os requebros que lhe dizem
são balas de feras peças;
mas no muro do seu peito
acham grande resistencia.

Uns apreçavam a fruta,
Outros tiram da algibeira
ás mancheias os tostões,
aos alqueires as moedas.

Mas Luiza, mui de espaço,
levantando a voz tão bella,
de quando em quando repete:
«Eu já tenho camoezas!»

Ha graça, ha colorido, ha toque espirituoso n'esses versos. Aqui penduro pois o elegante quadrinho

da vendeira, n'esta galeria de costumes tão nossos. Tenho para mim que rima com a figurinha da outra

saloia
dos queijinhos frescos, villan vaqueirinha,

que assim esboça de passagem o curioso auctor do *Auto da Ave Maria.* (1)

---

(1) *Autos* de Antonio Prestes, pag. 9. Sirvo-me da edição nova, com que o snr. Tito de Noronha enriqueceu a nossa bibliographia.

CAPITULO XIX

Depois dos chistosos versos de Serrão de Castro, seja admittido, com todos os gongóricos fogos de vistas do seu estylo, o poeta Fonseca Soares, esse mesmo tunante que veio a transformar-se no austero Frei Antonio das Chagas.

Fonseca Soares e Frei Antonio são n'uma só entidade dois homens diversos e antagónicos, duas paginas de varia indole, dois volumes de desvairado sabor. Curiosa metamorphose, e não rara.

Vou transcrever um seu romance manuscrito e inedito, que possuo, pois ainda accrescenta alguns toques ao quadro da collareja lisbonense. De mais a mais, tem todo o cabimento por se referir a uma vendeira do Bairro-alto; não podia portanto chegar mais a proposito.

Eil-o, mas um tudo-nada diverso do que o tenho, porque sem certos levissimos retoques não me parece intelligivel; acompanhal-o-hei de rapidos commentarios explicativos.

ROMANCE A UMA COLLAREJA QUE VENDE LARANJAS DA CHINA PELA RUA, DESDENHOSA.

Aqui d'el-Rei, que me mata
Maricas, esta cachopa,
que nasceu flor em Collares
para ser peste em Lisboa.

Por ser a flor d'esta rua,
por se mostrar mais airosa,
fez na rua do Carvalho
inveja á rua Formosa.

Por ella (1) entrou passo a passo;
e a cada passo se nota
que nem no Paço lhe chega
quem n'elle passa por todas (2)

Todo o Bairro amotinou;
depois, no Bairro foi força
ir o fato todo á rua,
pois n'elle estava esta joia. (3)

Taes terremotos fez n'elle (4)
o ar com que vinha, airosa,
que por vel-a toda a rua
foi pelas janellas fora. (5)

---

(1) Isto é, pela rua do Carvalho.

(2) Interpreto assim, trocando o 4.º *passo* em *Paço:* é tão bonita, que nem no Paço a Rainha, que excede a todas as outras senhoras (ou *passa por* todas ellas) lhe chega.

(3) Para mim quer dizer: Como ella appareceu no Bairro, veio o *fato* todo, isto é o gado todo, toda a rapasiada, para ver esta joia que ali estava.

(4) No Bairro.

(5) Quer dizer: só para a ver toda a gente se debruçou das janellas.

Sobre a cabeça o balaio (1)
que de estima se provoca! (2)
Porque o pôz na cabeça
quem traz aos pés as corôas? (3)

O chapeo, que, por ser negro,
de muito altivo blazona, (4)
pospondo-se (5) sobre as couves
vejo que a dois soes faz sombra. (6)

Toalhinha soqueixada, (7)
d'onde a careta de alcorce (8)
do que usurpa a toalha
parece que anda queixosa. (9)

Do corado a formosura
mostrava mui sem vergonha,
que a côr que melhor lhe estava
era a que punha nas outras. (10)

---

(1) Cesta, canastra da venda.

(2) Não entendo.

(3) Traz a cesta á cabeça. Por que usa um balaio, quem é tão formosa que tem corôas alastradas aos pés?

(4) Não percebo porque o chapéo ha-de blazonar de altivo por ser negro. Será epigramma aos Monges Benedictinos, a que chamavam os Negros?

(5) No original está *pois pondo-lhe,* o que não me apresenta senso commum.

(6) Interpreto assim: a rapariga tirou o seu chapéo de abas largas, e pôl o em cima da carga de couves e laranjas, collocando esta á cabeça; o chapéo sendo o mais alto faz sombra ao sol, e a ella. Ora que trapalhada!

(7) Soqueixada, isto é, passada debaixo do queixo.

(8) Careta de alcorce, ou carinha alva.

(9) A carinha da moça parece queixosa de que a toalha lhe usurpe uma parte. Ha tambem um trocadilho de som entre *soqueixada* e *queixosa.*

(10) A collareja mostrava affoitamente a bonita côr do seu

E' de tranvia (1) o corpinho; (2)
e bem se vê, pois se mostra
corpinho tão bem prendido
com liberdade tão solta.

E' de duqueza (3) a vasquinha;
porém a mim não me admira
ter vestido de Duqueza,
tendo inda mais de Rainha.

Ao desdem uma mantilha;
e é certo que a mim me assombra
ser no desdem tão cigana,
quem na meiguice é tão solta.

Eram taes as sapatinhas,
que o menor chispo (4) de agora
mui bem ao collo podéra
trazel-as por pequenotas (5)

Na belleza não se fala,
porque perde quem a adora
a fala (quando a pinta),
e a vista (quando a olha).

---

rosto; mas o que mais a realçava era a côr das companheiras, coradas de inveja de a verem tão formosa.

(1) Fazenda antiga. Moraes define «certa fazenda de ponto largo.»

(2) Hoje dizemos corpete (que parece tambem um diminutivo).

(3) Certa fazenda do tempo. A vasquinha era uma saia com muitas pregas miudas. O chiste da quadra percebe-se com a minuscula e a maiuscula.

(4) Sapato fino e alto de tacão elevado.

(5) Não sei a significação de *pequenotas*, mas conjecturo-a. A ideia do poeta é esta: o pé da rapariga era tão pequenino, que o chispo mais breve poderia ter por azas, ou *orelhas*, as suas sapatilhas.

Um anjo do Ceo cahido
lhe chamou certa pessoa;
e não lhe chover a graça
era ser demonio a moça. (1)

Apregoando laranjinhas
de feiticeira deu mostras,
pois frescas, e pelos ares,
da China as trouxe a Lisboa. (2)

Chamei-a, comprei-lhe algumas;
e inda assim, por fim de contas,
dando-as de bem má vontade,
não sei se então m'a fez toda. (3)

Como emfim por seu captivo
quem me conhece me compra,
quero que assim me arremate,
pois me affirma que apregôa. (4)

Estribilho

Aqui d'el-Rei que passeia,
matando airosa,
pois passando atravessa
as almas todas.

---

(1) Chamou-lhe alguem anjo; mas como esse anjo não lhe atrahiu a graça divina, vê-se que era demonio.

(2) Mostrou ser feiticeira em trazer laranjas da China a Lisboa, porque se acharam frescas chegando de tão longe, e vieram certamente pelos ares, pois ninguem viu viajar por mar a rapariga.

(3) A moça deu as laranjas de má vontade, e com o modo brusco usual n'essa classe de gente; e não satisfez a vontade, ou os desejos do comprador.

(4) Allusões de leiloeiro. O pregoeiro de hasta publica apregôa; o comprador arremata.

*

D. Thomaz de Noronha, o poeta folgasão e madrigalesco da Côrte d'el-Rei D. João IV, compoz tambem este romance, que, visto que estamos em maré de versos, aqui fica, tirado de um volume de manuscritos do mesmo autor, que possuí, e dei de presente a um seu neto, o Visconde de Alemquer, D. Thomaz de Napoles de Noronha e Veiga, meu saudoso amigo.

A UMA REGATEIRA

Romance

A minha Isabel
sahiu esta tarde
a matar de amores,
a vender gorazes.

Deitada ao desprezo
a beatilha leva,
que de despresar
somente se présa.

Por fresco apregôa
o peixe mui bem;
em o apregoar
quanto sal que tem!

Gadelhinhas loiras!
que pelas gadelhas
a minha alma anda
pendurada d'ellas.

Em continhas brancas
extremos vermelhos;
porem como ella
não ha mais extremo.

Memoria de prata
mettida no dedo;
vá-se embora o oiro
que não tem tal preço.

Sainha de pano,
barra de velludo,
mantilha vermelha,
sapata e pantufo.

Ao passar lhe disse,
pela requebrar:
«Senhora Isabel,
«quem fôra goraz!»

Eu vos farei logo
depressa um soneto,
porque de poeta
tenho meus dois dedos.

*

Não me arrependo de ter offerecido ao leitor estas amostras, que julgo ineditas, de uma poesia ingenua e requebrada, que passou e não volta. Agora, que vimos as vendeiras, examinemos a mercancia.

CAPITULO XX

A agua vendia-se (como ainda hoje) pela rua. No seculo XVI percorriam Lisboa vinte homens com jumentos carregados de barris de agua. (1) Eram, segundo o *Elucidario,* e a *Eufrosina* de Jorge Ferreira de Vasconcellos, os chamados açacaes, palavra que Frei João de Sousa nos *Vestigios* deriva do arabe *sacá,* regar, ou dar de beber. Além d'elles, andavam mil negras vendendo em potes e quartas a agua dos chafarizes. (2) Eram as *negras do pote.* E como toda esta offerta não chegava, giravam cincoenta outras mulheres pela Ribeira, com potes, quartas e pucaros, apregoando «Agua fria!» (3)

No seculo XVIII, segundo o testemunho de certo estrangeiro, havia apenas tres chafarizes para matar a sêde aos Lisboetas. (4) Ainda durava a moda dos

---

(1) *Estatistica* — fl. 97 v.

(2) Id. — fl. 100 v.

(3) Id. ibid.

(4) Parece-me engano; eu conto pelo menos sete, fora os poços de bella agua potavel.

açacaes asininos; *on la porte sur des bourriques, et elle se vend quatre sols la charge.*

Segundo esse mesmo auctor anonymo, era preciso haver cautela com os vendilhões de agua, que, para pouparem caminhadas, muita vez a vendiam pessima, com o nome de boa. (1)



A' noite, e tambem pela manhanzinha, percorriam o ermo das ruas as *marisqueiras*, que d'este modo se designavam as duzentas negras que vendiam marisco de concha, e legumes cozidos. Ainda ahi andam, nos bairros alfamistas, e no Bairro-alto, pelas 10 horas, as pretinhas do mexilhão, oitavas netas d'aquellas outras, e cujo pregão monótono, melancolico e sinistro, é provavelmente reproducção tradicional do das antigas *marisqueiras* da éra de quinhentos.



A fruta, desde os tempos mais antigos, vendia-se

---

(1) *Description de la Ville de Lisbonne* — Paris — 1730 — pag. 43.

Parece-me, salvo melhor juizo, que ainda em 1834 se vendia a agua de modo semelhante: alem dos Gallegos aguadeiros havia, creio, carroças, ou animaes com cangalhas. Leio a pag. 20 da *Synopse dos principaes actos administrativos da Camara Municipal de Lisboa em 1834*, que durante a escassez de agua no verão d'esse anno os conductores de carroças e cangalhas, com pipas ou barris, eram obrigados a irem encher unicamente nos chafarizes *de Dentro, d'el-Rei,* e *da Praia.*

livremente em qualquer parte; mas mercadorias houve, que foram restrictas a determinados logares; carvão e lenha, por exemplo, prohibiu el-Rei D. Filippe I se vendessem senão nas praças.

A vendeira de uvas, cujo retrato aqui vai, representa muito ao certo as suas collegas do tempo de hoje.



Vendeira de fruta em Lisboa

*

Do Natal aos Reis umas trinta mulheres, na Ribeira e no Peloirinho velho, punham umas mezas

cobertas de toalhas muito brancas, onde vendiam gergelim, pinhoada, nogada, marmelada, laranjada, cidrada, fartes, e toda a sorte de outras gulosinas, (1) predecessoras das borôasinhas que nós comemos pelo mesmo tempo, e a que nada deviam por certo as obras dos antigos confeiteiros, então chamados *alfeloeiros*.

Havia, com effeito, determinadas mercadorias, que a Lei só permittia vendidas por mulheres; é difficil, repito, achar o porquê. Ahi temos o Edital de 8 de Novembro de 1785, que especifica doces, bolos, alféloa, frutos, mellaço, hortaliças, queijo, leite, marisco, alhos, pomadas, polvilhos, hostias, obreias, méchas, agulhas, alfinetes, fatos velhos e usados.

*

Ahi deixo quatro traços caracteristicos do mercado na Lisboa de Camões e de Nicolau de Altero. Tudo isso passou; tudo isso mudou; e porque mudou, é que taes noticias miudas são interessantes para nós outros.

*

E o que hoje existe vai mudando tambem de dia para dia; é tarefa para quem escrever d'aqui a cem annos. Vimos nós proprios, talvez, ou antes viram nossos paes, varios centros mercantís que de todo desappareceram. No largo *de Santo Antonio da Sé* era, ha setenta annos ainda, o mercado especial dos

---

(1) *Estatistica* de 1552, pag. 34 v.

peros verdes e seccos (chamados *bofes*, quando são enfiados em juncos); de tal venda restam vestigios pelas immediações, pelas Mercieiras, e pela Sé. No largo *de S. Paulo* era a venda privativa do pão, quasi todo ordinario, proprio para embarque; isso acabou, a não ser que dure ainda por alguns *logares* da Praça da Figueira. Em S. Paulo foi tambem a venda de hortaliças finas, feita ali por Genovezes e outros Italianos. Finalmente no Terreiro do paço, hoje desobstruido e aristocratisado, vendiam-se queijos do Alemtejo, em mezas portateis de pau com umas balanças em cima, queijos comprados em primeira mão ás faluas do sul, ou obtidos nas execuções fiscaes á porta da Alfandega.

Pois essas mesmas variadas fórmas da venda a retalho se apagaram, com serem de hontem, e pertencem á historia morta dos usos e costumes (1).

Como estas, quantas coisas preciosas nos não fu-

---

(1) Devo algumas d'estas noticias ao meu fallecido amigo J. Gomes Goes, que da melhor vontade contribuiu sempre com o seu muito saber para esclarecer o que eu ignorava. É notavel a massa de conhecimentos especiaes que este meu amigo tinha armazenados na sua rica memoria. Sabia conservar, o que é raro, e sabia ver, o que é difficilimo. Era um espirito essencialmente observador, que ajudado de uma grande sagacidade abrangia relações curiosissimas e novas, entre objectos que á primeira vista pareciam incompativeis. Muito me serviram as suas instructivas conversações; só lamento que não escrevesse para o Publico uma parte ao menos do muito que estudou. Não ha direito para allumiar só para dentro; deixemos esse egoismo ás lanternas de furta-fogo, como dizia meu Pae.

giram! que de traços caracteristicos se não riscaram, que tanto ajudariam o retrato do Bairro alto!

Oh! se as esquinas podessem falar! se podessem collaborar comigo n'este desenterrar laborioso de velharias!

*

Tornando mais detidamente aos pregões: no Porto são seccos, aridos, apressados; parece que teem muito que fazer; ha n'elles um certo positivismo mercantil, ás vezes lugubre. Nos nossos Açores quasi não ha pregões. Em Madrid, dizem que tambem não. Os de París são poucos, e não muito melodiosos. Em Roma actual não os ha de todo. Será isto pois mais uma peculiaridade de Lisboa? serão as cantilenas dos nossos vendilhões os verdadeiros *pregões do ninho meu paterno*, de que fala o grande epico?

Mas porquê, e d'onde, virá esta espontanea *palestrinata* matutina, que diz tão bem com o sorriso perpetuo do nosso bello sol a brilhar na face caiada da casaria?

*

Os pregões variam conforme os bairros; e é natural. Cada vendedor gira, como os planetas, n'uma orbita definida. Ha porém alguns, que são communs a varias paragens da Capital; e ha-os até que a percorrem toda.

Mais ainda: os pregões differem, não só com as horas do dia, mas tambem com as estações do anno.

Quando no seu passeio annual nos tornam a apparecer, alegram-nos. Se chegamos de longes terras, falam-nos da Patria, e dos nossos usos. São amigos que recobramos.

Ha os da primavera, a offerecerem os cabazinhos de morangos acamados em fetos, as hortaliças tenras recem-colhidas nas varzeas de Arroyos ou de Odivellas, toda a *novidade* emfim, com que se estreia o anno agricola.

Ha os de verão, denunciando as frutas-sorvetes, com que se engana a calma, as melancias rubicundas de Abrantes ou Alcochete, as laranjas de Setubal, os melões e romans da borda d'agua.

Ha os do outomno, com a invasão da fruta nova.

D'onde vem a fruta nova?
Não n-a vi senão agora,

dizia uma cantiga quinhentista, (1) a fruta opulenta e perfumada dos pomares de Bellas, Collares, ou Bemfica, os figos de capa-rota das nossas hortas de Chellas ou dos Olivaes, as famosas azeitonas dos olivedos de Alverca, Povoa, ou Sacavem.

Depois, começam os que entram insensivelmente a adivinhar inverno, a castanha cozida, tão melancolica (ia dizendo tão sentimental!) na doce toada com que vem, humildesinha e pobre, annunciar com as primeiras chuvas os primeiros folguedos invernaes, a abertura dos theatros e dos bailes, os jantares diplomaticos, a vida elegante da nossa Côrte,

(1) Antonio Prestes—*Auto da Ave Maria.*

emfim, onde ella só muito disfarçada e confeitada consegue penetrar.

Ha pela manhanzinha os pregões idyllicos do leite mungido, que nos veem despertar lá de longe, e logo nos pintam no espirito os grupos bucolicos, a que o



Leiteiro ambulante nas ruas de Lisboa

insigne animalista Annunciação não sabia ser indifferente, pregões que são uma especie de paraphrase portugueza do

.... *pressi copia lactis*

do virgiliano Melibeu.

«Preta é a pimenta, e vai-se por ella á tenda;

branco é o leite, e vendem-n-o pela cidade» — diz um annexim.

Ha os pregões domingueiros da tarde, que revelam a salutar interrupção do trabalho nas classes populares, o passeio da familia operaria aos grandes centros, ou aos ocios da Rabicha, de Xabregas, de Braço-de-prata, ou de Arroyos, por onde, segundo uma personagem da comedia *Ulysippo* de Jorge Ferreira, se ia de bom grado *lançar uma can fora;* a «fava torradinha», o «tremoço saloio», e até o «pinhão novo» que lembra el Rei D. Diniz!...

Repare o leitor com attenção, e verá que não exagera a minha phantasia, nem a minha affeição filial a esta cidade que nos viu nascer, e que o *progresso* (ou uma coisa assim chamada) vai transformando lamentavelmente. Ha pregões ternos e melancolicos; ha outros engraçados e burlescos; ha outros indifferentes, sem intelligencia e sem côr; uns são perguiçosos e estiraçados como lazarones; outros, finos e flexiveis como enguias; outros fleugmaticos e calculistas como os onzeneiros da rua Nova; uns são gordos, outros magros; estes são garotos, aquelles circumspectos.

Em summa: o pregão é feição especialissima da comedia das nossas ruas, e espelho do caracter nacional de uma classe.

D'onde virão estes usos todos? — torno a perguntar. Serão moiriscos? não sei, mas presumo que sim; e eis aqui o motivo:

Existem em portuguez palavras, que significam certos officios ou mistéres de vendeiros, e cuja etymo-

logia arabe se refere claramente ao costume arabigo de pregoar; o alfeloeiro vendia alféloa, que vem de *alheloa* (aspirado guttural); o adelo pregoava fato velho nas feiras e pela rua; vem de *addallál,* derivado do verbo *dalla*, bradar, pregoar publicamente o preço de qualquer objecto; e como estes ha mais vocabulos, que Frei João de Sousa nos *Vestigios* explicará muito bem.

A's boas aguas de Lisboa, principalmente ás do Chafariz d'el-Rei, attribue Luiz Mendes, que era muita vez um visionario como eu sou, a pureza crystallina das vozes do nosso Povo (1). Talvez tenha razão; decidam os especialistas. Mas o que é certo... (é preciso examinar isso depois de se terem curtido lá fóra as saudades da ausencia!) o que é certo é que, salvas algumas excepções, os pregões em Lisboa são affectuosos, afinados, e theatraes.



Como, mais ou menos, os conservo no ouvido, tenho notado uma coisa, que pela primeira vez confio aqui ao leitor; é isto: a semelhança (ou antes a identidade) de certos pregões, muito usuaes, com alguns motivos da melodia ecclesiastica.

Eu explico melhor: ás vezes, assistindo á Missa cantada, ou aos Officios da Semana maior, oiço tal ou tal phrase melodica de um Evangelho ou de um Psalmo, a reproduzir a sequencia de cinco ou seis notas de um pregão. E vice-versa: ouvindo passar

---

(1) *Do sitio de Lisboa* — Dial. II.

um pregão ao longe, acho n'elle recordações, vislumbres, de um fragmento de canto-chão. Tenho experimentado e comprovado estas sensações muitas vezes.

D'onde provém o facto? de que o ouvido popular se achava repleto da musica sacra na velha Lisboa; de que a frequencia do Publico ás egrejas era geral; de que os canticos religiosos eram ouvidos com attenção; emfim, tudo isto prova a antiguidade dos pregões populares.

Quem pode affirmar que o singelo motivo com que o meu freguez offerece os seus melões ou a sua hortaliça, não fosse ouvido dos meus terceiros ou quintos avós?

*

Agora mesmo, n'este verão de 1903, costuma passar pelas ruas do Lumiar, onde habito, um vendilhão de agulhas e alfinetes, com um pregão muito meu conhecido desde 1849, me parece. O homem é novo ainda; portanto não foi elle que eu ouvia ha cincoenta e quatro annos; mas quê? repete inconscientemente a melopêa que escutou ao pae, ao patrão, a um predecessor qualquer; é o depositario de um pensamento melódico já antigo; é o elo entre duas éras muito apartadas. Logo, este obscuro vendedor, que assim me vem falar de tempos desapparecidos, traz-me a prova irrecusavel da vetustez dos pregões, e da tenacidade com que se perpetuam estas costumagens urbanas. O pregão d'elle é apenas triste; ha outros cheios de pujança e colorido.

*

Nada mais inverosinil do que o tom dramatico e grandioso do pregoar de um vendilhão de laranjas, que por ahi andava por 1864. Interroguei uma vez o pobre vendedor; explorei-o, e achei n'elle um romance que não vem para aqui, mas cuja menção deve explicar, para quem o conheceu, a indole sombria e amorosa do motivo musical.

Era um homem alto, magro, pallido, com uma barba negra de Moiro, ademanes altivos e melancolicos. Descalço, com o seu enorme gabão de Aveiro, ruço e amarrado em volta da cinta, o seu gorro preto, o seu olhar de fatalista, e o seu gesto largo, tinha muitissimo de uma figura do seculo XIV perdida na Lisboa moderna; e por isso é que me interessava. Com aquelle passo firme com que elle atravessava a travessa do Pé de ferro ou a calçada de Castello-picão, lembrava-me um cavalleiro trovador, curtindo penas amorosas por alguma dama do paço da Alcáçova, e substituindo os seus villancetes .. por um pregão de comestiveis. Tenho pena de não poder notar musicalmente o que ouvi e decorei:

1.ª ESTROPHE

(con bravura)
Merca a laranja
(con amore)
da China!

Longa pausa; tres compassos.

2.ª ESTROPHE

(Sforzando, con affetto)

Merca o queijo
Saloio!...

Como aquella voz possante de barytono exprimia em tão singelas palavras mil sentimentos de ciume, de saudade, de soffrega dedicação, de terna confidencia!... com laranjas e queijo saloio!

Riam, riam. Ahi é que está o talento: pequenos meios, grandes effeitos.

CAPITULO XXI

Sem sahir do assumpto, e para concluir:

Lembra-me ouvir a meu Pae, que ha bons noventa annos, na meninice d'elle, toda passada n'este arruamento pittoresco, de que eu vim a ser chronista, sobressahia, entre os pregões habituaes e diarios do sitio, um que a todos desbancava: era o de uma vendeira saloia, alta, bem parecida, a quem chamavam de alcunha «a Praça da Figueira», pela muita e optima hortaliça de que o seu burrinho ia ajoujado. Ressoava aos eccos sonoros do Bairro de Nicolau de Altero e Balthazar Telles, a voz musical e estridente d'aquelle contralto de obra grossa; e tanto, que se ouvia de muito longe, como uma tuba clangorosa, entre o côro inharmonico de todo o vozear matinal das travéssas.

A Praça da Figueira! Quem se lembra d'ella hoje?

Era uma das actrizes da comedia das ruas do Bairro, no tempo da senhora D. Maria I, do Principe Regente, e do tirannete Lord Beresford. Desappareceu do palco.

Onde descança adormecida para sempre essa grande figura do Bairro-alto? Passou, como passa a gloria de todos os cantores.

*

Houve tambem (mas creio terem acabado) os chamados *contrabandistas*, que vendiam furtadas aos



Contrabandistas em Lisboa vendendo fazendas furtadas aos direitos

direitos fazendas boas. A sua lábia, a sua experteza proverbial, era bemvinda em toda a parte; e oiço

que os lucros que tiravam do seu mister não eram pècos.

*

E os vendeiros de palitos e rocas? todos nós os



Vendeiro de palitos e rocas em Lisboa

conhecemos; confesso que os não vejo desde muito. Aqui reproduzo um de 1835.

*

Pois visto que a tudo chega a crise da decaden-

cia, aos Imperios como aos vendeiros ambulantes, é innegavel que aos antigos pregões da nossa querida Lisboa vai chegando a hora derradeira. Quem os ouviu, e quem os ouve!

A Companhia das Aguas deu cabo do açacal gallego.

Os mercados vão a pouco e pouco diminuindo a venda nas ruas.

No verão de 1881 percorria Lisboa o talho municipal, grande carro funebre de vaccas mortas puchadas a boi vivo; mesmo nas barbas do inconsolavel bruto, obrigado a vender lombo e alcatra dos seus infelizes semelhantes, retinia ironicamente uma campainha, que era o *pregão* com que o agente municipal se annunciava ás cozinheiras.

O vinho andava tambem então pelas ruas vendido a retalho, em carroças de muar, e pregoado pela parvissima cegarrega de uma manivella, a mais philo-desharmoniosa que foi possivel encontrar ao fabricante.

Outros vendiam soda, tambem em carroça, preconisados por uma gaita, ou trombetinha de falsete.

Tudo invenções muito boas para poupar os pulmões, mas muito desenchabidas, é forçoso confessar. A Camara reconsiderou, e prohibiu esses attentados contra o ouvido; fez mil vezes bem. O canto admitte se; as cegarregas e gaitas exterminam se.

Essas invenções anti melodicas, comtudo, não são novas.

Nesperas - diz o bom amigo dos estudiosos, o meu querido Bluteau – eram umas campainhas sem

badalo, que tangiam os bufarinheiros tocando com uma na outra.

Hoje as *nesperas* são vegetaes; mas ha no campo litterario uns certos bufarinheiros, que nos aturdem com as suas *nesperas*. Basta, basta; nada de má lingua.

Consolemo-nos porem, ó amantes da antigualha! A hortaliça não transige. O vendeiro de creação ca-



Saloio vendeiro de creação e ovos em Lisboa

minha impávido nas suas diligencias; e a sardinha tem de ficar fiel ás tradições ainda por muitas de-

zenas de outomnos. Os nossos netos hão de conhecer os ultimos eccos do pregão lisboeta. (1)

O carvoeiro, avergado com saccos enormes de carvão, foi muito prejudicado, e quasi de todo ex-



Carvoeiro em Lisboa

tincto pelas carroças do coke da Companhia do Gaz;

(1) Lista de alguns pregões de hoje, que lamento não poder apresentar notados em musica:

assim como os mercados de velharias, os bazares, os cabeças-de-pau fixos, deram cabo do antigo e



Ferro-velho ambulante em Lisboa

pittoresco ferro-velho ambulante, que era, muito á propria, a feira da ladra com dois pés.

Todo o tempo

— Ah! pescada do alto!
— Ah! sardinhas para caldeirada!

*

Não quéro despedir-me, sem recordar outro actor da comedia das ruas do Bairro-alto; era o velho pasteleiro da rua *da Rosa*. Muita vez lhe comi os deliciosos pasteis de carne, e os de nata; conversei com elle, que era accessivel; muita vez lhe ouvi blazonar com certo entono a sua primazia genealogica sobre todas as lojas das cercanias. A aristocracia é innata no homem; sentem-n-a os pasteleiros, tanto como os Marquezes.

— Ah! sardinha da costa!

— Pinhão novo! pinhão novo!

— A'uuu (agua)!

— Leiti!

— Quem quer lulas para tijelada?

— Ai jorzelim e alféloa! jorzelim e amendoa dôci!

— Eh! gallinhas!

— Merca a tinta de escrevêri.

— Fava rica!

— Pãesinhos quentinhos com linguiça! (Este creio que desappareceu).

— Ferro velho!

— Ha por ahi quem venda loiça quebrada, fato velho ou pelles de coelho?

— Merca o queijo saloio!

— Quem quer *Diario de Noticias, Séco,* e *Plar* a 10 reis?

— Errierri!

— Azeite dôci!

— Merca o mólho de nabos!

— Merca a duzia de ovos!

— Quem n-o quer saloio?

Escreveu Manuel Severim de Faria, no 1.º dos seus *Discursos politicos,* conhecer-se em Lisboa «pouca differença en-

Ficava esta loja vetusta no quarteirão comprehendido entre a rua *da Rosa,* o *Cunhal das bolas,* a rua *do Carvalho,* e a travessa *dos Inglezinhos;* por outra: ficava na rua *da Rosa* n.os 169 e 171. O pasteleiro era um velho de poucas palavras, meio dormente, e já successor do fundador da dynastia; esse é que remontava a sua estirpe culinaria a muito antes de 1755.

Tudo isso acabou por 1869. Os seus brilhantes confrades da rua *dos Capellistas,* do *Chiado,* e da *Avenida,* nem lhe querem ouvir o nome; é a insolencia das nobrezas novas. Pois fazem mal; o pas-

---

tre inverno e verão, havendo perpetuamente flores no campo, e vendendo se todo o anno pela Cidade leite, nata, e queijos frescos »

Primavera

— Merca o mólho de alecrim!
— Merca o cabaz de morangos!

Verão

— Quem quer figos, quem quer almoçar? quem quer figos de capa-rôta?
— Merca o par de melancias!
— Merca o par de melões!
— A quinza reis quem acaba as uvas?
— Fáva torradinha!
— Merca a laranja da China!
— A vintem o quarteirão, quem acaba as peras?

Outomno e Inverno

— Castanha cozida!
— Quem n as quer quentinhas d'herva dôci?
— Quem quer azeitonas novas?
— A trinta reis o salamim, quem quer azeitonas novas?

teleiro da rua *da Rosa* (como n'outras paragens aconteceu ao pasteleiro de Belem, resuscitado pelo brilhante e consciencioso pincel de Bordallo Pinheiro pae), foi uma illustração da arte, e outra do Bairro; e por isso apanhou logar n'esta minha galeria. Ao menos, feliz eu, se com esta recordação lhe podér dar a immortalidade... de algumas semanas!

CAPITULO XXII

Uma das coisas que mais influiram na metamorphose da Cidade inteira, foi a illuminação municipal. Hoje nem por longe avaliamos que enorme progresso desceu, de azas abertas, lá das regiões do possivel, sobre a velha Lisboa dos mareantes, quando se accendeu uma noite o primeiro lampião!

Da luz electrica, da acetilene, da gazolína, que estádio enorme retrospectivo não percorre o espirito, quando, a olhar para as sombras do passado, remonta aos lampiões de azeite!

Pois ainda os conheci, primitivos, suspensos na sua geringonça, descendo para ser accendidos, subindo ao querer do limpa candieiros, e ficando a oscillar ao sabor do vento na escuridão das ruas de Lisboa. Que progresso d'então para agora!

Nos seculos antigos a illuminação urbana eram os nichos dos Santos com as suas raras lanternas rasgando o escuro nocturno; e como isso não bastava, quem sahia levava a diante de si um creado com um lampião; e quem ficava em casa, na triste pacatez

das ruas ermas, era prudente; livrava-se de muita coisa.

*

N'outra parte me referi, com certa minucia, as origens comparadas da antiga illuminação em Portugal, Vienna, Paris, etc. Aqui bastará dizer que em 1689 nos apparece o seguinte decreto de 25 de Outubro, acceso como um facho. Oiçam:

«Por se entender que será de grande utilidade e beneficio publico estarem as ruas d'esta Cidade allumiadas de noite, assim como estão em outras muitas Côrtes estrangeiras, para que a gente possa por ellas andar com menos descommodo e perigo, evitando se todos aquelles delictos e inconvenientes a que costuma ser capa a escuridão da noite, sendo por esta mesma causa os de mais difficil prova, o Senado da Camara, considerando os meios pelos quaes mais facil e suavemente se poderá conseguir allumiarem se as ruas d'esta cidade de noite, Me consultará o que lhe parecer sobre esta materia, a qual lhe Hei por muito recommendada.» (1)

A consulta da Camara em 18 de Novembro do mesmo anno (2) é engraçadissimo documento, e mostra o que pode o vezo, e quanto repugnam as innovações, até mesmo a espiritos cultos, e dese-

---

(1) *Elementos* — T. IX, pag. 153 citando o livro XI de cons. e dec. d'el-Rei D. Pedro II, fl. 16. — Vi pela primeira vez estes archi-curiosos documentos nos *Annaes do Mun. de Lisb.* de 1859 — n.º 41, pag. 338, 339 e 340.

(2) *Elementos* — T. IX, pag. 156.

josos do bem. Vou ver se em poucas palavras mostro ao leitor as objecções da Camara, formuladas depois de ouvir as ponderações dos Vereadores Francisco da Fonseca, Antonio da Costa Novaes, Francisco Pereira de Viveiros, e João Coelho de Almeida.

A Camara não deixava de entrever na illuminação publica um progresso; louvava as boas intenções do Monarcha; mas punha muitas duvidas á exequibilidade do projecto. Porquê? porque a despeza seria avultada; a fim de a supprir, era preciso achar um tributo suave, que o Povo, já sobrecarregado de decimas, podesse pagar sem custo; para o que, se escolheria o genero menos tributado; esse era o azeite, que pagava somente a siza; poderia accrescentar-se-lhe 1 real, ou 300 reis por pipa.

Ordenar-se-hia aos Juizes do crime averiguassem quantos lampiões julgava cada um indispensaveis no seu respectivo Bairro, para se calcular o numero total.

Achando comtudo a Camara na execução do plano enormes difficuldades, bastaria talvez: 1.º recommendar aos Parochos o maior cuidado com as luzes dos cruzeiros, nichos, e oratorios, disseminados por Lisboa, o que já constituia bastante illuminação fixa; 2.º — obrigar todos os transeuntes, sem distincção, a andarem de noite com lanterna, facho, ou candeia.

Entendia mais a Camara que o beneficio não era tão grande, que não envolvesse deterimento geral pelo gravame que impunha, talvez uns 150:000 cruzados (60 contos de reis) annuaes. Se as Côrtes estrangeiras se allumiavam, era por serem ricas; a

nossa, tão pobre, não deve entrar em despezas superfluas.

Uma de duas: ou os lampiões durariam accesos toda a noite, ou só uma parte d'ella; na escuridão, continuariam os roubos e assaltos; com a luz não diminuiriam, pois os aggressores veriam melhor a quem buscavam, ao passo que nas trevas as victimas poderiam fugir-lhes. Para vigiar as luzes, e evitar que os malfeitores as apagassem de proposito, seria necessario augmentar desmedidamente a despeza.

A verdadeira luz da Cidade, ponderava a Camara com uma *figura* talvez eloquente, mas pouco prática e positiva, provirá sempre da vigilancia policial, e do castigo prompto de arruadores e ratoneiros.

O Senado, portanto, votava respeitosamente contra a illuminação.

*

Mas a opinião publica, incitada pelo exemplo do que lá fora se usava já, impunha-se ao Governo.

«A urgencia de allumiar Lisboa á noite era grande, n'uma cidade que, pelo traçado das suas ruas, tanto favorecia roubos e assassinios; e comtudo ninguem nunca tinha pensado em tal. Foi em 1790 que se tratou do assumpto — diz um viajante francez coevo d'esses factos. — Lançou-se um novo tributo; em 1791 collocaram-se lanternas; allumiou-se a Cidade nos invernos de 1791 para 1792, e de 1792

para 1793; então foram retiradas as lanternas; e já se não viram no inverno de 1793 para 1794.» (1)

Com esta informação, aliás minuciosa, não concorda o fidedigno depoimento da *Gazeta de Lisboa*, que em 19 de Dezembro de 1780 diz:

«A 17 do corrente concorreram os Ministros estrangeiros e toda a Côrte ao palacio da Ajuda, para comprimentar e beijar as mãos a Suas Majestades e Altezas por occasião da festividade d'esse dia, que é o anniversario do nascimento da Rainha nossa senhora. Na noite do mesmo dia — (note-se) — appareceram accezos os lampiões postos nas principaes ruas d'esta Cidade para as illuminar.»

Por esta noticia se vê que a illuminação principiou em 1780. Suspender-se-hia?

William Beckford escreve n'uma das suas tão interessantes cartas, que um sujeito João Antonio de Castro, que elle designa como *grande mathematico*, «inventou o processo pelo qual se illumina Lisboa *actualmente*», isto é em 1787 (2).

---

(1) *Voyage en Portugal et particulièrement à Lisbonne en 1796*, pag. 132.

(2) *Tandis qu'assis devant les fenêtres nous écoutions une belle musique militaire, nous vimes un groupe monter le grand escalier, et ainsi composé: João Antonio de Castro, grand mathématicien, qui a inventé le procédé par lequel on éclaire actuellement Lisbonne*, etc.

Carta de Beckford, datada de 12 de Setembro de 1787, traduzida em francez e publicada no n.º 20 do 1.º anno do jornal lisbonense *L'Abeille*, de 10 de Setembro de 1836. Ahi é a carta XV; no *Panorama* é a XXI; no original inglez é a XXVII.

Beckford (Sir William Beckford, e não *Lord Beckford*, como lhe chamou um escriptor) enganou-se. O sujeito não se

Que processo? — pergunto eu; os lampiões que subiam e desciam? Mas como, se o outro depoente nos affirma que só em 1790 se começou a pensar no assumpto?

Isto me faz crer que a inauguracão dos candieiros se teria feito em 1780 com um systema incompleto, depois aperfeiçoado pelo dito Castro.

*

De que fonte especial de receita se custeava a despeza d'este melhoramento, não sei por ora; mas vejo que o decreto de 19 de Novembro, e o edital de 5 de Dezembro de 1801, os decretos de 15 de Janeiro de 1802, 10 de Dezembro de 1803, e 14 de Abril de 1804, é que estatuem definitivamente sobre materia de tamanho interesse e utilidade geral; o que certamente induziu um escriptor dos nossos dias a dizer n'uma folha conceituada:

«Lisboa só no principio d'este seculo — (o XIX) — foi illuminada, posto que desde os primeiros annos do reinado de D. José o celebre D. Luiz da Cunha o tivesse proposto entre os outros conselhos que deu áquelle Principe na carta politica que lhe escreveu antes d'elle subir ao Throno.» (1)

Reclamava com urgencia a voz publica melhora-

---

chamava João Antonio de Castro, mas sim Martinho Antonio de Castro, como se pode ver n'uma nota a pag. 161 do T. IX dos *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa* pelo meu douto amigo snr. Eduardo Freire de Oliveira.

(1) *O Panorama* — T. III, p. 127.

mentos policiaes indispensaveis; choviam as representações e os abaixo-assignados ao Principe Regente para se firmar com rendas permanentes uma Guarda Real da Policia urbana, e a illuminacão da Capital, que até 1804 sahiam das rendas geraes do Estado. Foi então que o citado decreto de 14 de Abril d'esse anno estabeleceu um novo imposto de 100 réis por almude de vinho, 120 réis por cantaro de azeite e arroba de carne de porco, e 200 réis por almude de agua ardente, que se despachassem para consumo de Lisboa, ou em transito para outro ponto do Reino ou dominios; isso applicado directamente para a policia e illuminação (1).

Tudo se fez; o serviço da illuminação publica, um dos maiores beneficios do tempo da Regencia, era arrematado por licitantes habilitados perante o Tribunal do Conselho da Real Fazenda, e Lisboa erguia se n'este ponto ao par das cidades europêas de primeira ordem.

Os passeantes da velha Lisboa viam á noite rasgarem as trevas opácas das ruas uns candieiros, que assignalavam progresso irrecusavel. Os phantasmas dos antigos Vereadores de 1689 estremeceram, talvez, quando se accenderam esses lampiões; mas a sua opposição systematica ficava vencida. Houve recalcitrantes, contrariando por todos os modos a novidade. Tiveram de calar-se, embainhando os seus epigrammas de má morte.

---

(1) Vide as outras circumstancias do decreto detidamente especificadas na *Gazeta de Lisboa* n.º XVIII, supplemento de 5 de Maio de 1804.

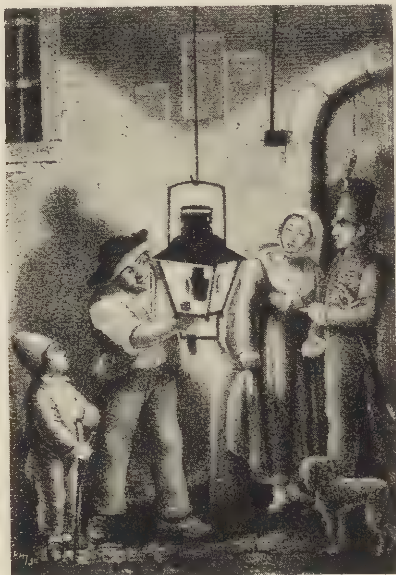
Pouco mais ou menos, esse estado ainda o conheceram na nossa infancia os homens da minha geração. O azeite era mau; o morrão, passadas poucas horas, parecia um cogumello; o vento fazia oscillar o apparelho, e o azeite extravasava para cima dos inoffensivos passantes nocturnos. Figura-se-nos hoje isso tudo um horror; mas era o que havia. No entretanto, uma consideração compensa, a ser verdadeira, todas as queixas pessimistas; é esta: afigura-se-me (salvo melhor juizo) que os nossos candieiros de revérbero da illuminação publica eram systema superior ao que se usava em Paris; e direi o porquê.

Se me enganar, a intenção é boa. Estou pugnando pela honra do convento.

*

As estampas francezas antigas mostram-nos as grandes arterias, os *boulevards*, as praças, com umas cordas altas que atravessavam de banda a banda, e em cujo meio pendia o lampião. Ora em Lisboa (e seria essa a notavel invenção de Martinho Antonio de Castro?) o lampião de revérbero pendia de uma haste de ferro articulada em alavanca sobre outra haste fixada na esquina ou parede, sendo o extremo do braço da alavanca prezo por uma lingueta que entrava n'uma fechadura em altura accessivel ao braço do limpa-candieiros. Este chegava, tirava a sua chave amarrada no fim de uma longa correia, abria a fechadura, e ia largando a correia, que subia com o braço de ferro ao passo que o pezo do lampião, lá no fucinho da alavanca

o obrigava a descer para ser acceso ou limpo. Depois, o homem tornava a puxar a correia, o lam-



Accendedor dos antigos candieiros de azeite
da illuminação urbana

pião subia, e a chave dava volta prendendo o engenho.

Repito: só vejo este systema nas nossas estampas, e parece-me nosso.

*

Ainda assim, faltava muito por fazer; em noites de luar o accendedor da illuminação terrena não se

atrevia a competir com o clarão poetico da *meiga lua,* enlevo dos vates; n'essas noites reinava ella só. Além d'isso, depois de uma certa hora apagavam-se os lampiões, e as trevas profundas eram farto campo de exploração a ratoneiros, gatunos, e rufiões.

Por tudo isso, era menor, comparado com o de hoje, o movimento urbano. Cada qual temia ser victima dos frequentes assaltos narrados de bocca em bocca. As lojas fechavam cedo, as casas recebiam pouco. Lisboa dormia.

CAPITULO XXIII

No emtanto a Europa acordava; a illuminação a gaz preoccupava a França, desde 1811, anno em que Monsieur de Chabrol, talentoso Prefeito do Departamento do Sena, mandára construir pelo engenheiro Darcet os primeiros aparelhos. O inglez Winsor tinha allumiado a gaz a passagem *des Panoramas* em 1815. Londres rutilava; París cobria-se de borboletas de gaz, e pululavam as Companhias exploradoras do grande invento.

Pois bem; Lisboa mexia-se tambem; muito devagar, conforme o seu bom costume, mas emfim, dando signal de vida.

Ainda em 1820 era o Conselho da Fazenda quem mandava arrematar publicamente a illuminação. (1)

---

(1) — Encontro na *Gazeta de Lisboa* n.º 264, de 2 de Novembro de 1820 o seguinte Aviso:

«No Tribunal do Conselho da Real Fazenda se ha-de arrematar a quem por menor preço o fizer a Illuminação d'esta Cidade, em os dias 14, 15, e 16 do corrente mez de Novem-

Já porém o decreto de 19 de Abril de 1834 incumbia á Camara Municipal, como tutora nata dos interesses da Cidade, todo o encargo, manutenção, vigilancia, e policia, da illuminação publica.

Em Maio, no mesmo anno e no mesmo mez em que Joaquim Antonio de Aguiar, com um rasgo atrevido e rancoroso da sua penna dictatorial, commettia a nefanda extincção dos conventos, apagando sem commiseração tantos focos antiquissimos de luz e calor, n'esse mesmo anno, n'esse mesmo mez, a Camara annunciava nas folhas nacionaes e estrangeiras a admissão de propostas... (quem tal crerá hoje?) para a illuminação da Cidade a gaz. Já era um bello pensamento, mas o resultado foi nenhum; não houve concorrencia. (1)

Passaram dois annos. Em Maio de 1836, tendo José Maria O'Neill proposto ao Governo a illuminação de Lisboa por meio de gaz extrahido de productos estrangeiros, a Camara, mandada ouvir, consultou contra, chamando *antinacional* a proposta, e opinando resultar d'ella a ruina da Companhia lisbonense de pescarias. (2)

Continuou tudo como estava; e ainda em Janeiro

---

bro; em virtude da Portaria dirigida ao mesmo Tribunal em data de 25 de Outubro, com as condições com que a dita arrematação se ha-de fazer, as quaes poderão os licitantes ir examinar á Secretaria da Repartição do Reino do mesmo Conselho»

(1) *Synopse dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1834*, pag. 8.

(2) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1836*, pag. 10.

de 1842 a Camara mandava remetter ao Vereador respectivo uma representação do Commandante da Guarda Municipal, em que se queixava da falta de candieiros em certos sitios, e da falta de luz desde a meia noite, em que a Cidade ficava ás escuras. (1)

Isso era realmente intoleravel. De um sujeito sei eu, que, indo jogar ás casas das suas relações, se recolhia sempre cedo, deixando as *remissas*, interrompendo a *mão*, só para não andar a pé nas trevas; e furioso, dizia elle invectivando os vereadores:

— Senhores, eu reclamo luz, mas sobretudo em nome da liberdade do voltarete.

Pois em 3 de Setembro de 1844 ainda a Camara ordenava ao Administrador da illuminação e limpeza, que não fizesse caso do luar, deixasse isso para os poetas, e mandasse, até nas noites mais claras, accender os candieiros (note-se) nos sitios onde houvesse canos abertos, sargetas, etc. (2)

*

N'estes annos iam os progressos materiaes abrindo as veredas ingremes e custosas, que hoje nos parecem de optimo pizo. A electricidade principiava a insinuar-se de vagarinho na civilisação.

N'um numero da sua querida *Revista Universal* de Julho de 1844 escreveu Castilho o seguinte ar-

---

(1) *Syn. dos princ. act. adm. da C M. de L. em 1842*, pag. 7.

(2) *Collecção de providencias*, pag. 18 e 232.

tigo, documento hoje interessantissimo como marco milliario:

«Contámos no 1.º volume d'este jornal, a paginas 77, que um professor de Hall, por nome Meinecke, tinha inventado uma illuminação electrica, de que já elle se servia para ler e escrever em sua casa, e que propunha para uso geral das cidades, sendo a sua luz como a de um bom luar em noites serenas, e de todo o ponto innocentissima.

«O invento do professor algum estorvo deveu de encontrar, pois que se não generalisou logo. Todavia, a luminosa ideia ficou por semente; e agora, quasi tres annos apoz, lá rebenta n'outra parte. Veremos se já d'esta feita irá avante.

«Lemos em diversos jornaes, com grande alvoroço pregoada a noticia de se haver na cidadella de Montpellier experimentado a illuminação electrica para ar livre, que surtiu o melhor effeito. A sua luz foi calculada em metade da do sol, e a quinhentos passos de distancia facultava o ler. Um pharol azado no centro da immensa Paris, conjecturava-se que bastaria para a illuminar toda, e desterrar d'ella a noite, de uma vez para sempre.

«*Se é certo que as Camaras Municipaes de Lisboa e Porto teem entrado em contratos para a illuminação das duas cidades por gaz, parece que conviria que nada definitivo concluissem, em quanto se não determinasse o valor das experiencias que se devem fazer em Paris sobre a luz electrica.*»

«Esta momentosissima ponderação, que extratamos de uma carta, com que nos honra o Exmo Snr. Visconde de Sá da Bandeira, conforma intei-

ramente com a doutrina de um magistral artigo do sr. O. E. publicado no nosso numero de 1 de Fevereiro d'este anno, e com a do requerimento dos snsr. Guimarães e Rubião, que reimprimimos em o nosso artigo 2699.

«A ambas as ditas Camaras Municipaes respeitosa mas instantissimamente supplicamos, ponderem na sua alta sabedoria tudo que então se allegou e se provou superabundantemente.»

Eis ahi ficam documentados os bons desejos do Poeta; e comtudo, os melhoramentos que hoje vemos realisados em cheio, não passaram de utopia em 1844.

*

Mas o advento do gaz estava para breve.

Querem ouvir? pois então oiçam.

*

Chegou em principios de 1846, ou fins de 1845, a Lisboa um Inglez emprehendedor, não sei se engenheiro se industrial, Mr. Bacon, representante de uma Companhia, que se propunha illuminar a gaz, e abastecer de agua a Capital. Hospedou-se (o que os velhos sabem, santo Deus!) na calçada da Estrella, no palacio Rio Pardo (hoje quasi de todo demolido), onde morava o seu amigo John Fletcher, opulento bretão, avô materno de D. Thomaz José de Mello, pois sua mãe, a senhora D Constança Fletcher, era mulher de D. Antonio José de Mello, fallecido General de Divisão. Sei tudo isto, porque mi-

nha avó materna, amiga intima da senhora D. Maria Justina Posser, mulher de Fletcher, morava na mesma calçada defronte do palacio Rio Pardo. Ahi estava eu temporadas, e d'ahi via ás vezes, e convivia com ellas, as duas filhas de Bacon, Charlotte, e Kitty. A primeira usava oculos, e pouco me interessava; a segunda, a gentil Kitty, era um verdadeiro amor: loira, amavel, com um olhar levemente pisco, um sorriso de Anjo, uma cintura esbelta e fragil, uma boquinha que era uma botão de rosa. Palavra de honra: quasi que me enternecia quando me falava, quando me dava pastilhas, e quando (na sua qualidade de muito mais velha do que eu) me festejava e protegia, e do alto das suas quinze ou dezasseis primaveras me dizia, com a sua voz de oiro:

— *My dear child.*

Quê? — pergunta o leitor — todo esse lyrismo a proposito da illuminação dos candieiros!!...

Sim, leitor, sim, todo este lyrismo, todas estas recordações de um pobre pequeno de seis annos incompletos... a proposito dos candieiros da illuminação. E se acaso vive ainda Kitty Bacon, e se pacaso, lá no fundo da sua casa de Londres, lhe puder chegar um dia o meu nome obscuro, saiba (porque não ha mal nenhum n'isso), saiba que foi ella, com o seu olhar azul, o seu cabello loiro, o seu sorriso de Madonna, a primeira madrugada do meu coração, o primeiro lampejo amoroso do autor da pesada *Lisboa antiga.*

Ora o pae de Kitty, Mr. Bacon, de quem absolutamente me não lembro, fez as suas propostas ao

Governo; o Governo mandou em Fevereiro informar a Camara; a Camara nomeou uma Commissão para o exame. (1)

N'isto Bacon regressou a Inglaterra, não sei por que motivo; e a Commissão respondeu que não podia avaliar a proposta, visto não se achar em Lisboa o proponente, a quem era indispensavel ouvir. (2)

Fosse como fosse, o gaz, o engenheiro Bacon, e sua adoravel filha, tudo se esvahiu como um sonho!... Lisboa, sem gaz (e sobre tudo sem os olhos de Kitty, que illuminavam a calçada da Estrella) ficou, como até então: quasi ás escuras.

---

(1) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1846*, pag. 7.

(2) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1846*, pag 9.

CAPITULO XXIV

Entretanto a Camara, influida pelos exemplos de fora, preconisados sempre pela gente que viaja, resolveu dar impulso ao magno assumpto. Em Agosto d'esse mesmo anno de 1846, em quanto o Paiz se revolvia nas ancias dolorosas de uma grande revolução, recebeu a Vereação uma portaria do Ministro do Reino, de 26, auctorisando-a a abrir concurso publico para a illuminação de Lisboa a bicarbureto de hydrogenio.

Mas como estabelecer as condições do concurso? como decidir entre os candidatos? era indispensavel o auxilio de um technico.

Julio Maximo de Oliveira Pimentel, sabio chymico e homem de muito talento, depois (com justiça) Visconde de Villa-maior, era então consideradissimo de todos, e impunha-se pelo seu saber e pela sua honradez. A elle se dirigiu a Vereação, de que era Presidente Luiz Manuel de Moura Cabral, Commendador da Ordem de Christo e Ministro do Estado honorario, pedindo-lhe acceitasse o encargo de examinar

technicamente todas as propostas para o estabelecimento do gaz, e assistir a quaesquer vistorias, etc. (1)

Em 8 de Setembro de 1846 era pela Camara aberto concurso para a illuminação a gaz (2); mas em sessão de 26 de Outubro seguinte determinou a mesma Camara suspender o concurso.

Porquê? certamente porque divergencias de opinião entre o Governo e o Municipio, e a certeza da vantagem de entregar a illuminação a uma Companhia poderosa, descentralisando esse pesadissimo serviço, e ajudando a iniciativa particular, motivavam já no escuro das regiões burocraticas providencias energicas da parte do Ministro do Reino, Visconde de Oliveira.

Logo direi quaes foram.

O decreto de 3 de Maio de 1846, com alvará de 13, concedêra o exclusivo da illuminação publica e particular a gaz a uma empresa, composta do francez José Detry, e do portuguez Claudio Adriano da Costa, que pediam privilegio de invenção de um novo apparelho para a fabricação do gaz illuminante.

Em Setembro approvou a Camara, com leves modificações, os termos das condições do contrato com a empresa; e recebeu-se um requerimento do Conde do Farrobo e Carlos da Cunha e Menezes e Companhia, em que pediam que, quando a Camara houvesse de formular as condições do concurso para

---

(1) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1846*, pag. 24 e 25.

(2) *Coll. de provid.*—pag. 256.

a illuminação a gaz, tomasse em consideração as importantes allegações dos requerentes. (1)

*

N'isto, fundava-se em Lisboa uma Companhia provisoria de empreiteiros, que desejavam mostrar praticamente ao nosso obcecado Publico a novidade, velharia lá fora. Entravam José Détry, Claudio Adriano da Costa, e outros.

A séde dos escriptorios e gazometros era (onde é ainda hoje) na Boa-Vista, no sitio onde tinha sido, á borda do Tejo, o quartel da Brigada Real da Marinha.

Com admiração do Publico, sempre boquiaberto a novidades, a Companhia excavava as ruas desde a Boa Vista ao largo de S. Paulo, a fim de collocar os tubos de ferro, e começar a experiencia. A Camara officiou em Outubro de 1846 aos empreiteiros, para que cessassem a collocação, por isso que o espaço já occupado parecia sufficiente para ensaio, e assignassem perante o Municipio um termo de responsabilidade pelos prejuizos que tivessem causado, ou houvessem de causar á viação publica. (2)

Esse convite, ou antes essa intimação, renovou-se, no mez seguinte, com a comminação de

---

(1) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1846*, pag. 25.

(2) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1846*, pag. 29.

embargo se os empresarios não obedecessem logo. (1)

Como parece não obedeceram, saltou-lhes o embargo para cima como um tigre; elles appellaram para o Conselho do Districto; o Governador Civil officiou logo á Camara ordenando-lhe sobrestivesse nos embargos. A Camara allegou os seus motivos, e declarou não dar cumprimento á ordem, por se achar a pendencia affecta ao Poder judicial. (2)

Lavrava na Camara uma especie de surda opposição, ou desconfiança, quanto aos beneficios praticos do gaz. Isso é muito nosso: o S. Thomé indígena duvída do que não conhece. Não ha provas *a priori* para elle; quer ver. Por isso a Vereação nomeou n'esse mesmo mez de Novembro de 1846 uma Commissão, composta dos Vereadores Carvalho, Renda, e Costa, para examinar os papeis existentes na Camara relativos ao gaz, e dar parecer sobre a conveniencia ou desconveniencia do systema.

Não tem graça? o que a Europa adoptava e elogiava, dependía, para ser bom ou mau, da opinião de tres obscuros lusitanos do largo do Pelourinho, Carvalho, Costa, e Renda. (3)

Não sei bem o que estes opinaram; sei que n'uma sessão de Março de 1847, esclarecida de certo a questão com toda a prudencia, se discutiu

---

(1) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1846*, pag. 31.

(2) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1846*, pag. 32 e 33.

(3) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L.*, pag. 32.

o intricado assumpto, e se decidiu representar ao Governo, pois, segundo o decreto de 1834, pertencia exclusivamente á Camara, como attribuição municipal, a administração da illuminação, cabendo portanto á Camara sómente a feitura de quaesquer contratos a tal respeito. (1)

Foi então que o Ministerio do Reino, irritado, e creio que com justiça, com a attitude da Camara, fez baixar o decreto de 10 de Março de 1847, reconhecendo a concessão feita á Empresa Détry e Costa, e concedendo á Camara, ao Governador Civil, e ao Conselho de Saude, apenas a inspecção e fiscalisação dos actos da Empresa concessionaria.

Ficavam demarcados os dois campos, e assim fixadas as mutuas attribuições.

*

Ora eu, que estou longe dos factos apontados, e só de fugida os posso avaliar, com o meu criterio de mediano alcance, tenho certo escrupulo em me manifestar; mas, sem querer offender a memoria de ninguem, julgo ver nos actos da Camara um declarado antagonismo á novidade.

E' bom e optimo ser conservador; mas é pessimo guerrear progressos como taes reconhecidos, e sobre tudo tendo-se a tutoria dos interesses municipaes, de que tanto depende a felicidade publica.

---

(1) *Syn. dos princ. act adm. da C. M. de L. em 1847*, pag. 8.

CAPITULO XXV

Em Abril de 1847 uma Commissão camararia composta de Xavier da Silva, Vaz de Carvalho, e Carvalho, foi encarregada de expôr verbalmente ao Ministro do Reino os motivos pelos quaes parecia inexequivel a entrega da illuminação de Lisboa á Empresa Costa e Détry. (1)

Estas coisas (está-se a perceber) deveram tomar por força proporções escandalosas, e dominar as conversações; hoje... fazem rir.

Ainda assim continuemos; d'estes traços minimos se compõe o desenho da Historia.

Estou certo de que o Visconde de Oliveira, Marcellino Maximo de Azevedo e Mello, jurisconsulto eximio, caracter probo e firme, havia de ter visto que era a occasião de auxiliar um progresso nacional, e dar forças á Empresa industrial nascente, defendendo-se da chicana mesquinha, e da rotina

---

(1) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1847*, pag. 11.

portugueza inconscientemente representada pela Camara lisbonense. Defendeu de certo os empresarios, e manteve-se no seu logar de chefe principal da administração.

Mas no emtanto continuavam os ataques disfarçados, encapotados em legalidade.

N'esse mesmo Abril determinou a Camara que o seu solicitador examinasse, se as excavações a que a Empresa procedia nas ruas, junto ás Necessidades, eram continuação das do encanamento do gaz, já anteriormente embargadas, e que se o fossem, as mandasse embargar, impondo ainda em cima aos laboriosos homens a multa competente.

Esta multa imposta a quem trabalha, entendia-se talvez na Turquia, ou em Argel. Cá não.

Então foi lida em mesa a portaria do Ministerio do Reino de 26, ordenando á Camara desistisse immediatamente dos embargos; depois do que, levantou-se o Vereador Augusto Xavier da Silva, propondo se pedisse a Sua Majestade a dissolução da Vereação, visto não poder exercer ás suas attribuições. (1)

A portaria de 11 de Maio de 1847 ordenou á Camara levantasse os embargos do prompto encanamento do gaz (2); esta conformou-se, e officiou á Empresa que esperava observassem estrictamente o Edital de 12 de Dezembro de 1834, pois

---

(1) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1847*, pag. 12.

(2) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1847*, pag. 13.

a Municipalidade resolvêra mantel-o em todo o rigor. (1)

*

Continuavam os trabalhos da canalisação, segundo a tabella 1.ª do Regulamento de 10 de Março de 1847, nas ruas da Boa-Vista, de S. Paulo, da Ribeira Nova, no Caes do Sodré, na rua e na praça do Corpo Santo, na rua do Arsenal, nas praças do Pelourinho e do Commercio, nas ruas do Oiro, Augusta, da Prata, dos Fanqueiros, dos Capellistas, do Arco do Bandeira, dos Correeiros, dos Doiradores, nas praças do Rocio e da Figueira, nas ruas Nova do Almada, do Crucifixo, Nova do Carmo, das Portas de Santa Catherina, no largo do Quintella, nas ruas do Alecrim, das Flores, larga de S. Roque, do Loreto até ao Calhariz, no largo do Conde Barão, na calçada do Marquez de Abrantes, nas ruas das Janellas Verdes, de S. Francisco de Paula, do Sacramento até ás portas de Alcantara, e no largo das Necessidades. Faina geral.

O Publico, esse assistia descontente, desconfiado; sorrindo ia criticando o que presenceava. Com muito menos graça que Marcial, permittia-se cada qual seus epigrammas. Luz sem pavio?!! como pode ser isso? onde se viu semelhante coisa? Nada; luz sem pavio... não me cheira.

---

(1) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1847*, pag. 15.

*

E comtudo, impellida pela velocidade adquirida, já em Outubro de 1847 a Camara Municipal approvava os modelos dos candelabros apresentados. (1)

Tudo parecia navegar em maré de rosas, quando a Camara foi informada, em Janeiro de 1848, de que na rua Oriental do Passeio se andava fabricando um novo gazometro, sem previo conhecimento. Forte, com a lei na mão, a Camara mandou embargar a obra. (2)

Em Agosto determinou a Camara se dirigisse ao Governo uma representação ácerca do assumpto illuminação publica, expondo todas as circumstancias occorridas, e rogando-lhe a habilitasse com o pagamento pontual das prestações devidas, para poder satisfazer á Companhia do Gaz as folhas da despesa. (3)

Parece se dizia em geral que havia da parte da Vereação uma renitencia qualquer ao melhoramento, porque em Setembro seguinte ella officiava aos Directores da Companhia do Gaz, convidando-os a declararem se por ventura a Camara tinha feito opposição aos trabalhos, ou negado approvação a

---

(1) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1847*, pag. 23.

(2) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1848*, pag. 7.

(3) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1848*, pag. 21.

algum modelo de candelabros apresentado, e lembrando ter sido o proprio Vereador da illuminação quem suscitára a conveniencia de se collocarem candelabros nas praças de D. Pedro e do Commercio. (1)

Não sei o que responderam os Directores; sei que a final, depois de tantos e tão grandes trabalhos, a memoravel noite de 28 de Julho de 1848 viu os primeiros ensaios publicos.

Conta o snr. Costa Goodolphim, n'um artigo impresso no *Commercio de Portugal* de 8 de Agosto de 1891, que nas noites de 29 e 30 appareceram illuminadas as ruas da Boa-vista, de S. Paulo, do Alecrim, do Loreto, de Santa Catherina, Nova do Almada, S. Julião, e o Caes do Sodré; e accrescenta o mesmo bom informador:

«O Publico applaudiu com enthusiasmo a nova luz. Foram umas noites de festa. A chamma baça do azeite de purgueira era substituida por uma illuminação brilhante. Era um passo no caminho do Progresso. Estudando a historia da Humanidade, nós vemos que a luz marca successivamente a civilisação dos povos. Os inimigos cahiram, e a luz triumphou. N'essa occasião el-Rei D. Fernando mandou inscrever-se como accionista da Companhia.»

Lembro-me muito vagamente d'essas alegrias publicas, e do espanto boquiaberto, com que milhares de pessoas accumuladas nas ruas, acotovellando-se, saudando-se com enthusiasmo, viam ar-

---

(1) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1848*, pag. 25.

derem em tão grande extensão de Lisboa os candieiros sem pavio, accesos desde as Trindades pe-



Accendedor dos candieiros da illuminação a gaz

los trasgos da bluza azul com gola vermelha, libré da Companhia.

Foi um grande triumpho, e a evidencia levava de vencida os protestos do ramerrão.

*

«Acha-se finalmente a praça de D. Pedro illuminada a gaz» — exclama com um ar de satisfa-

ção e desabafo o n.º 10 do *Jardim das damas,* de 1849.

Ainda assim a Camara, por um excesso de zelo, talvez um pouco exagerado, e não attendendo a que todo o pessoal e os proprios aparelhos se achavam novéis no officio, e a que era preciso dar tempo ao tempo, com indulgencia e cordura, officiou á Companhia, dizendo-lhe ter notado, que nas noites de 16, 17, e seguintes d'aquelle mesmo Outubro, tinha sido mais frouxa que de costume a luz dos candieiros; pelo que, a Camara não podia deixar de fazer as suas observações, na conformidade do artigo 2.º §§ 3.º e 4.º do Regulamento, afim de se darem as providencias devidas. (1)

Mas... oh! lagrimas e gargalhadas! uma noite (foi, por signal, a 29 d'esse Outubro), estando accesa toda a rede, andando a Lisboa ociosa a comtemplar e commentar a novidade, comparando talvez o Rocio com a praça da Concordia ou a de Trafalgar... de repente, sem mais tir'te nem guar'-te, zuz! apagou-se tudo, e Lisboa ficou em trevas. Nas ruas para lá das *civilisadas,* continuavam pacatamente os candieiros velhos de suspensão, sorrindo com ar disfarçado, e balançando ao som do vento a sua ironia luminosa. E sahiu uma folha volante, hoje rara, intitulada assim:

Cassoada que fizeram os Lampiões antigos da Cidade aos novos Candieiros do Gaz, por se terem apagado de repente na noite de 29 de Outubro de 1848.

---

(1) *Syn.*—etc. em 1848—pag. 28.

Eram 32 quadras setisyllabas, em que a velharia motejava o progresso. Desabafos de quem não póde mais.

Queria transcrevel-as aqui, mas (francamente) não valem muito a pena da copia.

O poeta que as engendrou, n'um quarto de hora de mau humor recalcitrante, não era Bocage, não era Tolentino, não era Garção, nem Faustino Xavier de Novaes, nem o Abbade de Jazente. Deixemol-o no limbo.

CAPITULO XXVI

D'aqui em diante pouco tenho para accrescentar. A Companhia bracejou, robusteceu-se, firmou-se em bom terreno, apesar das resistencias subterraneas da Camara Municipal. Ha exemplos d'ellas; e não é dos menos frizantes este:

Uma vez, n'esse falado Outubro de 1848, a Camara, desconfiada ainda de *luzes sem pavio*, e preferindo os seus antigos pavios quasi sem luz, auctorisou muito a serio o seu Vereador do peloiro da illuminação a melhoral-a quanto possivel, augmentando os seus depositos de azeite como parecesse mais conveniente; (1) e no mez seguinte, n'um officio ao Governador civil, a Camara formulava bem claro os seus receios de ser obrigada a restabelecer de repente a illuminação com o succo da arvore de Minerva. (2) Isto tem a maior graça. E' como se

---

(1) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1848*, pag. 26.

(2) *Syn. dos princ.* etc. *em 1848*, pag. 30.

uma empresa de *omnibus* e *charabancs* augmentasse o numero das suas carrinholas e dos seus cavallinhos, desconfiada da efficacia da Companhia dos caminhos de ferro.

E comtudo, n'esse mesmo mez de Novembro de 1848, approvou a Camara o modelo apresentado para os candieiros da illuminação. (1)

No emtanto representava em Fevereiro de 1849 ao Governo sobre a necessidade de ser accrescentada a verba da illuminação, visto que o augmento rapido do gaz o tornava mais dispendioso que o azeite (2); doze contos de réis, a mais!! notavam os Vereadores n'uma sessão de Dezembro de 1850. (3)

*

A chicana ao mau estado em que a nascente Companhia do Gaz, onerada com despesas enormes, luctando com mil difficuldades de installação, com a impericia dos operarios, e a inexperiencia do seu outro pessoal, deixava, aqui ali, as calçadas depois da obra das canalisações, não cessava por parte da Camara. O zelo misturava-se talvez um pouco com a pirraça. Mas o progresso caminhava, e o Publico dava graças a Deus.

---

(1) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1848*, pag. 30.

(2) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1849*, pag. 7.

(3) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1850*, pag. 21.

Em Janeiro de 1850 a Camara pedia aos Directores, que, visto o desalinho das calçadas nos sitios em que ella as tinha mandado concertar, agora estragadas pelos encanamentos novos, as mandassem logo repôr no estado antigo, sob pena de o fazer o Municipio, encontrando-se depois a despesa com a prestação que se pagava á Direcção. (1)

Em Março de 1851 officiava de novo, fazendo sentir que tinham chegado queixas da má illuminação a gaz «que pouca differença fazia da antiga illuminação de azeite.» (2) (!)

Pouca differença! Sempre havia de ser alguma. Aqui andava hyperbole.

Em Julho seguinte representou ao Governo pedindo outra vez augmento no que se pagava pelo peloiro respectivo, «em consequencia da maior despesa que a referida illuminação (a gaz) faz, comparada com a de azeite». (3)

Se tudo isto revela ardor pelo serviço publico, é certo que tambem deixa transparecer inexplicavel malevolencia.

Mas não pára aqui.

---

(1) *Syn. dos princ. act. em 1850*, pag. 7.

O edital de 12 de Dezembro de 1834 diz com effeito no seu artigo 7.º: *Nas mesmas* (penas) *incorrerá todo aquelle, que sem licença da Camara desmanchar as calçadas, e não as reposér immediatamente no seu estado anterior.*

A esse severo *immediatamente* se apegava, segundo creio, a Camara; mas o adverbio era difficil de realisar no estado de contrariedades em que laborava a Companhia.

(2) *Syn. dos princ. act. em 1851*, pag. 10.

(3) *Syn. dos princ. act. em 1851*, pag. 17.

*

Em Janeiro de 1852, nova representação ao Governo com queixas contra os Directores do gaz, pelo mau estado em que se achavam as calçadas. (1)

Em Fevereiro, novo officio á Companhia, intimando-a ao prompto calçamento de algumas ruas estragadas. (2)

Em Março o Vereador Visconde de Fonte-Arcada apresentou uma proposta conciliatoria sobre os meios de se evitarem os damnos que resultavam ás calçadas do modo como a Companhia mandava reparar os seus estragos. (3)

*

O material antigo, sucata do vencido systema, principiava a ser utilisado. O que a uns sobeja vai abastecer outros. Assim pois, em Agosto de 1851, a Camara mandava entregar á Vereação da villa de Cintra doze candieiros velhos de azeite, que para lá eram admiraveis, e iam levar ao *glorioso eden* de Byron um lampejo das elegancias serôdias de Lisboa. (4)

Em 1 de Dezembro de 1856 auctorisava-se a venda de uns tanques velhos de azeite, e outras miudezas de serviço já reputadas inuteis. (5)

---

(1) *Syn. dos princ. act. em 1852*, pag. 7.

(2) *Syn. dos princ act. em 1852*, pag. 8.

(3) *Syn. dos princ. act. em 1852*, pag. 16.

(4) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1851*, pag. 19.

(5) *Ann. do Mun. de L.* — 1856 — n.º 22, pag 170.

A portaria de 9 de Fevereiro de 1857 ordena á Camara entregue ás Camaras de Moura e Vianna do Castello noventa candieiros antigos, sessenta para a primeira, trinta para a segunda. (1)

Em 3 de Fevereiro de 1858 a Camara resolveu emprestar á dos Olivaes doze candieiros antigos. (2)

Em 4 de Março seguinte resolveu vender á Camara de Oeiras dezasseis candieiros (3).

*

Eis ahi o grande caminho percorrido em poucos annos. Pergunto: damos acaso valor a essas luctas passadas? não; damol-o muito maior ás que nos descreve a *Iliada* de Homero, ou a *Pharsalia* de Lucano.

Parece-nos tão natural, a nós outros, o prodigio de nos allumiarmos a uma luz sem pavio, alimentada de longe por uma serie de tubos de kilometros; parece-nos tão pouco digno de attenção o pobre servente, que incendeia, candieiro a candieiro, a larga rede luminosa, e enfileira milhares de fachos na orla dos caes, nas grandes arterias, nas viellas, nos theatros; damos já tão pouco por tamanhos beneficios; afigura-se-nos tão comesinho esse estupendo progresso material; tudo isso entrou tão depressa nos costumes... que já o desprezamos como velharia moderna.

---

(1) *Ann. da Mun. de L.* — 1857 — n.º 29, pag. 227.
(2) *Ann. do Mun. de L.* — 1858 — n.º 4, pag. 34.
(3) *Ann. do Mun. de L.* — 1858 — n.º 6, pag. 53.

Toleramos as ruas allumiadas a gaz; mas quizémos mais, e já o conseguimos. Ufanamo-nos de ter arrancado o raio ás mãos de Jupiter, obrigando-o a illuminar, como lua cheia, o Chiado e a Avenida, a rutilar nos circos, e a estrellejar de borboletas luminosas a fronte dos edificios officiaes em occasiões de gala publica. Tudo isso, é o raio.

Eripuit cœlo fulmen...........

CAPITULO XXVII

Outra feição pittoresca das grandes cidades: vehiculos particulares e publicos. Dão movimento e aspecto peculiar ás ruas; caracterisam, até certo ponto, as povoações. Os transportes nas villas e cidades provincianas differem radicalmente dos das Capitaes. O Porto ainda ha vinte annos conservava as *cadeirinhas*, que levavam as senhoras ao theatro de S. João, e nos hombros de dois homens as apeavam á porta dos camarotes. O Minho e Traz-os-montes ainda não ha muito viam *liteiras* de machos.

Os aperfeiçoamentos graduaes na viação incutem mudanças em tudo. O espirito superficial não dá por ellas sempre; o observador, esse regista-as.

*

Exemplo: ha annos morava o auctor d'este livro na quinta da Victoria, em Sacavem de cima. Cada manhan, das suas sacadas, ou do muro do seu jar-

dim, via passar a caminho de Lisboa uns ribatejanos, da Povoa, de Alhandra, de Villa Franca, talvez de mais longe, pequenos proprietarios ruraes, ecclesiasticos, negociantes sertanejos, a quem a sua faina chamava á Capital. Iam a cavallo, alguns com o seu creado atraz, tambem a cavallo; o capote de camelão, a bota alta, o chapéo de abas largas, depressa os davam a conhecer. Ultimamente já não passam; porquê? porque os comboios curtos lhes offerecem melhor commodo, mais barateza, mais rapidez, e a vantagem do regresso ao cahir da noite.

Pois deixem-me dizer-lhes uma coisa, esses pacatos transeuntes matinaes do Portugal velho (e não se offendam com a franqueza): chego a ter pena de tantas regalias novas que lhes dá o caminho de ferro. Eram tão pittorescos os sujeitos! diziam-me tanto! o meu egoismo feroz de artista e de antiquario revolta-se contra esses seus melhoramentos de situação. Que lhe querem? sou assim.

*

Até certo tempo, que não vai extremamente longe, poucas mudanças notava Lisboa na sua viação urbana. A *sege* de dois cavallos, o das varas e o da boleia, tal qual a conhecemos todos, vê-se em pinturas do seculo XVII; morreu ha quarenta annos. O nosso *carro de bois* é vetusto. A nossa *caleça* alemtejana é romana e carthagineza; perpetuou, sem tirar nem pôr, o *currus arcuatus* de certas esculturas de monumentos da Antiguidade classica.

Até a *carroça* chata, de bordas baixas e dois cavallos, enfeitada e enramada por festas do Senhor da Serra ou da Senhora da Agualva, a carroça *plebêa*, que, cheia de lavadeiras, percorre a estrada do Lumiar, a caminho para Loires ou para o Almargem, é exactamente o vehiculo *nobre*, que La Croix nos desenha adornado de colchas, e transportando senhoras da Côrte, na Edade Média, a algum torneio ou casamento Real.

Quando, ha annos, se reuniu em Lisboa um congresso de archeólogos, lembro-me de ter lido na relação de um d'elles o espanto que a todos causou, ahi algures, na provincia, quando exploravam um *castro*, ver chegar, entre a turba-multa de camponezes apinhados, umas proprietarias ricas, senhoras morgadas e fidalgas, sentadas nos seus carros de roda cheia enfeitados de pannos de seda, puxados por lindos bois, e rodeados de servos de aguilhão trajados de festa.

C'est tout à fait un tableau des temps mérovingiens! — exclamavam os admirados estrangeiros.

*

Já n'outra parte estudei as prohibições legaes de machos e mulas de tiro e sella, todas com o fito em proteger a creação de bons cavallos; tenho mais no assumpto, mas ponho-o agora de parte.

O que não posso, nem devo, preterir aqui é a quantidade de vehiculos usados e vistos por nossos maiores n'esta grande e querida Lisboa que estudamos; a *sege*, a *traquitana*, o *churrião*, o *landau*, o

coche, etc. Ahi está Bluteau, que de tudo sabia, a tudo se applicava, tudo observava lá do seu miradoiro dos Caetanos, e nos fala da *estufa*, do *estu-*



Paquebote (seculo XVII)

fim, do *caleche*, do *florão*, do *paquebote*, da *sege*, do *carrocim*, e do *coche* de dois, quatro, e seis cavallos. (1)

Foram prohibidos em geral (salvas certas excepções) em Lisboa, com mais de dois animaes, na distancia de uma legua, por alvará de 2 de Abril de 1762. (2)

*

Havia seges particulares e de aluguel, como hoje. O edital da Camara de 8 de Novembro de 1766 ordena, que os alugadores paguem de tributo annual ao Municipio 4$800 réis. Os preços (é interessante conservar taes minucias) eram: 1$600 réis todo um dia, 800 réis por uma manhan ou tarde; cavallo de sella, 480 réis por dia, e 300 réis por meio dia.

---

(1) Ha denominações varias de transportes do seculo XVIII, a pag. 190 v., do vol. de *papeis varios*. da Bibl. Nac. de Lisb., collecção Cabrinha, n.º 2:823.

(2) Veja-se a Lei de 25 de Janeiro de 1677, § 8.º

Um viajante hollandez, o Barão de Lahontan, para vir *em nove dias (!)* desde o Porto até Lisboa, em 1694, alugou uma liteira por 18$600 (1), que na nossa moeda actual seriam, creio eu, 25$668. Hoje vimos no caminho de ferro por 6$810, ou 5$300, e até 3$790, em poucas horas, e sem fadiga.

Diz-nos o mesmo peregrino:

«A maioria dos vehiculos em Portugal são *des carrosses coupés*, importados de França. Só aos do Rei e dos Embaixadores é permittido atrelar seis cavallos, ou mulas. As outras pessoas, sejam de que nacionalidade ou posição forem, só podem atrelar quatro dentro na Cidade; fora de portas podem augmentar o numero até um cento, se quizerem. Só os moços, em geral, andam de carruagem; senhoras e velhos servem-se de liteiras; mas essas duas especies só são permittidas aos Nobres, aos Enviados, aos Ministros residentes, aos Consules, e aos Ecclesiasticos; por isso, até os burguezes mais abastados, e os negociantes, se contentam com um genero de *caléche*, de duas rodas, com um cavallo que elles proprios guiam.» (2)

Annos depois, certo rabiscador anonymo, diz-nos isto assim:

«Lisboa é muitissimo povoada, pois que todas as nações ali trazem gente, sendo muita a moirisma que lá é escrava, e procede da Guiné.

«As liteiras são mais que as carroagens, mas são

---

(1) *Boletim de bibliographia*, por Annibal Fernandes-Thomaz, T. I, pag. 176.

(2) *Id*, *ibid.*, pag. 181.

magnificas; e porque a Cidade se forma de oiteiros, é que mais se usa de cavallos e mulas.» (1)

*

Nada mais nobre do que os antigos coches da aristocracia portugueza. O ultimo Grande que na abertura das Côrtes, ou nas solemnidades do Paço, se apresentava com a etiqueta velha, foi o Marquez de Vallada, D. José.

Quando acabaram de se aparelhar e atrelar os emplumados cavallos, quando subiram para os almofadões da arquinha os cocheiros empoados, quando montaram os bolieiros, e os lacaios treparam á táboa, penetrou no coche o senhor, com a farda constellada de placas, o chapéo armado e o espadim; a vasta mole entrou em movimento; abriram-se os portões do pateo de par em par, e aquella



Coche (seculo XVII)

visão archeologica apresentou-se em plena rua moderna, como um anachronismo dominador.

---

(1) *Voyages faits en divers temps en Espagne, en Portugal, en Allemagne, et ailleurs, par Monsieur M*** — A Amsterdam* MDCC. — Veem extratos nas *Noites de insomnia,* de Camillo Castello Branco, n.º 2, pag. 52 e seg.

Sim, no meio do burguezismo charro da vida hodierna, o coche velho, doirado, marchetado, conhecido desde seculos, adornado de pinturas de autor, forrado de damasco e envidraçado, com o seu andar solemne, com o seu grande ar, o seu retinir de ferragens, o tropear dos seus seis ou oito cavallos engalanados de fitas e plumas, é das coisas mais magnificentes que podemos alardear ás invejas da Europa. Hoje, que tudo se achatou e banalisou, bem haja a Casa Real, que ainda mantém essas antigualhas significativas! dizem bem, entre as renques dos archeiros, com o seu caracteristico trajar, que tanto agrada ao Povo, e tanto lhe lembra as paginas aureas da sua Historia!

O coche não sabia correr; tinha um andar pausado e grave, como o seculo em que nascera. Hoje, que os annos se succedem apressados, que os mezes se movem a vapor, e os dias se precipitam vertiginosamente para o abysmo... inventou-se o velocípede, e o automovel. Por quê? porque toda a gente tem pressa, todos querem andar na disputada faina das correrias, entregar-se ás estonteadoras sensações do vôo. O passo, o trote, o galope, tudo é pouco; para os corpos e para os espiritos requer-se o turbilhão.

O livro vai morrendo, substituido pelo jornal, que se lê de relance. O artigo extenso leva tempo a decifrar; mas lá está a noticia em duas linhas, absorvida em dois segundos.

Pergunta-se porém: para que é tanta pressa? A final, façam o que fizerem, todos chegam ao mesmo tempo ao fim do seculo.

*

Se d'esses coches grandiosos descermos aos vehiculos cidadãos, tambem temos que estudar.

O *Anatomico jocoso*, miscellanea de preciosas velharias, dá-nos no seu Tomo II (1) a descripção humoristica, referida a Março de 1755, data das licenças censorias, de uma sege, com um cavallo, «que parecia o cavallo de Troya, não pelo bojo, mas sim pela ruina»; por muito estirada não a intercalo aqui, mas recommendo-a.

No Tomo IV, mesma data, allude á variedade dos vehiculos, e diz Epapho, personagem de *galan ridiculo* no Auto *Jardim de Apollo:*

«Vamos ás carroagens:
Um Protheu não vestiu tantas visagens.
«Os (sic) seges as (sic) primeiras
que hoje são marotos das cocheiras,
um traz alpendre, outro traz cabana,
e outro charola humana!
Outro (e no que vai dentro pouco arrisca)
é o docel da dança da Mourisca;
e aquillo das cortinas,
ideias peregrinas,
que inventaram (e supponho muitas d'essas)
de candeias, cortinas ás avessas.
Sege de campo a alguns por nome dão;
digo que está em rasão,
como quem diz por mofa,
sege de campo, sege de galhofa.» (2)

---

(1) Pag. 234 e seg.
(2) T. IV, pag 293.

Passado tempo, observava em 1774 o Major inglez William Dalrymple:

«As carroagens aqui usadas são umas seges de dois cavallos, e pouco elegantes na apparencia. As pessoas principaes teem outros coches, mas, por não serem numerosas, dão pouco em cara; muita gente anda a cavallo de um sitio para outro da Cidade.» (1)

*

No mesmo seculo XVIII, e certamente antes, era uso, como foi depois, até hoje, trazer cada qual pintadas as suas Armas de familia na carroagem. Contra esse uso insurge-se Francisco Coelho, rei d'Armas India, n'uma sua critica á *Nobiliarchia* de Antonio de Villasboas e Sampayo, dizendo:

«Coisa mal permittida trazerem Armas em coches, pois ficam detraz das costas as insignias de suas Nobrezas, que haviam de andar em parte superior, pois pelas Armas se conhece a fidalguia de cada um, e para cada um ser conhecido por Nobre foram inventadas; no que, se devia advertir o uso

---

(1) ...«The carriages in use here (Lisbon) are two-horses chaises, which have not a most elegant appearance. The principal people have other carriages, but not being a very numerous body, they are not the most conspicuous; many persons ride on horse-back from one part of the town to the other.»

Major W.m Dalrymple — *Travels through Spain and Portugal in 1774* — London — 1777 — 4.º — 1 vol.

das Armas nos coches, e outras partes a ellas indecentes, e á nobreza d'ellas.» (1)

Parece-me um cumulo de escrupulo da parte do meticuloso rei d'Armas.

E por escrupulo, e medo de abusar, paro eu tambem com esta materia vasta, mas accessoria.

---

(1) *Hist. gen. da Casa Real*—Provas—T. VI, pag. 677.

CAPITULO XXVIII

O nome de sege, derivo-o de *chaise,* que em francez significa, ou significou, o mesmo; e ahi está a nossa palavra *cadeirinha* a confirmar indirectamente a etymologia. Tenho muito medo ás derivações etymologicas. Gébelin deduz *femina* de *homo;* seja assim; mas lá está o sabido epigramma, que tira *Alfana* de *equus. Alfana vient d'equus; sans doute.*

Em inglez *chaise* significa tambem carroagem. *Chaise de poste. Post-chaise;* derivação talvez do francez. A palavra ingleza *sledge* quer dizer carro baixo, ou de arrastar, sem rodas, vocabulo que bem pode ter produzido por abuso o nosso *sege.* O averiguado é ter-se tornado este nosso termo, por assim dizer, generico, e não designar sempre determinada especie de vehiculos.

— Vim de sege — se dizia (e diz ainda), para marcar que não fôra a pé a jornada, embora fosse n'um *coupé,* ou n'um *caleche.*

Todos os homens da minha edade conheceram as

seges cruzando as ruas de Lisboa em todas as direcções, e morrendo desastradamente por 1860 ou 1861, afogadas na invasão das carroagens de aluguel de quatro rodas, as *navarras*, as *irmans de caridade*, os *coupés*, etc.

Não sei quando as seges de dois cavallos se introduziram em Portugal; sei que as viu o seculo XVIII, e certamente o XVII. Na grande e preciosa vista, a



Sege lisbonense (seculo XVII)

oleo, da Academia das Bellas Artes as temos; copiei uma, por signal, e ella aqui vai.

D'essa antiga sege de boleia, a que em Lisboa chamavamos *de bandeirinha*, porque, se estavam no *pau de descanço*, á espera de freguezes, se lhes punha n'uma das esquinas dianteiras do tejadilho uma bandeirinha bifarpada, deixo n'este logar um desenho feito de cór, mas não falho de certa verdade, me parece.



Desejei esboçar um fugitivo quadro de costumes lisbonenses, sem retratar ao certo sitio algum conhecido.

E' n'um arrabalde, ainda meio campestre, como havia muitos, e ainda os ha. Vê-se ao fundo um palacio velho seiscentista, meio soterrado no seu embasamento primitivo pelo alteamento do terreno depois de 1755. Avista-se á esquerda um lanço de campo, atraz do qual um campanario no estylo vulgar dos nossos, e o telhado de um predio com aguas-furtadas. Para lá espalma-se o Tejo, e ergue-se o castello de Palmella.

Nos primeiros planos, entre uma mulher de capote e lenço, raça desapparecida, um cão, dos que eram frequentissimos na Cidade, e um gaiatinho, dos que perseguiam as carroagens, com o intuito de lhes saltarem para a *táboa,* passa uma sege com seu passageiro. Ao fundo desliza um aguadeiro gallego, indignado com o gaiato, e parecendo dizer-lhe:

— Nunca tu rabiáras!

A sege que desenhei é das genuinas. A *caixa* polida, de *cortinas* de coiro, com seus *oculos* pequeninos, e *lanternas,* tem o *pesebrão* suspenso sobre *molas* curvas, ou sobre *correões de alçar* presos ao *aldrabão,* e amparado atraz pelas *tesoiras* de coiro, que mitigam o balanço. O *tejadilho* é simples, sem *maçanetas*, forrado de vacca preta, ao passo que nos antigos coches de gala assentava sobre lavores de madeira, a que chamavam *mísulas,* e era forrado interiormente de vergas de talha doirada, com uma



Sege lisbonense (seculo XIX)

roda doirada ornamental no centro, á qual chamavam *sol*.

A nossa sege era revestida de lan acolchoada, ou marroquim com *bastas*, de côres escuras. Aos dois lados da *caixa* saem os *estribos* de ferro para ajudar a subida e descida áquella alta machina. A diante vê-se fechado o *alçapão* de coiro negro, que resguardava a parte inferior do corpo do passageiro.

Nos coches ia o cocheiro sentado na alta *arquinha*, governando da lá os cavallos do *tronco;* aqui vai o *bolieiro* na cavalgadura da *sella*, tendo á direita a das *varas*, que é a mais forte, e aguenta o peso todo. Vão as *guias* ou *cordões* passando pelas duas *argolas* da *cataplasma*, especie de sellim de coiro aguçado em bico alto, d'onde iam amarrar no *alçapão*. As *varas*, rematadas de *casquilho*, acompanham-os flancos do bicho, e prendem se á *coelheira* por *braçadeiras;* o seu collega da *boleia* vai mais livre, mas sustenta o *bolieiro*, tendo atraz das pernas a *boleia* postiça, pequeno páu que vai engatado na *cravija* do *pesebrão*, com duas correias que de cada lado do animal vão por sua vez engatar-se-lhe na *coelheira*.

As *rodas* são altas para facilitar o movimento e adquirir velocidade. O *eixo*, de uns 10 palmos, ou pouco menos, introduz o *cubo* no *olho* da roda, resguardado ao topo pelos *tapadoiros*, e serve de ponto central ás *caimbas* que formam a circumferencia, pelas *pinas* da qual se introduzem os *raios*, finos e leves a irradiar em volta do *olho*.

Eis ahi o que desenhei.

As aristocraticas gradações em tudo se infiltram;

até mesmo nos vehiculos cidadãos conseguiram estampar o seu cunho distinctivo. A *sege* morreu; ainda vivia, como disse, por 1860; os particulares abastados preferiam-lhe porém a *traquitana*, mais nobre, e que era, á propria, uma sege de quatro rodas. Tambem estas desappareceram da sociedade viva; hoje só se querem com os mortos. Adornadas de frisos doirados, ainda figuram nos enterros levando os Padres. Desprezadas do Publico, entregaram-se á mystica. Deram a Deus o que o mundo já não quer.

As carroagens de praça são hoje unicamente *caleches*, e *coupés*.

*

Passava o elegante Duarte de Sá pelo Loreto. Sai-lhe do Thesoiro velho um bolieiro conhecido, e pergunta:

— Snr. Sá, *coupé?*

— Sim, sim, co'o pé é que eu vou agora. Hoje não me tens por freguez.

Em tudo o calemburista inimitavel.

*

Innegavel é que os nosos *trens* de praça podem considerar-se dos melhores da Europa: limpos, rapidos, e bem policiados.

A proposito: vi na Africa austral, nas ruas da grande e lindissima cidade ingleza de *Cape-Town*, um uso engraçado: cada *cab* de praça tinha nome, como os navios, e, além de estar matriculado com



TRAQUITANA LISBONENSE (SECULO XIX)

um numero, era conhecido da Policia local pela designação que lhe dava o dono. Vi estes nomes:

Little daisy (Pequenina flor).
Happy home (Feliz tornada a casa).
Confidence (Confiança).
Swift (Rapido).
Princess Royal (Princeza Real).
Premier (Primeiro Ministro).
Gaiety (Alegria).
Telegraph (Telegrapho).
Jubilee (Jubileu).
Cloth of cold (Capa do frio).
The Dutchess (Duqueza).
Britannia (Inglaterra).
Diamond (Diamante).
Planet (Planeta).
Galatea (Galatêa).
Wellcome (Bemvindo).
Express (Expresso), etc.

*

Voltemos a Lisboa; isto é: voltemos ao cemiterio. Estas minhas paginas não teem outra missão, que não seja plantar cruzes na campa dos usos mortos. Percorrel-as, é ler epitaphios.

CAPITULO XXIX

Com a morte da *sege*, morreu o *bolieiro*, e foi substituido pelo *cocheiro*.

Aquelle, mais mexido e inquieto, era um marialva de obra grossa; este, mais sedentario, e (diga-se a verdade) mais civilisado, graças á maior educação que insensivelmente vai repassando as classes todas, mais cohibido pelo espirito publico, mais vigiado pela Policia, tem por throno a almofada do seu vehiculo.

O *bolieiro* vive nas chronicas da Lisboa de cincoenta annos atraz; hoje tornou-se mais primitivo do que os masthodontes. Era um filho das hervas, com loquella sua muito especial, useiro e vezeiro no embaçar passageiros, tido e havido, não raro, nas desordens do bairro, perito em correrias a Cintra ou em esperas de toiros. Chapéo de forma antiquada, niza, calção, bota com espora de correia de polimento a assentar no rebordo do salto de prateleira; eis ahi o trajo liró dos fadistões das seges estacionadas ao Loreto, ao Corpo Santo, ou ao

Terreiro do Paço. Algumas vezes cobriam-se com capote de camelão. Maus por indole e costume, velhacos, quasi sempre cynicos, eram deshumanos com os cavallos, e brutaes com a clientela. Da



Antigos bolieiros lisbonenses

crueldade para com os animaes até ao crime para com os homens, vai um passo. A phalange dos *bolieiros* produziu o sinistro Diogo Alves; e fez peor do que brotal-o: explicou-o, e motivou o.

*

Com essas apreciações rapidas que deixo de uma classe inteira, não pretendo affrontal a. Ha em toda a parte as excepções.

O que digo, e repito, é que, apesar dos defeitos, inherentes ao modo de vida, me fazem muito dó os cocheiros de praça, como m'o faziam os bolieiros; quasi tanto como os seus miseros cavallinhos, tão serviçaes, tão laboriosos, tão resignados! Esses entes, bípedes e quadrupedes, que vivem para nós, que nos levam aos bailes, que nos guardam da chuva, que esperam á porta dos theatros, que estacionam nas avenidas, são a traducção visivel da miseria parasita.

Com uma differença: os automedontes são gente; teem por si as posturas, os codigos, o jornal, a policia; mas para os que puxam... nada existe no mundo, senão palavrões, máus modos, e azorrague.

Como se esses pobres animaes não tivessem coração! não tivessem nervos! não tivessem brios! não tivessem o direito ao descanço, e não merecessem as regalias inherentes á sua propria desventura!

O cavallo, tal como o Creador o formou, e o descrevem os naturalistas, e o poetisam os Homeros e os Ovidios, é o mais nobre dos animaes. Aquelle Ethonte, que Virgilio nos pinta, acompanhando cheio de dor os funeraes de Pallante, seu dono, não esquece nunca.

It lacrymans, guttisque humectat grandibus ora.

Além d'esse, quantos outros nos não apresentam as historias, as fabulas, as lendas, desde Antonio Galvão de Andrade, que chega a comparar o cavallo com o homem, até Buffon, que o esculpiu no marmore do seu estylo, e desde Buffon até ás narrativas intimas de qualquer lavrador provinciano!

Pois o decahido rocim das cidades, essa *res nullius* da viação, o das carroagens, o das carroças, o dos omnibus, é a palpavel decadencia do nobre corcel dos frisos do Parthenon; é o infimo e deslustrado representante da classe; e por mais que se resigne, que obedeça, que lide e que sue, não passa de um vil, sobre que pésa o rigor de tresentos infortunios.

Para o trabalho que lhe impõem, não escolhe o misero cavallo dias nem horas; é o protótypo da obediencia passiva. Quebra o melhor do somno, para levar um doente ao hospital, ou ir buscar uma familia á travessa dos Ladrões; e não se queixa.

Arrasta-se sob a nossa calma torrida de Julho e Agosto, quando até as pedras ferem lume; e não se queixa.

Chapinha sobre o macadam das praças, que reflecte como um lago os candieiros da illuminação, nas noites asperas de Dezembro e Janeiro; e elle lá vai sem saber para onde, ou ali o deixam horas em pé dormitando á chuva.

Ver um d'aquelles pobres rocinantes das carroagens de aluguer, é ver a expressão concreta da penuria e do desamparo.

Nascido algures, no campo, entre verduras, cada

um d'esses bichos sonhou talvez com uma existencia feliz. Tudo isso se lhe mallogrou. O destino cruel arrastou-o de dono em dono, de feira em feira, de alquilé em alquilé, de cigano em cigano, de espelunca em espelunca, de tombo em tombo, até á escravatura cidadan, d'onde não ha appellação. Mal educado, descomprehendido, açoitado com injustiça, entregue a outro infeliz, tambem amargurado de miseria, passa humilhações obscuras e tormentos diarios; o chicote e o retesar do freio são os argumentos de que se servem para o levar. A torreira do sol, o frio, as bátegas de agua, são a sua vida; as calçadas ingremes, o seu theatro.

Com a sua cara magra e allongada, os olhos entristecidos sumidos nos antolhos, a anca reduzida á apparencia de esqueleto, a respiração alta da pulmoeira, as pernas nodosas e tortas, serve os ociosos de uma cidade grande, e nem sequer é cidadão, nem alcança as regalias e indemnidades, que a todo o fôlego vivo se devem. Insultam-n-o, chamam-lhe *pirúa,* chamam-lhe *piléca,* chamam-lhe ainda mais; e elle, calado, não acha um vingador, nem, que o podesse, o procuraria. Anda para diante, animal! anda para diante, sendeiro! anda para diante, cavalgadura! anda para diante, azêmola! anda para diante, bruto! anda para diante, besta! e tratam-n-o como um criminoso.

Pois os *crimes* unicos d'essa lugubre besta são a fome, as fadigas, as humilhações silenciosas que a trazem trémula, cardiaca, ou pleuritica. Descanço, consentem-lh'o ás furtadellas n'uma baiuca infecta. Cama, é o chão humido, quasi sem palha. Jubilação,

lá lh'a darão no guano de Alcantara, quando estiver de todo inválido.

O seu companheiro adventicio e selvagem, o cocheiro de praça ou (peor ainda) o carroceiro, é outro infeliz. Desleixado na educação, filho ou pupillo da rua do Capellão, do beco dos tres Engenhos, ou do alto do Pina, é um rôto moral, um esfarrapado intellectual, um pária, um rebutalho do viver urbano, um servo sinistro que nos olha de soslaio. Vinga-se de nós... no lombo do cavallo. Para elle, nem passado, nem presente, nem futuro. O seu passado é um berço obscuro e faminto; o seu presente é a lida ingloria e sem tréguas; o seu porvir é uma enxêrga no hospital de S. José.

Tenhâmos pois muito dó de todos esses entes mal nascidos e mal estreados; e consideremos uma coisa: se podessem mais, e soubessem melhor, se a educação e a fortuna os tivessem bafejado, não eram o que são, nem uns nem outros. Olhemos, sim, para os cocheiros altivos e insolentes com olhos commiserativos; e, com a mesquinha gorgêta que nos merecem, dêmos-lhes a esmola do bom modo, das palavras cortezes e sérias, e de um pensamento intimo de conforto e melancolia.

*

A mim proprio pergunto muita vez:

Qual é a compensação, qual é o ressarcimento que a sociedade offerece a esses seus servidores infelizes e apesinhados pela sorte? Ao cocheiro dá-lhe um ou dois decilitros, segundo a generosidade do

freguez; e no fim... o Albergue do bom Possidonio da Silva. Ao cavallo, nada.

Appellemos para Aquelle que escreve por linhas tortas, e que é a Bondade summa. Se o irracional amargurado de tormentos não obtivesse por fim uma equidade, lá no fundo escuro do infinito, se a sua triste alma sequiosa não podesse contar com Deus... onde estaria Deus? onde estaria a sua justiça paternal?

Sim, sim, tenhâmos confiança. Na mão do homem o prato da balança pendeu todo para a banda da iniquidade; a mão de Deus o egualará por fim.

CAPITULO XXX E ULTIMO

I

E agora, emfim, que, sem esgotar os meus variados assumptos, esgotei talvez a paciencia dos mais benevolos, ficarei por aqui, preparando me para escrever em lettras versaes a palavra cabalistica final, por que suspira o leitor.

Sentemo-nos a descançar da fadigosa jornada que emprehendemos.

E' mais que provavel, que até o papel se sinta de veras saturado de Bairro-alto; eu é que o não estou, confesso. Tomado o fôlego, cá me irei continuar as minhas buscas n'outras regiões da grande Cidade; e siga-me quem quizer seguir um mau *cicerone*. Sou mau cicerone, e digo em quê: em inventar o menos que posso; repito o que outros disseram; conto o que observei; vulgariso o que apontam os documentos; apenas; ao mostrar Pompeia, não a povôo de fabulas conscientemente; se offereço algumas conjecturas, não vendo patranhas.

Ora o bom cicerone não é isso; paciencia; é este o meu feitio litterario.

II

Pintei, como soube e pude, a banda occidental da Lisboa d'el-Rei D. Manuel e d'el-Rei D. João III. Fiz assistir o estudioso á edificação de Villa-Nova. Apresentei-o aos senhores directos do terreno. Mostrei-lhe o viver d'elles, as suas allianças, os seus usos. Percorremos as casas religiosas, e as moradas dos cidadãos principaes. Emfim, estudámos juntos a feição peculiar d'esta divisão notavel da nobre Capital.

Haveria mais que dizer, sem duvida: o Bairro-alto pode ser muito explorado ainda, sob o aspecto historico, artistico, economico, e até anecdotico. O caso era ter paciencia para seguir os varios filões da mina inexhaurivel, e desenterrar d'aquella grelha de ruas todo o seculo XVII portuguez.

Chronista consciencioso, fiz o que me era dado para conservar aos vindoiros o traslado da povoação, que se deve ao pensamento dos Jesuitas; digo como Miguel Leitão de Andrada, a quem prometto citar pela ultima vez:

«Quiz-vos contar estas antigualhas, por ser isto hoje uma tão nobre parte de Lisboa.»

*

O que sinto é não ter conseguido mais. Os livros e manuscriptos deram-me o que tinham; esses são sempre serviçaes e bons.

Outros amigos prestaram-me grandes obsequios, já com os seus conselhos affectuosos, já com o emprestimo de documentos de valia. Citei-os, como devia, nos logares competentes.

Mencionei na 1.ª edição os meus antigos collegas na Bibliotheca Nacional, José Gomes Goes, e José Ramos Coelho.

O primeiro, infelizmente fallecido ha já annos (1 de Maio de 1886), foi grande pena que, por utilidade dos estudiosos, se não resolvesse a coordenar alguns dos muitos apontamentos archeologicos, historicos, numismaticos, paleographicos, que devia possuir.

Do segundo, só ha que admirar e louvar o exforço e a pericia, com que levou a cabo, para gloria das Lettras portuguezas, o seu erudito e profundo estudo *Vida do Infante Dom Duarte,* demonstrando assim, mais uma vez, que as faculdades poeticas não excluem os mais distinctos e raros dotes de historiador. Não me farto de admirar aquelles dois monumentaes volumes, que tenho lido seguidos umas poucas de vezes.

Agora, ao concluir esta nova edição, especialiso, entre todos os que me ajudaram, o General Henrique das Neves, que espontaneamente a preconisou e apadrinhou junto do editor o snr. José Bastos. Sabendo que um auctor nunca tem geito de promover os seus interesses, o General diligenciou e obteve que estes cinco volumes sahissem á luz. Se algum deleite e alguma instrucção se encontra logo em tão laboriosas paginas, a elle os fica devendo o Publico portuguez.



Pessoas houve tambem, que poderiam contribuir para o feliz exito da empreza, pois possuiam papeis importantes, e o não fizeram. Algumas... nem responderam aos pedidos com que directa ou indirectamente as importunei. Escrever a historia do Bairro-alto?! a quem interessam taes velharias? Revolver cartorios particulares?! é indiscreção. Papeis são para se guardarem; não são coisa que se mostre. Que tem o Publico em geral com os titulos dos predios? ha exigencias exquisitas.

O que é triste, é que em Portugal quem quer investigar seja o que fôr, tem de se transformar n'uma especie de mendigo, e preparar-se para o *Tenha paciencia, não pode ser*, ou para o silencio, que ainda é peor. Que o digam outros queixosos, de bem maiores merecimentos que o meu: os Barbosas Machados, os Marinhos de Azevedo, os Agostinhos de Oliveira, os Baptistas de Castro, os Vieiras da Silva, os Sousas Viterbos, os Sanches de Baêna, os Luizes Cardosos, os Innocencios, os Pinhos Leaes, os Vilhenas Barbosas, os Tullios, os Carvalhos da Costa!

III

Imagine-se, no emtanto, a quantos Gavarnis, antes a quantos Callots, não inspirariam as antigas ruas lisbonenses, ou (restrinjâmo-nos a estas) as ruas do nosso Bairro-alto ao longo do tempo! Quantos typos não passaram, desluzidos já hoje de todas as

memorias! Quantas revelações, deliciosas de chiste, não saltariam no bocejo d'aquelles recantos, ou se não agarrariam, como gárgulas grotescas, áquellas esquinas indifferentes!

O peralta assucarado, que deslizava aos pulinhos, de pôldra em pôldra, para não salpicar a meia!

A engraçada e ladina vendeirinha de uvas, a requebrar-se e a apregoar!



Rapariga vendendo fructa em Lisboa (seculo XIX)

A marisqueira das Trindades, com a sua voz roufenha, de fazer rir!

As véstias bordadas de Dom Fulano!

O escudeiro falador da Morgada emplumada e donairosa da casa amarella!

As visitas e os comprimentos ceremoniosos do Principal Cierano!

O escrevente magrizel, que atravessava todas as manhans, de mãos nas algibeiras, com cara de frio, e em corpinho bem feito, de caminho para a sua banca no Pelourinho velho!

O honrado e sizudo mercador, que aos domingos passava para a Missa de S. Roque, envolvido no



Familia burgueza de Lisboa caminhando para a Missa (seculo XVIII)

seu capotão de pano, seguido da mulher embiocada, e da creada moça rebuçada na sua capa de briche!

Os ditos sentenciosos do obeso Frei Beltrano, arrimado no seu enorme chapéo de sol de pano azul!

O poeta Nicolau Luiz, com a sua grande cabel-

leira de rabicho, o seu capote de baetão, e o seu fiel canzarrão de agua!

A tosse sêcca e sabida, com que ao bater das Ave-Marias o adamado dava signal para a adufa!

A vendeira velha de hortaliça, que apregoava a



Vendeira saloia de hortaliça

horas certas, com a pontualidade de um chronómetro inglez!

A chegada dos coches da Rainha Viuva ao paço do Moinho de vento, quando Sua Majestade recolhia do paço de Alcantara, ou de alguma agradavel me-

renda em Pedroiços, nos jardins do Duque do Cadaval!

As modinhas á viola da filha do arameiro!

O costumado petitório para a festa do Espirito Santo!



Petitorio para o culto do Espirito Santo

As sahidas da turbamulta alegre do theatro do Conde de Soure, onde se representavam as comedias do Judeu, e os dramas de Metastasio!

As entradas da fidalguia para as prédicas dos

Padres de S. Roque, em cuja abóbada resoou a voz do immortal Antonio Vieira!

A loja do barbeiro mestre tal!

O ermitão velho, que todas as tardes passava,



Ermitão dando a beijar uma Imagem (seculo XIX)

e dava a beijar aos transeuntes uma devota Imagem!

O admiravel Tolentino, tão observador e tão portuguez, recolhendo á sua casa da rua da Atalaya (1)!

---

(1) Sim, Tolentino morou n'essa rua, mas não a conheço

A officina do celebre impressor Simão Thaddeu Ferreira na mesma rua! (1)

O sapateiro de escada, que no seu antro dava



Sapateiro de escada

conta de todos os enredos do prédio, e mais alguns!

---

casa. Diz elle ao seu amigo Bandeira, seu conhecido de longos annos:

Tolentino firme amigo,
inda quando o mundo cáia,
e a quem obrigas a sel-o
desde a rua da Atalaya.

Uma das notas das antigas edições accrescenta: «Onde tinham morado havia muitos annos.»

(1) *Gazeta de Lisboa*—suppl. ao n.º 28, de 13 de Julho de 1804.

O pregoeiro do jergelim, com as suas petas e casos para gargalhada!

Depois... os typos populares: o Anão dos asso-



O anão dos assobios typo popular lisbonense

bios! o Escalado! o Gaspar da viola! a Estanqueira do Loreto! e quantos outros!

Um mundo; um mundo de coisas. Á obra, á obra, romancistas de observação! sois vós os verdadeiros chronistas da era moderna. Á obra!

E' muito para lastimar, que em seculos antigos

não tivessem certos escriptores pensado em conservar para nós outros os retratos fieis das variadas figuras que se agitavam na velha Lisboa.

Seriam preciosas vinhetas para intercalar no texto secco e arido da Historia patria. Com essas vulgaridades se haveria determinado a physionomia das ruas, o caracter de uma sociedade desapparecida.

Marcial, Juvenal, Horacio, testaram-nos esbocetos, hoje sem preço, até como documentos politicos. Gil Vicente, Andrade Caminha, Antonio Prestes, Antonio Ribeiro Chiado, e outros, conseguiram no assumpto muito menos do que podiam e deviam; pouco se dignaram de rabiscar bosquejos, quando mais não fosse, da comedia das suas praças e viellas.

Oxalá os nossos contemporaneos preencham a lacuna pensando em nossos netos.

Todas essas coisas são ephémeras, passam, vão passando, desappareceram... É preciso il-as fixando, il-as legando...

IV

Qual dos rapazes de hoje em dia, pergunto, conhece (por exemplo), a não ser de tradição, a mulher de capote e lenço, a popular de Lisboa, com o seu ar meio monastico, o seu lenço engommado em bico, e o seu cabeção de muita roda?

Pois saibam: n'esse trajo vulgar disfarçavam-se muita vez (e sem ser por mal) verdadeiras aristocracias.

A senhora, que desejava andar com as suas creadas correndo as lojas de panos da rua dos Fanqueiros, ou os cabeças de pau da Feira-da-ladra, tomava o capote. Quando queria ir, devota e escoteira, á Missa das almas, tomava o capote. O capote era para ella o *dominó* da commodidade; fazia-lhe muito arranjo; dava-lhe muito geito; significava *não me sequem*. Por isso, os conhecidos que a encontravam assim, não a comprimentavam; respeitavam tacita mente aquella anonymia convencional.

*

E saibam outra coisa:

Esse trajo tão antigo, tão nosso, evolução do *biôco*, é quasi um symbolo: representa a mulher lisboeta antes da invasão das modas senhorís. O que nos Açores são a capa e o capuz, o que é no Algarve a capa e o rebuço, o que são ainda em certos logares da Beira a mantilha e o *biôco*, o que era no Porto a capa e a mantilha, foi em Lisboa o *capote e lenço*.

A mulher do nosso bom Povo era aquillo: resadeira, humilde, singela, desconhecedora de figurinos parisienses, não renegava a sua classe; mantinha-se em tudo filha e seguidora de seus maiores. A sua ambição cifrava-se em ser digna neta do trabalho; não desejava mais; e tinha aquelle trajo pela sua farda de maior gala, sempre alheia aos vai-vens da moda. O seu bello capote, conquistára-o nas tarefas do serviço; usava-o com economia e resguardo;

era uma recordação dos bons tempos; legava-o á filha. Todo o seu devaneio de rapariga tinha sido aquelle capote de cinco moedas; e aquelle capote de cinco moedas era o seu brasão.

Lisboa, a sincera Lisboa, que não possuia *squares,* nem *parques* com titulo de Principes estrangeiros, quando temos tantos Principes nossos, e muito nossos, e outros Homens grandissimos de casa, a quem honrar; Lisboa, que não se entretinha em demolir templos para romper avenidas presumpçosas, quasi que só com o fito em lhes pôr nomes de illustres sujeitos, que d'aqui a cincoenta annos hão-de ser problemas; Lisboa que se contentava com o que tinha de seu (e não era pouco); Lisboa, que vinha chegar-se á babuge do Tejo, ia á Missa, e dizia *Agua vai,* tambem não renegava o seu modesto papel de cidade linda e pobre; trajava como sabia e podia, mas aos seus usos; o que era, conquistára-o; não desejava riscos forasteiros para frontarias. As suas ruas eram o seu orgulho, porque eram a sua historia, e tinham nomes muito velhos, que significavam tradições em que ninguem bulía. As suas egrejas sete vezes seculares; as suas muralhas vetustas, que falavam de Moiros; os seus palacios nobres, que respiravam polidez e bemquerença; os seus mosteiros, que espalhavam caridade; os seus campanarios, que trinavam e garganteavam como rouxinoes, tudo era a parte mais santa das suas recordações antigas.

Por isso digo e repito: a mulher de capote, antes de se mascarar com vestidos e chapeos que lhe não dizem, era o symbolo pacato e commedido da

velha e saudosa Lisboa que ainda conheci... e morreu. Lisboa tinha o seu capote; conquistára-o; apreciava-o muito; embrulhava-se n'elle com gosto; não queria saber de estrangeirices.

Tudo tal qual como essa que ahi vai desenhada.



Mulher de capote em todo o rigor do trajo

Faltavam-lhe apenas duas coisas: saber ler, e trajar com mais elegancia e degarre a sua capa tradicional.

V

O Bairro-alto, que se empenhou em manter-se antigo, conserva em alguns pontos certa semelhança com as ruas da velha Coimbra; e na Coimbra velha (segundo as historietas que escuto sempre avido), na rua do Corucho, por exemplo, vivia como em familia a população rasteira dos vendilhões, do pequeno commercio, dos visinhos e visinhas das casas baixas.

Por cá era o mesmo; e ainda é em algumas ruas. Fazem uma especie de rancho á parte; commentam-se mutuamente; auxiliam se quando é necessario, mas sabe cada um da vida de todos, e todos do fraco de cada um.

As anecdotas travêssas, as carapuças malignas, saltitam de porta para porta, e de janella para trapeira; impera a alcunha; as chronicas a retalho alastram-se de bocca em bocca na gazetilha maliciosa e augmentativa da *senhora visinha;* o Gallego aguadeiro, tão decahido hoje, desde que veio a Companhia das Aguas, desde que se abriram por toda a parte as estações telegraphicas, desde que se inventaram os inconfidentes bilhetes postaes, e desde que se generalisou a conversação linguareira dos *teléphonos,* o Gallego dos recados ainda no Bairro-alto é um Mercurio, e um complemento.

N'uma palavra: reina em todo aquelle arruamento buliçoso e trivial uma certa originalidade de velharia, uma indefinivel autonomia de *villa,* que não pode escapar aos desenhistas de tão curiosa pagina

lisbonense. Hogarth, que tinha no lapis o sorriso vago das ironias, havia talvez de illustrar gostoso uma tal pagina, com scenas plebeias e scenas aristocraticas; com o tumulto das tabernas, e o piano dos primeiros andares; com os vendeiros habituaes, e as areadas e espadanadas procissões religiosas; com as tertulias e os gamões das pharmacias, e os rabujentos freguezes das mercearias; com os *gargarejos* nocturnos, e a conversação das visinhas, de varanda para varanda...

*

Quem andar farejando anecdotas picarescas pelo Bairro, encontra muitas, e muito boas, da mesmissima maneira como José Daniel as encontrava, ou forjava com immensa graça, para o seu *Almocreve das petas*.

E visto que falei d'esse chistoso maganão, uma das individualidades mais portuguezas da gemma, que se conhecem na gandaia litteraria, aqui vão casos que elle proprio nos refere. São visivelmente fabricados á unha, ali, em cavaco de amigos; mas pintam mais ou menos a antiga vida da Cidade, e as apimentadas bonhomias de nossos avós. Oiçam.

*

«Cunhal das Bolas 25 de Fevereiro (de 1798):

«Certo morador d'este Bairro, tendo passado pelo desgosto de lhe furtarem um bilhete da loteria da Misericordia, comprou segundo; e para o acautelar

de outro egual desastre, o pegou com massa na cabeceira do leito, sem uma só verruga. Teve este homem a felicidade de lhe sahirem tresentos mil réis; e querendo aprompta o bilhete para a cobrança, achou por mais facil chamar um Gallego, que á cabeça lhe conduzisse a taboa do leito. Porém no caminho, vindo pela travessa da Queimada, succedeu que, ao mesmo tempo que o Gallego passava, de uma janella uma bruta creada botava a agua de um banho, e de mão tão certa que alagou o Gallego, e a taboa que levava o bilhete.

«Inda isto não causou tanto prejuizo, como a descompostura que o dito Gallego fez para a janella, que com a força dos ralhos lhe cahiu a taboa na lama, ficando o bilhete tão enxovalhado que mal se lia. O pobre dono, querendo com a ponta do capote aperfeiçoal-o, conseguiu materialmente deixar a taboa limpa, tanto de lama como de bilhete.

«Não sabemos ainda a resolução que tomou este infeliz.»

*

A diante conta-nos, com a sua pilhéria de estudante farcista, outro caso:

«Rua da Rosa, 12 de Junho.

«Moram n'este Bairro dois visinhos, que sempre estão *dize tu direi eu.* São immensos os ralhos de parte a parte; diariamente ali se faz um fiel inventario da geração de um e de outro; ali se botam no rosto os beneficios e as ingratidões; não ha praga no mundo, que ali se não profira; ali se ouvem no-

mes e cognomes exquisitos; e finalmente, uma descompostura eterna domina nos dois individuos.

«E' um d'estes defeituoso por sua natureza, que lhe arrojou para as costas uma pasmosa carcunda; e mora em um 1.º andar. Assiste nas lojas d'estas casas o seu competidor, que foi embarcadiço; e, ainda que velho, mostra ser de boa têmpera.

«Estas casas são muito lavadas do ar, pela abundancia de buracos que tem o sobrado; e d'aqui procede toda a implicancia dos dois; pois, como a dita loja não tem chaminé, accende-se o fogareiro no meio da casa, e suffoca-se o pobre corcovado com o fumo da carqueja ou aparas. Tem sido o inquelino da loja, uma e muitas vezes, admoestado pelo de cima, para que accenda o lume á porta da rua; mas nada se consegue; e hontem, por crescer a desesperação no carcunda, pegou muito calado no pote da agua, e vazou-o no meio da casa; do que, ficou a loja feita uma lagôa. Ora rasão pucha rasão; as palavras são como as cerejas; e a agua corria em baixo como as descomposturas corriam para çima; e foi tal o debate, que o embarcadiço pegou em um cajado, veio á rua, e disse:

— «Snr. visinho, se me incitar muito, hei-de ir lá acima endireitar-lhe esse corpo, e abaixar-lhe a carcunda.

«A isto respondeu-lhe o corcovado:

— «Se Vocemecê me fizer esse favor, que eu fique bom de todo, não só lhe perdôo as offensas que recebi, mas até lhe darei quanto tenho de meu.

«De tal sorte louvou toda a visinhança o acêrto e

pachorra d'esta resposta, que tudo entrou ás gargalhadas. Tanto pode a prudencia em casos taes!»

*

N'outra parte sai-se com esta o impagavel conversador, sempre cheio de galhofeiros sarcasmos:

«Rua larga de S. Roque, 1 de Janeiro.

«Um elegante e bem talhado taful, de olhos pretos, cabeça grande, cachaço gordo, namorava uma senhora d'este Bairro, muito bella, muito discreta, e de excellente comportamento. Este amante escrevia-se com a senhora, e ella lhe respondia com cartas muito limitadas, feitas por um Doutor (a cruzado novo cada uma, por parte de visinhança).

«Os dias passados lhe mandou o namorado dizer, que tinha negocio de importancia que communicar-lhe, que temia pôl-o por escrito; para o que, lhe desejava falar. A senhora, consultando uma sua tia, que tinha em casa, esta annuiu aos seus rogos, para que na noite aprasada, feitos certos signaes, viesse o amante, para communicar o que queria na presença da referida tia, porém muito ás escondidas do pae da menina.

«Este miseravel pae, que era muito amante de caça, conservava um cão muito grande, o qual deixava ficar sempre de noite no seu quarto, por fazer d'elle estimação, visto que o merecia pelo seu prestimo.

«Chegou com effeito a noite em que o taful compareceu, subindo subtilmente fora de horas por uma

janella; e a senhora logo teve cuidado de o prevenir, dizendo-lhe:

— «Como Vocemecê ha-de passar pelo quarto de meu pae, para irmos para a sala grande, e o quarto está ás escuras, aqui tem estas duas luvas; e se elle acordar, sacuda uma na outra, para elle cuidar que é o seu cão perdigueiro que se está coçando.

«Ficou o taful amestrado, e elle foi, pé-ante-pé, passar pela cama do velho, a tempo que este acordou, e disse:

— «Que é isto? quem anda por aqui?

«O sujeito sacudiu logo muito depressa as luvas uma na outra, e respondeu com voz muito submissa:

— «É o perdigueiro.

«Gritou o velho:

— «Ui! tambem os cães falam?! Tragam cá luz, que tenho gente em casa.

«E pegando em uma espada que tinha á cabeceira, correu o marmanjo, que saltou da janella a baixo; de cujo salto desmanchou ambas as pernas; e agora ficou sem pés nem cabeça; mas está compensado com a fama de ser um optimo perdigueiro.»



A tradição oral, que tambem collabora com os almocreves de petas e verdades, deu-me o seguinte, que vendo pelo custo:

Em certa pharmacia da rua *do Carvalho* entrou uma vez um gago. Queria ipecacuanha, e começou o seu recado:

— Ip... ip... ip... ip...

— Que quer Vocemecê? — lhe pergunta o boticario.

— Ip... ip... ip...

— Mas o que é, senhor?

— Ip... ip... ip...

— Pois Hourrah! — responde o outro com enthusiasmo.

*

Uma tarde, subiam dois marinheiros inglezes a rua *da Atalaya*, bordejando *non passibus æquis*, e observando, como sabiam, a physionomia da Cidade. Deu-lhes na vista uma lojita de barbeiro, ao rez do chão, em cujas duas meias-portas se via escrita a palavra *Barbear*, com uma partição de syllabas que posera no vidro do primeiro batente as lettras *Bar*, e no do segundo *Bear*.

Os inglezes, que não tinham até ali percebido patavina dos letreiros, parecem alegrar-se com aquelle, e entram resolutos na loja do honrado Lusitano.

Estava só o official, a afiar uma navalha. Os dois correm a loja com os olhos, e perguntam:

— *Where is the bear?* (Onde está o urso?)

O rapaz julga que os homens pretendem cortar o cabello, ou fazer a barba, e responde em sonoro portuguez:

— Vocês querem escanhoadella? *yes, yes*, vamos a isso; *yes* com batatas.

— *Well; but where is the bear?* (Muito bem; mas onde está o urso?) torna a perguntar um dos dois.

— Ah, já percebi; se querem beber, não é aqui, é ali defronte, na loja de bebidas.

— *The bear! the bear!* — vociferavam os dois.

Palavra puxa palavra; quanto mais forcejavam explicar-se, menos eram percebidos; e quanto mais o Portuguez respondia, mais se enfureciam os Inglezes, que porfiavam em querer por força ver o urso *(bear)*, que, segundo julgavam, se mostrava n'um balcão *(bar)*, conforme estava annunciado na vidraça *(Bar bear)*: O urso do balcão.

O rapaz, já impacientado, atira-se aos Bretões, e pretende pôl-os no olho da rua. Seguiu-se um pugilato a murro, linguagem universal; e só quando a Policia chegou, e levou para o Carmo os dois marujos espantados, terminou a contenda, que deu muito que rir quando se pôz a limpo.

Onde se prova, que o partir syllabas nem sempre é coisa indifferente, e pode até desfechar n'uma disputa internacional.

O conhecido livro *Letreiros celebres* (1806), apesar de bem semsabor quasi sempre, amontôa os disparates que as lojas ostentavam ás barbas do Publico; mas esses, ao menos, eram indifferentes aos marujos inglezes.

VI

O Progresso, o da razoira inexoravel, o que não attende ás considerações dos *amadores*, nem ás supplicas das adufas nem dos frades de pedra, o Progresso, o grande egualitario, não esqueceu o Bairro-alto, nem podia esquecel-o.

Viu que o terremoto grande o tinha poupado quanto possivel, incendiando-lhe sim muitos predios, mas conservando a disposição da primitiva grelha de ruas(1); e que fez então o Progresso? entrou affoito a ellas; concertou, aqui, ali, as frontarias; azulejou algumas; coroou-as de platibandas pretenciosas de barro pintado.

Canalisou as calçadas, que a altiva negligencia das pretas fôrras deixára uma lastima desde o tempo d'el-Rei D. José.

Assoprou na mão dos creados o archote e a lanterna, com que eram precedidas as familias nas suas visitas aos serões e partidas da visinhança, tão alegradas de charadas e gamões. Accendeu pela iniciativa do Intendente geral Pina Manique, e pela do emigrado Conde de Novion, os candieiros suspensos, de azeite de purgueira, que ainda nós outros apanhámos. Depois, não lhe parecendo boa essa illuminação mortiça, apagou-a. Apagou não menos os lampiões dos nichos, e dos Santos de azulejo, e substituiu-lhes o gaz, com a sua risada de luz a cada esquina.

Não gostou dos poiaes que ladeavam frequentemente os portões, e serviam de estribo de encavalgar, no tempo em que as caravanas asininas eram o unico meio popular de transporte á feira de Be-

---

(1) Assim se vê no tombo manuscrito feito por ordem do Marquez de Pombal, e existente na Torre do Tombo. Ha copia na Bibliotheca publica por lettra do infatigavel José Valentim. Tudo isso se confirma comparando os planos antigos com os modernos.

lem, ao mercado do Campo grande, ou á festa da Senhora da Luz; arrancou-os. (1)

Não gostou das gelosias gradeadas, verde escuro, que disfarçavam as varandas, e davam ás moradas cidadans o recolhido aspecto de mosteiros; derrocou-as, e fez entrar ar novo nas vivendas. (2)

Prohibiu as bandeiras ou taboletas salientes, em angulo recto com as paredes das lojas, e obrigou-as a coserem-se com as mesmas paredes. (3)

Vedou a collocação de vasos ou caixotes de flores nos telhados e janellas, uso antigo, que imitava dè longe os jardins suspensos de Babylonia. (4)

Oppôz-se energicamente á barbara chacina dos suinos em plena rua publica, uso de selvagens, que ainda em pequenino me lembro de ter entrevisto. (5)

Calçou de novo as ruas do Bairro. (6)

Reprovou as tabernas, a cujas portas tremulava um ramo ignobil de loiros seccos, como nas da *Maria Parda,* e fez d'esses antros botequins. (7)

Aperfeiçoou quanto pôde o pequeno commercio, alargou-lhe o ambito, repartiu as diversidades das

---

(1) Alvará de 15 de Junho de 1759.

(2) Alvará de 15 de Junho de 1759.

(3) Portaria de 7 de Abril de 1835; *Coll. de provid. da C. M. de L.* em 1835, pag. 43.

(4) Postura de 29 de Maio de 1850; *Coll. de provid. da C. M. de L.* em 1850, pag. 317.

(5) Outubro de 1835. — *Synopse dos princ. act. adm. da C. M. de L.* em 1835, pag. 22.

(6) *Synopse dos princ. actos adm. da C. M. de L.* em 1851, pag. 23.

(7) Alvará com força de lei de 15 de Junho de 1759.

vendas. Amodernou as lojas e officinas dos mistéres, tirando-lhes umas certas meias-portas, que davam só por si quadrinhos completos de Téniers e Van-Ostade, e de que ainda o Porto possue optimos exemplares.

Numerou os fogos.

Mobilou decentemente as casas.

Ensinou o uso da agua, que não é só uma bebida refrigerante.

Tirou ás horas mortas, graças aos terços da Guarda Real da Policia, á Guarda Municipal de D. Carlos Mascarenhas, á nossa Policia civil, e aos nossos guardas nocturnos, os pittorescos ataques de ratoneiros, ladrões, e rufiães, os floretes arrancados, o inesperado das esperas, as arruaças da meia-noite, que faziam de Lisboa um pinhal sem pinheiros, mas muito melodramatico, uma especialidade medievica na presença da Europa nova.

Desterrou o churrião puxàdo a bois, a liteira, o coche, e até as antigas seges de chocalhada memoria, que ainda viu a minha geração; e mostrou ao Bairro dos Jesuitas, attonito de si, o que são *navarras*, *coupés, tilburys*, *cabriolets, dogcarts, caleches*, *americanas,* e *victorias.*

E depois de todas estas diabruras, o Progresso poz-se a olhar para a sua obra, com ar de rapaz travêsso, e disse:

— «Torna á antiga se podes, Bairro-alto!»

E pensando nos futuros archeólogos, exclamou a rir-se:

— «Que trabalhem.»

Pois bem: apesar de tanta e tão cruel transfor

mação, sustento que o Bairro tem ainda, perante a Lisboa garrida do Chiado e do arruamento, uma feição *sui generis* inconfundivel, e é um como protesto vivaz em nome do que foi.

VII

Cada região da velha Lisboa é, sim, um protesto em nome do passado.

A Alcáçova, com a sua costa, com os seus desertos, as suas oliveiras seculares, as suas ruinas, que o tempo e os municipios deshonram, os seus pincaros de aguia, os seus cunhaes vetustos, que os proprietarios substituem, é para nós outros o seculo XII. A Alcáçova é guerreira como os decennios moiriscos da nossa Historia; ainda se teme de incursões; para isso lá conserva os seus cubellos, as suas viellas que facilmente se acorrentariam, os seus despenhadeiros de ingreme accesso; mas ao mesmo passo é scismadora, é poetica; espraia a vista, como os desejos, pelo largo Tejo em fóra; devaneia talvez novas conquistas alem-mar.

*

As Escolas geraes, a Ribeira, a Moiraria, o Bemformoso, dão o quadro completo dos rumorosos seculos XIV e XV. A Moiraria, com as suas rótulas, os seus andares de resalto, e as suas frentes de bico, é tortuosa como a Politica do seculo XV, escura como as ideias do tempo, e operosa, e apressada como elle.

Por aquellas lojas phantasiam-se facilmente os alfagemes; e os arrogantes palacios, encravados entre casas humildes e apinhadas, revelam bem o predominio desdenhoso da Nobreza sobre o Povo, sem a transição das classes intermediarias.

*

O XVI fugiu-me, confesso; cahiram os paços da Ribeira, cahiu a Misericordia, e obliteraram-se aos meus olhos os minimos restos palpaveis de um dos periodos mais notaveis da nossa Historia, d'aquelle seculo poderoso e triste, que, se nos trouxe a Inquisição, Alcacer-Kibir, e os Filippes, nos deixou tambem os Lusiadas, a Conceição velha, e Santa Maria de Belem.

*

A Baixa, com os seus angulos rectos, o seu aprumado, e o seu risco uniforme, imposto pelo sobrecenho de um grande Ministro, a quem faltava a corda da arte, pinta-nos a energia do nosso seculo XVIII.

A Baixa é symetrica e pesada, como a ideia policial. Vê-se porém na sombra o impulso do gigante administrativo, no traçado d'aquellas avenidas largas, que formam atrio junto do Tejo, no majestoso da praça commercial e *burocratica*, e na intenção com que a um tempo se levantou um monumento de bronze á Monarchia, e uma colmeia austera de argamassa e pedra lioz á burguezia libertada.

Ergue a cabeça o terceiro estado.

*

O nosso aterro da Boa-vista, a praça do Principe Real, a Avenida, os Bairros novos, com o seu desafogo, o seu rasgado, o seu variadissimo scenario sem caracter determinado, todo eclectico, transitorio, insolente, egoista, mas já com as commodidades municipaes do viver publico, são o nosso indeciso e chaotico seculo XIX.

Lisboa nova é o complemento da revolução do Conde de Oeiras.

A classe média triumpha; a riqueza publica extravasou-se dos cofres senhoriaes, cresceu nas mãos do trabalho, e á industria util chegou emfim o seu dia sétimo.

Vê-se claramente o Povo a dar largas ás suas velleidades; o ephemero palacio urbano, rodeado de araucarias e coroado de estatuas de loiça vidrada, sorri ao sol da Lisboa heraldica; as frontarias rutilam de todas as côres do arco iris, e mesclam todos os estylos imaginaveis, desde Roma até Colonia, desde Londres até Bagdad; Luiz XIII acotovella-se na mesma empena com Affonso Domingues; a platibanda italiana encavalga-se no arco alhambrez; o minarete sobrepuja a architrave; porque a poetica do mestre de obras constitucional timbra em ser meio-mulher, meio-peixe; o azulejo remoça n'uma feição puramente commercial; a anarchia invade a Arte, julgando ser tambem liberdade politica; mas a vida moderna expande-se muito a seu sabor, á sombra da Carta, com as ensanchas de burgueza feliz.

Não quero grande mal, ainda assim, a tão flagrantes anomalias estheticas. Teem razão de ser. Como tudo se liga n'este mundo, como entre a Politica e as manifestações artisticas ha correlações estreitas, quero ver em tamanho chaos (note-se bem) não o desabrochar das sizanias demagogicas, mas o germinar das sans tendencias liberaes; não o medonho escalar dos Encélados do chamado *socialismo*, mas o abraço filial das classes que executam, com as classes que dirigem; não as dissipações estereis de um luxo insensato, mas o desenvolvimento economico das massas laboriosas, as victorias da lida de seculos, os desacertos, ainda infantís, da propriedade que mudou de fórma; não a assolação da licença, mas a consolidação paulatina da liberdade, que ha-de por sua vez consolidar a alliança do joven Povo, instruido, educàdo, moralisado, e feliz, com a nobre e fecunda Monarchia.

E' isso o que eu vejo, á luz da Arte, nas graves desharmonias que apontei.

VII

Ora no meio d'esses quadros de feição varia, o Bairro alto de S. Roque, assumpto d'esta primeira serie de estudos, é, com a sua luz mitigada, as suas frontarias de um *chão*, as suas tabernas de antiquado desenho, e a sua cara hybrida cidadan e religiosa, é, sem tirar nem pôr, o seculo XVII.

O Bairro de S. Roque (falando architectonicamente) é aprumado, alinhado; a casa monachal fra-

ternisa com o palacio, e o palacio já sorri para a habitação popular; impera nas frontarias, nobres e ordeiras, o polido estylo romano do theatro e da poesia culta. Ha n'aquella grande composição urbana uma especie de pensamento de renovação, que lembra o *Portugal restaurado,* e os Ericeiras; porque é preciso notar isto bem: o Bairro, apesar de nascido ainda no seculo XVI, recebeu a pégáda funda do seguinte, pégáda cada vez mais sumida, mas ainda perceptivel a quem estuda com attenção.

*

Quem não quer vêr, ou quem não sabe vêr, nada enxérga de tudo que estou dizendo por aquellas ruas e viellas; mas quem observa, quem liga, quem procura através do moderno o antigo, quem emprega as suas faculdades idealisadoras, pasma do que ali se encontra. É uma guarda-roupa da eterna mascarada; uma camara-optica de subido interesse (até politico); um volume truncado das historietas fugitivas dos Supicos da maledicencia lisboeta; um precioso archivo de usos e costumes; uma torre do tombo das burguezias mortas.

Ou porque o terreno seja muito caro no Bairro alto, ou pelo afogado das ruas (outr'ora tão alegres), ou por qualquer outra causa, o pedreiro tem por lá poucas encommendas; o mestre de obras, pouquissimas; o verdadeiro architecto, nenhumas; quando muito, reboca-se, e atamanca-se.

Algum senhorio mais imaginoso engrinalda de balaustrada a cornija do seu predio velho, como

quem põe um chapelinho á pastora na cabelleira de um vegete de entrudo; e assim estraga sem pudor um espécimen seiscentista.

Outro substitue as varandas primitivas e singelas pelos arabescos modernos de ferro fundido, semsabores e chatos.

E nada, ou pouco mais, se vê; o que dá um ar heteróclyto ás frontarias, e não conseguirá nunca tornal-as artisticas.

IX

Ha vinte annos, topavam-se no Bairro minucias bem curiosas, muito á mão, a dois passos do centro mais concorrido da Capital.

....

Aqui levantava-se, na travessa da Boa Hora, uma trapeira de bico, revestida de arroz de telhados; parecia um fragmento de quadro de aldeia. Riam-lhe na frente uns honestos manjaricos e uns craveiros, resignados com o seu pouquito de sol e de ar. No escuro branquejava uma cortininha de cassa, remendada como os vidros da janella, e tão modesta como o lar de costureiras orphans que ali adivinhavamos, ninho chilreado de palreiras andorinhas. Lá dentro chorava-se alguma vez; mas no prego da parede gorgeiava sempre o pintasilgo.

....

Adiante, na rua da Atalaya, na loja mutilada de um antiquado palacete, que foi outr'ora brilhante e ocioso, appareciam as barbas grisalhas de um operario pobrissimo. Sulcavam-lhe a fronte as cogita-

ções melancolicas da fome, como no quadro admiravel do Operario de Miguel Lupi, concluido em 1879, poema da miseria, brado das lagrimas. (1)

O pae trabalhava ao banco ou ao torno. Entre as aparas brincavam felizes umas creanças enfesadas. A mãe embalava n'um canto um recemnascido; e quem passava escutava aquella triste voz:

Quem tem meninos pequenos
por força lhe ha de cantar!...

....

Acolá, na rua da Rosa, onde era a portaria hospedeira e esmoler de um mosteirinho, acolá onde se apinhava a pobreza ao chamado da inexhaurivel caridade do monge, via-se o taboado secco e morto de uma estancia de madeiras, que já foram um pinhal, ou um bosque de faias.

....

Os vasos de flôres accumulados nas sacadas, contra os quaes se insurgiam nas outras ruas de mais passagem as posturas municipaes, triumphavam impunes ainda no Bairro alto; e havia por lá (insisto n'esta minucia, porque me recorda a primitiva quinta) verdadeiros

thronos da vicejante primavera;

caramancheis de trepadeiras, que enredavam sobre as cimalhas os seus tugurios de velludo verde, e em-

---

(1) Refiro-me ao quadro que o nosso grande pintor intitulou *A falta de trabalho.*

molduravam pela tardinha algum vulto gracioso, cujo perfil se projectava no opalino azul do céo.

....

Mais além, na rua dos Calafates, debruçavam-se para sobre quem passava umas pimenteiras a espreguiçarem-se por cima de um muro, em cuja aresta costumava achar maneira de amezendar-se o gatarrão maltez, como quem se refocilla ao sol n'uma poltrona. O muro foi substituido por um gradeamento.

....

Morreram as adufas das janellas, mas ainda ali reinam as taboinhas verdes, genero de *stores* já quasi banido no resto de Lisboa, e suspeito aos olhos do pudor.

....

N'outro sitio, havia, na rua do Loireiro, uma esquina de jardim, que dava um quadro: uma cabana de jasmins, impenetravel, sombria, com uns tons de bronze e sepia, e uns reflexos de amarello indiano; uma viella solitaria como arrabalde de povoa sertaneja; mais ao fundo uma ponte, e ao topo os cunhaes meio derrocados do Conde de Soure.

....

Em summa: tudo no Bairro alto mostrava e mostra uma certa independencia rebelde; em tudo porém se vai observando a transformação muito lenta e muito gradual da colmeia humana, a metamorphose pautada dos antigos usos e costumes, a pégáda inevitavel dos annos que chegam, a innovação constante das ideias a resaltar na pedra, o colorido

das ultimas reformações politicas a illuminar os recantos domesticos.

Ora o movimento, que se dá necessariamente pela Cidade inteira, tem muito mais relevo, mais interesse, mais intensidade, no Bairro alto, por isso mesmo que n'aquelle recinto se congregam, se condensam, se apertam, inconfundiveis e homogéneas, as memorias estremes do tempo que lá vai!

*

Durará sempre uma tal autonomia? durará muito ainda? não; decerto que não. Tudo tende a arrancar ao dominio dos Andrades a sua physionomia.

Dentro em pouco hão-de rasgal-o de sul a norte os *americanos* do Rato e Campo-lide; algumas ruas hão-de alargar-se necessariamente; observo uma tendencia na industria a retalho para ir occupando as cercanias da Patriarchal; essa tendencia ha-de sentir-se no Bairro cada vez mais.

E não é só por aquellas immediações; é geral, é progressiva, a descentralisação espontanea dos commercios; morreram os arruamentos, como odiosos privilegios que eram; os mercados e lojas inundam os quatro pontos cardeaes.

X

Da propensão expansiva de Lisboa em dias d'el-Rei D. João V, já fala com satisfação D. Antonio Caetano de Sousa; e diz:

«A Cidade de Lisboa, que no seu tempo se ornou com diversos palacios de boa architectura, se estendeu em diversos braços de ruas, inteiramente edificadas de novo com fabricas vistosas por diversas partes, em larga distancia, de sorte que consideravelmente se tem ampliado, povoando-se continuadamente pela parte da Pampulha até Belem, do mosteiro de S. Bento até Campolide, unindo-se com a Cotovia, e pelo bairro de S. José e dos Anjos, Campo de Santa Clara, e outras partes, se vê toda cheia de edificios novos, que adornam a Cidade, que ainda o ficará mais com a obra dos aqueductos, que lhe conduzem a agua de um sitio acima de Bellas, que chamam Aguas-livres, distante mais de duas leguas da Cidade!» (1)

*

O terremoto de 1755, aquelle transe dolorosissimo por que passámos, trouxe como compensação melhoramentos consideraveis ao modo de ser da primeira povoação do Reino. Planta e prospecto da cidade pombalina, traçados pelo lapis do 1.º Architecto do Senado, Eugenio dos Santos de Carvalho, filho da escola de Mafra, revelaram, em relação ao estylo velho, altissimo progresso. Os successores d'elle, Carlos Mardel, Reynaldo Manuel dos Santos, e Manuel Caetano, não desmancharam.

Ratton, que assistiu ao desabar da Capital, e presenceou a metamorphose da Cidade velha na Cidade

---

(1) *Hist. gen. da C. R.*—T. VIII, pag. 260.

nova, diz que Lisboa antes da catastrophe se reduzia ao bairro de Alfama, ao do Castello, Moiraria, Rua Nova, Rocio, Bairro-alto, Mocambo, Andaluz, Anjos, e Remolares; e exclama com visivel enthusiasmo em 1813:

«Toda a mais extensão, que hoje se acha convertida em cidade, como Campo de Santa Clara e suas visinhanças, Campo de Sant'Anna, Salitre, Cotovia de baixo e de cima, Boa-morte e Alcantara, apenas tinham algumas casas, aqui e acolá, á borda de caminhos que atravessavam por terras cultivadas. E qual era a edificação da Cidade, e qual depois se tornou, pode julgar-se pela comparação de Alfama, Mocambo, Bairro-alto, e Moiraria, que escaparam ao terremoto, com a nova Cidade que se reedificou sobre as ruinas da antiga.» (1)

*

N'uma das suas *Eglogas* (é a 6.ª), canta Domingos dos Reis Quita a seguinte descripção da arruinada Ulyssêa, e as esperanças de a ver em breve renascida:

Por ir a ver os montes arruinados
a que chamam cidade de Lisboa,
um dia me ausentei dos nossos prados.
O quanto ver estrago tal magôa,
caro Dorindo, bem não sei dizer-te.
Qual a planta ficou que o raio ardente
em cinza a verde rama lhe converte.

---

(1) *Recordações* — pag. 293.

Ah! Dorindo! vi coisas portentosas!
maravilhas soberbas e espantosas
entre as ruinas ainda representa.
Aqui, nas fraldas de um despenhadeiro,
um pedaço de um arco se sustenta
em columnas mais altas que um sobreiro.
Ali, para outra parte, mais espanta
uma torre de um templo destroçado,
que aberta e estalada se levanta,
como aquelle distante e alto monte,
que nas nuvens esconde a verde fronte.
Ali sobre uma fonte collocado
um Apollo se vê de jaspe duro
com a lyra na mão, mais bem lavrado,
que os que Montano faz de cedro puro.
....
Ah pastor, tu verás em breves dias
Lisboa renascer de cinzas frias.

*

Que diria o Theatino, que diriam aquelles architectos, que diria Ratton, que diria Quita, se vissem até onde bracejam agora as serventias urbanas! se presenceassem o movimento crescente das praças, a commodidade interior das habitações, o bem combinado da densa rede ferroviaria electrica e de vapor, o luxo interior das habitações, o esplendor dos monumentos, a amenidade riquissima dos improvisados jardins municipaes!

Oh! é que isto foi sempre, e ha-de continuar a sel-o, façam o que façam, uma das cidades mais encantadoras do mundo, e uma verdadeira fascinadora de forasteiros.

— «Quem não viu Lisboa, não viu coisa boa» —

lhes respondemos nós, convencidos do que valemos.



Em 1826 exclamava um escritor inglez:

«Parece-me extraordinario que alguem, ao contemplar a majestade do Tejo desde as janellas da hospedaria de Reeve, se não sinta enthusiasmado com a grandeza de tal scenario.» (1)

E outro, vinte annos andados, desabafa o seu enthusiasmo, ao chegar ao montículo de Nossa Senhora da Atalaya, e ao avistar as sete collinas a sorrirem-lhe no horizonte; e brada:

«Lindissima se apresenta a esplendida cidade; dir-se-hia uma pinha de palacios de marmore erguida sobre o nivel do glorioso Tejo. Para dissipar tal illusão é mistér approximarmo-nos muito de perto.» (2)



Continuando ella a crescer, como cresce, em área, em luxo, em civilisação, maiores serão, de anno para anno, os encómios dos incontentaveis visitan-

---

(1) *It appears to me extraordinary how any cne could contemplate the majesty of the Tagus, as seen from Reeve's Hotel, and not be struck with the grandeur of the scene.*

Shetches of Portuguese life by A. P. D. G. — 1826 — pag. 90.

(2) *Beautiful lookes the fair city, as of marble palaces rising over the edge of that glorious river! and it is only on a very close acquaintance that the illusion is dispelled.*

T. M. Hughes, Esq. — *Revelations of Portugal... at the close of 1846* — T. II, pag. 287.

tes; ainda havemos de ouvil-os pregoar as grandezas da Lisboa modernissima; e, embora se lhe oblitérem algumas das suas feições mais pronunciadamente comarcans, o seu caracter nacional deve manter-se sempre, que esse não se adultéra assim.

O que é certo é que ha ainda muito que fazer para levantar a Cidade do estado anachronico em que se encontra em relação com os primeiros centros europeus e americanos; ha muito que fazer, mas tem-se já conseguido muito, e d'aqui a tres seculos tudo ha-de estar feito, espero.

XI

Lisboa tendia, ha uns trinta annos, a caminhar vagarosamente para o lado da barra. Agora não tem fito certo: expande-se em todas as direcções, e essa expansão dá na vista, e faz pensar.

D'onde provém? provém do seguinte, me parece:

Até agora era só Lisboa; agora é Lisboa e as provincias. Com os caminhos de ferro em todo o Reino, affluem por anno muitos milhares de provincianos abastados, que veem fixar entre nós residencia, attrahidos pelo fascinante esplendor de uma povoação como esta. O capital, quasi sempre timido, cauteloso, perdeu o medo á edificação predial; e, mal se rompe uma avenida, entra a comprar talhões, e orla-a de casas para commercio. Lucra a Cidade, e lucra o Municipio. Enganar-se-ha o capital? provirá d'ahi uma crise? esperemos que não. Xabregas e o Lumiar, Bemfica e Algés, hão-de vir

breve a ser (se o não são já) cercanias do Terreiro do Paço. As communicações faceis e amiudadas, sem as quaes não ha fraternisação entre os bairros, hão-de perfazer as mais inverosimeis juncções.

Aos terrenos de *Buenos-ayres*, ás terras do *Desembargador* na *Cova da Moira*, aos quintalões da *Triste-feia*, ás quintas de *Alcantara*, ha-de succeder o que já succedeu á quinta Real do *Calvario*, á da *Bemposta*, ao casal do *Rolão*, dos Marquezes de Sabugosa, ás terras de *Arroyos*, ás do *Arco do Cego*, ás da *Cruz do taboado*, e succedêra á herdade de João de Altero: tudo isso ha-de cobrir-se de um vasto lençol de casaria lindissima, seguindo os riscos mais graciosos e mais apropriados ao nosso viver e ao nosso clima, riscos que parece vamos agora começando talvez a querer aprender, mas a custo; a maior parte dos predios novos são de uma chateza presumpçosa, que arripia!

*

Do Grillo a Pedroiços, a Cascaes, ha-de orlar a beira do Tejo um aterro cortado de docas e pequenos canaes, povoado de estabelecimentos de todo o genero, sombreado de alamedas, e variegado de praças ajardinadas. Por essa linha horizontal, que não ha-de roubar-nos a vista do Tejo, ha-de correr o tráfego mercantil em ponto grande, hão-de seguir os vehiculos mais commodos e elegantes; já se vê que não falo nos nossos melhores *coupés*, nem nos nossos melhores *americanos;* tudo isso ha-de chegar a parecer antediluviano; refiro-me a uma inva-

são de carros commodos e baratos, como já são os *electricos*, e graciosos e artisticos, como não são os quezilentos *auto-móveis*.

*

A agua, em chafarizes, em fontes monumentaes, em marcos fontenarios, em lindissimos tanques, ha-de regar, animar, refrigerar Lisboa. As lymphas do Alviella, que el-Rei D. Duarte doara a seu sobrinho o Conde de Ourem (1), pertencem hoje a todos nós; foram introduzidas no canal da Companhia a 4 de Setembro de 1880; chegaram ao reservatorio dos Barbadinhos a 19, e foram inauguradas officialmente a 3 de Outubro. (2)

*

Ao longo das largas ruas, regadas a miude, abrir-se-hão arcadas monumentaes, abrigos para a calma e para a chuva.

*

A casaria moderna, os novos *hoteis* sumptuosos, de um gosto eclectico, fundido sabiamente de elementos muito nacionaes, hão-de emmoldurar as longas avenidas. O gosto não se deve, quanto a mim, impôr á força; parece-me até que as Camaras não teem talvez direito para isso; obrigar de antemão

---

(1) *Hist. gen. da C. R.* — Provas — T. V, pag. 570.

(2) Miguel Paes — *Melhoramentos de Lisboa* — T. I, pag. 191.

a taes ou taes riscos é attentar contra a liberdade artistica de cada um. O proprietario deve poder edificar *onde* e *como* quizer, assim como o pode *quando* quizer. Isto, claro está, *servatis servandis,* e sujeitando-se cada qual ás normas da hygiene e do senso-commum. A's Camaras o que pertence é ensinar indirectamente o bom gosto, fomental-o, espalhal-o, animal-o; isso sim. Para tal fim servem tambem os lyceus, os institutos industriaes, as academias de bellas-artes, a propaganda das bibliothecas populares, as publicações graphicas accessiveis aos pobres. Essas revoluções assim é que se perfazem. O seu melhor auxiliar é a palavra do homem de lettras technico; oiçam-n-o. A auctoridade consegue menos quando impõe e ordena, quando, de Codigo na mão, obriga o particular a seguir tal ou tal caminho (embora util), do que quando convence pelo exemplo, e arrasta pela sympathia; esse é que é o segredo da boa administração.

*

As largas vias que se projectam, a Avenida da Liberdade, e outras, cortarão, como raios de uma grande estrella, os arrabaldes em todas as direcções; serão as leiras da civilisação nova; servirão as variadas exigencias do movimento sempre crescente do Publico, dotando a Capital do Reino com majestosas entradas cheias de arvoredo, galerias, theatros, estatuas, e jardins.

A Academia das Bellas Artes terá emfim um palacio; a Bibliotheca Nacional, outro; dois solares

não indignos de uma Capital, dois templos condignos das Artes e das Lettras.

*

As Camaras hão-de empenhar-se em promover o estabelecimento de casinos populares, onde o operario se civilise, se deleite, e aprenda. Tem-n-os a Allemanha; por que os não teremos nós?

Um vintem ou dois por semana, com que entrasse cada operario, para um cofre conscienciosamente administrado, eis ahi o nucleo de um *monte-pio* artistico. Alugar-se-hia um terreno ajardinado, levantar-se-hia a uma banda um palco, onde orchestras formadas por elles tocariam nas tardes dos dias santificados, dando-lhes o goso de ouvirem as suas guitarras nacionaes, as suas arias portuguezas, e o melhor das musicas estrangeiras. Bancos e cadeiras na enorme platéa d'este theatrinho modesto reuniriam o Publico, a conversar, a escutar, a tomar cerveja e refrescos baratos, a conviver e a aprender maneiras. As creanças a correr e a chilrear completariam o quadro. Seria o modo de as entreter, entretendo ao mesmo tempo os paes e mães, afastando-os da taberna immunda, e da inqualificavel barbaría das toiradas.

Dizem que essa barbaria é *nacional;* será; tanto peor; forcejemos por que deixe de o ser.

«Nacional!» e a musica não o é tambem?

O que os *montes-pios* são para a saude do corpo, sel-o-hiam para a saude da alma estas *coopera-*

tivas musicaes da convivencia democratica e popular. (1)

*

Os passeios publicos, e o grande parque projectado, serão hortos botanicos, e museus a um tempo, centros de reunião, prazo-dado de concertos e coros ao ar livre, gymnasios da mocidade das escolas, e até galerias e bibliothecas populares dos ociosos. E depois, ha-de comprehender-se emfim, que um Passeio publico, tal como deve ser, e ha-de ser, o novo parque, tem de se constituir um refugio para quem não possa sahir de Lisboa, um descanço bucolico para os espiritos exhaustos de tanto Chiado e tanta rua do Oiro, um poemeto com alguma pagina recolhida e scismadora, para os devaneios sem fito das horas tristes. A tristeza melhora; dêem-lhe alimento.

Aqui abrir-se-hão umas alamedas de cyprestal, tortuosas, indefinidas, com umas perspectivas vagas e grandes; inscripções tiradas dos nossos melhores poetas serão a linguagem muda da pequenina selva

(1) Quanto a essas abominaveis toiradas, cujo gosto arrasta, por falso pondonor, tanta gente boa, haveria muito que dizer. Ser divertimento *nacional* não é argumento que possa colher em seu favor. Os gladiadores tambem o foram, e ninguem se atreveria a resuscitar tal monstruosidade. Os torneios tambem o foram, e não deixaram saudades. Por que hão-de pois as toiradas, tão estupidas como os torneios, quasi tão barbaras como os gladiadores, invocar ainda essa sombra de motivo? Substituamos-lhes coisa que levante a alma do Povo, e lh'a encaminhe. Que melhor auxiliar que a civilisadora universal, a Musica?

improvisada; e em alguma harpa eolia pendurada na ramagem cantarão os genios do ar as suas longas endeixas argentinas.

Acolá, sobre um montículo, surgirá um sacello classico á maneira do templo de Canova, rodeado de pinheiros de Italia; será uma exposição permanente de quadros e esculpturas nacionaes.

Mais além, d'entre um massiço de murtas e salgueiros, avultará coberto de heras um gracioso mausoléo gothico a modo de capella; será uma livraria de recreio e instrucção.

Ver-se-hão, não raro, esses recintos habitados nas horas mortas do dia, tornadas assim horas vivas do maior proveito.

E entretanto, em volta d'este silencio inspirativo, lá mais por longe, nas outras clareiras do bosque, pela margem dos lagos, e junto aos coretos das orchestras, os kiosques e os cafés hão-de attrahir os alegres, os indifferentes, os que vão para serem vistos, os que dançam a uma réstea do sol da vida, a turba-multa das mundanas elegancias, a sociedade que se crê no direito insolente de ser feliz com ruido, com estrépito, com ostentação. Ha logar para todos; deixal-os folgar!

*

Os Governos, os particulares opulentos, e as Vereações, hão-de porfiar em não deixar jazer no ocio os talentos distinctos.

Vasco da Gama e o Infante D. Henrique, Affonso Henriques, João das Regras, D. João I, e quantos

mais, serão assumptos em que se aproveitem os cinzeis arrojados dos Bastos, dos Simões de Almeida, dos Soares dos Reis, e dos Albertos Nunes, nobilitando-se as praças e as rotundas com figuras que todos entendam, que todos approvem, que todos louvem.

Obriguem o marmore a bradar, a incitar nobremente a mocidade; não o prostituam em miserias. Onde ha maior eloquencia, que a da estatua? respeitem essa eloquencia.

Bem a comprehendeu Sua Majestade o Imperador Guilherme II da Allemanha, doando a Berlim, do seu bolsinho, uma longa serie de monumentos significativos, enfileirados n'uma vasta avenida; e Castilho, nas notas do seu drama *Camões*, alvitrou pela primeira vez entre nós a collocação de bustos de homens celebres da Politica, das Lettras, das Artes, nos nossos passeios publicos.

*

A' sombra de numerosos plátanos, laranjeiras, e acácias, bancos e cadeiras deterão os viandantes em frente dos nossos mais lindos pontos de vista, que tanto falam, que tanto dizem á imaginação, como quadros que são de um grandissimo Autor. A Camara ha-de empenhar-se em não deixar que os politicos continuem a entupir com edificações esses miradoiros naturaes.

Nas noites de verão serenatas de gondolas illuminadas sulcarão o Tejo, a que tão pouco apreço temos dado.

*

Um bem apercebido porto maritimo, com todas as commodidades do tráfego naval, ha-de attrahir á nossa barra os navios de longo curso, como a uma *caravançara* das cabildas marinheiras dos mares austraes e boreaes, acabando então o dito insolente dos nautas inglezes, que preferem fogo a bordo ás arribadas ao Tejo.

*

Com a viação accelerada em toda a Europa, com a rede de ferro-vias e vapores intelligentemente combinada, ficaremos a dois passos de S. Petersburgo, e de Washington; e (o que mais que tudo nos interessa) o abraço fraternal da nova Hepanha, independente e autónoma, sempre cavalleirosa e grande, e em tudo nossa irman, duplicará n'esta Monarchia, autónoma e independentissima, o nosso brio, o nosso fervor no trabalho, a nossa esperança no futuro, a nossa confiança no que valemos.

XII

Sim; tudo isso assim será; mas o que é certissimo é que nunca devemos perder a nossa personalidade.

«Uma grande Cidade historica — diz muito bem certo escriptor norte-americano — é uma entidade *psychica,* e *physica* ao mesmo tempo; e tanto se

lhe determina a individualidade por uma feição, como pela outra. (1)»

Assim pois, obliterar levianamente os modos psychicos de ser de uma cidade é attentar contra ella, e abastardal-a.

Lisboa pode muito para o seu progresso e melhoramento; mas, faça o que fizer para se aprimorar, deve teimar sempre na sua feição *pessoal* entre as capitaes européas; preservar da destruição os restos das suas muralhas antigas; prohibir a vandalos a restauração das egrejas monumentaes; conservar qualquer especimen que ainda reste de janellas e portas ogivaes ou manuelinas; olhar ciosamente para o seu manto de seculos, que lhe estão escortinhando e esfarrapando dia a dia, e enchendo de remendos anachronicos; aperfeiçoar-se, certamente, mas nunca deixar confundir a sua feição peculiar.

*

Ahi surge um problema difficil, que os architectos municipaes devem resolver: qual é essa feição?

Teem alguns applicados ultimamente versado o ponto: o que é propriamente a casa portugueza? em que consiste?

---

(1) «*A great and historic city is a psychical as well as a physical entity, and the former fact is as real as the latter in determining its individuality.*»

Por essas palavras começa um artigo, sem assignatura, sobre o livro *Boston,* de William Dean Howells, no n.º 2 do vol. IX do jornal americano de Boston *The New England Magasine* de Outubro de 1893.

XIII

No jornal *O Occidente* de 5 e 15 de Maio de 1896 um bom amigo meu, o snr. General Henrique das Neves, espirito sagaz e eminentemente synthetico, principiou a colligir apontamentos, que determinassem o verdadeiro typo, se o houvesse, da *casa portugueza*. (1)

Desenhou e analysou varios exemplares velhos por elle proprio vistos no Porto, em Vizeu, em Coimbra, em Carnide, em S. Pedro do Sul, em Ceia, em Panoias, etc.

A maior parte d'esses estudos referem-se a casas de provincia; e, salvo melhor juizo, parece-me ter sido o snr. Henrique das Neves quem primeiro chamou a attenção dos entendidos para assumpto de tamanho interesse.

N'este livro não tratamos da casa propriamente rural, mas só da urbana.

*

A campestre, dos habitantes das villas ou das serras, nobres e camponezes, com os seus especiaes commodos domesticos, e as suas dependencias exigidas pelo trato da lavoira, fica excluida agora d'este estudo.

---

(1) Na nota 1.ª á sua Noticia descriptiva e critico-historica sobre *A cava de Viriato* (1893) já o mesmo snr. General Neves principiou a tratar o assumpto *casa portugueza*.

Na urbana, ha o predio do abastado, e o do proletario.

A casa nobre seiscentista (ou ainda quinhentista), toda portugueza, não seria traçada por Brammante ou Miguel Angelo; mas, no seu tanto, possuia um *quid* muito nosso, que nos agradava, e dizia com o nosso viver. Ainda conheci no Bairro-alto exemplares intactos d'esses predios; ainda os conheço na Graça, em S. Vicente, em Santa Clara. Tinham vastidão, salas de tecto de cupula, hombreiras grossas, grossas paredes, portas de madeira do Brasil, azulejos encantadores, sacadas largas, escadas de pedra de optimo declivio. O que ali estava tinha sido pensado, adaptado ao clima quente, e ao modo de vida das familias.

D'esses predios fidalgos, ou afidalgados, peculiares da Cidade, os que ainda restam deveriam conservar-se, estudar-se, imitar-se, porque (me parece) teem condições de estabilidade, amplitude, nobreza; o predio pobre deve transformar-se.

Transportar para as nossas avenidas a casa campestre minhota ou beirôa, com a sua escada exterior, o seu terraço coberto, o seu telhado amplo, o seu pateo, seria (julgo eu) mentir á logica, tão preconisada e procurada por Viollet-le-Duc e outros mestres. Inçal-as de *chalets* de telha franceza, ou circumdar praças monumentaes com casarões de commercio, sem graça, sem elegancia, verdadeiras commodas com muitissimos gavetões para enfardelar familias... é horrivel.

XIV

Faltam-me de todo, infelizmente, os conhecimentos technicos para profundar devidamente estas materias, por forma que o meu escrever adquira auctoridade. O que digo, tirado da reflexão, inspirado por algumas leituras, offereço-o timidamente á consideração dos entendidos, que hão-de acceitar, ou refutar, o meu sincero arrazoado de profano.

De mais a mais, fluctuam as opiniões sobre taes assumptos, e só o conselho dos sabios, unido ao dos leigos (como eu) pode atinar com a verdade relativa; com a *relativa,* porque a absoluta pertence a Deus.

Direi o que souber.

*

Transformam-se as grandes cidades mais depressa do que julgamos. O que é difficillimo, se não impossivel, é assignalar as suturas da transição. Tomemos, por exemplo, a casa e o teor de vida do seculo xv, e comparemol-os com os de hoje; são radicaes as differenças; mas quando começaram? até que ponto progrediram em tal ou tal prazo? por que motivo se modificaram? quem as modificou? vieram de fora as influencias, ou obedeceram a causas internas? Eis ahi o busillis.

Nada mais rotineiro que o mestre de obras; edifica segundo edificaram seus mestres e seus predecessores; nada vê além d'isso. O architecto de genio, que antevê caminhos novos, fórmulas novas,

que faz da habitação o invólucro necessario do viver de taes ou taes classes, que rompe com as tradições absurdas e anachronicas, esse carece de muito saber e de grande audacia; e, em quanto o terreno intellectual se lhe não vai inconscientemente preparando, é quasi sempre esmagado pelo ramerrão.

Nossos avoengos do seculo XV, e dos anteriores, os burguezes, viviam em casas pequenas. As proprias moradas nobres, os proprios paços dos magnates, eram de um acanhamento que nos maravilha. Se na provincia o antigo castello, em cuja torre habitava o Alcaide mór, era vasto nas suas dependencias militares, essa torre, essa habitação era mesquinha, e reduzia-se a poucas divisões, e a poucos andares, porque cada uma d'essas divisões servia para varios destinos ao mesmo tempo: era a camara de dormir, com o leito ao lado, era a sala de receber, com os seus catres ogivaes junto ao fogão, era a sala da mesa, e era o miradoiro que espreitava a campanha pelas suas estreitas janellas de ajimez. Na cidade, mais ou menos, seria o mesmo.

Lisboa foi seculos um agglomerado compacto de população, a quem muito convinha viver protegida nas muralhas guerreiras. A cidade phenicia, a *Alisubo* dos primitivos povoadores, a *Lissibona* dos Moiros, assim se contiveram no recinto abaluartado do cume do improvisado castello.

Essa *Aschbounah* extravasou, e alastrou-se por toda Alfama, cingindo-se de nova defensa de muralha e torres. Duzentos mil e quinhentos habitantes conta Arnulfo dentro nos muros em 1147!

Como a população crescesse pelo commercio e pela estada da Côrte, já no tempo d'el-Rei D. Pedro, já no d'el-Rei D. Affonso IV, já no d'el-Rei D. Diniz, rebentou a casaria para os suburbios. Veiu contel-a a nova cêrca fernandina (1373-1375). Não lhe bastou essa área, e Lisboa continuou a expandir-se.

Ora, quando a área recrescia, o terreno havia de embaratecer talvez, e os predios tomariam feição mais ancha e commoda. A nova casa do Rocio, ou do Bairro do Almirante, havia de ser diversa da de Penosinhos ou da de S. Pedro de Alfama.

*

Não sei quando começasse cá o aforamento do *chão*, que era (como o leitor sabe) uma medida agrimensória da Cidade, de 60 palmos de comprido e 30 de largo; mas a mesquinhez d'ella mostra, me parece, a tendencia do terreno a valorisar-se. Como a vida cidadan era restricta, e facil de satisfazer, cada edificador contentava-se com suas poucas braças de fundo e de frente. A casa de duas janellas, e até de uma (haja vista a *flauta* de Bocage), perpetuou-se; ainda existe; é velha; é certamente pura Edade-média.

Talvez pela carestia do solo, e talvez pela incuria desallumiada do mestre de obras, nunca tivemos o pateo interior, que distribue luz e ar. Na Hespanha meriodional o Moiro deixou até hoje, como precioso legado, esse pateo, que talvez proviesse indirectamente do *atrium* da casa romana. A casa ro-

mana, sem expansão sobre a rua publica, desenvolvia-se em volta d'esse largo recinto interior, á maneira do claustro em arcos da colmeia monachal. Nós cá, repito, nunca tivemos isso, a não ser como excepção e exhibição; e é singular que a influencia do convento não introduzisse um tal melhoramento na habitação urbana; nova prova inductiva, imagino eu, da carestia dos chãos.

*

Quem percorresse a primitiva Alfama, e as viellas da Alcáçova antes do terremoto, e quem as percorrer hoje, espreitando para dentro de algum quintalinho, penetrando a furto, e dando o desconto ao que desappareceu e ao que se transformou, poucas, pouquissimas, casas grandes toparia, e topará, porque o viver dos Nobres era muito resumido, e accommodava-se em pouco. O *palacio* por ali é seiscentista quando muito.

Bem mais resumida devia pois ser a habitação burgueza do funccionario, do mercador, do mecanico limpo, do pelejador de Africa e Asia. A forçada economia do espaço comprehendido dentro nas fortificações impunha a mesquinhez do traçado.

O predio, assim apertado pela agglomeração de outros, e comprimido entre as empenas visinhas, repuxou para o alto, e produziu muitos andares, depois de ter motivado, aqui, ali, os resaltos e os arcos.

XV

Quem passear de lapis na mão, e com olhos de ver, observará que n'este nosso Bairro-alto, mais moderno e progressivo que as primitivas divisões urbanas, o palacio e o palacete differem radicalmente do predio burguez de aluguer; e notará mais: a casa modesta de Alfama differe immenso da sua congénere do Bairro-alto; prova, talvez, de que no seculo XVII, ao edificar-se a maioria d'estas ruas novas e alindadas, houve pensamento de rasgada melhoria, e se reformaram em geral os planos até então usados. É sabido quanto os Jesuitas eram peritos na architectura civil e militar; quero pois ver n'aquillo a sua influencia, a sua persuasão, os seus conselhos, conselhos de quem viajára, de quem sabia ver, de quem se habituára a encaminhar para o bem.

As frentes do Bairro-alto em poucos sitios se apresentam ainda em bico; as aguas dos telhados não dão já para as bandas, como d'antes. *La vieille maison s'est retournée* — escreve Victor Hugo algures na *Notre Dame de Paris*.

Recommendo a quem quizer pesquizar estes pontos, dois preciosos especimens da casa velha na rua do Bemformoso á Moiraria, e ainda na rua da Atalaya, ao Bairro-alto.

*

Com pequena frente e pouco fundo, como acabamos de ver são em geral as casas de rendas modi-

cas nas ruas do Bairro-alto, é mais que difficil (e muito mais o era antigamente) edificar habitação commoda e salubre. A familia resumida e pouco abastada que tem de habitar um andar de taes predios, é pouco exigente, mas abafa e definha.

Vejamos:

O typo mais usual, talvez, apresenta o seguinte:

1.º — Frente de um *chão*.

2.º — Elevação de tres ou quatro andares.

3.º — Nenhum vestigio de andares de resalto.

4.º — Entrada á direita (ou á esquerda, mas não ao centro) da frontaria.

5.º — A porta da rua dá ingresso a um *prothyrum* escuro, ou loja comprida, muita vez terrea, ou empedrada.

6.º — A' direita d'esta loja, lá ao fim, começa a escada parallela com ella, isto é, retrocedendo em linha recta em direcção á rua.

7.º — Divisões de tabique, e necessariamente pequenas; a saber: uma saleta servindo de sala, alcovas abrindo sobre ella com portas de vidros; e atraz casa de jantar e cozinha, allumiadas por janellas sobre o saguão ou quintalinho. A cozinha tem muita vez porta sobre o patamar da escada, ao principiar o lanço do andar superior.

E disse.

Quando o proprietario dispunha de dois *chãos* contíguos, a planta da casa duplicava, ficando a escada ao meio, como serventia commum. A escada era a linha de sutura entre as duas metades.



Resta-me accrescentar, com pena, que n'estas casas modestas, de aluguer relativamente barato, o ar penetrava muito a custo, até mesmo depois de arrancadas as adufas. A sala de entrada servia de casa de lavor, de gyneceu, de recepção, de tudo; e a cozinha, pouco afastada, repassava a habitação com os fumos do alimento.

Mas ainda havia peor.

Sim; e se me permittissem em Publico certas liberdades de estylo um tanto realistas, diria: as casas em geral resentiam-se do pouco alinho e asseio das calçadas, que eram immundas. As escadas tinham tambem uns effluvios especiaes, que ninguem saberia descrever, senão o grande Balzac, anatomista dos costumes, habituado a applicar na sua chimica os mais poderosos agentes e reagentes da observação. Eu por mim só affirmo, que o signal da passagem dos felinos (embora bichinhos muito graciosos e amaveis), e os vestigios claros (como direi eu isto?) da sua tendencia para irrigações suspeitas, se denunciava cruelmente no frémito da nossa offendida pituitaria. Por muito preoccupados que entrassemos em qualquer escada, por muito alheios a este mundo, por muito enlevados em pensamentos delicados, haviamos por força de pensar nas proezas de Rominagrobis, e outros bichanos mais verdadeiros que os de Lafontaine.

Isso era um dos lamentaveis caracteristicos da Lisboa velha; e ainda o é em certos bairros. Entenda-me quem podér; disse pouco, mas disse tal-

vez de mais; censure-me quem quizer pela liberdade que tomo.

Consolemo-nos com uma coisa: em París, na grande París, na cidade elegante que tomamos sempre por norma... foi o mesmo.

Já lá em cima toquei o ponto ao falar de certa Marqueza parisiense...

— *Oh! que toute cette mauvaise odeur sent bon pour moi! elle me parle de ma jeunesse...*

Um Padre, habitante de Alqueidão da Serra, dizia-me ha annos:

— Não posso aqui estar; isto não cheira bem; tenho saudades da aragem purissima da Serra d'Ayre.

Eu, que habitava a minha Lisboa, não o percebi; hoje, que ha tantos annos habito no campo... entendo-o á légua.

*

A proposito: ha nos usos lisbonenses uma coisa que difficilmente se explica: d'onde provém esta mania semestral das mudanças? o que obriga tantas e tantas familias á faina da peregrinação com os trastes ás costas? Pois a população não acerta a final com a residencia que lhe convem? Admitte-se a mudança por morte do chefe da familia, por transtornos domesticos, por conveniencia de logar, e por outras causas; são casos *esporádicos*. Mas este reboliço *epidémico* de Junho e Dezembro, esta geral contradança periódica tornada perenne, não a sei motivar, senão pelo descontentamento que as poisadas influem nos habitantes. O desconchego não os anima á permanencia. Melhorem-se os lares, tor-

nem-se hygienicos, tornem-se baratos, e cessará o mal-estar.

XVI

Se depois d'esta excursão em pequeninos predios, que a vetustez tornou baiucas, nos remontarmos ao antigo palacio solar das familias fidalgas da primeira plana, a transição parecer-nos-ha brusca. Teremos grandes edificios com renques de salões enfiados, devassados uns pelos outros, hombreiras da Arrabida, gradarias singelas e fortes, azulejos bons, escadarias de pedra largas e desafogadas, mas em geral pouco das commodidades e confortos que as gerações ultimas teem aprendido com os estrangeiros. Aquella fila de salões dizia com a vida ostentosa e de apparato; o Nobre peninsular preferia a tudo a grandeza d'aquelles aposentos de muito pé-direito, embora quasi sempre desguarnecidos.

O apparecimento da escadaria monumental, considerada já peça architectonica vistosa, é talvez seiscentista. Até aos fins do seculo XVI a escada é inteiramente desprezada pelo architecto, que a deixa estreita, tortuosa, escura. Ha palacios quinhentistas (por exemplo o que foi do Marquez de Angeja, aqui no Lumiar) que teem por fora a indispensavel serventia da escada, serventia que em seculos anteriores era de caracol, e adjacente (o que não deixava de dar ás vezes motivos ornamentaes muito pittorescos); dir-se-hia um parafuso encostado á empena. Temos por ahi palacios e casas grandes, de muita antiguidade, com bellos salões lá no alto, mas esca-

das ignobeis; haja vista o dos Aboins, na rua do Arco do Marquez de Alegrete; a casa (que foi bem nobre) á Moeda, esquina oriental da Bica, onde se acha hoje a officina dos snrs. Pereiras Marinhos, etc. (1)

Cito como amostras de escadarias sumptuosas a do palacio da snr.ª Marqueza de Rio Maior, á Annunciada, a do antigo palacio Lumiares a S. Pedro de Alcantara, a que foi do palacio das Portas da Cruz, dos Telles de Mello, comprada por João Burnay, e levada para a sua quinta do Seixal; a bella escadaria (já tambem desapparecida) do palacio dos Senhores de Pancas, no largo de Arroyos; e sobre tudo a escadaria em varios lanços dos Monteiros móres (Castro Marim e Olhão), aos Paulistas, an-

---

(1) Tendo entrado muita vez nas officinas dos snrs. Marinhos, para encommendar a esses habeis artistas a reproducção phototypica de estampas de livros meus, nunca tinha tido occasião de visitar detidamente o predio. Examinei-o em 26 de Abril de 1904; e vi os restos de uma habitação grandiosa e muito nobre, quinhentista. A escada, como acima digo, é deploravel, e parece que o foi sempre; a residencia foi muito bella. Como o predio se encosta á montanha, tem pela retaguarda dois quintaes em socalco, certamente antigos jardins; e sobre elles, em angulo recto com a frontaria, uma face, que na altura do andar de cima, que foi o principal, ainda ostenta nove sacadas de grande cunho. As exigencias industriaes cortaram os vastos salões com tabiques impossiveis; mas ainda se percebe que ali houve uma certa unidade, e muito desafogo, que se completava com a formosa vista do Tejo, que primitivamente se espalmava a poucas braças de distancia. Não sei quem edificou o predio; mas que tem historia interessante, é certo; o peor é que a ignoro de todo; alguem que a possa averiguar, tem materia para bellas paginas.

tigo *Correio geral,* a qual julgo ser obra do seculo XVIII.

De pateos interiores, mas não propriamente claustros, houve bons exemplos no palacio que é hoje a Imprensa Nacional, no palacio dos Condes do Redondo, a Santa Martha, no palacio Murça, aos Mariannos, no dos Paes do Amaral, a S. Luiz Rei de França, no dos Cruzes Sobraes, ao Calhariz, no dos Condes de Valladares, ao Carmo, e no antigo palacete dos Machadinhos, antes de ser vandalicamente deturpado por um proprietario que o comprou, mas não entendeu o que comprava. De todos porém o mais bello, o mais harmonico, é o claustro interior do palacio dos Almadas (depois Condes de Carvalhaes) no largo do Conde Barão, bellissima amostra de edificio fidalgo do seculo XVI; deliciosa *renascença,* que é pena estar hoje emplastrada e obstruida como a vemos. Ali, segundo se percebe, existiu a construcção primitiva, de que resta a frente sobre o portão; depois o claustro; depois (talvez em dias d'el-Rei D. João V) reconstrucção parcial; e depois do terremoto nova alteração, nova disposição de salas, escadas, etc.... Sempre o mestre de obras a triumphar do antiquario!

XVII

Com o terremoto de 1755, que foi á bruta um civilisador (civilisador bem cruel e bem cego), pensou-se muito á séria no novo systema de edificar.

Houve (está-se a ver) um frémito de enthusiasmo

e ousadia. Carlos Mardel, Eugenio dos Santos de Carvalho, Reynaldo Manuel, e outros homens de talento, que muito auxiliaram as admiraveis previsões do grande Ministro, introduziram melhoramentos technicos de importancia; e o Publico adoptou-os. Com a florescencia de varios argentarios e negociantes nacionaes e estrangeiros, certos commodos da vida intima começaram em Lisboa.

Os Perys de Linde edificam, e bem. Ratton edifica, e dá o seu palacio como modelo em muita coisa. Os Machadinhos edificam, e lindamente. O Sarmento edifica. José Antonio Pereira edifica, e faz um caes de serviço ao seu palacio. Os Quintellas edificam como Principes. Os Cruzes hombreiam com elles. A Junqueira vê erguer-se uma renque de palacios e palacetes: o dos Pessanhas, o dos Sampayos, o chamado dos Patriarchas, o dos Ferreiras Pintos, e outros. Nas terras do Salitre os Braamcamps e outros proprietarios vão estabelecer os seus ninhos opulentos.

Mas, já antes de alguns d'esses nobilitadores da Capital, havia cá bellas amostras de edificação aristocratica.

Aponto o palacio dos Tavoras (depois Pombal, e hoje do Estado) no largo das Janellas verdes, onde está o Museu das Bellas Artes. Em cima salões e salões, escadaria ao meio, bem lançada, abrindo um lanço que se desdobra em dois; mas a passagem de um grupo de salas para o outro faz-se pelo alto patamar d'essa escada; de modo que para aposentos mais particulares e conchegados lá estava sobre o jardim a sobreloja.

Quasi o mesmo se pode dizer do palacio Castello Melhor na Avenida (hoje do snr. Marquez da Foz).

*

Salvo melhor juizo, e sem nunca desejar metter foice na seára alheia, figura-se-me o seguinte: construam-se em Lisboa os edificios nobres tomado por typo o nosso palacete urbano seiscentista; os edificios burguezes e de aluguer, tomado por typo (alterando-o e tornando-o mais elegante e leve) os desenhos pombalinos.

Os desenhos pombalinos já não são os primitivos, porque as complacencias do Senado, o crescer da população, e o espirito de ganancia dos proprietarios, adulteraram, mascararam, deturparam, os riscos de Reynaldo Manuel; mas (saiba o leitor) d'elles restava ha poucos annos um espécimen intacto: era o predio de dois andares, não mais, hoje accrescentado, onde se acha ha tanto tempo o Monte-pio geral. Os planos pombalinos estrémes teem de bom (quanto a mim) o serem portuguezes, o conservarem a linha sóbria, e o terem desterrado a antiga baiuca plebeia das viellas escuzas.

Essa architectura pombalina, fria mas commoda, será apenas um meio, ou será um fim? por outra: será transição para melhor? talvez; mas creio que devemos tomal-a como ponto de partida, e bordar sobre ella coisa mais graciosa.

O que se me figura, é que a misturada que se tem intromettido nas Avenidas novas é um chaos sem sabor e sem caracter nacional.

A seguir-se o estylo pombalino, aperfeiçôe-se; isto é: tire-se-lhe o que tem de secco e pesado; dêem-se-lhe sempre as proporções mais conformes ás regras; corôem-se as pilastras com entablamentos elegantes; tenham as janellas as mais acertadas medidas, e as frontarias relação muito pensada entre a altura e a extensão. Sirvam de escola aos mestres de obras os predios que se edificarem com licença, approvação, louvor, das Camaras; e sirvam de incentivo aos proprietarios. Oxalá se possam tomar um dia as egrejas, os edificios officiaes, e até as moradas particulares, como verdadeiros padrões de arte, e modelos consultaveis; e não vejàmos... o que vemos por ahi.

Direi mais: traçar para Lisboa as casas como se traçam em Paris, como as traçava o Barão Hausmann, parece-me menos acertado. Paris tem a sua cara, nós temos a nossa. Fazer de uma serie de predios um arremedo pobre do *boulevard des Italiens*, é abastardar o nosso espirito nacional. Sejamos sempre Portuguezes (no bom e no optimo sentido). Evora pode ainda, até certo ponto, dar-nos proveitosas lições no assumpto, porque é genuinamente portugueza.

*

Melhoramentos internos, adaptação de certos usos estrangeirados á vida intima portugueza, esses são bemvindos. Canalisações, muita agua, muito ar, são beneficios publicos. Bem os prégava aquelle sympathico ratão do Ratton, promptificando-se a mostrar, a quem o quizesse, certos... aperfeiçoamentos

que traçára e levara a effeito no seu palacio da rua *Formosa,* e me não atrevo a citar aqui. Os que lerem o livro bem me comprehenderão. São usos (como me ponderava alguem) trazidos a Portugal pela emigração de 28 a 34.

*

As gotteiras dos beiraes acabaram, e foi optimo; a agua da chuva recolhe-se, canalisa-se, utilisa-se, e corre a final nos canos de esgoto.

Nas flechas ou *ferros de lança,* vazios e historiados, obra de oleiro, com que se rematam as esquinas dos beiraes, ha o que quer que seja de indiano, que se tornou muito nosso, e não pode escapar á observação.

A trapeira será pombalina? creio que sim; pelo menos é um caracteristico d'esse estylo, com a sua linha á flor da parede, a sua symetria na prumada das janellas, o seu coruchéo, e os seus ferros de lança aos cantos. Conserve-se onde podér ser; remata a composição, e utilisa os sótãos.

XVIII

Quer o snr. Henrique das Neves, e creio que muito bem, se estude e accommode aos usos cidadãos a velha *varanda* portugueza, de que nos apresenta variados especimens, o terrado sobre columnas ou arcos, para resguardo no inverno, para regalado

abrigo no verão, e para goso do ar em todas as es tações.

Além d'isso (quanto a mim) todos os predios de uma avenida larga deveriam ter jardim á frente; e nas serventias menos anchas deveriam tel-os no alto, como já se fazem em Berlim; ou, quando menos, terraços ou *azotêas* para tomar o fresco. O Algarve entende isto muito bem; e Lisboa deve entendel-o não menos, desde que o nosso talentoso e brilhante architecto nacional, o snr. Luiz Caetano Pedro d'Avila, inaugurou um d'esses jardins suspensos no alto do predio n.º 138, 140, da Avenida da Liberdade. O effeito é lindo, e original.

Quando o terreno encarece de dia para dia, quando o jardim ou quintalão contiguo ao predio é um sonho cada vez menos realisavel, venham os terraços ajardinados refocillar-nos os pulmões.

Já em Março de 1843, na *Revista Universal Lisbonense,* advogava Castilho (Antonio Feliciano) a ideia da substituição dos telhados por amplos terraços de um asphalto que então se começava a fabricar em Lisboa; e exclama:

«Quem edificará, ou reedificará, casa, que, em vez de um telhado oppressor, dispendioso, captivo a perpetuos reparos, sem graça para a vista, e sem outro proveito para o dono, mais do que livral-o de soes e chuvas, não prefira um eirado, que, importando em menos, lhe servirá de jardim e passeio, de mirante e de estendal? A saude das mulheres, e o desenvolvimento das creanças, ganharão por ahi tresentos por cento, ao mesmo tempo que se hão de aperfeiçoar o asseio e a economia da vivenda.»

Ha quem duvide da possibilidade de se resguardarem e vedarem das infiltrações lentas esses terrados. Isso não é commigo; mas pergunto apenas: não tem Mafra ha cento e oitenta annos eirados admiraveis? não os tinha o convento de S. Francisco da Cidade, e tantos outros?

*

Se se achar isso pouco pratico, se se demonstrar que esse uso prejudica a final a segurança dos predios, se o asphalto, tão susceptivel de amollecer com o calor, não fôr substituido vantajosamente por betume, por tijolo, por lageas, se a experiencia mostrar que estas azotêas continuas, ajardinadas, florescentes, não se podem adoptar nas cidades grandes, introduza-se outro costume, que se me figura acceitavel: tenham as avenidas arcadas continuas, onde os transeuntes se abriguem da chuva e do sol. Possuiu-as a Lisboa velha em muita parte, e ainda as pôde legar ao seu Terreiro do Paço. Restaurem-se. São bellos motivos ornamentaes, que ligam a belleza á commodidade. Com isso não parodiamos a rua *de Rivoli*; usamos o que foi nosso, e da nossa gente.

XIX

E' preciso explicar uma coisa: conto no pessoal das Obras publicas homens do meu maior respeito, e até amigos. Muito bem; mas isso não me impede

notar que (em globo) esse pessoal, indiscutivelmente habil no seu officio, e em cujas fileiras avultam, como excepções honrosas, sabios e artistas, é, por indole e costume, avêsso a tudo quanto seja Arte, na mais nobre e immaterial accepção da palavra. O Bello parece a muitos funccionarios technicos uma especie de preconceito; preferem o util, nu e cru, ao *util* revestido da *forma*. A tradição nacional, aos olhos d'elles, a belleza architectonica, a linguagem quasi enternecida que falam os monumentos, nem todos as comprehendem; são nadas, proprios de almas ociosas, e filhos da phantasia extraviada dos poetas.

Prégarem-se-lhes, a esses taes, as verdades em todos os tons, verberar a voz poderosa de Herculano, de Garrett, de Castilho, e de outros, os desacatos commettidos nos castellos, nos mosteiros, nos templos, nos palacios, etc., é perfeitamente inutil.

Gritam e clamam os amigos do passado, vocifera a Real Associação dos Architectos e Archeólogos, ruge o Conselho geral dos monumentos, lamentam certos escriptores, em termos convictos e acres, isso que presenceamos a cada passo, e que tanto nos envergonha como Nação; e os dirigentes das Obras publicas, e os das Camaras Municipaes, e os das Irmandades, e os das Juntas de parochia, lá vão! lá seguem surdos o seu desastrado caminho! lá continuam deturpando, emplastrando, vilipendiando, demolindo, vendendo, sem que os commovam ou demovam os brados do jornal ou do livro.



Uma de duas: ou todos esses funccionarios sabem ler (como é provavel), ou não sabem.

Se sabem, devem ter lido as queixas amargas dos amantes do passado. Se não sabem, como se lhes consente que exerçam os seus cargos, e professem o *quero, posso, mando*, e *não faço caso?*

Se sabem ler (como firmemente creio) não teem direito de deixar de percorrer com os olhos as criticas de que são alvo tantos castellos arrazados, tantas muralhas historicas demolidas, tantas alfaias preciosas vendidas aos Hamburgers, tantos mosteiros arreados, tantas reformas impensadas, tantas pintalgações estupidas, tantos azulejos arrancados e sumidos, tantos restauros absurdos. Se não sabem ler (lamentavel inópia!) peçam a algum amigo instruido lhes conte o que dizem nacionaes e estrangeiros sobre a sua mania de deturpar e arrazar.

Se sabem ler (segundo julga toda a gente, e é verosimil), estudem como Bruxellas, Bruges, Nuremberg, toda a Allemanha, toda a Italia, toda a Inglaterra, conservam os seus monumentos e predios velhos. Se não sabem... tenham, como gente honrada que são, a hombridade de se demittir de cargos que não podem exercer.

Engenheiros, possuimol-os de primeira agua; quem o duvída? Ninguem melhor do que os engenheiros portuguezes conhece a technica da profissão; mas pergunto: bastará isso para um Paiz tradicional, que tem obrigação de respeitar a Arte? bastará isso para as edificações de uma Capital populosa,

nobre, antiga, e já tão frequentada como é Lisboa? Não creio; é preciso mais, e muito mais, do que as theorias da engenharia, que se aprendem nas escolas, e a pratica em fazer estradas, paredões, docas, e pontes.

*

Logo, convém, antes de mais, que o Ministro do Reino, chefe das Bellas-Artes, tutor dos Municipios, presidente das Academias de desenho, pintura, e architectura, superintendente dos Museus e das Escolas, e o Ministro das Obras publicas, chefe nato da Engenharia, funccionarios quasi sempre de talento, boa vontade, e saber, vigiem muito de perto o que se perpetra por todo o Reino em nome das Obras publicas, e em nome das Camaras, isto é, em nome do Ministro das Obras publicas e do Ministro do Reino.

*

E não só elles: os Ex.mos Bispos teem obrigação de manter illesas as tradições nobilissimas da architectura ecclesiastica, e impedir que as Juntas de parochia vendam e deitem fóra, por seu desallumiado alvedrio, quadros, alfaias, livros, documentos, registos, tapetes, e banalizem, com as suas restaurações insanas, o que ainda nos resta dos estylos vetustos de outras éras.

*

O Ministro do Reino é o chefe das Bellas-Artes; sim; mas as Bellas-Artes são a *Academia dos bone-*

cos; é o guia dos Municipios, sim; mas é bom não espantar a caça com exigencias, nem escandalisar os mandões de logarejo, visto que lá veem depois as revoadas de eleições, e é preciso contar com elles.

O Ministro das Obras publicas é o chefe da Engenharia; sim; mas para elle a Engenharia pouco deve curar do Bello, que pertence a outra repartição.

Os Prelados (geralmente, e com excepções honrosissimas, entre as quaes me occorrem agora o senhor Bispo de Coimbra, o senhor Bispo do Porto, o senhor Bispo de Beja) não julgam dever intervir n'estas materias; governam espiritualmente as suas ovelhas, mas pouco se lhes dá que um retabulo manuelino tenha columnas salomonicas, ou que um entablamento corinthio de mestre de obras domine uma frontaria romanica. Pois pensem na Arte, que é uma veneravel mãe; e oiçam o *Ecclesiastico* a dizer-lhes: *Non est tibi gloria ejus confusio.*

XX

Ao passo que os nucleos commerciaes do movimento de Lisboa se achegem á barra, se irmanem com o serviçalissimo Tejo, se expandam pelas terras lavradias do arredor, hão-de, por desventura, o Bairro-alto e suas immediações ir definhando á mingua de alimento? Não.

Aconteceu isso aos morros orientaes, aos povoadissimos sitios que foram o primeiro berço da Côrte

velha; passaram de serem Côrte a serem aldeia; de serem a séde e o fóco da Historia viva, a serem o museu da Historia morta; que o diga o recinto da primitiva Alcáçova; mas por que? porque até aqui Lisboa, com a população confinada a cada bairro, e sem communicações que os approximassem, Lisboa sem jardins e sem agua, não tinha a força expansiva que vai tendo. Bastava a deslocação de um centro nervoso qualquer, um mosteiro, uma universidade, um paço, para comprometter, quasi, a existencia do todo.

*

De ora avante não será assim. Ha-de irradiar a sua actividade, accrescida progressivamente; e, ao passo que ha-de fundar, como estamos presenceando, bairros novos desde o alicerce, ha-de renovar o succo vital dos bairros velhos. Esperemos em Deus! tenhamos animo! não descoroçoemos perante o referver prodigioso da velha Europa, e do novo mundo! Alguns Municipios já conseguem muito; mas não podem tudo; continuemos a ajudal-os; aprendamos o *self* dos Inglezes; o *self* faz milagres. Justifiquemos cada vez melhor as palavras do meu Mestre esculpidas no frontão do 1.º d'estes cinco volumes.

*

Gaste-se muito com a Arte; a Arte não é luxo; é pão intellectual e moral; é o sangue arterial de um Paiz; a Arte é a grande civilisadora; todo o segredo do progresso estavel reside ali.

Espalhem, a Camara e a Academia das Bellas-Artes, pequeninas *chromos*, accessiveis a todas as bolsas, com planos, córtes, e alçados de bonitos edificios, com os seus orçamentos reduzidos ao minimo, para inocular o gosto de edificações muito graciosas e muito nacionaes. E o Publico ha-de agradecer esses esforços, e entendel-os, e aproveital-os com toda a confiança. Promovam-se conferencias no assumpto, dominicaes, n'uma sala ou n'um passeio. E o Publico ha-de concorrer a ellas como a uma solemnidade.

*

E quando se entender geralmente a valia do Bello, como elemento creador do Bom, como despertador dos mais nobres sentimentos, como linguagem de um Deus, que é todo luz e todo amor, felizes nós! teremos chegado ao pincaro da verdadeira civilisação. Seremos cosmopolitas, mas seremos, antes de mais nada, Portuguezes; e contemplaremos, com enternecimento e ufania, a grande, a formosa Cidade dos Portuguezes, que ao longo das suas sete collinas tão bem sabe casar-se, na sua brancura rutilante, com o céo azul de Portugal!

FIM DO VOLUME V E ULTIMO DO BAIRRO-ALTO

NOTAS

Nota I — Pag. 28

Azulejo do Museu de Bellas Artes

No dia 11 de Janeiro de 1904, entrando na vasta loja, ou vestibulo, do palacio das Janellas Verdes, que outr'ora foi dos Marquezes de Pombal, e hoje pertence ao Estado, e onde se acham as galerias de Bellas-Artes, vi pela primeira vez, com grandissimo gosto e commoção, os celebres azulejos a que me referi em 1890, quando estudei certo palacio da parochia de Santiago; representam uma longa vista de Lisboa.

Haverá talvez uns vinte e tantos annos me disse o Marquez de Sousa Holstein, então Vice-Inspector da Academia, tel-os comprado por ordem do Governo, creio que por 700 mil reis, e tel-os mandado numerar e acondicionar devidamente em caixotes. Foi (segundo oiço) ha cerca de um anno, que este precioso e inapreciavel documento artistico se acha emplastrado a gesso sobre um muito extenso quadro de madeira, e á vista de quem o quer estudar.

Desejei ter esclarecimentos exactos ácerca de tão precioso quadro, pois desejava saber:

1.º — Quando (ao certo) os azulejos foram comprados pelo Marquez de Sousa;

2.º — A quem;

3.º — Por quanto;

4.º — Quando, a final, depois de tantas demoras, e por iniciativa de quem, foram collocados onde hoje estão.

Nada pude averiguar, por mais que forcejei. Limito-me portanto ás minhas incompletas apreciações.

Tudo quanto se possa encarecer de tal quadro é pouco·

Esperava muito, achei muitissimo. Enganára-se porém a pessoa que ha annos me deu informação dos ditos azulejos, e que no Tomo VII da Parte II da *Lisboa antiga* (pag. 126) não nomeei. Não ha cavalgada no primeiro plano do quadro; a Cidade apparece desafrontada em toda a sua extensão, e como que vista do Tejo. E' tudo um verdadeiro encanto, pela graça e exacção do desenho, pelas suas dimensões, que deixam estudar bem os edificios, pelas figurinhas que povoam a praia e as praças, por tudo, emfim, quanto concorre para tornar esta vastissima pagina ceramica um dos retratos mais fidedignos (se não o mais fidedigno) da nossa Lisboa. Quem, auxiliado de processos photographicos modernos, conseguisse reproduzir um tal *retrato*, prestaria alto serviço. A' Camara Municipal competiria isso, ou á Academia das Bellas Artes, se a caso os nossos Governos entendessem que despezas assim dão verdadeiro lucro a um Paiz.

Nota II — Pag. 55

A Quinta da Cotovia

No domingo 15 de Maio d'este anno 1904 deu-me o gosto da sua visita, no Lumiar, o meu velho amigo Conselheiro Venancio Deslandes; trazia-me uma interessante novidade, que desejo communicar aos leitores. A novidade era uma photographia, aqui reproduzida, que vem derramar nova luz sobre o edificio antigo da quinta da Cotovia.

Foi o caso, que as picaretas, empregadas na demolição do edificio actual da Imprensa Nacional, acabavam de achar dentro de uma parede mestra, ao sul, as arcarias entaipadas em alvenaria de um antigo portico de volta inteira. Parece ter havido dois arcos intervallados por uma columna. Esta columna, sem pedestal, é de ordem dorica, segundo nos mostra o capitel, quasi rigorosamente desenhado nos seus anneis e colaretes, e nos confirmam as proporções do fuste (8 diametros aproximadamente). A diminuição é insignificante, assim como o engrossamento. O ábaco é grande de mais, pois teve de corresponder á largura das pilastras; tudo des-

primores de mestre de obras, que um Vignola ou um Brammante reprovariam talvez. Esta columna sustenta a recahida



dos dois arcos redondos, que vão, como disse, assentar em pilastras lateraes.

Seria provavelmente a entrada nobre do edificio de Francisco Soares.

Este documento de pedra jogaria mal com o documento de azulejo copiado na pag. 55, se não dessemos o devido desconto á imperfeição do azulejador, e á mesquinhez das dimensões do seu desenho no quadro do Museu das Janellas Verdes. Por estes arcos agora apparecidos reconstruimos um predio nobre, influenciado em cheio pelo estylo classico. Ficaria por concluir, como é tão vulgar entre nós? concluir-se-hia, e viria abaixo pelo terremoto? Será o risco do azulejo inexacto? Tudo perguntas a que não pude responder.

....

Em 20 de Maio voltou Deslandes, trazendo-me outra photographia dos mesmos arcos tirada do lado opposto, isto é do lado do poente. Aqui a reproduzo. Vê-se a arcada, e atraz d'ella apparecem as ultimas casas da esquina da travessa do Pombal, e ao fundo as janellas da Escola Polytechnica. O chão d'esta nobre entrada era tapizado de azulejos verde-bronze e brancos em xadrez, orlados de uma cercadura verde bronze. Nada mais existia, que desse ideia da opulencia do antigo edificio; mas bastava isto para o caracterisar como nobre e cuidado.

Esse resto desdiz da modestia do prospecto apresentado no azulejo; mas dêmos o devido desconto ao seguinte: visto do mar, muito ao longe, e apenas esboçado, não poderiam apparecer as suas nobres proporções; e permitto-me conjecturar que talvez o borrão escuro, que na minha gravura apparece como uma escada exterior, uma saliencia, uma sombra qualquer, fosse o portão conduzindo á grande logea de entrada, na qual se abririam á direita os arcos que estudamos.

No Tomo VII da Parte II da minha *Lisboa Antiga*, a pagina 125 disse que Antonio da Gama Lobo Pereira comprara em 19 de Janeiro de 1619 a D. Brites de Castro um palacete a Santo Eloy, ao qual pertenceu o notavel azulejo a que me refiro. Calculei que, procedendo a amplas *bemfeitorias* no predio, confessadas por elle proprio, e avaliadas em 2:000 cruzados (ou 3:470$000 reis na nossa moeda), d'essas bemfeitorias entrasse o azulejo. Nada mais verosimil; e sendo assim, o

azulejo remontaria ao 1.º quartel do seculo XVII. Não haveria absurdo chronologico em admittir, que pelo mesmo tem-



po, ou pouco depois, antes da habitação do senhor D. Duarte na quinta da Cotovia (1638), esta quinta houvesse sido refor

mada, nobilitada, accrescentada, pelo seu opulento proprietario, Francisco Soares. Assim pois haveria divergencia, mas não contradicção, entre o azulejo, e a photographia: elle mostrava-nos a quinta como seria antes de 1619; ella mostrava-nos a quinta como seria já em 1658.

Era tudo engano, provindo de que me não tinha sido possivel ver o azulejo em casa de seus donos, os Salemas, nem depois de comprado pelo Marquez de Sousa, pois a Academia (com muita pena sua) retinha em caixotes essa preciosa acquisição.

Agora, depois de o estudar, vejo pelo exame de varios edificios, e depoimento das datas d'estes, que o celebre azulejo deve remontar á 2.ª metade do seculo XVII. Continuo pois a perguntar: a quinta da Cotovia seria reformada depois de ahi estar o senhor D. Duarte? pertenceria a essa reforma a arcada apparecida? o desenho do azulejo dar-nos-ha o approximado aspecto do edificio em que poisou o infeliz Principe?

Problemas para o futuro resolver... se estiver para isso.

Nota III — Pag. 128

Luiz Caetano Pedro d'Avila

Tive a honra de o conhecer desde 1858 talvez. Falleceu este talentoso artista, cuja vida foi um combate, a 3 de Junho de 1904 no 2.º andar do predio n.º 41 da rua de Vasco da Gama em Lisboa.

Quando a noticia, já muito retardada, me chegou, senti uma dor profunda. Presto aqui ao talentoso Artista a humilde homenagem da minha admiração.

Nota IV — Pag. 128

Mosteiro das Trinitarias do Rato

O jornal lisbonense *O Seculo* de 6 de Setembro de 1891 traz um bom artigo com estampas, descrevendo o Asylo de Nossa Senhora da Conceição para raparigas desamparadas, fundado em 1856, e collocado primeiramente na travessa das

Recolhidas do convento de Sant'Anna, depois no largo do Mastro, depois n'uma casa á Junqueira, depois no Calvario; a final foi posto onde está, em 27 de Março de 1895.

Nota V

Musica de um pregão

Ella aqui vai, notada pelo meu amigo o snr. José Arthur Barcia, a meu pedido

Melodia de um pregão de 1864

Mér — ca — la — ran — ja — da Chi — na

Mé — ér — ca — o — queï — jo — sa — lo — i — o

Nota VI — Pag. 274

Apontamentos
sobre as antigas communicações de terra para terra em Portugal no seculo XIX.

De Lisboa a Coimbra

No principio do seculo XIX trabalhavam diligencias de posta entre Lisboa e Coimbra.

A Repartição do Correio Geral, que estava desde pouco alojada no palacio do Marquez de Olhão no alto da calçada do Combro, esquina para a rua Formosa, annunciou em principios de Julho de 1800, que do dia 7 em diante a diligencia havia de sahir, tanto de Lisboa como de Coimbra, ás 2 horas da madrugada nas segundas, quartas, e sextas; e da estalagem dos Carvalhos (a 1 legua de Coimbra) á mesma hora nas terças, quintas, e sabbados.

Os passageiros sahidos de Lisboa jantariam em Alcoentre, d'onde abalariam pelas 2 da tarde. Na volta encontrariam almoço em Alcoentre, e jantar na Castanheira, d'onde tambem sahiriam pelas 2. Para o almoço seria concedida meia hora aos passageiros.

As carroagens entre Coimbra e os Carvalhos teriam o jantar em Pombal, d'onde partiriam pelas 2 da tarde.

Em Lisboa e Coimbra deveriam as cartas ser lançadas no correio até a uma e meia da madrugada, segundas, quartas, e sextas; e no Porto até ás quatro e meia de Domingos, terças, e quintas

(*Gazeta de Lisboa* — Supplemento ao n.º XXVI, de 4 de Julho de 1800.)

*

Vê-se que estas diligencias partiam do pateo do Correio geral; e por isso tinha o Publico hospedagem n'uma casa fronteira. Diz o annuncio:

«Defronte do Correio geral, na escada onde ha uma loja de

bebidas, se estabeleceu uma casa para se recolherem os viajantes que fôrem ou vierem na diligencia, e ahi achará as accommodações convenientes quem d'ellas se quizer utilisar.»

(*Gazeta* n.º 38, de 23 de Setembro de 1800.)

*

Um Aviso annunciou que de 20 de Junho de 1802 em diante sahiria para Coimbra a diligencia ás duas da madrugada de Domingos, terças, e quintas.

(*Gazeta* — Supplem. ao n.º XXII, de 4 de Junho de 1802.)

*

De Lisboa a Cintra

Ainda em 1816 se ia a Cintra n'umas carroagens publicas, precursoras longinquas dos nossos já atrazados Omnibus, de somnolenta memoria.

Um tal Jorge Henriques, calçada do Marquez de Abrantes n.º 9, annuncia ter uma carroagem de posta com quatro bestas para Cintra, e com seis assentos. Da dita casa, residencia do emprezario, partiria esta carroagem todos os sabbados pelas quatro horas da tarde, e todas as vesperas de dias santos; voltaria nas segundas pelas seis da manhan.

Quem quizesse logar, havia de ir alistar-se na calçada do Marquez de Abrantes até ás duas horas da tarde de cada sabbado, e pagar 2$000 réis em metal.

(*Gazeta* n.º 160, de Julho de 1816.)

*

Talvez o Publico achasse incommodo o sitio, porque uns quinzes dias andados se annuncia que a diligencia sahiria do *Wellington Hotel*, no largo do Corpo Santo, e do *Quebec Hotel*, em Cintra.

Havia em Cintra um Henrique Griffiths, que ultimamente estabelecêra uma cavalhariça com cavallos de aluguel para homens e senhoras, e admittia guardar quaesquer cavalgaduras; tudo por preços commodos.

(*Gazeta* n.º 165, de 13 de Julho de 1816).

*

De Lisboa ao Campo grande

Para a feira do Campo grande não havia communicações regulares. Em 1816 um Antonio Joaquim de Castro, com seges de aluguer na rua dos Sapateiros (actual rua do Arco do Bandeira) n.º 109, annunciou que no Domingo 13 de Outubro teria quatro carroagens para lá, por 960 reis cada logar de ida ou volta; e accrescenta: «Uma d'estas carroagens é puchada a seis, e recebe oito pessoas; e duas puchadas a quatro, á castelhana, recebem quatro.

(*Gazeta* n.º 241, de 10 de Outubro de 1816).

*

Para a mesma feira, e no mesmo dia 13, e em todos os seguintes, sahiria da calçada do Marquez de Abrantes n.º 9 uma carroagem com seis passageiros a 800 reis por cabeça, ida ou volta; sahida ás dez da manhan, ás quatro e ás sete da tarde; volta ao meio dia, ás seis da tarde, e ás onze da noite.

(*Gazeta* n.º 243, de 13 de Outubro de 1816).

*

Em 15 annuncia Castro segeiro, que as suas carroagens, postadas no largo do Chafariz do Campo grande, fariam co-

nhecer o momento da abalada pela signal de dois toques de trombeta.

(*Gazeta* n.º 245, de 15 de Outubro de 1816, e n'outros dias).

*

De Lisboa a Madrid

«Se houver pessoas, ou pessoa, que queira transportar-se d'esta Capital para a de Madrid, ou outra qualquer cidade que se achar no caminho, e servir-se de tres coches, tres galeras, dois carros, e uma caleça, que chegam a Aldeia Gallega no dia 6 d'este mez, dirija-se á loja de bebidas da Praça do Commercio, onde poderá achar as instrucções sobre esse objecto.»

Gazeta de Lisboa n.º 30 — 4 de Fevereiro de 1817.

«Chegou um coche de Madrid no dia 25 puchado a sete mulas. Quem o pretender para qualquer cidade de Hespanha, ou para outra parte, fale na loja de bebidas da arcada do Terreiro do Paço.»

Gazeta de Lisboa n.º 126 — 29 de Maio de 1817.

*

Entre Lisboa e Belem

O segeiro Antonio Joaquim de Castro, annuncia *Carroagens de posta* entre Lisboa e Belem.

(*Gazeta* n.º 62, de 13 de Março de 1817).

*

Um mez depois, pondéra o mesmo Castro o seguinte:

«Tendo mostrado a experiencia ser mais commodo para o Publico, que a carroagem de posta entre Lisboa e Belem mude de horas, de tarde, principiará no dia 27 do corrente a sahir de Lisboa ás 2 horas, e ás 6; e voltar de Belem ás 3 horas e ás sete; e toda a pessoa que quizer tomar logar ou logares para dia Santo, tanto ida como volta, se poderá dirigir á casa de Castro rua dos Sapateiros n.º 109, para tomar seus competentes bilhetes. Tambem ha carroagens para seis logares, que se alugam para qualquer sitio que as pretenderem.»

Gazeta de Lisboa n.º 98 de 26 de Abril de 1817.

*

No mesmo itinerario houve mudanças de horas, como se vê nos seguintes avisos:

«A carroagem de posta entre Lisboa e Belem no dia 13 do corrente partirá de manhan de Lisboa ás 8, e voltará ás 9, de tarde ás 3 e ás 4, e voltárá ás 6 e ás 7.»

Gazeta de Lisboa n.º 111 — 12 de Maio de 1817.

«A carroagem de posta entre Lisboa e Belem, do dia 3 em diante sahirá de Belem ás 8 horas da manhan e 5 da tarde, e de Lisboa para Belem ás 2 horas da tarde; e ás horas das sahidas dos theatros sahirá do Rocio junto á loja do Nicola, e para certeza dos logares se tomarão bilhetes com antecipação.»

Gazeta de Lisboa n.º 285 — de 2 de Dezembro de 1817.

*

De Lisboa ás Caldas da Rainha

O segeiro Castro filho, homem emprehendedor, iniciou em 1817 um progresso notavel: viação regular entre Lisboa e as Caldas.

Obteve privilegio, e permissão régia, e principiou a facultar ao Publico a sua carroagem de posta a 22 de Maio de 1817.

(*Gazeta* n.º 115, de 16 de Maio de 1817).

*

Com o estabelecimento das carroagens de Castro filho, acordou a emulação nos do mesmo officio.

Outro segeiro, com casa na rua do Norte n.º 21, ao Bairro alto, annunciou alugar seges para as Caldas por 19$200 reis por pessoa, levando de Lisboa lá no mesmo dia, indo buscar os passageiros ás suas residencias, e deixando-os almoçar e jantar onde quizessem.

(*Gazeta* n.º 121, de 23 de Maio de 1817)

*

Para facilitar freguezia reduziu os preços a 18$000 reis, até fim de Junho, e a 16$800 do 1.º de Julho em diante; mas esse preço seria o do vehiculo, vindo cada um dos dois pas sageiros a dar apenas metade.

(*Gazeta* n.º 144, de 20 de Junho de 1817.)

*

Antonio Joaquim de Castro, filho, recalcitrou, e publicou seguinte:

«Annuncia ao Publico Antonio Joaquim de Castro, filho, estabelecido na rua dos Sapateiros n.º 109, que, em virtude do privilegio que lhe foi concedido por S. M., só elle tem e pode ter carroagens e seges, com mudas fixas, para correrem pela posta de Lisboa para a Villa das Caldas, sendo prohibido a outro qualquer ter carroagens em forma de posta para a dita villa e d'ella para Lisboa.»

Gazeta de Lisboa n.º 171 de 21 de Julho de 1817.

*

Ignoro como tomou esses arreganhos a cocheira da rua do Norte. O que vejo é que no verão seguinte annunciava outra vez Castro por estes termos:

«No dia 18 do corrente mez de Junho principiarão a ter exercicio as seges de posta entre Lisboa e a villa das Caldas, estabelecidas por Antonio Joaquim de Castro, filho, com permissão Regia, e com privilegio exclusivo.

«As ditas seges partirão de casa do referido Castro, na rua dos Sapateiros n.º 109, em direitura á Villa das Caldas, pelas 3 horas da manhan um dia sim outro não, chegando com de dia; a das Caldas para Lisboa seguirá a mesma ordem. Cada pessoa pagará 9:600 reis, tanto de ida como de volta, sendo-lhe permittido levar a sua malla.

«Os bilhetes para os logares serão fornecidos em Lisboa pelo dito Castro, e nas Caldas pelo seu proposto, sendo egualmente assignados por este ou por aquelle, segundo o logar d'onde sahirem; ou quando alguma pessoa queira ser transportada de sua casa para o dito Castro, pagará 800 reis; e qualquer pessoa que pretenda fazer transportar para as Caldas ou d'esta villa para Lisboa alguns effeitos ou generos, pode dirigir-se ao dito Castro......» etc.

Gazeta de Lisboa n.º 134 de 9 de Junho de 1818.

*

Em 1819 parece continuava Castro no goso do seu privilegio. Eis o que diz o seu Aviso:

«No dia 15 de Junho proximo principiarão a andar as seges de posta para as Caldas. Os bilhetes se venderão pelo preço do costume, de 9:600 réis cada logar, na casa de posta na rua dos Sapateiros n.º 109, e ahi se darão as instrucções precisas; e segue a mesma ordem das Caldas para Lisboa pelo proposto do proprietario. Haverá carroagens para 4, 6, e 8 pessoas para ir em um dia, e em dois conforme o ajuste, e seges para irem com mais mudas em poucas horas. Tambem haverá agua da Copa vinda pela posta muito bem acondicionada em garrafas de quartilho a 180 réis, e dando a garrafa a 120 réis.»

Gazeta de Lisboa n.º 125—28 de Maio de 1819.

*

Além d'estes annunciados transportes, havia para commodidade do Publico os chamados recoveiros, que se encarregavam de encommendas.

«Participa Valentim José, recoveiro da villa das Caldas, que elle faz duas conducções por semana de Lisboa para as Caldas, e do mesmo modo das Caldas para Lisboa em dias assignalados. A 1.ª sai de Lisboa na sexta-feira, e chega ás Caldas no sabbado; a 2.ª sai de Lisboa no domingo, e chega ás Caldas na segunda-feira. Tem bestas sufficientes para carga e para cavallaria, quem se quizer utilisar o pode procurar no estabelecimento na rua dos Alamos»

Gazeta de Lisboa n.º 150—28 de Junho de 1819

NOTA VII — Pag. 300

PEDRO METASTASIO

Possuo uma edição das obras completas de Metastasio, e não a trocava a Creso por todo o seu oiro. Que tem então de singular? duas circumstancias:

1.ª — ter pertencido a meu Pae desde a sua meninice;

2.ª — ter eu n'estes 12 volumes desenvolvido com elle o que tinha aprendido de italiano aos treze annos com o professor Antonio Galleano Ravara.

E' a edição de Paris feita de 1780 a 1782 pela Viuva Hérissant, com illustrações de Martini, Delvaux, Moreau, e outros mestres; bello especimen da arte typographica, irreprehensivel; da fabricação do papel, encorpado e setinoso; da encadernação valente e sóbria em carneira; e da antiga e conscienciosa gravura em cobre, com os seus traços firmes e classicos, hoje despresados pela moda, que em tudo se mette. São circumstancias externas todas, accessorias, bem sei, e que a muitos não interessam; mas que, aos meus olhos apreciadores do Bello, realçam a valia do conteudo.

O conteudo é um mundo de Poesia, tanto de forma como de sentimento, mau grado aos que, n'estes nossos tempos revolucionarios, iconoclastas, condemnam Metastasio, e (talvez sem o lerem) o atiram para a pasta dos negocios findos e arrumados. Certa gente nem já lhe conhece o nome; alguma outra, porém, finge conhecer-lhe as obras, e desprésa-as, levada da esthetica do pedantismo e da intolerancia.

Nunca imponho as minhas opiniões, muito menos as litterarias; mas, como protesto ao menos, permitto-me ás vezes emittir o que sinto. E' isso que vou tentar agora, com a edição diante dos olhos, e os dramas do grande Poeta diante do coração.

Pedro Metastasio (dil-o qualquer diccionario historico-biographico) foi um menino popular, muito pobre, muito vivo, muito engraçado, muito amante, nascido, por assim dizer, com o instincto dos versos, n'aquella boa terra de Italia, onde a Poesia anda no ar; creou-se ao Deus-dará pelas viel-

las e campos de Roma, com outros da sua egualha, a ouvir os passaros, os pregões, as musicas que passavam, a contemplar os monumentos, a devanear o que representariam aquellas estatuas de heroes, e a olhar para o céo. Cantava e improvisava, como os melros e as tutinegras dos jardins de Monte-Pincio, umas estrophes ainda incorrectas, mas cheias de natural melodia. Pelas praças e ruas gostavam de o ouvir, davam-lhe assumpto, offereciam-lhe uns cobres, e elle lá ia como podia, enfiando quadras e quintilhas a esmo, menos atonito de si, do que os ouvintes d'aquelle extraordinario brotar de catadupa.

Uma vez, pelos annos de 1708, no cabo da ponte de Santo Angelo, com o Vaticano em frente, estava elle no melhor dos seus improvisos, quando acertou de passar o celebre João Vicente Gravina, que então orçava pelos quarenta e quatro annos, e sabia o nome aos bois. Era Gravina um sabio de todos estimado, pelo seu caracter, pelo seu estudo, e pela valia de suas obras juridicas, historicas, e até poeticas. Ver improvisar é agradavel; ver um improvisador menino é assombroso. Interrogou-o commovido.

Soube ser filho de um soldado, chamar-se Pedro Trapassi, e não contar mais que dez primaveras.

— Com quem aprendeste, filho?

— Eu! ninguem me ensinou.

— Como assim?!

— Tenho lido os versos do nosso Tasso; e senti cá dentro uma voz, um não-sei-quê, a dizer-me que tambem eu podia cantar como elle. Sinto n'alma um enthusiasmo, que não sei definir, e que me arrebata. Ahi está o meu segredo.

O bom Gravina contemplou-o; ouviu-o; depois tomou-o pela mão, pediu-o ao pae, levou-o para casa, ensinou-o, desenvolveu aquellas faculdades, e adoptou o por filho. Era bom e desvelado o jardineiro, o terreno era optimo; nada faltou para que germinassem flores, que, segundo a arte do tempo, se foram multiplicando de dia para dia. Passados annos, ficou o menino todo outro do que viera; até o nome plebeu de *Trapassi* lhe mudou o seu mestre e vice-pae, traduzindo-lh'o no appellido grego de **Metastasio.**

Fallecendo Gravina em 1717, legou os seus haveres ao pupillo. Ahi principia a chronica brilhante do Poeta, instruido, independente, e feliz.

Poucas vezes tem registado a Historia litteraria tão notavel serie de victorias. Desde a *Didone abbandonata,* representada em Napoles em 1724, até ás mais bellas e commoventes das suas obras-primas, percorreu Metastasio uma carreira de verdadeiros triumphos, como celebridade europeia que ficou sendo. Disputavam os primeiros musicos a honra de collaborar com tal mestre; as salas e o povo repetiam-lhe as arias e as canções; os Grandes compunham-se na sua presença. Ao passo que a maioria das operas, que hoje ouvimos e cantarolamos, só primam pela parte musical, e os versos quasi sempre mediocres, e muita vez maus, não passam de mero pretexto para a interpretação harmonica, as composições do insigne Metastasio, sempre correctas, sempre limadas, sempre classicas, sempre affectuosas, e muita vez apaixonadas, dramaticas, e tragicas, mantiveram-se com fulgor proprio. As obras dos compositores musicaes desappareceram; as d'elle vivem. O Vinci, o Caldara, o Conti, o Auletta, o Sarro, pouco nos dizem, ou nada; Metastasio diz-nos alma, graça, correcção, pureza, e muito amor.

O respeito, a admiração, o fanatismo, que as obras de Metastasio inspiraram a duas ou tres gerações suas contemporaneas, proveem tanto do merito d'ellas, como da afinação em que se achavam com os usos, com a architectura, com a pintura, da sua éra; e proveem talvez tambem (se a quasi dois seculos de distancia se podem conjecturar causas minimas) da bondade pessoal, do individual prestigio, do encanto sympathico do autor. Segundo se vê dos seus retratos, a indole d'elle devia ser muito doce, o seu trato ameno, e a longa permanencia em Côrtes de grande esplendor e policia havia de lhe ter communicado um agrado especial, que difficilmente se define. Metastasio foi moda, como poeta e como homem, nos paços dos Reis e na morada dos Nobres; a influencia do seu estro chegou ao auge; poucos vates se podem gloriar de tão geral, tão completa e indisputada, vassallagem. Metastasio presenceou a sua immortalidade.

Diz-me um biographo, que em 1729 o chamou para Vienna de Austria o Imperador Carlos VI, e o nomeou seu *Poeta Imperial*, com a pensão de quatro mil florins. Isso de ser poeta cesáreo tem seus perigos; é ser canario para cantar engaiolado; ha a alpista, a agua, a folha de alface; sim, mas ha as grades; haverá o apreço, mas falta a liberdade. Ora um poeta sem liberdade é um manco intellectual.

Foi essa prisão doirada o grande escolho de Metastasio. O anniversario do Principe Fulano, o casamento da Archiduqueza Cicrana, as melhoras do defluxo da Imperatriz Beltrana, umas arietas para as Princezinhas cantarem no concerto, materias obrigadas, em que elle havia de britar a inspiração a tempo e horas, tudo isso em parte lhe inutilisou em bagatellas o melhor do seu tempo.

Bem sei que lh'o *pagavam;* mas se lhe pagavam o tempo não lhe pagavam a gloria. Bem sei que el-Rei de Hespanha D. Fernando VI lhe mandou um presente valioso; que o mesmo Carlos VI lhe offereceu o titulo de Barão, ou Conde, que elle recusou; que a Imperatriz Maria Theresa quiz conferir-lhe a Cruz de Santo Estevam, do que elle pediu excusa. Bem sei que o Imperador da Russia, quando andou em viagem pela Allemanha, com a Imperatriz, foi visitar pessoalmente o bom Metastasio; mas tudo isso são honras mundanas, ephémeras, mais ou menos banaes, e que a um alto Poeta devem parecer bem mesquinhas, quando avistadas das cumieiras do Parnaso.

O que por certo o encheu de alegria nas suas horas ultimas foi a visita que fez ao agonisante, em Abril de 1782, o Santo Padre Pio VI quando esteve em Vienna, mandando-lhe na hora final a sua benção apostolica *in articulo mortis*.

Eis ahi o que me occorre da vida do eminente burilador do verso e do idioma de Italia, do impeccavel estylista e metrificador, do poeta vibrante e sentimental, que ainda hoje (depois de tudo tão mudado!) se lê com pasmo e deleite.

Do muito que elle produziu, não sou eu bom juiz, não; até por um motivo: porque me declaro parcial; tenho para este homem uma attracção invencivel. Aquella sua poesia elegante, polida, esbelta (deixem-me expressar d'este modo), toda ali-

mentada do antigo, toda doirada, requebrada em volutas e folhagens, tanta vez convencional, sim, mas sempre agil e graciosa, rima aos meus olhos com a mobilia, com a linguagem, com as ideias, com as mesuras, do tempo; muita vez aquelles heroes tirios, romanos, carthaginezes, são Archiduques; e muita vez aquelles madrigaes são menuetes litterarios. Serão isso defeitos em absoluto? não creio; não me parece pequeno merito n'um homem de Lettras isso de reflectir e retratar a sua éra.

E como havia elle de pintar quadros rigorosamente historicos, dar-nos a ouvir o Troiano primitivo, o requeimado Númida, a Carthagineza quasi varonil, o Romano feroz dos dias austéros da Republica, se tudo se via então atravéz do prisma raciniano? Romano do seculo de Augusto pela indole, Romano moderno domiciliado na Austria pelo favor de Principes que o amavam e admiravam, este poeta, Grego de Péricles pela educação, é sempre um polido Francez da melhor sociedade de Versailles, um Francez que se expressa no italiano mais rico, mais melodioso, mais castiço, mais scintillante, que até então se ouvira talvez. O verso de Metastasio é oiro de lei; tem um tinir longo e nobre, que ninguem mais possue.

O cansaço da composição forçada, com planos determinados, e para dias fixos, com o musico á espera do *libretto*, e o Publico da Côrte á espera da solemnidade, revela-se-lhe ás vezes na magreza dos enredos, na repetição das situações, e no emprego de fracas molas dramaticas; certo é. Mas é não menos certo e sabido, que elle resgata esses contras com o brilho das suas telas, com o terso do seu estylo largo, e com a moral sempre pura dos seus enredos.

Assim pois, proscrever da lista dos poetas de cunho um tal poeta, conceder-lhe apenas foros de metrificador eximio.... é mentir á Arte, é ser ingrato e mau, ou ignorante, que n'este caso ainda é peor.

O seu recitativo sempre conciso e puro, as suas arietas cheias de lagrimas, deram á Poesia italiana um lustre indizivel. O seu lyrismo é composto de bondade. O seu estylo revela um seguidor intelligente dos classicos antigos, que elle

lia e relia com o lapis na mão, que elle decorava e vulgarisava com affecto.

Não é Shakespeare, o inculto, o pujante creador de um pandemonio inteiro de figuras historicas poderosas; não é Gil Vicente, o chronista popular dos lamentos e das gargalhadas da sociedade em que vivia; é um Canova litterario, apaixonado escultor de civilisações mortas; é o gracioso rouxinol dos amores ideaes. Ha ali muita coisa falsa, se quizerem, convencional, afeminada muita vez. Será assim; mas que luz iriada de cambiantes se não reflecte d'aquelles versos! que ingenuas bemquerenças, e que polidez de expressão!

Os lyrismos de um Petrarca, as opulencias de um Tasso, os enthusiasmos dos cantos populares da Italia inteira, entram na improvisação quasi inconsciente d'aquellas paginas singulares.

Honra pois ao velho, ao sempre grande Metastasio, que ainda hoje, entre tantos nossos contemporaneos já mortos, vive; e viverá em quanto soar no mundo uma harpa eólia indefinivel, que se escuta desde o mar Tyrrheno ao Adriatico, desde os Alpes até á enseada de Tarento, uma harpa eólia de ternura celeste, chamada a Lingua italiana!........
....

Nota VIII — Pag. 330 lin. ultima

Lisboa nos seus annexins

E' incrivel o numero de proloquios de todo o genero, que a nossa Capital tem sabido motivar ha seculos. Não os compillei todos certamente, mas consegui arrebanhar alguns.

Ha além d'elles a denominação peculiar de *alfacinhas* applicada aos naturaes de Lisboa; e ha mais a menção, quasi proverbial, de algumas entidades ligadas á Cidade por qualquer circumstancia; taes como a *estanqueira do Loreto,* o *lagarto da Penha,* o *maluquinho de Arroyos,* os *Maneis de Alfama,* os *barqueiros da Ribeira Nova,* as *rendas do Quintella,* etc.

Para achar tantos ditados, forrageei na collecção de Roland, nos *Apologos dialogaes* de D. Francisco Manuel, no *Vocabulario* de Bluteau, no *Anatomico jocoso* de Frei Lucas, nas *Obras* de Francisco Rodrigues Lobo, nas de Jorge Ferreira de Vasconcellos, nas de Antonio Ribeiro Chiado, na tradição oral, etc.

Conservar esses ferros velhos, como feições caracteristicas do modo de ser da *inclyta Ulissêa*, pareceu-me dever de quem se emprega n'estes assumptos olisiponianos. Escrevi pois o seguinte artigo, que mandei com um anagramma para o jornal *O Atlantico*, e sahiu a 29 de Novembro de 1883. *O Popular* teve a bondade de o reproduzirr em 16 de Agosto de 1897, precedido de palavras amaveis e affectuosas do meu velho amigo o snr. Alberto Pimentel. Sai agora em 3.ª edição.

Lembrete ás Camaras municipaes

Quem não viu Lisboa, não viu coisa boa — pondéra um rifão antigo, irmão do *Quien no ha visto a Sevilla*..., e primo do *Vedere Napoli*...

Tem muita vez razão a voz do Povo; e para gloria dos nossos *Alfacinhas*, bem se póde conjecturar que esse prololoquio é *mais velho que a Sé*, a construcção mais nobre, e uma das mais vetustas, de Lisboa.

Aos olhos do Lisboeta é a nossa Cathedral monumento de alta valia; com o seu instincto affectuoso aventa o elemento popular o que auctoridades e municipios ainda não perceberam, porque ainda não quizeram avaliar o que se topa de thesoiros escondidos entre os *trapos da feira da ladra*.

Ha seculos que as auctoridades são tão damnosas para as ruinas e padrões antigos, como para as caixas de assucar o eram *os gaiatos do Terreiro do Paço*. Mas não me refiro só aos monumentos historicos. Uma inscripção quasi apagada, uma estreita porta manuelina, umas hombreiras ogivaes em poisada plebêa, por muito pobres e singelas que sejam, merecem respeitadas. *Nem o nascer na Rua Suja tira o ser estimado na Côrte Real*, como escreveu o *Anatomico jocoso*.

Quantos edificios se não demolem ahi por todo esse Reino! Quantas recordações nacionaes se não obliteram, de rixa velha e caso pensado, aqui ás barbas da Capital! Governos e vereações teem devastado verdadeiras preciosidades. *Não matou mais gente a peste grande em Lisboa*, diziam no seculo XVI e no XVII.

Deixaram, por exemplo, aluir-se e encher-se de remendos anachronicos a nobre Cathedral, de que acima falei, sem pensarem que tem a posteridade de tomar-lhes estreitas contas; e então ha-de ser o dia de juizo! então *hão-de ver os meninos orphãos a cavallo!* Com as furias dos amantes da Patria, ha-de *cahir o Carmo e a Trindade.*

O Carmo e a Trindade! que disse eu? esses cahiram. Oh templo do Monge-Cavalleiro Nuno Alvares, oh mosteiro de Affonso II e Isabel, que valeis vós hoje em dia? O que é desesperador, é que as auctoridades consideram taes perdas como de nonada, e respondem a quem as increpa: *Olhe não se vá perder a Casa dos Bicos!*

Cuidado, senhores. Assumptos de archeologia nacional não se tratam assim. Teem-n-os em muito as nações mais cultas. Desenganemo-nos: querer civilisar uma povoação sem lhe incutir o amor da Arte, é querer *caiar o tecto do Rocio.* Nas economias que n'isso se fazem, não ha economia, ha desperdicio. Vem depois a gastar-se muito mais. E' como *ir fazer a barba á Outra Banda.*

Mas, o que é bem certo é que, para inocular no Publico o amor do Bello, não é preciso grande gasto; não se vão n'isso *as rendas do Quintella.*

Referi-me ao verbo *caiar;* essa é outra das manias nacionaes; acho que é herança moira. A caiadella é dos mais torpes insultos que se podem fazer aos monumentos. Pois cá até branqueiam de vez em quando as frontarias das egrejas; por fórma, que a veneranda pátina dos seculos apparece *mais caiada que cantareira de Alfama*, segundo a engraçada expressão do auctor da *Côrte na Aldeia.*

Malfadada briga esta, que houve sempre entre o *Bom* e o *Bello.* Diz Victor Hugo que o Bello é tão util como o Bom; e accrescenta: «Talvez mais.» Pois será, mas fica sempre de

baixo. Faz vontade de repetir o adagio: *Em partilha de Lisboa com Almada, uma leva tudo outra nada.*

E era facillimo, a final, com alguma attenção, irem as Camaras desenvolvendo o senso artistico. Não se trata de selvagens; trata-se de Portuguezes, patricios de Grão Vasco, Affonso Domingues, Vieira Lusitano, e Sequeira. Com a indole e intelligencia da nossa raça, não me parece portanto seja isso querer *ver mosquitos na Outra Banda,* nem *metter o Rocio na Betesga.*

Dêem á Cidade monumentos, estatuas, galerias, restaurem com diligencia o que existe velho, e verão como os bons lisboetas correspondem a esses esforços. *Por dar, dão, dizem os sinos de Santo Antão.*

Ainda é cedo talvez; quem mais carece d'estas e quejandas prédicas, não é o Publico; são as auctoridades; ainda será cedo; creio que *não deu ainda meio dia em S. Paulo.*

Riem-se (que é o peor); continuam a rir-se de nós outros, que assim lhes insinuamos verdades, os edis do Senado, e os dirigentes das Obras publicas; ou fazem-nos de lá umas caretas mais feias que a da *estanqueira do Loreto;* e chamam-nos **visionarios,** com todas as lettras, *p-a-pa Santa Justa.*

Paciencia; vamos continuando; vamos trabalhando, com fé, com perseverança. Alguma vez nos rehabilitarão; alguma vez seremos comprehendidos; alguma vez deixarão elles de apontar para nós como para o *lagarto da Penha;* alguma vez deixaremos de ser *os maluquinhos de Arroyos;* alguma vez deixaremos de *ver navios no alto de Santa Catherina.*

«Visionarios!!!» Ha famas injustissimas. A nossa, a bem dizer, é como a das mulheres dos bairros orientaes, como a dos navegantes do Tejo, e como a de certo campanario antigo. *Em mulher de Alfama, homem do mar, relogio das Chagas, não ha que fiar* — rosna um annexim calumnioso. Ora em Alfama ha bom e mau, o marinheiro é a flor dos homens (que o digam os *barqueiros da Ribeira Nova)* e o relogio das Chagas, descendente de um cançado, negro, e maldito relogio antigo, de que já ralhava D. Francisco Manuel nos *Apologos dialogaes,* não anda agora acertado .. *pelos candieiros da Rua Augusta.*

Fiquemo-nos por aqui. E' dever de todos o ir martellando n'estes assumptos serios. Não desanimemos. A propaganda tem de ir devagarinho, mas ha-de ganhar terreno. *Roma não se fez n'um dia, nem Lisboa n'uma hora.*

A ideia do apreço incondicionado ás reliquias do passado suppõe já um grau de cultura, que o nosso Portugal ainda não tem; mas ha-de-se ir infiltrando de vagarinho, a pouco e pouco; estas coisas *correm como a Bica dos Olhos.*

Ainda que pozessem ao alcance immediato dos curiosos em Lisboa as primeiras galerias do mundo, não creio (verdade verdade) que ellas tivessem uma concorrencia por hi além; não me parece que toda a gente andasse á porfia a correr para lá, nem que lá se podesse dizer *damas vão, damas veem, como a uma horta da Moiraria*, segundo a phrase de Jorge Ferreira de Vasconcellos.

Emfim: tudo estava no começar. A imprensa diaria pode ser optimo operario da nossa teia; mas o elemento municipal pode muito mais; por isso me dirijo a elle. *A boa fiandeira, de S. Bartholomeu a toma a velha, e a mais boa da Magdalena.*

Se as Camaras não querem lembretes d'este genero, emendem-se a si ao seu desleixo. Vamos! isto não devem ser *as obras de Santa Engracia.* Se não tomarem juizo, *descaem-me da graça... até á rua dos Cavalleiros.*

A opinião publica vai acordando. E' tempo de que as auctoridades abram os olhos, e encarem o sol. Já é alto dia. *Que madrugadas de Alfama!* exclama ironico um personagem do *Auto das Regateiras* do velho Antonio Ribeiro Chiado.

Se acaso não gostaram do sermão, não sei que lhes faça; *mandem fazer outro... ás Olarias.*

José Tulio Dalich

Nota IX — Tomo I, pag. 322

Ao que ahi disse do longo pé de vinha que vegetou n'uma casa ao Cunhal das bolas, accrescentarei o seguinte, que em 25 de Março d'este anno de 1904 me communicou o snr. Antonio Cesar Mena Junior:

A dita vinha foi plantada por Manuel Gonçalves, depois de varias tentativas frustradas de parreiras mettidas na loja de um sapateiro, por nome Sousa, e que todas morriam. Por ultimo creou-se um bacello dentro n'um pote, n'um quintal da travessa do Conde de Soure, e depois de crescido foi collocado na rua da Rosa, em 1862, furando-se a parede do predio para o tronco dar a volta e sahir novamente á luz. Trabalharam na plantação José Francisco, José Charneca, e Francisco Serra, do Carrascal (Louzan). Informações obtidas do snr. Joaquim Francisco Tojal, Constructor civil diplomado, morador na travessa da Pereira 36, em Lisboa.

Nota X — Egreja do Loreto

Ao que digo d'ella no Tomo II deve accresentar-se o seguinte, que me communicou o snr. Victor Ribeiro:

Existe na coll. de mss. da Biblioth. da Univ. de Coimbra sob n.º 48 um vol. com o titulo:

«Disertação historico-juridica sobre a pretendida, e sonhada izempção por mais de dois seculos e meyo da Igreja de Nossa Senhora do Loreto desta Corte de Lisboa, e sobre o Docel que na mesma está fixo, na qual se mostra que nunca esta Igreja pôde estar izempta da jurisdicção Ordinaria, e que o Excellentissimo Nuncio, nem como Embaixador, nem como Bispo, nem como Prelado da mesma Egreja, pode na mesma ter Docel, nem exercer Pontificaes nem em qualquer outra, sem preceder licença ordinaria; e ainda precedendo esta, não póde uzar de Docel, nem ser recebido com Palio á porta de qualquer Egreja, tudo na forma dos Canones, das Credenciaes, e Reversaes do mesmo Exmo Nuncio, do Concilio de Trento, e das Leys, e Costumes deste Reyno, de toda a Hespanha, e de toda a Christandade; e que finalmente o ultimo Breve deste anno de 1791, da izempção, — he ob, e subrepticio, e semelhantemente o seu Beneplacito.» — 1 vol. — 214 × 156. — Traz no fim a assignatura — o Dz.^or Pr.^or Fiscal da Em.^a Mitra M.^el Per.^a Cidade.

Archivo bibliographico da Bibliotheca da Universidade de Coimbra — 1.º anno, 1901 — n.º 6 — Junho — pag. 90.

Nota XI

A pag. 321 do Tomo III da *Lisboa Antiga* onde se diz: «aos parentes de Thomé Pinheiro da Veiga, quem quer que fossem», accrescente-se:

Thomé Pinheiro da Veiga, nasceu em Coimbra no anno de 1566, sendo filho de Ruy Lopes da Veiga, Lente de Prima da Universidade de Coimbra, e de sua mulher D. Helena Pinheiro de Lacerda, neto paterno do Doutor Thomaz Rodrigues da Veiga, Lente de Prima, Cavalleiro da Ordem de S. Thiago em 2 de Agosto de 1558; e nas habitações a que se procedeu para entrar n'esta Ordem declara-se ser *fisico* de Sua Altesa e Lente de Prima; e materno de Antonio Barbosa, (o surdo de Penella) e de sua mulher D. Brites Pinheiro de Lacerda, filha natural de Henrique Pinheiro de Lacerda, Alcaide mor de Barcellos, e Commendador de S. Pedro de Lila na Ord. de Christo.

Thomé Pinheiro da Veiga teve o foro de Fidalgo Cavalleiro por alvará de 26 de Fevereiro de 1641, dizendo-se então ser Lente jubilado na Universidade de Coimbra, na Faculdade de Leis, e Dezembargador dos aggravos da Casa da supplicação.

Teve dois filhos naturaes; a saber:

Luiz Pinheiro da Veiga, que teve o foro de Moço Fidalgo por alvará de 27 de Maio de 1643, data em que seu pae era Dezembargador do Paço. Este Luiz Pinheiro chegou a Dezembargador da Casa do Porto, e acabou frade de S. Francisco e prégador apostolico.

O outro irmão era Nicolau Pinheiro da Veiga, tambem Moço Fidalgo em 1643 e casado com D. Mecia Carneiro, bisneta de Antonio Carneiro, Ministro que foi de D. Manuel e D. João III.

Communicação do meu erudito amigo e mestre Visconde de Sanches de Baêna em 12 de Junho de 1904.

RESENHA

DAS

ILLUSTRAÇÕES D'ESTE VOLUME

INDICE

D'ESTE VOLUME V

A

B

E

G

J

L

M

O

P

Q

R

S

U

V

FIM

ERRATA

Pag. 113, lin. 11 — *Secção* leia-se *sessão.*
» 201, » 5 — *Simões* » *Serrão.*

Obras de Julio de Castilho

ROMANCE

Memorias dos vinte annos — Lisboa — 1866 — 8.º — 1 vol.
Amor de mãe — quadros da vida moderna de Lisboa — Lisboa — 1900 — 8.º — 1 vol.
Mocidade de Gil Vicente — scenas portuguezas da Côrte, da Nobreza, e do Povo, nos seculos XV e XVI — Lisboa — 1896 — 8.º — 1 vol.

POESIA

Primeiros versos — París — 1867 — 8.º — 1 vol.
O Ermiterio — Lisboa — 1875 — 8.º — 1 vol.
Manuelinas, cancioneiro em estylo antigo — 1889 — com a capa desenhada pelo autor.

POLEMICA

O snr. Antonio Feliciano de Castilho, — folheto na chamada «questão coimbran» — Lisboa — 18. . . .

THEATRO

D. Ignez de Castro, drama em cinco actos, em verso, precedido de prologo, e seguido de notas historicas. — Paris — 1875 — 8.º — 1 vol., com uma estampa do tumulo de

D. Ignez, gravura de João Pedroso da Silva sobre desenho do autor.

O Rei da Ericeira, refundição da comedia *O Impostor da Ericeira*, do fallecido dramaturgo Jacintho Heliodoro de Faria Aguiar de Loureiro, estrondosamente pateada no theatro do Gymnasio, em Lisboa, onde só se representou duas vezes. Foi publicada em folhetins no jornal catholico lisbonense *Correio Nacional*, a começar em 31 de Dezembro de 1901.

TRADUCÇÕES

Jesu-Christo, pelo celebre escritor catholico francez Luiz Veuillot, edição ricamente impressa na typographia de Didot, em Paris, e adornada de numerosas gravuras e chromos. — Paris — 1882.

Os ultimos trinta annos, chronica dos successos politicos de 1848 a 1878, pelo eminente historiador catholico italiano Cesar Cantu — Lisboa — 1879.

Os dois amigos, drama moral em cinco actos e em prosa, por Pedro Agostinho Caron de Beaumarchais, representado pela primeira vez em Paris na Comedia franceza, em 13 de Janeiro de 1770; versão livre, applicada aos usos de Portugal (Inedita).

O marido da viuva, comedia n'um acto, por Alexandre Dumas, pae (Inedita).

Posições definidas, traducção do proverbio em um acto, de Alfredo de Musset, *Il faut qu'une porte soit ouverte ou fermée*.

VIAGENS

O Archipelago dos Açores, e **Ilhas occidentaes do Archipelago dos Açores** — 2 voluminhos da Bibliotheca do povo e das escolas — Lisboa — 18..

ADMINISTRAÇÃO

Relatorio apresentado pelo Governador Civil do Districto administrativo da Horta á Junta Geral do mesmo Distri-

cto, sobre o estado das quatro ilhas, do Fayal, do Pico, das Flores e do Corvo, e seus melhoramentos — Fayal — 1877.

CRITICA

Antonio Ferreira, poeta quinhentista: biographia, apreciação, e excerptos de prosa e verso — Paris — 1875 — 8.º — 3 volumes.

Dom Antonio da Costa de Sousa de Macedo, perfil biographico-litterario, impresso no *Instituto* de Coimbra, e tirado separadamente em 25 exemplares para brindes — 1895.

Memorias de Castilho, vida do Poeta portuguez, e chronica do seu tempo. 12 volumes em via de publicação.

Antonio José Viale, esboço da sua vida e das suas obras. Appareceu precedendo um dos volumes da *Lisboa antiga*, dedicado á honrada memoria do eminente humanista.

HISTORIA

Lisboa antiga, excavações historicas. 12 volumes, com muitas estampas, algumas desenhadas pelo autor.

A Ribeira de Lisboa, descripção da margem direita do Tejo, desde a Madre de Deus até Santos o Velho e Alcantara. — Lisboa — 1893 — 8.º grande, 1 grosso volume luxuosamente impresso na Imprensa Nacional, com estampas, algumas d'ellas pelo autor.

Amores de Vieira Lusitano, pintor portuguez; investigações rigorosamente historicas, genealogicas, e artisticas. — Lisboa — 1901 — 8.º — 1 volume com vistas desenhadas pelo autor, reproducções de quadros, figuras, fac-similes, etc. — e a capa desenhada pelo mesmo em estylo do seculo XVIII.

O Paço de Cintra, ligeiro estudo, que sahiu anonymo, appenso á *Lenda das pêgas* pelo Visconde de Almeida Garrett, n'uma edição luxuosa, commemorativa da visita de S. A. R. o senhor D. Carlos (hoje el-Rei) á Imprensa Nacional de Lisboa; escrito a pedido do Conselheiro Administrador

geral, Dr. Venancio Deslandes, e acompanhado de desenhos de Casanova.

Estudo genealogico sobre a familia Pery de Linde, desde o seculo XV até aos nossos dias, feito sobre inquirições, cartas de Brazão, etc. (Inedito).

DISCURSOS

Elogio historico do applicadissimo antiquario Ignacio de Vilhena Barbosa; conferencia na Real Associação dos Architectos e Archeologos portuguezes em 10 de Maio de 1891; impressa á parte pela mesma Associação.

A Religião na Lisboa antiga, conferencia na Associação da mocidade catholica em 7 de Dezembro de 1896, impressa no jornal catholico *O Correio Nacional*.

Elogio historico do distincto Architecto Real Joaquim Possidonio Narciso da Silva, conferencia na Real Associação dos Architectos em 28 de Março de 1897, impressa á parte pela mesma, em beneficio do cofre do *Alberge dos invalidos do trabalho*.

O Christianismo e o Operariado, conferencia na Associação catholica protectora dos operarios em 27 de Abril de 1897, impressa á parte a expensas do autor, em edição só destinada a brindes.

VARIEDADES

Requerimento a S. M. el-Rei o senhor D. Luiz, pedindo a abolição das toiradas. — Lisboa — 1876 — 1 folheto de 36 paginas, em nome, por ordem, e como relator, da Commissão nomeada para essa diligencia civilisadora pela Sociedade protectora dos animaes.

Indice minucioso, alphabetico e remissivo, do *Cancioneiro* de Garcia de Resende (edição de Stuttgardt), e das *Obras* de Gil Vicente (edição de Hamburgo); em collaboração com Anselmo Braamcamp Freire. Tiragem de 20 exemplares para brindes.

Epistola em latim ao Dr. Xavier da Cunha (actual Director

da Bibliotheca Nacional, e Socio correspondente da Academia Real das Sciencias) descrevendo-lhe uma residencia do autor, a quinta de S. Bento (Olivaes), á maneira e no estylo das cartas de Plinio o Moço, em que elle descreve as suas quintas de Laurente e de Tusculo. Sahiu no *Instituto* de Coimbra em....

INEDITOS

Muita coisa que não vale a pena mencionar, e que algum dia verá a luz.

